



Universidade Federal Fluminense - UFF
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia - ICHF
Programa de Pós-Graduação em História - PPGH

JOÃO GOMES JUNIOR

**SOBRE *FRESCOS* E *BAGAXAS*:
UMA HISTÓRIA SOCIAL DO HOMOEROTISMO E DA PROSTITUIÇÃO
MASCULINA NO RIO DE JANEIRO ENTRE 1890 E 1938**

Niterói

2019

JOÃO GOMES JUNIOR

SOBRE *FRESCOS* E *BAGAXAS*:
UMA HISTÓRIA SOCIAL DO HOMOEROTISMO E DA PROSTITUIÇÃO MASCULINA
NO RIO DE JANEIRO ENTRE 1890 E 1938

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História. Área de Concentração: História Social.

Orientadora: PROFESSORA DOUTORA GIZLENE NEDER

Niterói, RJ

2019

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

G633s Gomes junior, João
Sobre "frescos" e "bagaxas": : uma história social do
homoerotismo e da prostituição masculina no Rio de Janeiro
entre 1890 e 1938 / João Gomes junior ; Gizlene Neder,
orientadora. Niterói, 2019.
225 f. : il.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
Niterói, 2019.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2019.m.05852466700>

1. História social. 2. Brasil-República, 1890-1938. 3.
Movimento social; aspecto histórico. 4. Prostituição
masculina. 5. Produção intelectual. I. Neder, Gizlene,
orientadora. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de
História. III. Título.

CDD -

JOÃO GOMES JUNIOR

Sobre *frescos e bagaxas*: uma história social do homoerotismo e da prostituição masculina no Rio de Janeiro entre 1890 e 1938

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História Social.

Dissertação **aprovada** em Niterói no dia 25 de março de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Gizlene Neder (Orientadora)
Universidade Federal Fluminense – UFF (PPGH)

Professora Doutora Karla Carloni (Arguidora)
Universidade Federal Fluminense – UFF (PPGH)

Professor Doutor Henrique Cesar Barahona Ramos (Arguidor)
Universidade Cândido Mendes - UCAM

Professor Doutor Marcelo Neder Cerqueira (Suplente)
Universidade Federal Fluminense – UFF (PPCULT)

A *todxs* que vieram antes de mim, que ousaram viver e amar,
mas foram *esquecidxs* pela pena da História.

A quem hoje caminha ao meu lado, *juntxs* na mesma luta,
sem soltar a mão de ninguém.

Aquelxs que ainda virão e continuarão o nosso sonho
de poder “amar sem temer”.

AGRADECIMENTOS

A realização de uma pesquisa é uma estrada repleta de desafios, solidão, cansaço físico, esgotamento emocional e psicológico. É preciso muita força, esperança, perseverança e obstinação, mas chegar ao fim deste trabalho seria impossível sem o apoio, atenção, carinho e presença fundamentais de algumas pessoas. Como na prostituição, onde o “serviço contratado” recebe um pagamento, estes agradecimentos vão como um “pagamento” a estas “dívidas” acumuladas ao longo do caminho.

Antes de tudo, agradeço a *baba mi Osalufan* e *yá mi Osun*, donos do meu Ori, meus pais e regentes, bem como aos meus padrinhos *Ogun* e *Yemonjá*, por terem me amparado quando as forças físicas se esgotaram. Ele, meu pai, segurando-me com o seu cajado e carregando-me sob a proteção do seu alá sagrado. Ela, minha mãe, mostrando-me todos os dias a força que carrego em mim, água doce e fértil que nunca seca. Em seus nomes agradeço, também, ao meu zelador, aos meus padrinhos carnavais, aos meus irmãos e minhas irmãs e *afilhadxs* por toda a energia positiva e amor emanado. É na espiritualidade onde encontro a minha paz e força para seguir.

Agradeço a CAPES e ao CNPq pelo subsídio financeiro oferecido nos últimos dois anos, sem o qual a produção desta pesquisa seria muito mais difícil.

Agradeço a Gizlene Neder, que bem mais do que professora e orientadora foi uma amiga diligente, paciente, compreensiva e sempre disposta a desenvolver comigo esta pesquisa com um tema tão difícil, dando-me diretrizes férteis para o desenvolvimento do meu estudo mesmo quando o desespero era sufocante, e a Gisálio Cerqueira Filho, pelas apostas, comentários, provocações intelectuais e pelo igual apoio. *Axs professorxs* Anna Marina Madureira de Pinho Barbará Pinheiro, Henrique Cesar Barahona Ramos, Karla Carloni e Marcelo Neder Cerqueira, presentes nos processos avaliativos deste trabalho, eu agradeço pelas contribuições teóricas, metodológicas, conselhos, inquietações e questionamentos que me trouxeram. Ao Marcelo eu agradeço ainda mais especialmente pelas anotações que fez a partir da leitura do meu texto, ampliando alguns debates realizados ao longo da pesquisa, de modo que foram integradas nesta versão final aprofundando um pouco mais as discussões que desenvolvi.

Agradeço ao professor James Green, que em uma conversa informal em Brasília, durante a Anpuh Nacional de 2017, instigou-me a descobrir novas fontes e aprofundar-me nas que usei nesta pesquisa, e ao professor Carlos Figari pela simpatia e disposição em me ajudar

a localizar alguns documentos policiais que utilizou em seu trabalho – o que, infelizmente, não foi possível devido à desorganização dos nossos arquivos públicos.

A professora María Elvira Díaz-Benitez e colegas do curso de Antropologia do Gênero e da Sexualidade do PPGAS/Museu Nacional, especialmente Jaqueline Santana, Amiel Vieira e Everton Rangel, agradeço pelas oportunidades e conhecimentos desenvolvidos. Agradeço a André Patrasso, que me indicou referências bibliográficas, arquivos e me auxiliou em minhas dúvidas, e a Matheus Topine e Glauco José Costa, pelos comentários que fizeram sobre as versões preliminares dos capítulos que seguem em nossas reuniões durante o Projeto de Pesquisa sobre Patrimônio, Cultura e Identidade na UFRRJ/IM.

A *todxs xs* profissionais da Biblioteca Nacional, do Arquivo Geral da Cidade, do IHGB e do Arquivo Nacional, agradeço pela paciência, dedicação e esforço com que me atenderam nas inúmeras manhãs e tardes em que passei nesses locais procurando documentos, pesquisando fontes e analisando informações.

Axs professorxs da graduação, agradeço a Graciela Garcia, Rachel Alvitos, Silvia Fernandes, Surama Conde, Álvaro Nascimento, José D'Assunção Barros e Alexandre Lazzari, que me orientou em minha pesquisa monográfica e acompanhou a redação do meu pré-projeto de pesquisa para o mestrado; sua ajuda e amizade foram preciosas. Igualmente, agradeço à professora Ana Santos, que durante o ensino fundamental despertou em mim a paixão por nossa profissão e pela História.

Axs colegas do LEGESEX/UFRRJ, o meu muito obrigado a todos, todas e *todxs* em nome do professor Jonas Alves pelas discussões acadêmicas que temos em nosso grupo. Que a gente cresça mais e mais.

Axs amigxs e colegas de profissão que o PPGH/UFF me trouxe, agradeço a Allan Cardoso, Amada Vanucci, Eveline Almeida, Juliana Marques, Vinícius Coelho, Marcus V. de Oliveira, Thiago Machado de Lima e Raquel Barreto pelas trocas intelectuais, sorrisos, cervejas e momentos compartilhados, e muito especialmente a Carolina de Toledo Braga e Stella F. Gontjo, pela união que construímos, pela confiança que me deram, pela segurança que conseguimos proporcionar uns aos outros nos piores momentos desta caminhada. Vocês nunca soltaram a minha mão, e eu seguirei segurando as suas.

Este trabalho dificilmente lograria a sua finalização sem as pessoas que sempre estiveram aqui e sei que continuarão, que entenderam e souberam respeitar os meus sumiços, afastamentos, momentos de estresse e mau humor; que buscaram meios de me alegrar e me distrair quando foi preciso, me ajudaram a lidar com as crises de ansiedade e os (vários) problemas de relacionamento, sempre me impulsionando a continuar: Joille Santana, Jean

Santos, Hana Mariana da Cruz Ribeiro Costa, Pedro Negrão, Fernanda Catarcione, Juliana Matias, Dandara Nagari, Marina Soares, Lígia Maria Nonato, Valesca Muniz, Rosália Oliveira, Morgana Rocha, Aline Macedo, Caroline dos Anjos, João Pedro Santos da Silva, Isabel Maia, Tamires Cunha, Eduardo Guedes, Lindsey Corrêa, Jeniffer Cabral, Keiza Dias, Dilma Oliveira, Gabriel Moura, Luiza Azevedo, Cintia Oliveira Almeida, Victor Hugo Vasconcellos e Gisele Mendonça. Eu não chegaria até aqui sem vocês. Obrigado. A *todxs xs* colegas de graduação: obrigado pelo que construímos *juntxs*. Sigamos sempre em frente.

A história das pessoas com sexualidades ou expressões de gênero desviantes (ditas dissidentes) do padrão dominante é uma história marcada por lutas, (re)existências e união. Por isso, agradeço a *todxs* que caminham comigo nas diversas esferas e grupos articulados ou informais do movimento LGBTQI+, vivendo o ativismo e a militância cotidianamente, bem como a Jorge Freire e Vitória Vasconcelos, a quem agradeço muito especialmente pela recepção com que fui acolhido em suas casas quando estive em Brasília e Juiz de Fora, respectivamente, para participar de congressos. Suas amizades não têm preço.

À minha irmã, Marcele Gomes, e às minhas primas-irmãs Lílian Cecília e Isabel Santos, eu agradeço o suporte, o abraço acolhedor, a amizade e o sonho que sonhamos *juntxs*. O mesmo se estende ao meu tio, Tião Santos, amigo e referência que sempre me apoiou.

Por último, mas nunca menos importante, eu agradeço à minha mãe, Dalva Cardoso. Ela é a minha melhor amiga, o meu melhor colo, a minha inspiração. É minha conselheira e incentivadora. Obrigado por ser o verdadeiro sentido de amor em minha vida e por sempre ser a minha torcedora e apoiadora número um.

Dedico esta pesquisa à memória do meu pai, João Gomes. Sei que onde estiver, ele está orgulhoso.

“Comecei minha vida sexual aos 13 anos quando as mulheres da Lapa organizavam bacanais das quais participavam homens e mulheres e bichas. Com essa idade de treze anos eu fui convidado para alguns e funcionei como homem e como bicha e gostei mais de ser bicha e por isso fui bicha”.

Madame Satã, *Memórias de Madame Satã*,
1972, p. 116.

RESUMO

Na presente pesquisa visou abordar a construção de uma cultura homoerótica na cidade do Rio de Janeiro por meio da prostituição masculina em espaços públicos entre os anos de 1890 e 1938. Pensando a prostituição masculina praticada por homossexuais como parte da história da formação do mercado de trabalho e das classes trabalhadoras na passagem à modernidade, objetivo analisar as formas de representação do pensamento social sobre os homossexuais e os homens que se prostituíam para, assim, perceber aspectos de identidades compartilhadas e de redes de sociabilidade e apoio desenvolvidas entre aqueles indivíduos em uma cultura homoerótica naquele contexto histórico. A partir de uma concepção pós-estruturalista dos gêneros e das sexualidades, proponho debates sobre as tentativas de reintegração e inserção daqueles homens na sociedade republicana e industrial do Rio de Janeiro através da ordem burguesa que se consolidava dentro de uma lógica de produção de corpos de acordo com a ordem dominante masculina/ativa e da heterossexualidade compulsória, a questão da criminalização e da perseguição aos homossexuais e das práticas homoeróticas, além de tentar entender como eles elaboravam e construíam as suas auto representações e performatividades como maneiras de resistência social a partir daquelas representações sexuais e de gênero elaboradas pelos aparelhos ideológicos aos quais eram submetidos. As fontes da pesquisa são constituídas de teses e livros médicos e policiais, documentos oficiais, processos e inquéritos, jornais e obras literárias. A temporalidade é demarcada pelo Código Penal Republicano, de 1890, e pela publicação em 1938 do livro *Homossexualismo e endocrinologia*, do médico Leonídio Ribeiro – datação interna ao objeto investigado. O principal método no estudo das fontes foi o indiciário junto à análise do discurso, a partir de uma abordagem qualitativa e interpretativa dos documentos.

Palavras-chave: Homossexualidade; Homoerotismo; Prostituição Masculina; História Social; *Belle Époque*; Primeira República; Rio de Janeiro.

ABSTRACT

In the present research I intend to approach the construction of a homoerotic culture in the city of Rio de Janeiro through male prostitution in public spaces between the years of 1890 and 1938. Thinking of male prostitution practiced by homosexuals as part of the history of the formation of the labor market and the working classes in the transition to modernity, to analyze the forms of representation of social thought on homosexuals and men who were prostituted in order to perceive aspects of shared identities and networks of sociability and support developed among those individuals in a homoerotic culture in that historical context. From a post-structuralist conception of gender and sexuality, I propose debates about the attempts to reintegrate and insert those men into the republican and industrial society of Rio de Janeiro through the bourgeois order that was consolidated within a logic of production of bodies of male/active order and compulsory heterosexuality, the issue of criminalization and prosecution of homosexuals and homoerotic practices, as well as trying to understand how they elaborated and constructed their self-representations and performativity as ways of social resistance from of those sexual and gender representations elaborated by the ideological apparatus to which they were subjected. The sources of the research are constituted of theses and medical and police books, official documents, processes and inquiries, newspapers and literary works. The temporality is demarcated by the Republican Penal Code of 1890 and by the publication in 1938 of the book *Homossexualismo e endocrinologia*, by the doctor Leonídio Ribeiro – an internal dating to the investigated object. The main method in the study of the sources was the indicial method with the discourse analysis, based on a qualitative and interpretative approach to the documents.

Keywords: Homosexuality; Homoeroticism; Male Prostitution; Social History; *Belle Époque*; First Republic; Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS, MAPAS E QUADROS	14
LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES	15

INTRODUÇÃO	16
------------------	----

PRIMEIRO CAPÍTULO

Entre praças e esquinas: a formação de sociabilidades homoeróticas e a prostituição entre os homossexuais	35
---	----

1. Um prazeroso “defeito físico e moral”
2. Uma nota no jornal
3. De Corte Imperial a Distrito Federal: alterações e reformas no espaço urbano no Rio de Janeiro
4. O meretrício feminino e suas relações com o homoerotismo e a prostituição masculina
5. Mapeamento do homoerotismo e da prostituição masculina na capital da República
6. Conclusão do capítulo

SEGUNDO CAPÍTULO:

Doutores do bem e do mal: a medicina-legal e um novo discurso sobre os homossexuais e as práticas homoeróticas	85
--	----

1. República e ordem burguesa no Rio de Janeiro: a capital do novo século
2. Um lupanar para homossexuais
3. Médicos, “homossexualismo” e prostituição masculina: surge um novo discurso
4. Gênero, produção de corpos e performatividade na *belle époque* carioca e durante a Primeira República
5. Tratamentos para um “desvio”: “cura e profilaxia do ‘homossexualismo’”
6. Conclusão do capítulo

TERCEIRO CAPÍTULO:

“Homossexualismo”, prostituição e exploração sexual de menores: as formas institucionais de controle	120
1. “A infância corrompida”: os conceitos de “infância”, “criança” e “menoridade” e a sua história no Brasil	120
2. Tomavam dentro por vocação ou ser “puto” não tinha idade? As formas institucionais de controle do homoerotismo e da prostituição masculina na medicina e na família	128
3. Conclusão do capítulo	158

QUARTO CAPÍTULO:

O trabalho dos “bagaxas” e a perseguição aos “frescos”: criminalização e controle policial dos homossexuais e da prostituição masculina	163
1. De dia empregado, à noite <i>bagaxa</i>	163
2. Construção da cidadania e ordem burguesa no Rio de Janeiro: a presença dos “frescos” nos conflitos, revoltas e inquietações populares contra as novas ferramentas de controle republicano	166
3. O Código Penal de 1890: poder disciplinar, perseguição policial e criminalização dos homossexuais e da prostituição homoerótica no Rio de Janeiro	181
4. Conclusão do capítulo	196

CONCLUSÃO:	200
------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIORÁFICAS:

1. Fontes Primárias	211
2. Bibliografia citada e consultada	214

LISTA DE FIGURAS, MAPAS E QUADROS

Mapa 1	45
Mapa 2	47
Quadro 1	87
Quadro 2	98
Figura 1	37
Figura 2	66
Figura 3	122

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ANPUH – Associação Nacional de História

AGCRJ – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

ANRJ – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

BNRJ – Biblioteca Nacional

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

IHGB – Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

LEGESEX – Laboratório de Estudos de Gênero, Educação e Sexualidades

LGBTQI+ – Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, *queers* e pessoas intersexo

MHB – Movimento Homossexual Brasileiro (1978)

PPGAS/MN – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional

PPGH/UFF – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense

SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual

INTRODUÇÃO

Era o tempo do Império. A segunda metade do século XIX já ia longe e os anos transcorriam sob a administração de D. Pedro II. No Rio de Janeiro, entre os rapazes imberbes, perfumados e de longos cabelos encaracolados – penteados com o máximo de cuidado – que frequentavam os teatros em busca de diversão, os cafés e bares para encontrar amigos, e os parques públicos para obter clientes, Arthur Cabral gabava-se de ser o puto passivo mais belo de todos. Frequentador das diversões noturnas do Campo de Santana, Arthur era daqueles que desafiavam a sociedade, suas regras morais e seu conservadorismo com sua mera presença. Seu caminhar, visto mais como um lânguido desfilhar, era dotado de um cinismo e de um talento para a provocação característicos do caminhar dos “pederastas”. Ainda assim, mesmo com sua beleza e juventude, suas roupas coloridas e gestos lascivos, nada lhe garantia lucros tão significativos como aqueles obtidos pelo Traviata (descrito como feio e quase imundo).

Traviata morava na rua Senhor dos Passos, no número 156. Nas noites em que não se entregava aos prazeres proibidos que a cidade oferecia, encontrava-se com os amigos e celebrava. Conhecido entre os seus pela voz de contralto, ele gostava de cantar modinhas acompanhado de um violão, sempre com inflexões vocais lascivas e provocantes. Sua preferência era a ópera. De todas, a que cantava com mais gosto e habilidade era a ária “Violetta”, de *La Traviata*, obra de Giuseppe Verdi – e daí adivinha o seu apelido, que ele ostentava com orgulho. Ele se colocava no meio de todos e cantava rebolando todo o corpo, revirando os olhos, expressando o máximo de sua feminilidade. De tanto cantar, ficou popular entre os alunos do Gymnasio Dramatico, assíduos frequentadores do Largo do Rocio, e por eles foi levado ao teatro para participar de uma comédia.

Mas o que Traviata encarava com paixão e dizia ser a sua vocação era a chapelaria. Ele levava sempre consigo um cartão de apresentação no qual liam-se o seu apelido e o seu endereço, e o texto ilustrado por dois pequenos corações atravessados por uma longa flecha e dois anjinhos, cupidos, se beijando. Quem se guiasse pelo cartão e visitasse o seu endereço, encontraria o rosto largo, “bexigoso”, sempre maquiado com pó branco-pérola e carmim de Traviata diariamente sentado atrás de uma janela de rótula semicerrada. Ali, com seus bigodes aparados e longos cabelos, passava os dias enfeitando chapéus de muitas senhoras de variadas classes sociais, com grande talento.

Quando queria um passatempo, uma maneira de conseguir mais dinheiro ou forma de suprir carências e afetos de ordem sexual, Traviata entregava-se à prostituição. E mesmo com a sua notória feminilidade, ele atuava de maneira tanto ativa quanto passiva. Para ele pouco importava: vestia um jaquetão mexicano de gola de veludo com gravata vermelha e lenço branco; a calça era apertada, de caxemira, com sapatos envernizados nos pés. Sobre a cabeça, decorando a cabeleira negra, um chapéu de palha com fitilho azul. E assim ele ia, pela noite alta, com sua voz doce e sibilante, seu andar cínico e provocativo, efeminado e libidinoso ao máximo: andava pelos bilhares, teatros, bares e praças. Aventurava-se pelo Largo do Rocio ou pelo Passeio Público, principalmente, e nunca retornava para casa de mãos abanando. Pois sua clientela constituía-se de um público domiciliar cativo e de fregueses avulsos – e assim nunca lhe faltava quem atender.

Certa feita, Traviata foi chamado à polícia para prestar esclarecimentos sobre o ferimento que teria causado à sua vizinha durante uma briga motivada por ciúmes. A moça teria seduzido o seu amante preferido, mas o verdadeiro escândalo seria aquele provocado no distrito policial.

Assim que chegou ao edifício dirigiu-se ao Contínuo ali presente e pediu que este levasse ao Chefe de Polícia um de seus cartões de visita, informando a sua presença. O empregado hesitou em pegar o cartão, mas por fim concordou, levou e mostrou o pedaço de papel ao delegado de serviço, que revolveu chamar Traviata a sua sala alegando ter sido ele o responsável por convidá-lo a delegacia. Traviata, porém, era esperto. Disse que sabia de toda a situação, mas que iria se entender pessoalmente, e somente, com o “S. Ex. o Sr. Dr. Chefe”.

“– S. Ex. não pode perder tempo, ouvindo a sevandijas da sua ordem”, disse o delegado. E Traviata respondeu, com sua fala simultaneamente adocicada e piegas, sibilando nos *SS* e interrompendo as palavras com breves suspiros:

“– V. S. labora num erro: o Dr. Chefe de polícia é um dos meus fregueses... *passivos* (sic) ”.

Tal revelação logo se espalhou pela cidade. E Traviata tornou-se ainda mais conhecido, desfrutando dos louros de seus atos e incontáveis talentos até a sua morte, por volta da década de 1870. Ele faleceu em sua casa, cercado de seus amigos, prostitutas pobres (“da ralé”), e da “gentalha de sua espécie”.

A morte de Traviata se deu pouco tempo após a saída de cena de Atanásio, outro prostituto descrito na fonte consultada como “contumaz” que fez carreira nas ruas da cidade do Rio de Janeiro entre 1858 e 1868.

Enquanto Arthur Cabral se mantinha, aparentemente, unicamente por meio da prostituição, e Traviata tinha esta prática como uma diversão ou segunda profissão, Atanásio, por sua vez, se valia da venda de doces e “cana roletada” como pretexto para entrar, sem levantar suspeitas, em armazéns e lojas onde os donos, funcionários e caixeiros eram fregueses seus e com os quais se deitava em quartos reservados.

Atuando sexualmente tanto de maneira passiva quanto ativa, Atanásio residia na famosa Rua dos Ciganos, atual Constituição, nos entornos do Campo de Santana. Ele é descrito como um homem de pouco mais de vinte anos, alto, negro e de abdômen levemente proeminente. Sua relação com a escravidão não está clara na fonte consultada, mas em se tratando da cor de sua pele, da profissão desempenhada e do contexto histórico no qual estava inserido, suspeitamos que atuava na cidade como “escravo de ganho” – exercendo inclusive a prostituição dentro desta função. Reforçam nossa hipótese o fato de ele andar descalço e as roupas que utilizava (traje que o autor da fonte apresenta como sendo comum entre os seus pares de “cor e raça”): uma calça bombacha de brim na cor branca ou uma ganga amarela, uma camisa aberta no peito com as mangas arregaçadas para o serviço e uma jaqueta branca ou preta da qual jamais se separava e servia para diferenciá-lo dos outros negros.

Sua postura era firme, máscula, e seu comportamento e indumentária reproduziam uma lógica masculina que não dava espaço para performances femininas de nenhum caráter, destoando assim ainda mais dos dois exemplos anteriores, mesmo que ele também atuasse de maneira passiva. Atanásio fugia, com sua aparente virilidade, do estereótipo do prostituto elaborado no século XIX que relacionava o comportamento homoerótico a uma atuação efeminada ou afetada. Mas isso não o impedia de ter seus clientes, que não precisavam de tais códigos performáticos e características para aproximarem-se dele.

Além daqueles homens a quem atendia “à domicílio” ou mesmo nos fundos das lojas, Atanásio era presença costumeira no Largo do Rocio e em suas imediações, e por onde passava atraía olhares cobiçosos e sexualmente ávidos. Diz-se, ademais, que em sua casa “eram recebidos indiferentemente, em visita particular, desde o caixeiro até o senador do império”.¹

As três histórias acima são relatadas no livro *Homossexualismo (a libertinagem no Rio de Janeiro)*, do médico José Ricardo Pires de Almeida, publicado em 1906 como um “estudo sobre as perversões e inversões do instinto genital”. Além destes homens, outros

¹ PIRES DE ALMEIDA, José Ricardo. *Homossexualismo (a libertinagem no Rio de Janeiro); estudo sobre as perversões e inversões do instinto genital*. Rio de Janeiro: Laemmert e C., 1906. pp. 78-81. Respeitou-se, o máximo possível, a ortografia e os termos do período empregados pelo autor, atualizando apenas o que fosse possível ou extremamente necessário. O mesmo foi feito na transcrição das outras fontes.

também se tornaram famosos pela prática ativa ou passiva do homoerotismo e da prostituição, e chegavam a receber altas retribuições monetárias por seus serviços, como “Flor de abacate”, rapaz que durante um período de sua vida fez da Cinelândia o seu local de trabalho. A presença dos “frescos” e “bagaxas”, porém, era marginalizada, e no universo da prostituição as mulheres entraram para a história com maior destaque.

Mas nenhum daqueles homens teve uma experiência social tão “palpável” e fascinante como Zazá.² Nascido em 1915 em São Carlos, São Paulo, era conhecido pelo seu apelido entre os amigos e os clientes. Descobriu a sua homossexualidade aos treze anos de idade e logo passou a exercer a prostituição. No ano de 1931, aos 17 anos, ele mudou-se para o Rio de Janeiro onde viveu amores e aventuras, foi preso e criou laços de amizade, e o relato original de sua história foi cativante ao ponto de ser aqui utilizado como o principal estudo de caso. A vida de Zazá e os indícios que oferece serão a janela de observação de onde parto para investigar as experiências de outros homens envolvidos com a cultura homoerótica na cidade do Rio entre 1890 e 1938 e escrever as suas histórias.

A conformação dos interesses desta pesquisa

A homossexualidade e os comportamentos homoeróticos fascinam e aterrorizam o mundo ocidental há muitos séculos. Já estiveram nas páginas da literatura, no cinema, na música, na psiquiatria e na medicina. Todavia, somente em 1985 o Conselho Federal de Psicologia brasileiro deixou de tratar a homossexualidade como um “desvio sexual”. Vista enquanto orientação sexual do ser humano, está igualmente fora da lista de distúrbios mentais da Organização Mundial da Saúde desde 1990. Perdeu o seu sufixo “-ismo” adotado no final do século XIX como forma de caracterizar os aspectos “patológicos” de tal comportamento (ou “desvio”, como visto na época). Estes marcos históricos estabeleceram o fim de um ciclo composto por diversos discursos já elaborados na tentativa de entender e explicar a homossexualidade, cujos aspectos foram ora admirados e tolerados, ora condenados e perseguidos: ela já foi apresentada e estudada exaustivamente como pecado pelo pensamento religioso; como doença, desvio ou perversão pela medicina; e como crime pela polícia.

² WHITAKER, Edmur de Aguiar. *Estudo biográfico dos homossexuais (pederastas passivos) da capital de São Paulo. Aspectos da sua atividade social (costumes, hábitos, “apelidos”, “gíria”)*. Separata dos: Arquivos de Polícia Civil e de Identificação de São Paulo. V. II, n. 1, 1938-1939. pp. 248-253.

A partir da premissa levantada sobre a longa duração da prostituição no Brasil, percebi, com a mudança do regime no país na passagem do século XIX para o século XX, que esta prática paradoxalmente tornou-se mais visível e ganhou maior espaço na sociedade urbana, já que ao mesmo tempo entravam em cena as teorias higienistas e as formas de combate ao que era (e ainda é) considerado como “depravação social”. Bordéis, cabarés e zonas de meretrício feminino eram cada vez mais comuns no centro da capital da nova República. Sabe-se que essas zonas funcionavam a partir de certos códigos, leis e práticas particulares, e todos aqueles que por elas transitavam estabeleceram entre si uma rede de sociabilidade e de solidariedade. Mas não somente as mulheres se prostituíam. Muitos homossexuais também exerceram esta função e tiveram os seus clientes ou parceiros. A história desses homens, que ficaram conhecidos como “bagaxas” na virada do século, contudo, é ainda pouco conhecida e representa uma lacuna que precisa ser preenchida dentro da história do Brasil contemporâneo. Precisamente, um dos principais objetivos desta pesquisa é contribuir para o fortalecimento do movimento LGBTQI+ brasileiro na contemporaneidade trazendo para o centro do debate aspectos ignorados de sua história.

Desde meados de 2014, após um seminário apresentado nos idos tempos da graduação sobre as diversas formas de prostituição existentes no Rio de Janeiro durante a Primeira República, fiquei inquieto em saber mais sobre os “bagaxas” e tornou-se uma potência em meus objetivos acadêmicos o aprofundamento na história das pessoas e do próprio movimento LGBTQI+³, em âmbito mundial e principalmente no contexto brasileiro, e de um envolvimento mais contundente com a militância, o que se iniciou em 2016 e se

³ O uso metodológico da sigla LGBTQI+, neste trabalho, é uma escolha política e ideológica alinhada às postulações da teoria *queer* e ao movimento norte-americano para promoção da inclusão e da visibilidade do maior número possível de pessoas com orientação sexual ou expressão de gênero desviantes do padrão cis-heteronormativo socialmente imposto. Suas letras significam Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers (lidos no Brasil como “não-binários”) e Pessoas Intersexo. Optei pelo emprego desta sigla em detrimento da que é utilizada pelo movimento no Brasil, LGBT, que em minha visão não contempla toda a diversidade de experiências e vivências sexuais e de gênero existentes em nosso país atualmente. Ressalto que esta sigla, no Brasil, possui historicidade própria e é resultado dos debates produzidos nas conferências nacionais organizadas pelo próprio movimento. Sua forma atual é um lugar de disputa tanto na militância como no interior da academia, dividindo a opinião de pesquisadores, autores e militantes/ativistas entre o uso conforme a sua construção nacional e o uso de acordo com os padrões norte-americanos. Uma das maiores críticas levantadas pelo movimento brasileiro diz que a sigla estadunidense não foi pensada de acordo com os padrões aqui experimentados; minha vivência política e social, porém, discorda desse argumento, haja vista a constante reelaboração e o incessante questionamento dos gêneros e das sexualidades entre determinados grupos nacionais que buscam um maior empoderamento. Para entender o longo processo de constituição do movimento LGBT no Brasil, sua história, lutas, disputas internas e a formação das identidades contemporâneas, ver: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). *História do movimento LGBT no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. Para a compreensão da formação e das postulações da teoria *queer*, ver: MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. 3. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora / UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2017 (Série Cadernos da Diversidade, vol. 6); SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. 1. ed. 4. reimpr. Tradução e notas: Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2017.

aprofundou a partir do ano de 2018. Este percurso pessoal está inserido, sem dúvida, no quadro de interesses teóricos que integram a realização desta pesquisa, bem como o entendimento da sexualidade e de suas práticas nos processos de construção das subjetividades e identidades homossexuais, individuais e coletivas, respectivamente.

Retirando todas as interpretações discursivas apresentadas anteriormente a respeito do debate sobre a homossexualidade, qual novo discurso podemos desenvolver para substituí-las? Nada mais sensato do que interpretarmos a homossexualidade enquanto mais uma expressão comum da sexualidade dos seres humanos. Esta chave de leitura é ainda pouco elaborada e apenas recentemente passou a ser encarada com profundidade – principalmente a partir de autores como Michael Pollak⁴, Michel Foucault e Jurandir Freire Costa. Sobretudo nas últimas décadas, a homossexualidade saiu dos domínios do “não-dito” e uma explosão discursiva sobre a temática se deu principalmente entre os antropólogos e sociólogos. Mas ainda há muito a ser feito (e dito) sobre isto no campo historiográfico brasileiro.

A História tem como objeto de estudo as mudanças provocadas pelas ações dos indivíduos e grupos no processo social. Até meados do século XIX – e por isso esta introdução começa com três histórias anteriores ao recorte temporal estabelecido –, os homossexuais constituíam uma realidade submersa no cotidiano. Desde os tempos pré-coloniais a presença de comportamentos homoeróticos no Brasil foi notada entre as tribos indígenas, e posteriormente, durante o Império, entre os escravos e seus senhores. A homossexualidade, por fim, chegou ao espaço urbano com a passagem do século XIX para o século XX, e provocou a elaboração de novos discursos, que aqui trato enquanto fontes a partir da eleição de métodos que me levaram a “inventar os meus documentos”. Então proponho uma leitura de tal comportamento sexual como comum – não “normal”, o que denota a anormalidade, nem “natural” (em termos físicos ou biológicos), que representa uma armadilha dentro da lógica médica e jurídica a justificar medidas “corretivas”, mas comum. Isto é, a homossexualidade como mais uma expressão entre tantas outras do vasto leque de possibilidades sexuais disponível aos seres humanos, um caminho próprio e legítimo para o orgasmo e a realização afetiva.

⁴ POLLAK, Michael. “A homossexualidade masculina, ou: a felicidade do gueto?” In: ARIÈS, Philippe; BÉJIN, Andre. (orgs.) *Sexualidades Ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade*. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. pp. 54-76.

A busca do objeto: o método indiciário, hipóteses e conceitos utilizados

Nesta pesquisa, tem-se como objetivo ampliar o conhecimento social de uma cultura dos homossexuais masculinos (“frescos”, como popularmente eram chamados) e da relação destes com a prostituição masculina (como informa o médico Francisco Ferraz de Macedo, o homem que se prostituía, assim como algumas mulheres, era chamado pelo jargão importado de Portugal “bagaxa”, de “bagaxeira”), levando em consideração os seus espaços urbanos de interação, os seus códigos de comportamento, vocabulário, identidades compartilhadas, subjetividades e formas de perseguição e repressão entre 1890 e 1938. Mesmo que os termos socialmente empregados em referência aos homossexuais e seus comportamentos e práticas tenham mudado durante todo o período em análise, dou preferência à utilização de “frescos” e “bagaxas” por sua longa duração.

Com o advento da República e o fim da escravidão, a sociedade carioca passou por alterações sociais, políticas e jurídicas bastante importantes e que não podem ser ignoradas. A cidade do Rio de Janeiro se tornou palco para a aplicação dos esforços modernizantes da ordem burguesa e industrial, e exibia uma política de exclusão e supressão daqueles indivíduos marginalizados e identificados como não compatíveis com o novo padrão de sociabilidade e existência que era imposto. Embora Carl Schorske apresente a cidade como vício e/ou uma construção para além do bem e do mal⁵, e Nicolau Sevcenko seja taxativo acerca de um suposto “caos urbano” que governaria o Rio no início do século passado⁶, rejeito ambas interpretações, conservadoras e já ultrapassadas, mesmo que em alguns momentos eu possa delas me valer para desconstruir ideias já estabelecidas acerca do meu objeto. Assim, ainda que eu saiba e igualmente critique o seu caráter moralista, aproximo-me aqui, muito mais, do pensamento de Michel de Certeau⁷ segundo o qual a cidade, ao ser estabelecida como sujeito operador de controle, delinear a perseguição e exclusão através do discurso urbanístico a tudo e todos que fossem vistos como problemas sociais ou tipos de “poluição” urbana. De tal maneira, a cidade seria o resultado de esforços conservadores de segregação e invisibilização, bem como de sua capacidade regulatória.

⁵ SCHORSKE, Carl E. “A ideia de cidade no pensamento europeu”. In: _____. *Pensando com a História: indagações na passagem para o modernismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Tradução: Pedro Maia Soares. pp. 53-72.

⁶ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 1. reimpressão. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

⁷ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3. ed. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Rio de Janeiro, Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

O corpo homossexual tornou-se, na conjuntura do estabelecimento da ordem burguesa no contexto histórico em análise, objeto de novos saberes, transitando do discurso religioso para os discursos médicos e jurídicos. Assim, a homossexualidade, a partir de meados do século XIX, deixou de ser uma figura legal criminal em si e passou a ser tratada como uma doença, uma patologia (daí o sufixo “-ismo” no termo “homossexualismo” – atualmente considerado inapropriado), e a sua prática, visando o lucro pela prostituição ou não, um crime. Por sua vez, sua repressão e criminalização se deram no regime republicano sob novas justificativas, métodos e enquadramentos político-ideológicos ditos “modernos”. A medicina-legal no início da República, portanto, se consolidou como uma instituição de controle social e, se por um lado estes homens não eram mais criminalizados enquanto sodomitas (somente pela sua prática), por outro eram vistos como “doentes”, “viciados”, “pervertidos” ou “invertidos” cujos corpos necessitavam de tratamento. Mas será que eles concordavam com esta forma de representação e tratamento? Aceitavam ou buscavam resistir ao poder disciplinar que se impunha sobre eles e que em última instância intencionava curar os seus corpos?

Tendo como início deste estudo uma visão ampliada da estrutura social da cidade do Rio de Janeiro e de um recorte temporal específico, notei que havia uma forte relação para a sociedade da época entre a prostituição, a efeminação masculina e a homossexualidade. Esta era a principal representação do homoerotismo no início do século XX, a identidade que médicos, policiais e juristas lhes deram.

Ainda assim, mesmo que os homossexuais fossem relacionados ao universo da prostituição, os estudos específicos sobre a prostituição feminina no Brasil, por sua vez, mostram que a sua prática era tratada como uma questão policial, instituição responsável por sua repressão e normatização, enquanto que em outros países da América do Sul, por exemplo, era uma questão médico-sanitarista. Estas realidades provocaram uma série de questionamentos, tais como: teria a prostituição masculina, no Brasil, recebido o mesmo tratamento que a feminina, sendo vista como uma questão policial, ou não? Seria o machismo estrutural dos aparelhos ideológicos e das instituições o responsável por isso? Essas representações sobre os homossexuais e o comportamento homoerótico mudaram com o passar do tempo? Aqueles homens reconheciam-se nessas representações? Como se organizaram para sobreviver e resistir ao processo de reformas urbanas e a repressão policial da época? Quais eram as suas histórias e por que muitos escolheram a prostituição como forma de trabalho? Como se dava a elaboração de identidades e performances a partir da discordância e dos embates com os aparelhos ideológicos de poder e controle?

Intenciono com este estudo contribuir para a retirada das sombras dos homossexuais das primeiras décadas republicanas que recorreram, nas ruas e áreas centrais do Rio de Janeiro, à prostituição como forma de sobrevivência e resistência e como recurso para a elaboração e circulação de identidades em uma cultura homoerótica, além de descobrir como aqueles indivíduos transitavam pelas zonas de meretrício feminino, criavam o seu mundo sócio-político particular e as suas redes de sociabilidade onde circulavam demonstrações de solidariedade, bem como de que forma eram vistos e representados pela sociedade e como levavam as suas vidas frente à desordem política e à repressão policial e higienista no Rio de Janeiro. O homossexual masculino naquele período (e desde antes) era automaticamente relacionado à prostituição. Defendo aqui, porém, que nem todo homossexual do início do século se prostituiu. Muitos deles buscaram trabalho nos bordéis e cabarés das prostitutas, ou até em teatros, bares e casas de espetáculos. Mas os que realmente interessam aqui são aqueles que, acredito, tinham certa consciência biopolítica de si, dos cuidados e usos possíveis de seus corpos e da construção da prostituição enquanto espaço de luta, sobrevivência e formação de papéis sociais, subjetividades e identidades.

Embora sejam priorizadas a última década do século XIX e as três primeiras do século XX, passando assim pelo período conhecido como *belle époque* carioca até o início do Estado Novo, o recorte temporal foi estabelecido respeitando uma temporalidade interna ao próprio objeto, mas por ser delimitado por documentos produzidos por autoridades jurídicas e médicas, representantes do poder disciplinar da ordem burguesa e da lógica compulsória heterossexual do período, e não por homossexuais de fato, pode parecer reproduzir um olhar heteronormativo. Até mesmo no caso de Zazá, um relato escrito pelo próprio indivíduo, sua história passou pelo controle e edição do autor do livro, Edmur Whitaker, antes de ser publicado.

Esforcei-me em tentar ultrapassar esta barreira desconstruindo a aparência de verdade absoluta atribuída aos documentos utilizados, e assim busquei, através de métodos e abordagens, as experiências sociais daqueles indivíduos numa leitura a contrapelo das informações, buscando as alteridades, para além das intencionalidades explícitas nos documentos. Li e analisei as fontes documentais, dessa forma, por meio de uma mediação crítica que constitui o próprio ofício do historiador. Assim, uso como marco inicial da pesquisa o ano de 1890, em que se aprovou o primeiro Código Penal republicano, com artigos de leis responsáveis pela perseguição, detenção e prisão de diversos homossexuais; e 1938 como marco final, ano da publicação do livro *Homossexualismo e endocrinologia*, de Leonídio Ribeiro, segundo o qual iniciou-se, em 1937, uma campanha repressiva mais pesada,

direcionada pela polícia, contra os rapazes que se prostituíam no Rio de Janeiro. Outrossim, tal livro figura como um “divisor de águas”, simbolizando e reforçando um novo momento de uma nova interpretação sobre a homossexualidade no discurso médico.

O leitor e a leitora atentos devem ter percebido, agora que explicado e definido o recorte temporal, que acontece no início desta introdução um recuo até o período imperial, portanto anterior a 1890 e antes da promulgação do Código Penal, com a história de três homossexuais famosos por fazerem a vida como “bagaxas” no Rio de Janeiro da época. Por que fiz isto? Embora a discussão seja desenvolvida sobre um período e um contexto histórico específicos, não poupei, sempre que necessário ou interessante fosse, a ampliação da escala temporal para estabelecer comparações ou agregar informações pertinentes para a compreensão do objeto dentro da conjuntura delimitada.

A partir da história de Zazá, busquei outras histórias de homens que se prostituíam e a vida de homossexuais na cidade do Rio, e com a costura destes indícios, junto à análise do discurso das fontes e da leitura da bibliografia, nota-se entre 1890 e 1938 um período de comprovada prática da prostituição masculina nas ruas da então capital da República e de medidas para a sua repressão, disciplinarização e normatização, o que garante a sustentação da hipótese inicialmente elaborada: a formação de subjetividades individuais, de uma identidade cultural compartilhada e de redes de sociabilidade entre os homossexuais que se prostituíam naquele período.

É interessante, aqui, comprovar movimentos e práticas homoeróticas que demonstrem a sua organização, a sua identificação enquanto grupo e a visão que eles tinham de si mesmos dentro da “cultura subalterna” que formaram. Pretendo, através da documentação selecionada, realizar uma história social que leve em consideração aspectos ignorados das experiências históricas daqueles homens, ou que possibilite uma aproximação com as suas vivências, contradições, participações nos processos sociais e políticos, práticas e representações para além da visão condicionada pela religião e pelos discursos médico, jurídico e policial da sociedade – sempre analisando tais experiências dentro da conjuntura de formação da classe trabalhadora no Brasil, a partir de uma perspectiva sociológica pós-estruturalista da formação dos gêneros e sexualidades.

Neste sentido, levantei hipóteses para as questões anteriormente apresentadas e determinei o método indiciário como a principal metodologia para esta pesquisa, congregada

à análise do discurso e a uma visão historiográfica sobre os “de baixo”.⁸ A partir do relato de Zazá reproduzido por Edmur Whitaker, sendo a sua história a que mais se aproxima das questões levantadas e do argumento defendido, fui seguindo o caminho aberto por Carlo Ginzburg⁹ e buscando outras fontes e documentos para que com o conjunto de vestígios disponível alcançasse a reconstrução histórica do objeto em análise. A proposta, com este método¹⁰, foi recolher dados variados, marginais, em fontes diversas e interpretá-las como testemunhos e indícios da realidade dos homens envolvidos com o homoerotismo no Rio de Janeiro no período estudado.

A materialidade do objeto investigado se dá, portanto, através da análise dos discursos dos documentos selecionados e construídos como fontes, que permitem uma aproximação com a realidade histórica e o fenômeno específico pretendidos. Michel Foucault, em *A ordem do discurso*¹¹, chama a atenção para o poder de que o discurso é dotado, pois ele não traduz simplesmente as lutas ou os sistemas de dominação que o produziram, mas representa o poder que as classes dominadas querem deter, aquilo pelo que lutam: o poder de contar suas próprias histórias. Desta maneira, adota-se a análise do discurso para trabalhar com os indícios recolhidos a partir de uma abordagem qualitativa e interpretativa dos documentos.

Depender exclusivamente de fontes produzidas pelo Estado, pelas classes dominantes e pelas autoridades pode apresentar somente uma visão distorcida do que se investiga. Como os homossexuais do período estudado não deixaram muitos registros, relatos e indícios produzidos por eles mesmos, e tendo em vista que as poucas fontes sobre este objeto já foram amplamente utilizadas por diversos autores – o que poderia parecer, inicialmente, um problema, na verdade mostrou-se útil na construção de diálogos e interpretações mais aprofundadas –, optei por métodos que permitiram vislumbrar o caminhar de suas histórias e experiências sociais pela intertextualidade provocada no cruzamento das fontes, algumas até então inéditas, como a nota publicada no jornal *O Rio Nu* e o romance de Luís Martins, como se verá adiante.

⁸ THOMPSON, Edward P. “A História vista de baixo”. In: _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 2. ed. 1. reimpressão. Org.: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014. pp. 185-201.

⁹ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. 1. ed. 12 reimp. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras (Cia. De Bolso), 2017.

¹⁰ COELHO, Ana Luíza Ferreira. “O paradigma indiciário como metodologia para estudos historiográficos”. In: *Anais do 8º Fórum FEPEG*, Unimontes, Montes Claros, MG. 2014.

¹¹ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 5. ed. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

As fontes trabalhadas dividem-se em seis tipos: teses médicas, livros e teses policiais, documentação oficial do Estado, literatura, imprensa e processos criminais. Devido a esta variedade documental, decidi por seccioná-las de acordo com os seus tipos, hierarquizando-as para que o trabalho se tornasse mais fácil e organizado, mas este método em nada interfere no texto em si ou em sua leitura. Algumas das fontes analisadas tratam exclusiva e diretamente da questão da homossexualidade, da prostituição masculina e/ou demais práticas homoeróticas, enquanto outras falam sobre temas afins, como a repressão, a “vadiagem”, a prostituição feminina, a organização da instituição policial ou a sociedade do período. Importante ressaltar, de igual maneira, a preferência dada às fontes produzidas no Rio de Janeiro e por autores brasileiros dentro da datação proposta (1890-1938), mas que isto não exclui um ou outro documento, de relevância ao tema, que tenha sido produzido alguns anos antes ou depois.

Para que as inevitáveis projeções do fazer histórico estivessem sob controle (haja vista o difícil exercício realizado pelo historiador que ao olhar para o seu objeto, no passado, não pode analisá-lo com os mesmos olhos com que observa o seu mundo contemporâneo, nem muito menos manipular as fontes para que digam o que ele quer), pensei esta pesquisa segundo conceitos como o moderno e a modernidade, as rupturas e as continuidades, as práticas e as representações¹², os modos de produção e as redes de sociabilidade. Outros ainda serão aqui empregados como bases fundamentais desta pesquisa, instrumentos metodológicos elencados para dar conta da análise nas fontes do objeto em questão, como o conceito de *homoerotismo* (ou comportamentos homoeróticos) enquanto signo simbólico por sua ampla constituição de sentidos acerca das relações sociais, afetivas, sexuais e eróticas para tratar das condutas dos homossexuais, e o de *homossexualidade* (ou homossexual) como referência aos indivíduos em si, como signo material dos discursos elaborados. Sobre este último conceito é preciso apresentar a sua categorização enquanto um termo dotado de historicidade própria, que não é uniforme nem estável enquanto fenômeno, que surgiu como ferramenta da medicina para se referir ao universo de práticas, afetos e relações estabelecidas entre pessoas do mesmo gênero. As condutas homoeróticas, por sua vez, constituem uma categoria semântica aqui suscetível a múltiplos significantes e interpretações – por não serem ontologicamente ligadas à essência dos seres ou expressões de escolhas intencionais, permitem a elaboração de um campo de análise formado pelos desejos e experiências dos homossexuais dentro da lógica discursiva, onde toda experiência se concretiza segundo dispositivos de linguagem.

¹² CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. 2. ed. Lisboa, Portugal: Difel, 2002.

Importante destacar, também, que o uso do termo *viril*, de *virilidade*, será empregado aqui enquanto conceito relacionado ao gênero masculino, e não como unidade semântica pertencente ao universo da masculinidade heterossexual e ativa hegemônica.

Na busca pelas identidades compartilhadas na formação de uma cultura identitária, surgiu um desafio imposto pelo próprio conceito de *subjetividade*, componente daquelas. Recorrendo a Félix Guattari e Suely Rolnik, entendo como solução para o problema a percepção da vida em sociedade como um campo percorrido por práticas, discursos, símbolos, signos e fluxos variados que atuam, ao longo de nossas vidas, no processo de constituição das subjetividades. Ela é, assim, resultado de uma produção social complexa, compartilhada, podendo ser individual e articulada em grupos e coletivos.¹³

Outra conceituação que carece de definição é a de *identidade*, cuja fundamentação busquei em Stuart Hall.¹⁴ Ele argumenta que as velhas concepções sobre a identidade estão passando por uma crise, um declínio e uma fragmentação no processo de transição para a pós-modernidade. Ainda assim, mesmo com esta crise, concebo que a identidade é constituída pela cultura na qual o indivíduo se inscreve, tal como a subjetividade, e promove pertencimentos sexuais, étnicos, religiosos, comportamentais etc. A noção de “identidade sociológica”, que para Hall é a que passa pela crise na pós-modernidade, é a que melhor se enquadrou nesta análise. Segundo este conceito, os indivíduos são sujeitos dotados de um núcleo interior, o “eu real”, cuja essência é modificada pelo constante diálogo com o mundo “exterior”, com o convívio em grupo e nas redes de sociabilidade. Assim, num processo dialético, a subjetividade dos indivíduos forma-se na prática e no contato com o universo sociocultural e político no qual se inscrevem, e se conforma enquanto identidade quando os sujeitos tomam para si a agência de suas relações e se estabelecem como atores sociais. Esta identidade é uma “sutura” entre o indivíduo e a cultura na qual ele se insere, promovendo estabilidade e união.

Mas então qual seriam as minhas definições para *cultura*, já que é inescapável perceber subjetividades individuais e identidades compartilhadas sem o seu entendimento? De acordo com Richard Price e Sidney Mintz¹⁵, a cultura é um conjunto de crenças, valores e

¹³ GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. Apud: BARRETO, Victor Hugo de Souza. *Vamos fazer uma sacanagem gostosa? Uma etnografia da prostituição masculina carioca*. Niterói, RJ: EdUFF, 2017. pp. 28-29.

¹⁴ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

¹⁵ MINTZ, Sidney W.; PRICE, Richard. *An anthropological approach to the Afro-American past: a Caribbean perspective*. Philadelphia, Institute for the Study of Human Issues, 1976. Apud: CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras (Cia. de Bolso), 2011. pp. 26-27.

comportamentos que são socialmente elaborados, selecionados, adquiridos e modelados dando coesão ao grupo e servindo-lhe de guia. Ao mesmo tempo, tal definição se complementa com a oferecida por Mikhail Bakhtin¹⁶, segundo o qual esta seria uma realidade resultante da circularidade de influências entre as expressões culturais das classes subalternas com a cultura dominante. Bakhtin utiliza a ideia de “circularidade cultural” no caso da Europa pré-industrial com um enfoque sobre as relações de força e poder que fazem da cultura um movimento heterogêneo de disputa e apropriação entre forças dominantes e dominadas. Neste sentido, o conceito de cultura não fica limitado à simples compreensão do conjunto de valores, crenças e práticas que constituem e são constituídas por um determinado grupo social. Por isso, nesta análise ela é aplicada em diálogo com a conceituação de Price e Mintz ao contexto de estabelecimento da ordem burguesa e industrial no Rio de Janeiro do início do século XX para entender a formação da cultura compartilhada pelos “frescos” e “bagaxas”. Pela ideia de circularidade, o conceito de cultura passa a ser percebido dialeticamente, onde um determinado contexto cultural se insere num processo social mais amplo. Ao longo da pesquisa, pude notar como aqueles indivíduos “encenavam” ou “performavam” as suas resistências e se apropriavam, adaptavam e ressignificavam códigos, posturas, comportamentos e territórios das classes dominantes dando um sentido novo às suas próprias experiências.

Entendendo a *sociedade* como uma arena formada por disputas de poder, contradições e trocas promovidas por processos de circularidade, onde se formam e são utilizadas as culturas disponíveis, é preciso entender, também, que ela se constitui por formas sociais, políticas e econômicas, como a ordem jurídica, o mercado de trabalho e o Estado, e todas elas ganham materialidade no conceito de *instituição*. As instituições são, de acordo com a fundamentação trazida por Joachim Hirsch, “[...] modos de orientação, rotinização e coordenação de comportamentos que tanto orientam a ação social como a torna normalmente possível, proporcionando relativa estabilidade aos sistemas sociais”.¹⁷ Assim, para o satisfatório “funcionamento” e consequente estabilidade da *sociedade*, faz-se necessário que as *instituições* existam para absorver os conflitos da vida social e atuem, por meio do exercício do biopoder, aplicando as normas de controle e os padrões disciplinares de modo a orientar a ação dos indivíduos, que ao terem os seus comportamentos, ações e a própria

¹⁶ BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. São Paulo: Hucitec, 1987. Apud: GINZBURG, Carlo. Op. Cit., 2017. pp. 10-18.

¹⁷ HIRSCH, Joachim. “Forma política, instituições políticas e Estado – I”. In: *Crítica Marxista*, n. 24, 2007. p. 26. Apud: ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte, MG: Letramento, 2018. p. 29.

cultura inseridos e estabelecidos previamente em significados desenvolvidos pela ordem social, tornam-se *sujeitos* pelo poder exercido na atuação das instituições.¹⁸ O jogo social se desenrola a partir das disputas de poder travadas entre os sujeitos e as instituições que visam discipliná-los, cujos exemplos aqui são a ordem jurídica, a família, o corpo policial e a medicina. O conceito de biopoder, por sua vez, retirado das postulações de Foucault¹⁹, será definido e exemplificado ao longo da pesquisa, posto que perpassa toda a construção deste trabalho, assim como os conceitos de *pathos* e *eros* – este último fundamental para a discussão que trazemos ao final deste trabalho sobre a sexualidade e o erotismo na formação da subjetividade dos indivíduos homossexuais.

Por *pathos*, conceito filosófico cuja etimologia remonta aos gregos, entendo as paixões, os desejos, a emoção e o sofrimento dos indivíduos. Como poderá ser observado, é o local para onde confluem com grande potência a maioria das vivências compartilhadas pelos “frescos” e “bagaxas” na conjuntura em análise. As semelhanças entre as suas experiências, como a saída ou expulsão do lar familiar, a migração territorial, a exclusão social e os desamores vividos na realidade da prostituição mostram as vicissitudes e dificuldades por que passavam, como aquilo os afetavam e quais os dispositivos acessavam para superar as *dores*. Ainda que as fontes sejam distantes e externas, o *pathos* é uma verdade inegável das experiências de vida daqueles homens, que se esforçavam em não sucumbir ao controle e ao poder disciplinar institucional. O *pathos* fazia parte inclusive do exercício da *prostituição*²⁰, por mais que os “bagaxas” alegassem prazer, satisfação e felicidade com a sua prática.

Não esquecendo que a heterossexualidade é compulsória e se faz sempre presente em todos os níveis da vida e em todas as categorias mentais e discursivas, intencionei uma análise dos fenômenos públicos do homoerotismo e da homossexualidade em si na cidade do Rio de Janeiro por meio da conformação, assim como propõe Carlos Figari²¹, de diversas experiências sociais dentro desta lógica. A prostituição masculina (também chamada “viril” por alguns autores²²) naquele período histórico ocorria de maneira diferente das interpretações

¹⁸ ALMEIDA, Op. Cit., 2018, p. 30.

¹⁹ FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica – curso no Collège de France (1978-1979)*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

²⁰ Nesta pesquisa concebo a prostituição como uma forma de trabalho, mas concordo igualmente com Néstor Perlongher para quem a “prostituição masculina” pode ser pensada como uma possibilidade de trocas entre indivíduos a partir de uma estrutura de prestação de serviços, neste caso específico os sexuais, posto que entre o prostituto e o cliente se estabelece um tipo singular de contrato. Ver em: PERLONGHER, Néstor Osvaldo. *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. pp. 247-253.

²¹ FIGARI, Carlos. *@s outr@s cariocas: interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro: séculos XVII ao XX*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

²² O modelo de análise da prostituição masculina mais em voga nas ciências sociais no Brasil é o que foi desenvolvido por Perlongher em sua pesquisa sobre os michês em São Paulo na década de 1980, servindo de

a seu respeito que temos hoje²³, mas já se configurava de acordo com um “duplo aspecto”: uma “fuga libidinal, por um lado; proliferação de dispositivos de controle, pelo outro”.²⁴

Analisando o passado a partir dos parâmetros de *gênero* e *sexualidade*, é possível compreender tais parâmetros no presente, sem cair no arriscado problema do anacronismo. Longe de trilhar um estudo sobre as origens ou causas da homossexualidade, do homoerotismo ou da prostituição homossexual, ou de buscar uma narrativa historiográfica linear e sequencial (o que de partida seria praticamente impossível por conta da dispersão das fontes e do objeto estar colocado enquanto uma subalternidade fragmentada), interessou-me muito mais descobrir como viviam os homossexuais e como desenvolveram uma identidade de grupo numa cultura forçada pela pressão das instituições sociais e pelo poder das classes dominantes a buscar mecanismos de resistência, inclusive por meio da prostituição.

A historiografia é feita, sempre, de um lado pela reconstrução do processo e dos acontecimentos históricos por meio das fontes documentais, e de outro por uma boa dose de intuição do pesquisador. Nos próximos capítulos, portanto, partindo sempre de um exercício imaginativo fundamentado em uma história real ou ficcional apreendida na análise documental, realizei uma espécie de “etnografia semântica”, ou até mesmo uma “genealogia discursiva” (como na genealogia foucaultiana, buscando os poderes institucionais por trás da produção discursiva analisada) da homossexualidade e das práticas homoeróticas dentro dos recortes espacial e temporal estabelecidos. Propus debates historiográficos com postura crítica e interdisciplinar, em decorrência da variedade e da fragmentação documental que consegui dispor relativamente ao objeto pesquisado. Em cada capítulo, todos divididos em subtemas relacionados com a problemática principal, busquei respostas para as questões levantadas e a comprovação (ou não) das hipóteses, e ao final de cada um elaborei uma pequena conclusão sobre os assuntos tratados nele.

base e inspiração para etnografias com este recorte temático ainda hoje. Na construção do seu estudo, ele emprega o termo “prostituição viril” para caracterizar a prostituição realizada por homens, tivessem eles clientes do gênero masculino ou do gênero feminino. Promove, então, uma diferenciação desta com a “prostituição travesti”, realizada por homens que performavam feminilidade por meio do “travestismo” (ainda não havia a construção da travestilidade como identidade e expressão de gênero). Ambas modalidades compunham, em sua concepção, a “prostituição homossexual”, oposta à “prostituição feminina”. Neste trabalho, todavia, não recorro a este modelo teórico, posto que no contexto histórico em análise o “travestismo” ainda não era pensado como uma prática definidora da subjetividade do indivíduo. Utilizo aqui, sem distinções, os termos “prostituição viril”, “prostituição masculina” e “prostituição homossexual” como referência às trocas ocorridas na estrutura de prestação de serviços sexuais acessada por homossexuais, no contexto do homoerotismo do Rio de Janeiro entre 1890 e 1938. Portanto, são aplicados com uma datação histórica específica; diferentes nos termos empregados, mas referentes a uma só prática. Ver: PERLONGHER, Op. Cit., 1987; BARRETO, Op. Cit., 2017, p. 65.

²³ BARRETO, Op. Cit., 2017.

²⁴ PERLONGHER, Op. Cit., p. 252.

O percurso trilhado

Alicerçado nas postulações apresentadas, no Primeiro Capítulo, redigido como quem costura uma colcha de retalhos por conta dos variados tipos de fontes trabalhadas (meus “fragmentos históricos”), discorri acerca de um eixo basilar desta pesquisa: a ideia do espaço social enquanto uma formação elaborada por diversos atores que se encontram em disputa permanente, seja de maneira simbólica ou material, promovendo circularidades, trocas, apropriações e ressignificações. A partir da história de Zazá, debati a criação de redes de apoio, sociabilidade e solidariedade por homossexuais que se prostituíam, entre si e com outros grupos sociais (como as prostitutas), nas ruas e praças da cidade do Rio de Janeiro, bem como os seus gestos e estereótipos de identificação comportamental. Falo, nele, sobre as reformas e obras que modificaram o cenário urbano da cidade e os comportamentos, e levanto questões sobre o impacto ou não dessas mudanças e suas consequências nas experiências e vivências dos homossexuais do período estudado.

No Segundo Capítulo, para me aproximar da cultura elaborada por aquele grupo, dei destaque ao discurso médico, fonte produzida por representantes da cultura dominante no contexto de estabelecimento da ordem burguesa no Brasil, que dedicavam-se a impor o controle e a disciplina sobre as classes populares. Buscando vivências semelhantes às de Zazá, apresento a história de um brigadeiro do exército estudado pelo médico Pires de Almeida, segundo o qual aquele indivíduo teria, na década de 1890, sido dono de um prostíbulo de homossexuais no centro da cidade do Rio de Janeiro. Sendo a base documental principal para este capítulo, é deveras significativo e intencional o uso que faço da produção médica, cujo saber se estabelecia naquela conjuntura como detentor da verdade e determinante da aplicação dos poderes de controle. Tentei construir o nosso texto de acordo com uma interpretação deste novo discurso privilegiado na passagem do século para explicar a homossexualidade e a prostituição masculina. Tem igual lugar uma discussão sobre gênero e performatividade no que tange aos comportamentos homoeróticos vistos pela medicina e a produção dos corpos visando um tratamento médico para aqueles indivíduos dentro de uma lógica compulsória que os enquadrasse na ordem heterossexual, masculina e ativa, bem como sobre os fatores que muitas vezes levavam aqueles homens a escolherem a prostituição.

Os capítulos Terceiro e Quarto abordam, em linhas gerais, a questão do biopoder e do poder disciplinar exercidos pelas instituições responsáveis pelo estabelecimento e manutenção da ordem burguesa na cidade do Rio de Janeiro na virada para o século XX.

Trago a problemática das crianças e adolescentes em situação de rua e sua relação com o universo do “homossexualismo” e da prostituição, assim como o comércio sexual entre os menores de idade e os adultos. Outrossim, tratei nele sobre a criminalização e a perseguição aos homossexuais e aos homens que se prostituíam ou estavam envolvidos com práticas homoeróticas de caráter mais amplo pelos aparatos jurídicos e policiais. Esforcei-me para não deixar dúvidas sobre as atitudes da polícia, do judiciário e das próprias famílias daqueles indivíduos numa conjuntura histórica pré-internação compulsória (realidade que ganhou força no Brasil para o “tratamento” do “homossexualismo” após a década de 1940), fazendo igualmente uma discussão acerca da instituição familiar no âmbito do Rio de Janeiro do início do século passado. Em franco diálogo com o Segundo Capítulo, objetivou-se mostrar que, ao ocuparem um local marginalizado daquela sociedade, os homossexuais que se prostituíam empreenderam entre si relações de poder para afirmar suas posições e legitimar sua existência, suas práticas e seu discurso. E, além disso, elaboraram ferramentas para se protegerem da perseguição e continuarem existindo.

O trabalho tem seu fim na Conclusão onde, diferentemente das conclusões temáticas feitas ao final de cada capítulo, retomo os principais pontos discutidos ao longo da dissertação e proponho uma argumentação sobre a sexualidade e o erotismo na constituição da figura do “homossexual”. Aqui a dissertação se encerra com um balanço teórico acerca das contribuições e objetivos alcançados ao longo da pesquisa.

Partes dos capítulos que seguem e versões preliminares dos debates e argumentos realizados neste estudo foram apresentados e discutidos em eventos, simpósios e seminários e publicados em revistas e anais ao longo dos últimos dois anos. Seus títulos e referências estão adequadamente citados na bibliografia.

O século XX foi um terreno fértil onde brotaram possibilidades de modernização do país, que viu o início de um processo de formação de identidades e subjetividades até então ignoradas, ocultadas pela exclusão do espaço urbano, definidas como “desviantes” ou “dissidentes”. Este processo, sem dúvida, foi transpassado por questões interseccionais²⁵ de classe, gênero, raça e sexualidade que só contemporaneamente é possível identificar. Mas a representação dos homossexuais e do comportamento homoerótico pôde começar a ser alterada, saindo da categorização médica, somente na segunda metade do século XX, principalmente com o processo de redemocratização do país. E ainda hoje parte da historiografia defende um processo tardio para o “surgimento” das identidades homoeróticas

²⁵ HIRATA, Helena. “Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais”. In: *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 26, n. 1, junho de 2014. pp. 61-73.

no Brasil, discurso oriundo do fato de a afirmação dos direitos dos homossexuais serem resultado de processos políticos muito recentes (algo que só teria o seu início no Brasil na década de 1970). Desse modo, um dos desafios que se converteram em meta deste trabalho foi encontrar evidências nas fontes de movimentos de afirmação e resistência dos “frescos” e “bagaxas” na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1890 e 1938. Ou seja, conseguir comprovar movimentos e práticas homoeróticas que demonstrem a sua organização, a sua identificação enquanto grupo e a visão subjetiva que eles tinham de si mesmos (e que não necessariamente se encaixava no esquema binário de gênero definido pela norma heterossexual entre “masculinidade/atividade” e “feminilidade/passividade” – onde os que apresentavam um comportamento sexual ativo eram mais “tolerados” que os outros). Assim, a presente pesquisa possui relevância científica ao lançar luzes sobre um tema que até pouco tempo era ainda pouco tratado na área da história quando comparado a outras áreas das ciências humanas e sociais, como a psicologia e a sociologia, e por redefinir objetos e possibilidades; e relevância social, ao se debruçar sobre uma realidade de grande importância para o movimento LGBTQI+ na atualidade.

PRIMEIRO CAPÍTULO

ENTRE PRAÇAS E ESQUINAS: A FORMAÇÃO DE SOCIABILIDADES HOMOERÓTICAS E A PROSTITUIÇÃO ENTRE OS HOMOSSEXUAIS

1. Um prazeroso “defeito físico e moral”

Ele era um homem pobre, branco, nascido no ano de 1914 em São Carlos, São Paulo. As iniciais de seu nome eram Z. B. G., mas apresentava-se com o apelido Zazá, pelo qual ficou conhecido entre os amigos e clientes. Descobriu a sua homossexualidade (a que chamava de “defeito físico e defeito moral”, embora afirmasse aceitar-se e ter prazer assim) no ano de 1928, quando tinha treze anos, ao se envolver sexualmente com um homem de 40 anos que trabalhava no prédio de apartamentos e escritórios na capital paulista em que ele atuava como auxiliar de limpeza – isto após muitos presentes recebidos e diversas negativas dadas ao homem.

Já em 1930, o rapaz inteligente, bem humorado, com diploma escolar e gosto por cinema, cabarés e *dancing clubs* passou a entregar-se à prostituição. Tornou-se vaidoso: depilava as sobrancelhas, passava pó e *rouge* na face e batom nos lábios, vestia-se com os trajes da moda, admitindo certo exagero nos paletós curtos, calças justas e cintura alta, e dizia ter chegado ao ponto de “quase julgar-se mulher” devido a tal performance. E assim saía para as ruas e parques de São Paulo em busca de homens e clientes, embora já tivesse “ativos certos”, que ele dizia serem muitos. No ano de 1931, aos 17 anos de idade, ele chegou ao Rio de Janeiro. Em suas palavras,

[...] 1931... Embarquei para o Rio de Janeiro. Lá chegando, todos admiravam a minha juventude e todos queriam gozar dela.

Fui morar numa hospedaria, onde em quartos especiais, que o dono alugava pela quantia de 5\$000, eu recebia os pederastas ativos. Nessa mesma hospedaria moravam dezenas de passivos. Alguns já velhos; outros doentes, quase todos podres em vida; outros gozando do bom e do melhor, enquanto alguns, sem mesmo roupa para vestir, eram obrigados a pedi-las emprestadas àqueles que deles se compadeciam.

Eu ganhava quanto queria; primeiro, por ser novo no lugar e segundo, por ser ainda jovem.

Havia dias que eu recebia tantos membros, que o meu ânus ficava tão dolorido, a ponto de precisar banhar-me em água quente e sal grosso, a fim de poder estar bom à noite para recomeçar a vida que eu gostava tanto... E a minha cabecinha oca achava que aquilo era uma coisa do outro mundo!

E tinha sempre homens moços que gostavam de mim, alguns dos quais propunham-me “amigações”, por vezes vantajosas. Mas eu queria ser livre e por isso lhes dava sempre o “não”. Explicava-lhes que eu gostava daquela vida dos meus colegas, das

farras que faziam em casa, nos “cabarets”, nos lugares retirados e que, amigando-me, ficaria privado de tudo isso. E eles, então, desapareciam e não mais me procuravam. Chegou 1932... Fiquei doente, mal de vida, tendo, porém, a sorte de restabelecer-me logo.

E caí, de novo, na farra, com mais sede ainda, porque tinha ficado dois meses longe do mundo, longe dos membros que me davam tanto prazer, tanto gozo... [...]

Passava o tempo... Passava, também, a minha juventude.

Uma ou duas vezes por mês eu tomava de dois a três dias de prisão. Nesta eu ficava quase que sem comer, só me alimentando de água e pão, por não querer me alimentar com comida de preso.

As tristezas e desilusões já estavam aparecendo em minha vida. Porém, eu sempre firme, resistia a tudo. Nada me desacoroçava e nada fazia com que eu abandonasse esta vida.

Volto a São Paulo em 1933. De novo a mesma vida, porém agora mais sossegada, por não ter aqui tantos pederastas ativos como no Rio. [...] ²⁶

Publicado em 1939 em uma revista dos Arquivos de Polícia Civil e de Identificação de São Paulo com entrevistas feitas pelo médico Edmur Whitaker no ano anterior com diversos homossexuais que praticavam a prostituição naquela capital, o *Estudo biográfico dos homossexuais (pederastas passivos) da capital de São Paulo* traz a história de Zazá. Intitulado “Resumo rápido de meu passado”, o depoimento de próprio punho é, na verdade, bem mais longo e toma algumas páginas do trabalho de Whitaker, e serviu neste estudo enquanto uma janela por meio da qual observei outras experiências e histórias para entender como atuava e resistia a cultura constituída e compartilhada pelos homossexuais que se prostituíam na cidade do Rio de Janeiro frente ao processo desagregador promovido pelo exercício de poder e disciplina das classes dominantes. Esta pesquisa é a sua história. ²⁷

²⁶ WHITAKER, Edmur de Aguiar; KRAUS, Eddi; OLIVEIRA, Magino Roberto de; NOGUEIRA, Joel Boto; SINISGALLI, Aldo. *Estudo biográfico dos homossexuais (pederastas passivos) da capital de São Paulo. Aspectos da sua atividade social (costumes, hábitos, “apelidos”, “gíria”)*. Separata dos: Arquivos de Polícia Civil e de Identificação de São Paulo. V. II, n. 1, 1938-1939. pp. 249-250.

²⁷ Importante destacar um problema na análise desta fonte e a solução encontrada para que fosse possível utilizá-la nesta pesquisa: o exemplar do livro consultado na BNRJ está danificado justamente no trecho do relato de Zazá, faltando a página com o início de sua história, que fora deliberadamente arrancada. Para que este documento pudesse ser aqui discutido de maneira integral, recorri à reprodução do relato de Zazá que James Green e Ronald Polito fizeram em seu livro: *Frescos Trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006 (Coleção Baú de histórias), pp. 130-137.



(Figura 1: Zazá, à esquerda, e Tabu em seu quarto em São Paulo.
Fonte: WHITAKER, Op. Cit., p. 256.)

2. Uma nota no jornal

Era quarta-feira, 6 de junho de 1903, e os cariocas seguiam as suas vidas em mais um dia comum. Sob a administração de Pereira Passos, nomeado prefeito da cidade do Rio de Janeiro pelo então presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves, sucessor de outros dois presidentes paulistas, a capital federal estava sendo remodelada por reformas urbanísticas para se tornar a vitrine do país e do novo regime republicano e industrial. Para uns, um tempo de euforia e comemoração. Para outros, um momento de revoltas e ebulições sociais.

Naquele dia, como de costume desde que se tornara uma febre entre os homens no começo do século na capital da República, quem procurasse pelo jornal *O Rio Nu* encontraria versos repletos de lascívia e duplo sentido, fotos desbotadas ou ilustrações de mulheres nuas ou seminuas, algum folhetim erótico, charges maldosas, fofocas, informações, notícias e cartas. Fundado em 1898 sob a direção de Heitor Quintanilha, Gil Moreno e Vaz Simão, o jornal foi a primeira publicação totalmente voltada para o público masculino, reunindo a

pornografia e o erotismo do início do século XX. Devido ao sucesso alcançado, a partir de 1900 passou a circular duas vezes na semana e logo abandonou o formato de tabloide dos jornais para se tornar uma revista. Era uma publicação ousada, vista com maus olhos pela maioria da população da época que não se sentia confortável com o seu humor que tratava de assuntos cotidianos e íntimos de maneira direta. Muitos de seus exemplares guardados na seção de Obras Raras do arquivo da BNRJ apresentam rasuras feitas a lápis por leitores. Seus editores publicaram igualmente livretos eróticos, como *O menino do Gouveia*, outra fonte utilizada nesta pesquisa, e a sua publicação durou até 1916.²⁸ A participação dos leitores era enorme, que escreviam para o jornal no lugar de jornalistas. E em uma dessas publicações de leitores que o jornal trouxe em sua página 2 naquele dia podemos ler a seguinte reclamação:

A VIDA NO RIO

[...] No tocante a jardins, a educação do nosso povo ainda está por fazer.

Basta dizer que ainda ha pouco tempo, quando o jardim da praça Tiradentes era maior, ninguem ali podia entrar a certas horas sem o receio de incorrer na pecha de activo, o que era máo, ou de passivo, o que era peor.

E como aquelle jardim era um logar onde se ia para tomar um fresco, deram a designação de *frescos* a esses desgraçados que fazem ao seu proprio sexo a maior injuria que se lhe póde fazer.

Com franqueza: para isso não valia a pena fazer um jardim tão bonito e pôr-lhe no centro a estatua de um pandego que só gostava de mulheres, e bôas, como a famosa Domitilia [...].

Hoje, ao que parece, o jardim do Rossio está regenerado; pelo menos já lá não se encontram, como outr'ora, certos sujeitinhos imberbes, de cara empoada, gravata vermelha, cabeleira grande, chapelesque de palha, posto á banda, e paletó curto, para mostrar melhor a *marchandise*.

Não creio que o genero tenha desaparecido do mercado; mas, em todo caso, escasseou, e isto já é alguma coisa.

Eu, que sou como Pedro I, isto é, que só gosto d'aquillo que a natura deu para dar-se, como diz o poeta, bem quizera que contra esses viciosos, vergonha da humanidade, revivessem as penas das velhas ordenações portuguezas.

Quero dizer que não se me dava que os supprimissem, que os extinguissem como se foram simples culicidios, ou então que os empalassem, isto é, que os sentassem como São Jorge, não sobre uma tarracha, mas sobre um pão pontudo, que lhes sahisse no alto da cabeça.

X.²⁹

O jornal segue com outros artigos, cartas, piadas e propagandas de remédios para a saúde masculina contra o que na época eram consideradas doenças sexualmente transmissíveis. Mas esta carta, de autor desconhecido e não identificado, de certo não foi uma novidade para aquela sociedade, nem chocou o público com o seu teor. Numa época em que a honra e a moral vigentes eram essencialmente cristãs e burguesas e que a homossexualidade e

²⁸ GREEN; POLITO, Op. Cit., p. 37; DEL PRIORE, Mary. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. 4ª reimpressão. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2012. pp. 133-139.

²⁹ “A Vida no Rio”. In: *O Rio Nu*, ano VI, n. 513, 1903, p. 2. BNRJ. Grifos do autor.

os comportamentos homoeróticos eram definidos como “desvios” ou “inversões” morais e mentais, este trecho, embora incapaz de falar por toda a população heterossexual e branca da cidade do Rio de Janeiro do período, pode ser interpretado enquanto um signo discursivo bastante representativo da ideologia por trás do pensamento daquelas pessoas – uma representação palpável do seu imaginário.

Na carta, que relata a presença dos homossexuais na Praça Tiradentes, até 1890 conhecida como Largo do Rocio, o autor descreve suas formas de atuação, trejeitos e características físicas e cobra a atuação do governo e a repressão pelas mãos da polícia. Nota-se também uma hipótese para o fato de os homossexuais passarem a ser chamados de “frescos”, pois muitas pessoas frequentavam aquele local para tomar “um ar fresco”. Citando o trabalho *Atentados ao pudor: estudos sobre as aberrações do instinto sexual*, de 1894, do professor de criminologia da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro José Viveiros de Castro, Mary Del Priore escreve que foi ele o primeiro a empregar o termo “fresco” de modo pejorativo para se referir aos homossexuais, que no ano de 1880 teriam invadido o baile de máscaras do carnaval no Teatro São Pedro, localizado no então Largo do Rocio. De acordo com Del Priore, Viveiros de Castro retratava os “sodomitas [...] como homens efeminados que praticavam sexo anal como elementos passivos e ganhavam a vida com a prostituição das ruas”.³⁰

Outro ponto importante que merece ser destacado nesta publicação é a citação às “penas das velhas ordenações portuguesas”, que condenavam e criminalizavam a homossexualidade, isto é, o indivíduo *per se*, e as práticas homoeróticas, onde a pessoa considerada culpada poderia ter as suas terras confiscadas e morrer na fogueira. O autor da carta ignora que no regime republicano a homossexualidade não era mais ilegal em si mesma, somente aquilo a que designavam de sua “prática pública”³¹ – sobre o que falaremos melhor à frente, nos próximos capítulos –, e demonstra total insatisfação com a presença dos “frescos” nos locais de convívio social. Ele não parece se contentar com a mera prisão ou a visão médica de que aqueles eram indivíduos doentes que necessitavam de “tratamentos” e “curas” específicas. Para ele, mais do que a supressão daqueles homens que usavam os locais públicos como pontos de encontro e de trabalho, interessava a sua total supressão, “como se foram simples culicidios, ou então que os empalhassem [...]”. Seria o seu discurso um exemplo do imaginário e do pensamento social republicano (positivista) da população do Rio de Janeiro

³⁰ DEL PRIORE, Op. Cit., p. 95.

³¹ GREEN, James. *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. Tradução: Cristina Fino; Cássio Arantes Leite. São Paulo: Editora Unesp, 2000. p. 55.

do período acerca dos homossexuais, ou meramente a permanência de um ideário colonial representado pelas velhas elites, e, portanto, antirrepublicano (anti-positivista)?

Na tentativa de responder a questionamentos como este, neste capítulo me debrucei sobre a ideia da cidade enquanto um espaço de interação social e de criação de redes para os homossexuais, como uma formação elaborada por diversos atores que encontram-se em disputa permanente entre si e contra os aparelhos ideológicos repressivos. Entendendo que os seres humanos nascem, como sujeitos, inseridos em uma estrutura social dada e que dependem da interação com o mundo real onde a prática tenha primazia sobre os discursos no processo de emergência das subjetividades individuais, aqui concebo “atores sociais” e “agentes” aqueles indivíduos que num contexto de sujeição imposta pelo poder disciplinador e normatizador das instituições de controle elaboram mecanismos de preservação de suas personalidades e subjetividades individuais tomando para si mesmos a agência ativa de suas identidades sociais. São, portanto, atores sociais aqueles sujeitos que se comprometem com a emergência, a agência e a preservação das identidades coletivas e sociais para além das suas identidades pessoais, que lidas aqui como produtos da estruturação das subjetividades.³²

Locais como as igrejas, os monastérios, colégios e internatos, desde os tempos da Colônia, e os espaços públicos da cidade como a Lapa, o Largo do Rocio, o Campo de Santana, os teatros, bares, as zonas de mata e as praias durante a noite foram espaços privilegiados para os encontros entre os homens envolvidos com práticas homoeróticas e para elaboração da agência de suas vidas.

Visando debater a criação de sociabilidades e solidariedades homoeróticas, bem como as formas segundo as quais se davam a prostituição masculina e a busca por clientes e parceiros nas ruas e praças da cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1890 e 1938, foram igualmente analisados nas próximas páginas, a partir de um aporte documental variado³³, os gestos e estereótipos de identificação comportamental adotados pelos homossexuais; suas relações de apropriação e ressignificação com o espaço urbano e de aproximação com a prostituição feminina; e o impacto das obras e reformas urbanas empreendidas na cidade ao longo do período estudado na organização da vida daqueles homens.

Já é sabido que, com o advento da República, a sociedade do Rio de Janeiro passou por diversas alterações políticas e sociais, dentro de um processo de modernização

³² ARCHER, Margaret S. *Being human: the Problem of Agency*. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press, 2000.

³³ Neste capítulo privilegiou-se o uso de jornais, obras literárias, processos-crime e algumas teses médicas. Tais fontes serão citadas com suas referências e localizações conforme forem sendo apresentadas, analisadas e discutidas.

conservadora que consolidou a ordem burguesa republicana com pouca absorção de mão-de-obra livre e a manutenção da grande propriedade agrária. A respeito da prostituição no Brasil, que sempre existiu, com a passagem do século XIX para o século XX ela ironicamente tornou-se mais visível e ganhou maior espaço na sociedade. E digo *ironicamente* pois naquele mesmo contexto cresceram as medidas médicas e jurídicas de regulamentação e as tentativas de controlar o que consideravam “um mal social”. As zonas de meretrício eram cada vez mais comuns no centro da capital da nova República e funcionavam a partir do que denomino “signos do meretrício”, compartilhados em redes por todos aqueles que por elas transitavam.

Muitos homossexuais também exerceram a prostituição e tiveram os seus clientes e parceiros amorosos. É o papel desta pesquisa lançar luzes sobre a história desses homens, que ficaram conhecidos como “bagaxas” na virada do século.

3. De Corte Imperial a Distrito Federal: alterações e reformas no espaço urbano no Rio de Janeiro

O início do século XX foi, para a cidade do Rio de Janeiro, uma época de intensas e profundas mudanças em variados aspectos. O fim do escravismo, forçando a constituição de um mercado de trabalho, e a Proclamação da República na última década do século anterior, com a secularização das instituições políticas, lançaram o país num período de grande instabilidade social e política. Não tardaria para que a influência europeia se fizesse valer sobre as estruturas sociais e econômicas na então capital do país, e para que as elites cariocas tomassem para si a função de implementar uma “cultura urbana” em oposição ao passado colonial. Este conceito surge a partir de uma preocupação de Jeffrey D. Needell em seu estudo sobre as elites na *belle époque* carioca, no qual ele busca fundamentação teórica em José Luís Romero no que tange à história urbana da América Latina.³⁴ Dessa forma, esta “cultura urbana” pode ser entendida como as reformulações que sofreram as cidades em função de objetivos ideológicos com ênfase em determinados valores culturais. No caso deste estudo, compreendo a “cultura urbana” constituída na cidade do Rio de Janeiro durante as três primeiras décadas do século passado como um produto do processo de ideologização promovida pela ordem burguesa brasileira visando à fundação de um país “moderno” e “nacional”.

³⁴ NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 12.

A passagem do período imperial para a República representou politicamente um “amplo processo de desestabilização e reajustamento social”.³⁵ As contínuas crises políticas atingiram principalmente as antigas elites agrárias e tradicionais do Império, e para Nicolau Sevcenko o novo regime teria apenas reforçado tal processo “convulsivo de seleção política”.³⁶ Jeffrey Needell resume assim a sequência dos acontecimentos:

[...] a Questão Militar eclodiu, os republicanos a exploraram, espalharam-se boatos de sanções contra o Exército e contra seu líder, Deodoro, e este afinal aceitou participar da conspiração republicana. Em uma série confusa de eventos, o Ministério e, depois, o Trono foram derrubados [...].

Em meio à confusão dos anos seguintes, travou-se uma luta revolucionária. Os novos grupos que haviam emergido nas cidades tentaram arrancar o controle do Estado das mãos das elites latifundiárias e de seus aliados. Simultaneamente, elementos dessas mesmas elites começaram a montar novas máquinas eleitorais nas províncias e a articular um novo consenso nacional que correspondesse às circunstâncias criadas pela descentralização e, mesmo assim, garantisse sua dominação em âmbito nacional.

[...] Todos esses eventos foram marcados do início ao fim pelo impacto debilitante de um tremendo ciclo de instabilidade econômica, desencadeado por um período de inflação, investimentos e especulação que ficou conhecido como Encilhamento.³⁷

Embora a República significasse um novo período para o país, tal transformação no Rio de Janeiro, simbolizada na passagem de Corte Imperial para Distrito Federal, se deu principalmente pelas mãos dos membros das novas elites e de seus ideólogos: filhos de fazendeiros e herdeiros de latifúndios que formavam as classes burguesas urbanas e rapidamente tomaram para si os cargos rendosos e de poder decisório aparelhando-se aos governos. Era uma situação excepcional e a cidade via-se com perspectivas bastante promissoras.³⁸

Cláudia Viscardi aponta a República como símbolo da possibilidade de uma refundação nacional, mas diz que a infância do novo regime foi caracterizada, em sua essência, pelo caos e pela anarquia – algo somente superado pela “rotinização do regime”, momento em que a estabilidade se faz presente no cenário político nacional a partir da Política dos Governadores.³⁹ A República seria dividida, no modelo tradicional criticado por Viscardi, em quatro fases: 1) o Domínio militar (1889-1894); 2) o Domínio paulista (1894-1906); 3) o Domínio mineiro (1906-1918); e 4) o Domínio compartilhado (1919-1929). Ao se debruçar

³⁵ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 1. reimpressão. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 25.

³⁶ *Ibidem*, p. 25.

³⁷ NEEDELL, Op. Cit., pp. 28-29.

³⁸ SEVCENKO, Op. Cit., p. 27.

³⁹ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. “Um novo roteiro para a mesma peça”. In: _____. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

sobre a famosa “política do café-com-leite” que caracteriza a historiografia tradicional sobre a Primeira República, ela argumenta, a partir da complexidade do jogo político daquele período, que a política era, na verdade, muito mais do que apenas os interesses de São Paulo e Minas Gerais sobre o conjunto da federação. Não se pode negar o poder de barganha dos outros estados, e que a estabilidade do modelo político republicano foi garantida pela instabilidade das alianças entre os estados mais importantes – não teria havido uma hegemonia, mas sim uma hierarquização entre os estados, onde os maiores, em termos políticos e econômicos, realizavam uma “cooptação” política sobre os estados menores.

Neste contexto, a *belle époque* deu-se entre os chamados “Domínio paulista” e “Domínio mineiro”, e embora a sua periodização seja polêmica, me atenho aqui à datação proposta por Needell, cuja duração é historicamente marcada pela subida de Campos Salles à presidência em 1898 e pelo fim da Primeira Guerra Mundial em 1914⁴⁰, representando um momento de novas possibilidades e experiências, resultado direto da mudança no clima político que influenciou a vida social, cultural e política daqueles indivíduos.

É certo, segundo Sevchenko, que aquele foi um período associado às ideias de modernidade e progresso, quando houve uma grande reestruturação das formas de pensamento – mesmo com a permanência de um imaginário antiquado. O ressentimento popular contra os portugueses, a chamada *lusofobia*⁴¹, bem como o ódio ao Antigo Regime permaneceram durante a República e compuseram uma corrente que propunha e defendia um Brasil com poder centralizado, moderno, urbano e industrializado. Mas somente a chamada “política dos governadores” lograria ser a responsável pela estabilização do país, tornando possível a realização de seus impulsos modernizadores. À tal política atribuo, em concordância com a definição de Needell, os novos arranjos que refletiam o consenso entre as elites regionais sob um governo forte, com atuação centralizada, mas composição descentralizada, privilegiando às classes dominantes de maneira similar.⁴²

No Rio de Janeiro, a partir de 1898, notou-se de forma sensível a mudança no clima político, que repercutiu sobre os meios cultural e social através do processo de ideologização promovido pelas instituições de controle. A eleição de Campos Sales à presidência assinalou o reaparecimento das forças tradicionais e a recuperação do controle do Estado pelas elites por meio de uma ordem favorável a tais estruturas sociais e econômicas. Ainda assim, com

⁴⁰ NEEDELL, Op. Cit., p. 11.

⁴¹ “[...] típicos empresários e comerciantes urbanos, tidos pelos cariocas em geral como parasitas e obstáculo para as aspirações econômicas e políticas brasileiras”. Ver: NEEDELL, Op. Cit., p. 33. Outros autores trabalham com o conceito de “antilusitanismo”. Ver: RIBEIRO, Gladys Sabina. *O Rio de Janeiro dos fados, minhotos e alfacinhas* – o antilusitanismo na Primeira República. Niterói, Rio de Janeiro: EdUff, 2017.

⁴² NEEDELL, Op. Cit., p. 38.

seu característico radicalismo republicano, os setores urbanos fizeram-se notar. A elite no Rio teve que, além de vivenciar, superar suas contradições. A cidade tornou-se um “ponto de convergência de todas as tendências políticas da época”, recriando-se num meio aristocrático com forte expressão sociocultural.⁴³

Para a nova burguesia urbana e pessoas relacionadas à indústria e ao comércio, apaziguada toda a instabilidade era necessária uma cidade à sua altura, que fosse moderna, de bom gosto e progressista. A metamorfose urbana que se deu na capital do país fundamentou-se na condenação aos hábitos e costumes relacionados à sociedade tradicional, na negação de todo e qualquer elemento da cultura popular das “classes subalternas”, como o samba e o violão (tidos como símbolos do atraso cultural dos negros recém-libertos e expulsos das áreas centrais da cidade pelo rigoroso processo político e urbanístico promovido por Pereira Passos – outro dos pilares das mudanças da imagem da cidade), e o cosmopolitismo agressivo.

Com o crescimento comercial da cidade e a colocação do seu porto nas principais rotas mundiais, uma verdadeira febre de consumo invadiu o Rio, que se tornou rapidamente o maior centro econômico do país. Isto tornou evidente para aquelas “novas personagens” que a estrutura urbana estava ultrapassada, velha, anacrônica, e precisava ser alterada para adequar o país aos novos tempos.⁴⁴ O Rio necessitava tornar-se a vitrine do progresso brasileiro.

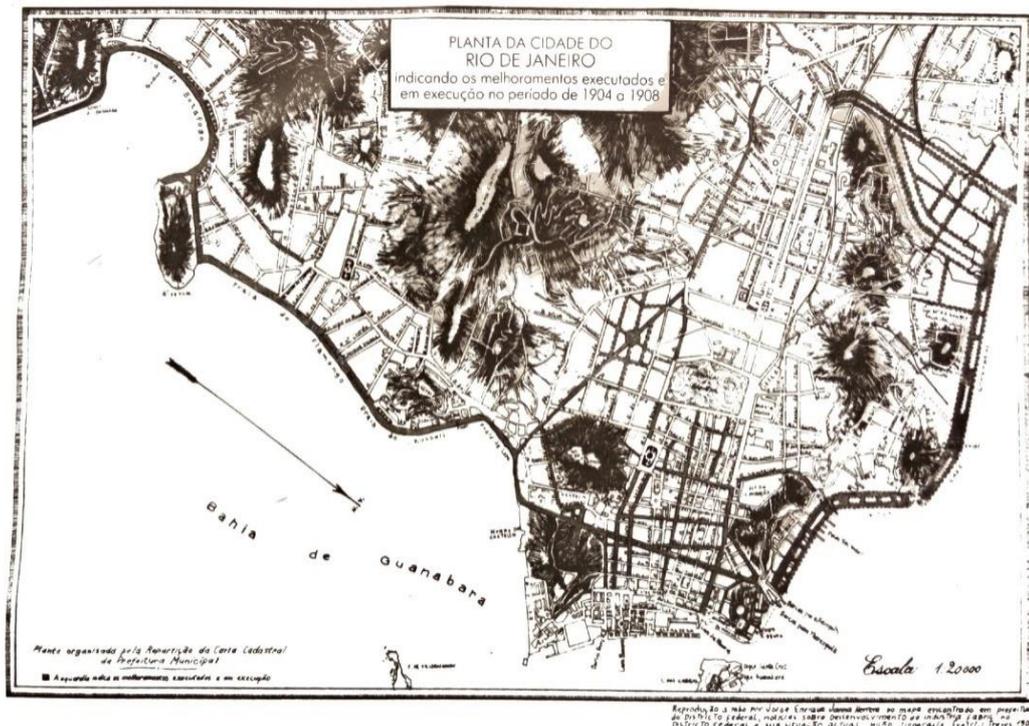
Motivado por processos como o fim da escravidão e a migração dos libertos para a cidade, bem como o fluxo contínuo de imigrantes estrangeiros, o Rio de Janeiro se tornava rapidamente o maior centro populacional do país no início do século XX, constantemente impactado pelas novidades da “última moda” internacional e pela ideologia desenvolvida no discurso fundacional das classes dominantes. As elites almejavam maneiras de alcançar estabilidade política e social e a sociabilidade passou a ser desenvolvida nas novas avenidas, nas praças, palácios e jardins, sendo um dos principais polos de encontro e consumo a Rua do Ouvidor.

De fato, ao longo do século XIX o Rio expandiu as suas áreas urbanas e promoveu mudanças em sua estrutura. Mas uma grande reforma como a promovida por Pereira Passos no governo de Rodrigues Alves nunca fora vista no país até então, e segundo os padrões da época: fazia-se necessária. Figari usa o conceito de “Regeneração” proposto por Sevcenko e defende que “a profunda reorganização urbana” que se deu no Rio, visto na abertura de novas ruas e avenidas, nas mudanças nas praças públicas e passeios e na remodelação dos portos,

⁴³ Ibidem, pp. 40-41.

⁴⁴ Ibidem, p. 28.

pode ter sido “a conjunção mais perfeita entre medicina, urbanismo e política”.⁴⁵ O novo grupo social hegemônico, isto é, a classe burguesa, buscou construir e exibir monumentos ao seu triunfo, como a inauguração da Avenida Central em 1905⁴⁶ e a promulgação “da lei da vacina obrigatória. Tais atos são o marco inicial da transfiguração urbana da cidade do Rio de Janeiro”.⁴⁷



(Mapa 1: A cidade do Rio de Janeiro após as reformas de Pereira Passos.
Fonte: ABREU, Maurício de Almeida. 2013, p. 62.)

Com Lauro Müller no Ministério de Obras Públicas, Oswaldo Cruz na Direção Geral da Saúde Pública e Pereira Passos na Prefeitura do Distrito Federal, a Regeneração baseou-se, como fica claro no mapa mostrado acima, na reurbanização geral do Rio e nas políticas sanitárias e de higiene que eram empregadas sobre a população mais pobre. Tais reformas e ações foram violentas, compulsórias e impositivas, onde casas e cortiços foram derrubados visando o combate à febre amarela e a cólera e a melhoria do aspecto urbano.⁴⁸ Antes disso, o Rio era descrito como um lugar exótico, com arquitetura colonial, multidões de trabalhadores,

⁴⁵ FIGARI, Op. Cit., p. 242.

⁴⁶ Needell aponta 1905 como o ano de inauguração da futura Avenida Rio Branco (nome dado à Avenida Central em 1912 em homenagem ao Barão do Rio Branco, ministro do exterior de Rodrigues Alves), enquanto Sevcenko estabelece o ano de 1904 como data fundadora da mesma. Adotamos aqui a datação proposta pelo primeiro autor.

⁴⁷ SEVCENKO, Op. Cit., p. 30.

⁴⁸ FIGARI, Op. Cit., pp. 242-243.

negros e vendedores ambulantes, ruas estreitas, mal iluminadas, sujas, superlotadas e com um fedor de sujeira constante no ar.⁴⁹

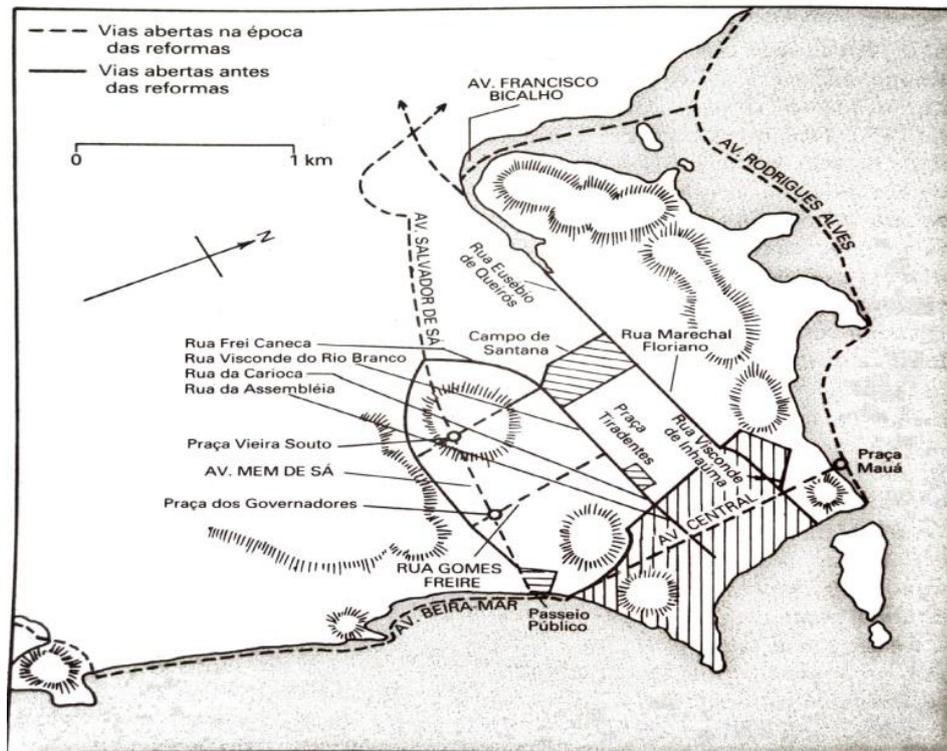
A cidade estava sendo remodelada dentro dos padrões da *Beaux-Arts* francesa, pensada como uma versão tropical de Paris e com franca inspiração nas reformas de Haussmann promovidas na capital francesa em meados do século XIX presenciadas pelo próprio Pereira Passos quando estudante naquele país. Passos teria se inspirado tanto nos projetos do arquiteto francês ao ponto de receber a alcunha de “*Haussmann tropical*” por certa historiografia. É este, inclusive, o título usado por Jaime Larry Benchimol para o seu aprofundado estudo sobre os processos de reforma e modernização da cidade do Rio de Janeiro, construindo a sua análise desde meados do século XIX e os aspectos da sociedade imperial sob a mira das obras, até o fim da primeira década do século XX.⁵⁰

O espaço público, a mentalidade, os costumes e os modos de vida dos cariocas transformavam-se a partir de modelos originais, uma ideologia especificamente forjada pela burguesia brasileira e por sua elite intelectual a partir do diálogo com o ideário europeu e sua apropriação e ressignificação. Quanto às obras de embelezamento em si, as ruas do Centro foram pavimentadas e calçadas com asfalto, melhorou-se o acesso à zona sul e aos subúrbios, a Praça XV, o Passeio Público, o Campo de Santana e a Praça Tiradentes, assim como outros espaços, foram embelezados para recebimento do público. Na Avenida Central, grande vitrine da modernidade da cidade e do país, nota-se o maior exemplo metafórico das razões por trás das obras nos cartões postais que foram ali inaugurados: o Teatro Municipal em 1909, o Palácio Monroe em 1906, a Biblioteca Nacional em 1910 e a Escola Nacional de Belas-Artes em 1908.⁵¹

⁴⁹ NEEDELL, Op. Cit., p. 53.

⁵⁰ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos – um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes; Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração: 1992. (Coleção Biblioteca Carioca, v. 11.)

⁵¹ NEEDELL, Op. Cit., p. 61.



(Mapa 2: O Rio de Janeiro e as alterações de 1903-1906.
Fonte: NEEDELL, Op. Cit., 1993, p. 56.)

A ideia de Regeneração esclarece o espírito que impulsionou a destruição da Cidade Velha e a montagem “da nova estrutura urbana”.⁵² Os imensos casarões do centro, as casas coloniais e populares, os cortiços e grande parte do universo proletário – tudo foi posto abaixo de maneira violenta entre 1903 e 1906. Foram condenados mais de 1.600 edifícios pela administração municipal. Em seu lugar, novos e elegantes prédios foram erguidos e combinados harmoniosamente com os bulevares que começavam a receber iluminação elétrica. Além disso, quase 20 mil pobres e trabalhadores, a maioria afro-brasileiros, que residiam nas áreas centrais da cidade tiveram que mudar-se forçadamente para novas regiões, em lugares próximos ou zonas mais afastadas, perto dos morros e nos subúrbios que surgiam.⁵³

A ordem burguesa que se estabelecia por meio da “modernização” da sociedade carioca no início do século XX, contribuindo para o desenvolvimento das reformas urbanas e com o progresso da ideologização da população produziu, também, uma “cidade partida”, baseada em exclusões. São em momentos históricos de crise ou mudança estrutural e institucional em que surgem novas “propostas de organização social e política, num sentido

⁵² SEVCENKO, Op. Cit., p. 31.

⁵³ GREEN, Op. Cit., 2000, p. 52.

mais amplo, bem como de projetos que expressam as múltiplas clivagens ideológicas da formação histórico-social”.⁵⁴ Gizlene Neder identifica estes momentos como momentos de “transição”, e verifica naquela conjuntura uma acentuada preocupação com o controle social e o disciplinamento das camadas populares, devido principalmente ao que chama de *medo branco*⁵⁵, forma de racismo “disfarçado” adotado pelas elites no regime republicano. Foi motivador da articulação de estratégias de controle frente às possibilidades “de alargamento do espaço (político e geográfico) da população afro-brasileira” e dos pobres em geral.⁵⁶

Iniciado nas últimas décadas do século XIX e acentuado com as obras de Pereira Passos, houve um processo de segregação social no espaço urbano carioca condicionado pela emergência da ideia das “classes perigosas”, por um lado, e pela ideologização do trabalho visando a modernização do país, por outro. O Rio, reelaborado e reconstruído urbanisticamente como espelho do progresso, apresentou a necessidade de que as instituições de controle social, como a polícia e a justiça, também precisavam ser reformadas, e assim o poder que se constituía no início do século XX promoveu mudanças e definiu a espacialidade da cidade, aplicando projetos para moldar a sociabilidade e os comportamentos das classes consideradas inferiores.

Ao deslançar a segregação urbana e social na cidade e se estruturar a “*cidade europeia*”, espaço destinado às elites e classes burguesas do Distrito Federal resultante das reformas promovidas por Pereira Passos, surgiu também a “*cidade quilombada*”, designação dada aos bairros, morros e zonas periféricas para onde os pobres e negros foram empurrados. Tais expressões, “*cidade europeia*” e “*cidade quilombada*”, são empregadas aqui a partir dos conceitos formulados por Neder⁵⁷, e tratam especificamente da definição dos espaços e territórios aos quais a população pobre era confinada, suas “áreas de tolerância”: locais para estabelecimento das classes baixas e “perigosas”, afastados do centro da cidade e da elegância da vida social “modernizada” e separados destes por “*paredões da ordem*”, que Neder define como prédios construídos para separar as “classes” e delimitar as fronteiras para cada grupo (como delegacias e presídios).⁵⁸ Exemplos da “*cidade quilombada*” seriam a Lapa e o Estácio, e principalmente a região do Mangue após a década de 1920.

A determinação destes territórios aos pobres foi marcada pelo autoritarismo e se refere ao desejo burguês de promover o seu isolamento, mas igualmente à falta de políticas

⁵⁴ NEDER, Gizlene. *Discurso Jurídico e Ordem Burguesa no Brasil: criminalidade, justiça e constituição do mercado de trabalho (1890-1927)*. 2. ed. Niterói, Rio de Janeiro: EdUFF, 2012. p. 269.

⁵⁵ Ibidem, p. 270. Grifo da autora.

⁵⁶ Ibidem, p. 273.

⁵⁷ Ibidem, p. 277. Grifos da autora.

⁵⁸ Ibidem, p. 281. Grifos da autora.

públicas reservadas às suas necessidades, enquanto o centro urbano era meticulosamente cuidado. No contexto pós-abolicionista e republicano, radicalizou-se a política de segregação, e assim os morros começaram a se formar enquanto espaço de moradia e refúgio para a população pobre desalojada pelas reformas. De acordo com Neder,

A redefinição da espacialidade urbana carioca, no momento da implantação da República, está longe de ser uma criação natural, inerente à dinâmica do processo de modernização, resultante de uma ordem pensada também como natural e que estabelece um fio evolutivo contínuo na direção do progresso. A naturalização do processo de modernização presente no conjunto dos debates levantados por engenheiros e arquitetos permite que se tome a ideia de modernização/modernidade de forma exclusiva e autoritária, calcando sua reflexão no binômio civilização *versus* barbárie. Neste caso, a “civilização” é pensada a partir de um único projeto de modernidade, inclusive para as reformas do espaço urbano.⁵⁹

A cidade que estivera até o século XIX limitada pelos Morros do Castelo, de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição começa a apresentar uma estrutura espacial estratificada, hierarquizada em termos de classe social, a partir de tais reformas urbanas. Em concordância com Neder, Maurício de Almeida Abreu descreve a evolução da cidade como um reflexo das contradições estruturais da época – a intervenção do Estado, visando a “civilização” urbana e da população por meio de um projeto de modernidade, “levou à transformação acelerada da forma da cidade, tanto em termos de aparência (morfologia urbana) como de conteúdo (separação de usos e de classes sociais no espaço)”.⁶⁰

Ao longo da Primeira República, e não somente no momento mais notável da passagem de Corte para Capital da República, a cidade foi palco de variadas reformas, sempre envoltas pela lógica do progresso, da modernidade (uma modernidade europeia, onde não cabia “o atraso” representado pelas classes pobres). Mas dou ênfase aqui principalmente ao que representou as obras de 1902-1906, cuja influência e reverberação se fez notar por muito tempo. Aquela reforma aburguesou o Rio, espalhando nas fachadas de seus prédios um ideário de classe. Para Neder, aquele processo de “intervenção cirúrgica” do espaço urbano, articulado com novas ideias e formas de ser e estar, não necessariamente teria extinguido a preservação de determinados espaços identitários.⁶¹ No caso aqui analisado, no que diz respeito aos homossexuais e homens envolvidos em práticas homoeróticas, e buscando apoio

⁵⁹ NEDER, Gizlene. “Cidade, Identidade e Exclusão Social”. In: *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, Vol. 2, nº 3, 1997, p. 107.

⁶⁰ ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4. ed. 4. Reimpressão. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2013. p. 73.

⁶¹ NEDER, Op. Cit., 2012, p. 273.

na pesquisa de Neder e em sua reflexão analógica a partir de Jacques Le Goff⁶², percebo que a cidade pode ser “considerada um espaço privilegiado de construção de memória coletiva” – e também de sociabilidades:

Tomaríamos a cidade, portanto, como um monumento (O *monumentum* é um sinal do passado). E certas áreas da cidade (portanto, não necessariamente toda ela) poderiam ser vivenciadas como espaços constitutivos de referências étnico-culturais dos vários grupamentos urbanos historicamente estabelecidos.

O *monumentum*, assim considerado, designaria os atos comemorativos, que, para Le Goff, teriam dois sentidos: uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura - arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico, etc. (e, poderíamos acrescentar, a rua, as casas e outras edificações etc.); ou um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada (a morte). O monumento destina-se, portanto, a ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (trata-se de um legado da memória coletiva).⁶³

Logicamente, as reformas urbanas realizadas na cidade do Rio partiram de um posicionamento político autoritário, higienista, excludente – uma modernização burguesa conservadora, realizada de cima para baixo, que visava à construção de monumentos que exaltassem o novo perfil das elites cariocas. Era uma estratégia a não-preservação dos espaços de construção de identidade e de sociabilidade das classes baixas e dos grupos marginalizados da cidade. Contudo, o que se vê nas fontes é que, para os homossexuais e “bagaxas” da cidade do Rio, as transformações no território urbano não os afastaram de seus espaços de sociabilidade e de construção de memória e identidade. Antes disso, locais como o Campo de Santana, a Praça XV e a Praça Tiradentes, onde há muito sua presença era notada e registrada, permaneceram sendo espaços de encontro e de busca de parceiros e clientes (como visto na nota jornalística apresentada no início deste capítulo). Da mesma forma, apropriaram-se de novos sítios, como o Passeio Público e os teatros, e as regiões da Lapa e da Cinelândia (no Centro), e do Mangue, na Cidade Nova, após as décadas de 1910 e 1920 com as políticas de perseguição à prostituição feminina (universo com o qual dialogavam) e aos homossexuais. Assim, a cidade não é um simples espaço de trânsito e encontros – é um monumento e documento daquelas relações e do processo histórico-social.

Neder argumenta que as remoções empreendidas no início do século ocasionaram, por meio do distanciamento e da segregação sociais, a perda de referências de identidade e memória em relação aos territórios. E isto de fato aconteceu para a maioria da população

⁶² O *monumentum* como sinal do passado em: LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. v. 1. p. 95. Apud: NEDER, Op. Cit., 2012, p. 273.

⁶³ NEDER, Op. Cit., 2012, pp. 273.

pobre segregada.⁶⁴ Todavia, no que tange ao homoerotismo, o que se percebe é uma permanência de longa duração nos mesmos territórios, por mais que aqueles homens fossem perseguidos, presos e afastados, e por mais que tais locais fossem reformados e estruturalmente modificados. Havia uma adaptação aos novos espaços e uma permanência nos antigos, criando novos sentidos compartilhados e novas relações territoriais. Esta ressignificação dos espaços promovida pelos homossexuais é demonstrativa das contradições do processo de modernização do Rio de Janeiro como pensado por Sevcenko e Needell, ilustra as falhas de suas teorias e deixa nítida a potência dos grupos e das classes consideradas inferiores, marginais e “perigosas”. Como escreve Green,

[...] o plano de renovação não eliminou por completo as evidências de caos, pobreza e deterioração urbana consideradas impróprias pela alta sociedade carioca. A prostituição sobreviveu em algumas partes da área central. O crime continuou a ser uma ameaça àqueles que frequentavam as áreas recém-restauradas do centro. Homens e mulheres pobres, especialmente negros, ainda mascateavam seus artigos nas ruas. E os homens que apreciavam relações sexuais com outros homens apegaram-se, obstinadamente, aos vários pontos do centro da cidade dos quais se haviam apropriado como lugares públicos para encontrar parceiros sexuais e socializar-se com os amigos.⁶⁵

A hipótese aqui defendida consiste na preservação dos locais públicos do Rio, mesmo com todas as reformas e alterações empreendidas ao longo das três primeiras décadas do século passado, enquanto espaços de sociabilidade, memória coletiva, formação de subjetividades e construção de identidades e experiências homoeróticas. Vejo tal processo como uma forma de resistência política e cultural, assim como Neder, frente a “projetos reformadores autoritários e moderno-conservadores”.⁶⁶

Em 1906, a primeira onda de reformas do Rio, referente ao período da *belle époque*, chegou ao fim – e a capital federal ganhou o título-homenagem de “Cidade Maravilhosa”. Mas as obras, na realidade, e as ações que promoveram a segregação e a desterritorialização da população pobre, dividindo a cidade em duas, continuaram, ainda que um tanto tímidas. Até a década de 1920, quando o Rio precisou ser novamente “limpo” e “higienizado” do que o tornava “feio” e “atrasado”.

De fato, as mudanças urbanísticas realizadas na fisionomia da cidade entre 1902 e os anos de 1930 refletiam contradições do próprio “sistema político-econômico do país àquela

⁶⁴ Ibidem, p. 281.

⁶⁵ GREEN, Op. Cit., 2000, pp. 52-53.

⁶⁶ NEDER, Op. Cit., 1997, p. 109.

época”.⁶⁷ Mas eram igualmente uma consequência do processo de ideologização desenvolvido pela ordem burguesa, baseado no controle daquilo que não “fazia bem à vida social”, fossem prédios, territórios, pessoas ou hábitos. Ainda não havia um real plano urbanístico para a cidade, mas bastava o interesse em mapear e facilitar a normatização e o disciplinamento.

O Rio começou a década de 1920 sendo o maior centro industrial do país, estando à frente, inclusive, da produção de São Paulo.⁶⁸ Esta posição colaborou para que a cidade expandisse todo o seu tecido urbano, alargando e promovendo os subúrbios como locais destinados às classes pobres e trabalhadoras. A cidade era um espaço de contrastes e contradições entre a sua realidade e as ambições dos ideólogos do poder, dos seus administradores e dos mentores de suas reformas. Embora quisessem tê-la como vitrine da “civilidade republicana” e da “modernidade” do país, passavam por cima dos costumes e da vida de seus habitantes, tidos como “vícios” e “ameaças”. E a vinda do rei Alberto e da rainha Elisabeth ao Rio, em 1920, endureceram as medidas que já vinham sendo aplicadas para que a cidade fosse considerada europeia, “branca”.

Chalhoub descreve a cidade codificada em dois polos sociais, praticamente antagônicos: aquela “desejada pelos brancos e a cidade instituída pelos negros”⁶⁹ – algo semelhante à descrição proposta por Neder, que adotei neste estudo. O espaço urbano, enquanto um território visto pelas elites como carente de intervenções e disciplina, era também o palco onde as instituições de controle consolidavam o seu poder normatizador sobre as relações de gênero e sobre as pessoas que viviam do sexo: as prostitutas e os homossexuais. Estes grupos foram expulsos das zonas centrais da cidade para locais mais afastados, como a Praça Onze e a região do Mangue, que ganhou fôlego em sua constituição naquele momento.⁷⁰ Embora afastado do centro da cidade, o Mangue era frequentado por artistas e filhos das famílias burguesas, mas foi ainda assim alvo de constante e sistemático controle e intervenção policial. No fim, com as obras e as ações de exclusão social, a polícia logrou o aumento do seu poder de intervenção sobre as classes “perigosas”.

A vinda da realeza europeia à cidade, que passou por suas ruas e frequentou os seus espaços, colaborou com o desejo daqueles que tinham interesse em promover o progresso da cidade e acelerou as obras que vinham sendo realizadas. Tal investimento exacerbado em “moralizar” o Rio de Janeiro se refletiu na criação da expressão “para inglês ver” – posto que

⁶⁷ ABREU, Op. Cit., p. 72.

⁶⁸ Ibidem, p. 80.

⁶⁹ CHALHOUB, Sidney. “Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio”. In: *Revista Brasileira de História*. n. 8, v. 16, 1988. p. 91.

⁷⁰ CAULFIELD, Sueann. “O nascimento do Mangue: raça, nação e controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850-1942”. *Revista Tempo*, n. 9, julho de 2000. pp. 43-63.

os administradores municipais e governantes do país buscavam muito menos uma resolução para a “questão social” do que a construção de uma aparência glamorosa e otimista da sociedade carioca que impressionasse as autoridades estrangeiras, passando uma “boa imagem” da capital.⁷¹

Outra questão que se deu juntamente com as reformas e intervenções sanitárias e moralizadoras da cidade foi a explosão demográfica ao longo das primeiras décadas do século XX e que trouxe uma grande quantidade de homens jovens solteiros em busca de trabalho, diversão e sexo – sexo este que ainda podia ser encontrado nos mais variados locais. Assim como as prostitutas, os homossexuais e homens envolvidos com o universo do homoerotismo estavam presentes nas ruas e praças da cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1890 e 1938. Sua existência e a relação entre tais culturas era tão notável a ponto de a sociedade falar sobre elas, mesmo que pouco, mesmo sem deixar que falassem por si mesmos.

4. O meretrício feminino e suas relações com o homoerotismo e a prostituição masculina

O José, garçom, português quarentão e cansado (como vai, José?), olhava tudo aquilo com um bruto desprezo e não fazia a menor cerimônia para expor a sua opinião bem pouco lisonjeira sobre o ambiente em que vivia.

- Olha esse troco, José. Essas notas estão boas?

- Ora se estão. Tudo isso é dinheiro de trepada! ...

- Você dorme aqui?

- Eu? Deus me livre. No meio dessas mulheres sifilíticas?

As raparigas ouviam aquilo indiferentes, sem o menor sinal de revolta ou mágoa. Era como se estivessem bem distantes.

[...] José era talvez o único garçom de bordel que não era fresco. Todos os outros eram.

Havia – e deve haver ainda – o Joãozinho, pequenino e saltitante, com uma jaqueta bem curta para mostrar as nádegas; o célebre Manuel, o mais alinhado, falando francês e bancando o *gentleman*; a pensão em que trabalhava – diziam até que era sócio – era a mais cara de todas; um preto repelente, de quem não lembro mais o nome, viscoso e dengoso, falando com a doçura de uma virgem; um outro, de cabelos grisalhos, de fisionomia respeitável, mas tão ordinário como os colegas, que ficava na porta da pensão pegando homem para ele e para as mulheres; enfim, quase todas as pensões tinham um efebo desses.

O Jayme era um dos mais gozados pelo cinismo.

- Como é, Jayme? É verdade que todos os garçons dessas pensões por aí são veados?

- Se são! ...

- Isto é, menos você...

- Eu? Eu também sou. Então não vê logo...⁷²

⁷¹ CAUFIELD, Op. Cit., 2005, p. 129.

⁷² MARTINS, Luís. *Lapa*. 3. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio/Biblioteca Nacional, 2004. pp. 48-49.

Este pequeno trecho, escrito por Luís Martins na década de 1930 e publicado no romance *Lapa* em outubro de 1936, originalmente pela Schmidt Editor, descreve muito claramente a presença dos homossexuais nos meios de prostituição e de sociabilidade boêmia no Rio de Janeiro nos anos próximos ao fim da Primeira República. Na época perseguido e censurado pelo Estado Novo, que se iniciou com o golpe de 10 de novembro de 1937, neste livro Martins apresenta, por meio de uma ficção, as incursões do personagem Paulo pelos territórios de “vida fácil” no centro da capital republicana, especialmente a região da Lapa, que se estende do bairro da Glória ao centro da cidade.

Historicamente um local marginalizado, tido como reduto da malandragem, da prostituição e dos pobres, a Lapa se desenvolveu a partir de meados do século XVIII, crescendo ao redor do Seminário e da Igreja da Lapa do Desterro e dos Arcos da Lapa, aqueduto concluído em 1758 pelo então governador-geral Gomes Freire de Andrade. Posteriormente, a região próxima conhecida como “lagoa do Boqueirão”, um mangue imundo, foi aterrado pelo vice-rei D. Luís de Vasconcelos, dando lugar ao Passeio Público. Decorado por mestre Valentim, o Passeio dava para ruas variadas, como a das Marrecas, inicialmente chamada “rua das Belas Noites”. A vinda da Corte portuguesa em 1808 para o Rio levou a aristocracia a subir a Lapa pelas encostas do morro de Santa Teresa, trazendo comércio e serviços juntamente com a mudança dos padres para o Convento das Carmelitas. Durante a maior parte do século XIX a Lapa foi uma singela e calma região doméstica. Mas Ruy Castro alerta que, na passagem para o século XX, a ligação realizada entre a Cidade e o Catete e o Flamengo fez a localidade inchar ainda mais com a presença da população pobre, que por lá já habitava há algum tempo. Com as obras de Pereira Passos e a abertura da Avenida Mem de Sá em 1904, diversas construções foram postas abaixo e seus moradores migraram para o morro de Santo Antônio. Mas a partir de 1915 a Lapa tomou novos rumos:

Brotando à beira-mar, a prostituição entrou pela rua Joaquim Silva e pela inocente viela que, no passado, conduzia os padres à praia: o beco dos Carmelitas. Tomou a rua Moraes e Vale e a Conde de Lage, cruzou a rua da Lapa, e ocupou o restante da Joaquim Silva a partir do ponto onde esta fazia a curva, chegando até os Arcos, com o que acabou de dominar as ruas e travessas internas. As *pensões* eram às dezenas, com mulheres de todos os preços fazendo psiu aos passantes, por trás das portas fechadas – lado a lado com as famílias que continuavam a morar ali e a tocar a vida. Em 1923, a polícia tentou limitar os prostíbulo ao alto das ruas ou, pelo menos, às que não tivessem linhas de bonde.⁷³

⁷³ CASTRO, Ruy. “Noites da Lapa”. In: MARTINS, Luís. *Lapa*. Op. Cit., pp. 16-17.

A prostituição feminina na cidade do Rio de Janeiro era, e ainda é, uma realidade incontestável.⁷⁴ Amarga para muitos, indiscutivelmente visível para todos (mesmo que virem o rosto e fechem os olhos), ela faz parte da história da cidade desde a sua formação colonial. Mas que tipo de relação seria mantido entre aquelas mulheres e os homossexuais? Havia algum tipo de diálogo entre os dois universos culturais? Como era a prostituição feminina no Rio durante o período analisado?

Entre as prostitutas que trabalhavam na cidade de meados do século XIX até a década de 1930, sem dúvida as preferidas entre os homens eram as brancas e europeias. As primeiras a serem notadas na cidade foram aquelas vindas de Portugal, as famosas “ilhoas” oriundas de Açores, junto às mulheres negras trazidas de Madeira, que teriam sido “importadas” para o Rio como forma de combater a pederastia que se acreditava grassar entre os portugueses que aqui trabalhavam no “*baixo comércio*” – sendo este o argumento defendido pelo médico José Ricardo Pires de Almeida em seu livro.⁷⁵ Tais mulheres dividiam os espaços com as escravas de ganho a que os senhores obrigavam aos serviços sexuais – descritas por Luiz Carlos Soares, a partir dos escritos do médico Lassance Cunha, como “mulheres de segunda ordem” e praticantes da “prostituição clandestina” (quando tinham outras ocupações que não exclusivamente a prostituição).⁷⁶

⁷⁴ A prostituição feminina e as formas de controle e poder exercidos sobre o corpo feminino, bem como a sua formação discursiva e normatização, a honra e a moral femininas, são questões muito presentes na historiografia sobre as relações de gênero no Brasil desde a década de 1980. Diversas autoras e autores já se dedicaram a estudar esta temática, sob os mais variados enfoques. Para a construção do argumento e a redação desta pesquisa, foram consultados alguns dos seguintes trabalhos, onde aproveito para citar outros que merecem destaque devido à sua importância e debates que promoveram: CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. 1. reimpressão. Campinas: Ed. Unicamp, 2005; CAULFIELD, Sueann. “O nascimento do Manguê: raça, nação e controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850-1942”. *Revista Tempo*, n. 9, julho de 2000. pp. 43-63. CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 3. ed. 1. reimpressão. São Paulo, Campinas: Editora da Unicamp, 2015; ENGEL, Magali Gouveia. *Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989; ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; KUSHNIR, Beatriz. *Baile de máscaras: mulheres judias e prostituição: as Polacas e suas Associações de Ajuda Mútua*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1996; MENEZES, Lená Medeiros de. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992; NEEDELL, Jeffrey D. Op. Cit., 1993; PINHEIRO, Anna Marina Madureira de Pinho Barbará. *Igreja Católica, Medicina e Imprensa Feminina: representações sobre o corpo da mulher no Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Autografia/Francisca Júlia, 2017; RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista (Brasil, 1890-1930)*. 4. ed. revisada e ampliada. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014; RIBEIRO, Miguel Angelo Campos; MATTOS, Rogério Botelho de. “Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro”. In: *Revista Território*, v. 1, n. 1, 1996. p. 59-76; SCHETTINI, Cristiana. “*Que tenhas teu corpo*”: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006; SOARES, Luiz Carlos. *Rameiras, ilhoas, polacas... A prostituição no Rio de Janeiro do século XIX*. São Paulo: Editora Ática, 1992; SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. 1. ed. São Paulo: Forense Universitária, 1989.

⁷⁵ PIRES DE ALMEIDA, Op. Cit., p. 50, pp. 76-77. Grifos do autor.

⁷⁶ SOARES, Op. Cit., pp. 27-28.

Neste sentido, é interessante apresentar a divisão em três grupos que Beatriz Kushnir propõe a respeito dos trabalhos historiográficos sobre a prostituição feminina no Brasil: o primeiro é caracterizado pelas análises do discurso jurídico e médico; o segundo destaca a questão das mulheres pobres e o universo feminino – baseado principalmente no Código Penal de 1890; e o terceiro, vinculado a uma história da sexualidade e às questões de gênero, aborda tanto a prostituição como o feminino, dando um sentido aquela prática.⁷⁷ Segundo ela, em concordância com a análise feita por Luiz Carlos Soares, a prostituição no Rio de Janeiro dividia-se em classes e locais variados, onde uns eram acessados pela elite, e outros pelos homens pobres.

Entre meados e o fim do século XIX, o cenário começou a alterar-se com a chegada de mulheres vindas da Europa com as mais variadas nacionalidades. Entre elas, as polacas e as francesas foram as que mais se aproximaram de um sinônimo de prazer entre os homens.⁷⁸ Este fenômeno corresponde ao fetichismo do consumo provocado pela *belle époque* e que, como escreve Jeffrey Needell, não se restringiu às ideias, à arquitetura, às lojas de mercadorias importadas, ao vestuário francês adquirido na rua do Ouvidor ou aos novos valores e parâmetros comportamentais – influenciou igualmente o mercado sexual carioca:

O fetichismo envolvido na prostituição carioca é um caso de projeção de fantasia igualmente claro. Isso fica patente na gama nacional de prostitutas disponíveis, bem como na dinâmica sexual implícita nas escolhas feitas, dinâmicas estas inspiradas pela hipocrisia que caracterizava as relações sexuais na elite.

[...] Tanto as francesas quanto as polacas eram exóticas, mas as distintas posições que ocupavam era óbvia para os cariocas: sexo com uma mulher branca não era a questão, nem sexo com alguém exótico em relação ao mundo português – sexo com uma mulher que tivesse *cachet* francês era o grande trunfo. As polacas eram uma mercadoria para as pontas dos setores médios mais pobres e para os marinheiros, e as mulheres francesas, mercadorias para a elite. Os ambientes distintos indicam o fetichismo em questão.⁷⁹

Este fetichismo que se direcionava ao corpo feminino europeu era elaborado socialmente pelos homens como um meio de aproximar-se daquela realidade estrangeira. Como estava em jogo no período uma crescente identificação com a Europa, estar com mulheres francesas, para os homens das classes altas, era como se aproximar e estar com a França em si, e para os membros das classes média e baixa poder estar com as polacas era

⁷⁷ KUSHNIR, Op. Cit. Tal divisão não é estabelecida por uma cronologia hierarquizante onde uma abordagem surgiria para substituir a outra, considerada ultrapassada. Antes disso, são enfoques que coexistem na mesma temporalidade, por vezes nas mesmas pesquisas.

⁷⁸ KUSHNIR, Op. Cit., p. 82.

⁷⁹ NEEDELL, Op. Cit., pp. 202-203.

deslocar-se e desterritorializar-se de sua própria realidade. Mas é interessante notar como algumas contradições existentes na formação sócio histórica da cidade reverberavam sobre o projeto de sociedade que se pretendia com a ordem burguesa e com a supervalorização dos padrões europeus. Desde sempre os homens da elite carioca estiveram em contato com empregadas domésticas e mulheres pobres, em geral escravas ou negras libertas, e com elas costumavam manter relações sexuais por meio da prostituição das mesmas, de ameaças e violências ou pelo uso do poder proporcionado pelo patriarcalismo e pela ideologia senhorial. Com a alvorada da *belle époque*, novas fantasias e escolhas foram elaboradas, e o alvo dos investimentos sexuais, em uma cultura onde as relações extraconjugais masculinas eram conhecidas e assumidas, as francesas tornaram-se o foco das atenções. Não se tratava de uma mera preferência racial, numa aproximação inicial. Como já foi dito, mulheres brancas como algumas das ilhoas e polacas compunham o submundo da prostituição na cidade. Tratava-se de *status*.

Ainda assim, enquanto as francesas eram tidas como prostitutas aos serviços dos homens abastados e as negras, as ilhoas, polacas e brasileiras pobres como as opções disponíveis para os homens pobres e negros, muitas vezes o que se via era o que chamamos de “contradição do modelo burguês”: homens das classes dominantes iniciavam a sua vida sexual e mantinham relações, pela prostituição ou não, com mulheres pobres, negras e “prostitutas de baixa classe” (como as polacas), e os pobres empenhando-se para se relacionar com as francesas. No fim, para todos eles pouco importava os caminhos percorridos e as desventuras vividas por aquelas moças para chegar até aqui. Era suficiente a realização do fetiche social e a satisfação sexual.

No caso específico das polacas e judias, por exemplo, em que muitas eram trazidas traficadas ao Brasil por *cáfens* que as conquistavam com falsas promessas de casamento, a construção de redes de sociabilidade e o associativismo foram a forma que adotaram para desenvolver e manter uma comunidade auto protetora frente ao restante da comunidade judia no Brasil, que não tolerava a prostituição.⁸⁰

Kushnir levanta questionamentos a respeito da prostituição como uma questão social, aponta que “juristas, médicos e delegados de polícia” sempre se debruçaram sobre ela, tentando ora entendê-la e explicá-la, ora reprimi-la e controlá-la, e lembra que sempre foi um problema para os estudiosos compreender o que justificava a sua escolha como modo de vida.⁸¹ Segundo ela,

⁸⁰ KUSHNIR, Op. Cit.

⁸¹ KUSHNIR, Op. Cit., p. 39.

As prostitutas, tradicionalmente, foram personagens circunscritas ao espaço da rua, ao consultório médico, às delegacias de costumes ou às boates e cabarés, sendo esquecidas enquanto mulheres da “casa”. Aqui, o olhar privilegia mulheres estrangeiras do baixo meretrício e judias – as polacas –, buscando compreendê-las para além de uma única máscara: a da prostituição.⁸²

Não obstante as políticas de higienização urbana e o saneamento moral no Rio de Janeiro, a prostituição era constantemente apontada como um problema necessário, algo somente tolerado devido à enorme desproporção numérica entre homens e mulheres. E aquelas mulheres podiam ser encontradas, basicamente, por toda a cidade, em locais específicos de acordo com a sua “classe”. Segundo Needell, as polacas e as prostitutas de cor encontravam-se principalmente nos bordéis da Cidade Velha, nos entornos da Praça Tiradentes, do Campo de Santana, nas ruas Sete de Setembro, Treze de Maio, etc., bem como nas regiões do Mangue e da Praça Onze após sua expulsão do centro da Cidade, na década de 1920.⁸³ Elas buscavam seus clientes nas ruas ou exibindo-se nas janelas de casas e cortiços que davam para as ruas – como Cristiana Schettini descreve.⁸⁴ As francesas, por sua vez, devido à sua fetichização enquanto artigos de luxo, estavam nos teatros e cafés da Praça Tiradentes e nos hotéis de luxo da rua do Ouvidor.

Kushnir diz que em 1913, após uma solicitação do governo holandês, foi realizado um mapeamento da prostituição feminina na cidade do Rio, segundo o qual as regiões do Centro e do Catete detinham 32 *rendez-vous* administrados, em sua maioria, por brasileiras – seguidas em escala decrescente por espanholas, portuguesas, francesas, alemães e uma austríaca; o Catete, a Glória, a Lapa, o Centro, o Leme e Copacabana contabilizaram 29 pensões com 111 inquilinas; das 52 hospedarias que alugavam quartos por hora no Centro da Cidade, 49 eram propriedade de homens de variadas nacionalidades.⁸⁵

A questão da prostituição no Rio de Janeiro sempre foi pauta de normatização e regulamentação, principalmente durante a Primeira República – e se tornou ainda mais presente quando da entrada massiva das mulheres “de bem” no mercado de trabalho, que circulavam pelas ruas da cidade e corriam riscos de serem confundidas com aquelas de “vida fácil”.⁸⁶ Porém, entre a sua total supressão e a sua regulamentação, o que se deu foi um

⁸² Ibidem, p. 41.

⁸³ NEEDELL, Op. Cit., p. 203.

⁸⁴ SCHETTINI, Op. Cit., 2006.

⁸⁵ KUSHNIR, Op. Cit., p. 83.

⁸⁶ Ver: ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993; CHALHOUB, Op. Cit., 2015.

“*regulamentarismo mitigado*”⁸⁷, expresso pela construção de casas de tolerância (onde as prostitutas que trabalhavam pelas ruas podiam encontrar abrigo e, por vezes, atendimento médico) e pela migração para zonas mais afastadas da cidade: processo que Kushnir relata do esvaziamento da região da Lapa e do Centro, e da entrada nas áreas do Mangue e da Praça Onze.

Embora dividisse as opiniões de médicos, juristas, bacharéis e policiais, o que é representativo do que ocorria no pensamento social das elites, a regulamentação da prostituição feminina na cidade, ou qual a melhor alternativa para lidar com aquele “problema”, foi tema recorrente em publicações e debates durante o período analisado. O advogado Alfredo Balthazar da Silveira, no ano de 1915, chegou a publicar um pequeno ensaio no qual argumentava que a regulamentação da prostituição feminina no Brasil era uma questão de saúde pública. Sendo “um mal irremediável” para a sociedade, não havia como acabar com a sua prática; mas aponta que medidas poderiam ser adotadas para que pelo menos as doenças que proliferavam fossem evitadas:

O futuro da nossa raça, já depauperada e indolente pelo seu primitivo amalgama, não póde ficar á mercê dos caprichos dos legisladores ignorantes, que se recusam a solucionar um facil problema.

Queremos que a saude publica, que apoqueta com algumas exigencias absurdas os proprietarios, donos de armazém, açougueiros, padeiros, leiteiros, etc., congregue tambem as suas energias para debellar esse mal, que inutiliza o homem, crivando-o de atrozes padecimentos.

Não desejamos submeter essas infelizes decaidas a um regimen cruel e vexatório ; preconizamos, entretanto, a internação das avariadas, nunca em prisões, mas em confortaveis hospitaes, onde, a par de um tratamento rigoroso, ellas encontrem carinhos.⁸⁸

Avaliando a situação de outros países onde os resultados da regulamentação da prostituição feminina pela polícia foram positivos, Silveira criou comparações com a realidade do Rio de Janeiro e cobrou um comprometimento de toda a sociedade. Autoridades médicas e policiais elaboraram argumentos e congregaram as suas forças para alcançar a “saúde” da cidade e a solução do “problema”. Por fim, a prostituição exercida pelas mulheres, no Brasil, consolidou-se muito mais uma “questão policial e jurídica” do que o a “bagaxa” exercida pelos homossexuais – esta sim tomada pelo discurso médico como parte do seu

⁸⁷ KUSHNIR, Op. Cit., p. 87. Grifo da autora.

⁸⁸ SILVEIRA, Alfredo Balthazar da. *A regulamentação do meretricio*. XXXVI – Bibliotheca do “Boletim Policial”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915. p. 13.

terreno de atuação. Outro exemplo deste argumento encontra-se nos relatos publicados nos *Annaes da Conferencia Judiciaria-Policial*, publicado em 1918.⁸⁹

Convocada pelo então Chefe de Polícia do Distrito Federal, Aurelino de Araujo Leal, a Conferência realizada em 1917 no Rio tinha como objetivo maior discutir os problemas internos e elaborar soluções para melhorar a atuação policial no Rio de Janeiro. Reconhecendo os contrastes sociais provocados pela organização espacial oriunda das reformas urbanas, no tocante à prostituição há um relatório, elaborado pelo próprio Leal, sobre a história de sua prática no Brasil e o desenvolvimento de sua figura no direito brasileiro. E assim ele diz:

Como já ponderei, nessa reforma do nosso direito policial, a autoridade ficou incumbida de “ter sob sua vigilância as prostitutas, providenciando contra ellas, sem prejuízo do processo competente, da fôrma que julgar mais conveniente ao bem estar da população e á moral publica”.

Isto quer dizer positivamente, claramente, indiscutivelmente que a policia dispõe hoje de uma acção dupla contra o meretricio:

- a) acção preventiva;
- b) acção legal.⁹⁰

Em seus termos, a polícia deveria tomar para si, apoiada no discurso jurídico, o disciplinamento e a regulamentação das prostitutas, agindo preventivamente, enquanto que caberia à medicina o seu controle “higiênico”. Inspirado nas características das polícias europeias, o interesse de Leal era contribuir para o aprimoramento e a profissionalização desta instituição no Brasil e mais especificamente no Distrito Federal. E sua atuação deveria estar voltada para a manutenção da ordem, o que englobava regulamentar a prostituição feminina e perseguir os homossexuais.

Sobre a constituição de uma cultura e um submundo organizados por identificações culturais e redes de apoio, solidariedade e sociabilidade entre as prostitutas, Cristiana Schettini foi além ao investigar as estratégias de resistência e os sistemas de negociação elaborados por aquelas mulheres em relação ao universo carioca da época. Ela analisou como, no regime republicano com novos dispositivos jurídicos, as meretrizes se valeram do recurso legal do *habeas corpus*, com apoio do advogado Evaristo de Moraes, para alcançar benefícios e o direito à sua liberdade. Assim como Kushnir, que apresenta a história de mulheres que se tornaram donas de bordéis e enriqueceram com a profissão a ponto de abandoná-la, Schettini

⁸⁹ LEAL, Aurelino de Araujo. *Annaes da Conferencia Judiciaria-Policial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918a. v. 1, Teses.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 405.

expõe que menos do que vítimas de cafetões e cafetinas, muitas prostitutas estabeleceram variados acordos com os quais se beneficiaram. Elas eram habilidosas em desenvolver estratégias dentro de uma hierarquia profissional rígida – quanto mais o Estado se apoderava de maneira autoritária e violenta da administração da cidade, mais a dissimulação era empregada em vez do confronto.

Devo aqui ressaltar que nesta pesquisa concordo e me alinho com a tese que Schettini defende, de que a prostituição na virada do século seria mais que um elemento de um “submundo desviante”, mas sim parte da história social da classe trabalhadora da cidade do Rio. Para ela,

O “problema da prostituição” que mais preocupava os chefes de polícia e delegados dos distritos centrais da cidade nas primeiras décadas republicanas consistia em definir por quais trechos da cidade, de que maneira e em que horário, mulheres identificadas como prostitutas poderiam circular. [...]

As negociações diárias entre homens uniformizados e mulheres que insistiam em ocupar a cidade à sua maneira, particularmente aquelas que se envolveram numa modalidade específica de prostituição – as chamadas prostitutas de janela –, iluminam os conflituosos processos de constituição e reconhecimento social da autoridade policial republicana. Tanto eles como elas procuravam legitimar suas ações e defender seus interesses por meio de uma repetição de certos acordos e comportamentos. [...] As mulheres policiadas, por sua vez, encontravam maneiras de agir nas fissuras e ambiguidades das hierarquias policiais, num processo em que a combinação da aparência, cor, origem, residência e posição social jogavam um papel preponderante. Por vezes, suas estratégias envolviam a mobilização de redes de solidariedade e proteção estabelecidas com vizinhos e outros homens. [...]

Ao estabelecerem acordos e negociações com vizinhos e conhecidos para enfrentar as medidas policiais, as prostitutas participaram diretamente deste embate.⁹¹

Assim como Kushnir, Schettini aponta a presença das meretrizes nas regiões do centro da cidade, pelos arredores da Lapa e pela Avenida Central (quando buscavam uma clientela mais distinta). Podiam fazer das ruas seu palco, ou atuar em bordéis, rendez-vous, hospedarias e pensões localizadas em ruas movimentadas.⁹² Estas ruas podiam ser a rua dos Arcos, a Mem de Sá, a Gomes Freire, a rua do Passeio ou do Lavradio, na Lapa, bem como aquelas nos entornos do Campo de Santana, como a rua do Hospício, Senhor dos Passos, da Constituição, Sete de Setembro, Alfândega, entre outras. As “casas de tolerância” sobre as quais falei algumas páginas atrás, por sua vez, eram maioria absoluta na cidade e serviam de abrigo a cerca de cinco moradoras por vez. Estavam localizadas, em maior número, pela Lapa e ruas ao redor do Campo de Santana.

⁹¹ SCHETTINI, Op. Cit., pp. 30-31.

⁹² Ibidem, p. 69.

Como visto, ao longo de toda a Primeira República estas mulheres circularam por variados distritos, espaços e ruas da cidade. Contudo, principalmente após a visita do rei Alberto da Bélgica na década de 1920, elas se estabeleceram nas regiões do Mangue e da Lapa, consolidando tais espaços como zonas de prostituição do Rio.⁹³ Elas elaboravam entre si, e com “vizinhos e amigos”, redes de apoio e solidariedade, e construía estratégias de vida e embate contra as pressões dos aparelhos ideológicos de repressão.

Dessa forma, se a sua presença era tão forte nestes territórios, e se estavam em contato tão direto com os homossexuais nos bordéis da Lapa como mostra o trecho do romance de Luís Martins, o que pode garantir que os dois grupos não travaram relações de igual caráter e padrão em outros territórios e espaços da cidade? Seriam tais relações construídas e mantidas horizontalmente, como propõe o texto (“[...] o célebre Manuel, o mais alinhado, falando francês e bancando o *gentleman*; a pensão em que trabalhava – diziam até que era sócio [...]”)? Logo, é equivocado supor que os homossexuais participaram das redes de apoio, sociabilidade e solidariedade das prostitutas e elaboraram, eles também, as mesmas redes entre os seus grupos? Acredito que não. O próprio Traviata, cuja história abriu este trabalho, na introdução, mostra o alto nível das relações entre os homossexuais e as prostitutas e responde satisfatoriamente a estas questões.

Os homens envolvidos com o homoerotismo formulavam códigos, costumes e leis específicas ao seu grupo, bem como resistiam à perseguição e à pressão social, formavam laços de solidariedade entre si e entre as mulheres que se prostituía, e viam-se como parte daquela sociedade. Assim como no que diz respeito às meretrizes, eles viam a sua atividade sexual como uma forma de trabalho, de sobrevivência. Além disso, faziam deste um caminho para a elaboração de identidades, para a produção de seus corpos e de performances.

Talvez por ser o autor que melhor relaciona os dois gêneros de prostituição e um dos que mais desenvolve o argumento aqui defendido, destaco o trabalho de Luiz Carlos Soares e a apresentação que ele faz da prostituição no século XIX e início do XX no Rio de Janeiro a partir da dicotomia entre público e privado. Na prostituição pública, ele aponta uma divisão em três classes, onde estariam as mulheres consideradas de primeira ordem, frequentadas por homens ricos, que viviam apenas da venda do sexo e moravam em casas e sobrados, sendo, em sua maioria, estrangeiras (francesas, preferencialmente); as mulheres de segunda ordem, que estavam espalhadas por toda a cidade, eram principalmente negras ou portuguesas que trabalhavam ao redor do Campo de Santana e em outros pontos e ruas da cidade, em bordéis e

⁹³ Ibidem, p. 82.

rendez-vous; e as mulheres de terceira ordem, da menor categoria possível (geralmente as que vagavam pelas ruas e praças e abrigavam-se, quando possível, em casas de tolerância), frequentadas pelos mais pobres.⁹⁴

Já a prostituição clandestina, ou privada, era o ofício de mulheres que possuíam outras formas de renda e sobrevivência, como as escravas de ganho que eram forçadas a trabalhar no mercado sexual por seus senhores. Para o médico Ferraz de Macedo, fazia parte dessa categoria de prostituição as práticas caracterizadas como pederastia ativa, passiva e mista e a prostituição homossexual masculina.

Para outro médico, o Dr. Pires de Almeida, segundo o qual as práticas homoeróticas constituíam-se em um tipo de prostituição. Para ele, a prostituição feminina chegava a ser um mal necessário, pois quando a “prostituição pública” diminuía, havia um aumento da “prostituição clandestina” – ou seja, da prostituição masculina homossexual.⁹⁵

De todos aqueles homossexuais que chegaram ao Rio de Janeiro durante a Primeira República com as ondas de migrantes nacionais e imigrantes estrangeiros, aqueles que aceitavam e viviam a sua sexualidade publicamente acabaram por aproximar-se dos seus iguais por meio das características compartilhadas e das identidades em comum. Assim, construíram redes que possibilitaram a formação de uma cultura homossexual no centro da capital republicana.

Mesmo já tendo sido percebido por diversos antropólogos, sociólogos, geógrafos e historiadores, o fenômeno da apropriação urbana por parte dos homossexuais e como fator de desenvolvimento crucial para a cultura homoerótica ainda não foi investigado profundamente. É importante destacar a relação que existia entre a casa e a rua, isto é, a ocupação das áreas públicas e “supostas esferas tradicionais da vida social brasileira”⁹⁶ – principalmente no que diz respeito aos homossexuais, pois bem poucos são os estudos realizados sobre a vida privada daqueles homens, devido principalmente à escassez documental. Mas o grande número de homens, particularmente os jovens e solteiros, e o maior acesso masculino ao espaço público facilitava os encontros homoeróticos, o que acarretou uma estigmatização cultural das atividades homossexuais, como se pertencessem unicamente a um novo universo, inverso do privado, tradicional e familiar – uma “contra-casa” onde podiam interagir com liberdade. Neste caso em particular o local público tornava-se muitas vezes abrigo para vivência da sexualidade de forma livre e autônoma, haja vista que os espaços privados e

⁹⁴ SOARES, Op. Cit., pp. 41-49.

⁹⁵ PIRES DE ALMEIDA, Op. Cit., p. 50.

⁹⁶ SCHETTINI, Op. Cit., p. 33.

particulares, geralmente definidos por características familiares e religiosas, recusavam os padrões de comportamento daqueles homens e o homoerotismo. O espaço privado e particular sujeitava e normatizava os indivíduos, enquanto o espaço público dava visibilidade e a oportunidade para performances de confronto contra a ordem compulsória heterossexual e a lógica burguesa. As ruas, ainda que não de forma sistematizada, proporcionavam aos “frescos” e “bagaxas” a chance de se auto afirmarem e se conhecerem – processos inerentes à própria experiência moderna.

De acordo com Green, os homens conseguiam agregar-se a outros homens com objetivos sexuais e sociais tanto nas diversas arenas públicas quanto nos espaços que forneciam opções variadas de entretenimento e diversão, como os bares, teatros e cafés – como o Café Criterium, “‘onde param atores e mocinhos de voz aflautada, que usam pó de arroz e carmim’ para socializar-se”.⁹⁷ Embora conseguir emprego naquele contexto não fosse algo fácil para aqueles homens – em grande parte negros, pobres e sem instrução –, os bares e cabarés da Lapa, como o Danúbio Azul e o Alcazar, ou os cafés e teatros da Praça Tiradentes e da Cinelândia (o centro comercial e administrativo da cidade à época), as casas de espetáculos artísticos, entre outros espaços foram, além de cenários de sociabilidade homoerótica e de construção de redes, locais de trabalho para os homossexuais, que se mesclavam às prostitutas, muitas vezes travestidos para shows imitando as francesas. Muitos conseguiram empregar-se como atores, cantores, dançarinos, faxineiros, garçons ou secretários das prostitutas⁹⁸ (vide Joãozinho, Manuel e Jayme, personagens apresentadas por Luís Martins). Mas no embate entre privado e público, e no contexto de segregação social em que se vivia, a prostituição acabou se consolidando um caminho para os homossexuais mais pobres, e a rua, o espaço urbano (a “contra-casa”), o local privilegiado na procura de clientes e encontros romântico-afetivos. Desses locais, talvez o mais conhecido até hoje seja o Largo do Rocio, rebatizado Praça Tiradentes em 1890, nos limites da Cidade Velha do Rio antigo.

5. Mapeamento do homoerotismo e da prostituição masculina na capital da República

O médico Francisco Ferraz de Macedo mostra, em sua tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1872, intitulada *Da prostituição em geral e em particular*

⁹⁷ GREEN, Op. Cit., 2000, p. 61.

⁹⁸ FIGARI, Op. Cit., p. 339-340.

em relação à cidade do Rio de Janeiro, que a homossexualidade e a prostituição masculina começaram a se tornar a partir daquele momento uma questão nos discursos que as instituições de controle produziam, pois estavam se tornando realidades mais visíveis e cada vez mais presentes nos espaços públicos de convivência da cidade. E não se restringiam mais aos territórios afastados e ao escuro da noite.

Existem na cidade do Rio de Janeiro praças e esquinas com tantas histórias que a mera reconstrução de seus detalhes seria o mesmo que reconstruir a história da cidade e de diversos indivíduos que por elas passaram. Tal é o caso, por exemplo, do Campo de Santana, da Praça XV, do Largo do Paço, da Rua do Ouvidor ou do Largo do Rocio, atual Praça Tiradentes. Fato é que, no passado, Rocios – definição para largos ou terrenos espaçosos, geralmente com a presença de roçados, mato ou pequenas áreas pantanosas – não faltavam no Rio:

[...] o Rocio Grande desmembrado em 1721 do Campo de S. Domingos, e que depois também se popularizou como praça Tiradentes, e o Rocio Pequeno, convertido em Praça Onze de Junho em louvor da vitória de Barroso na Batalha do Riachuelo em 1865, ano do início da Guerra do Paraguai. [...] Rocio foi, por exemplo, o Campo da Ajuda, onde hoje está a Cinelândia. E Rocio foi também a Várzea do Carmo antes de transformar-se em terreiro e largo do Paço.⁹⁹

Todos estes largos foram espaços de utilização pública, onde ocorriam feiras, pastavam animais, estacionavam-se carruagens e se realizavam os autos de fé. Ao longo da história da cidade, os rocios modificaram-se, passaram por obras, foram modernizados e rebatizados, entretanto continuaram servindo como zonas de encontro e de experiências públicas. Mas o rocio mais conhecido, principalmente como símbolo de socialização e prostituição homoerótica, sem dúvida foi o Largo do Rocio Grande, durante o século XIX conhecido como Praça da Constituição. E sua história, como não poderia ser diferente, acompanha a história social e política do Rio e do país.

Em 1862, para celebrar o 40º aniversário da declaração da independência brasileira, D. Pedro II mandou erguer, no centro do Largo do Rocio, uma majestosa estátua em bronze com cinco metros de altura do imperador D. Pedro I, seu pai e primeiro governante do Brasil como um país independente, sobre um enorme cavalo. Tempos depois, o paisagismo da praça foi modificado com a plantação de árvores, a implantação de jardins, bancos e outras estátuas. Assim o Largo tornou-se um dos locais preferidos e mais agradáveis para passeios no centro

⁹⁹ GERSON, Op. Cit., p. 135.

da cidade antes das reformas de Pereira Passos, que trouxe vários outros espaços como aquele para a cidade.



(Figura 2: estátua de D. Pedro I localizada na Praça Tiradentes.
Fonte: Recenseamento do Rio de Janeiro de 1906, p. 53.)

Posteriormente, em 21 de fevereiro de 1890 (três meses depois do golpe republicano), o Largo foi oficialmente rebatizado como Praça Tiradentes, em comemoração ao centenário da execução de Joaquim José da Silva Xavier, alferes que participou da Conjuração Mineira e foi elevado ao *status* de mártir da independência brasileira pelo novo regime como maneira de reafirmar os sentimentos antimonarquistas. Contudo, mesmo com a mudança do nome oficial, a Praça continuou a ser Largo do Rocio do imaginário dos cariocas por um bom tempo, como podemos ver pelo linguajar utilizado na carta apresentada no início deste capítulo. Outrossim, a praça permaneceu sendo vista como um lugar de encontros entre homossexuais, o que, para boa parte da população, feria os “sentimentos nacionalistas brasileiros”.¹⁰⁰

João do Rio, autor reconhecidamente homossexual e *dandy* conhecedor das ruas do Rio, foi um dos que elaboraram um relato sobre a Praça e o tipo de atividade que lá se via. Na

¹⁰⁰ GREEN, Op. Cit., 2000, p. 58.

crônica “A Rua”, de 1905 (mesmo ano da publicação da carta no jornal *O Rio Nu*), publicada no livro *A Alma Encantadora das Ruas*, João trata do caráter irreverente e da função de sociabilidade que eram atribuídas à praça:

Se as ruas são entes vivos, as ruas pensam, têm ideias, filosofia e religião. Há ruas inteiramente católicas, ruas protestantes, ruas livres-pensadoras e até ruas sem religião. [...] Há criatura mais sem miolos que o largo do Rocio? Devia ser respeitável e austero. Lá, Pedro I, trepado num belo cavalo e com um belo gesto, mostra aos povos a carta da independência, fingindo dar um grito que nunca deu. Pois bem: não há sujeito mais pândego e menos sério do que o velho ex-Largo do Rocio. Os seus sentimentos religiosos oscilam entre a Depravação e a Roleta. Felizmente, outras redimem a sociedade de pedra e cal, pelo seu culto e o seu fervor.¹⁰¹

Como bom *flâneur* que era, João do Rio conhecia a sua cidade e os tipos de pessoas que frequentavam cada local, bem como as atividades que neles se desenvolviam. Assim, ele expõe o imaginário do período sobre aquele largo. Em seu relato, repete-se a imagem de “depravação” que lhe era empregada; com “roleta” ele se refere aos salões de jogos e casas de diversões que circundavam a praça nos prédios que passavam constantemente por reformas e remodelações, sempre buscando aproximar-se do estilo francês. Mas a estátua do monarca permaneceu sendo ponto de referência para os encontros homoeróticos. Como aponta James Green, citando o relato de outro cronista, o carioca Luiz Edmundo, produzido em 1901: “Depois de oito horas da noite, moços de ares feminis, que falam em falsete, mordem lencinhos de cambraia, e põem olhos acarneirados na figura varonil e guapa do Senhor D. Pedro I, em estátua”.¹⁰²

Sem dúvida um dos motivos que tornaram a Praça Tiradentes um dos locais preferidos dos homossexuais em busca de parceiros e clientes foi o fato de aquele ser um espaço público em constante movimentação e alvoroço devido às linhas de bonde que faziam das ruas próximas seus terminais. Sua localização era estratégica, e aproximava a burguesia e as classes mais abastadas da cidade das classes pobres por meio de todas as opções de entretenimento que oferecia – “a burguesia carioca frequentava o elegante e espaçoso Teatro São Pedro, enquanto os fregueses das classes média e operária tinham à mão uma série de distrações culturais, culinárias, libacionais e sexuais”.¹⁰³

¹⁰¹ RIO, João do. “A Rua”. In: _____. *A Alma Encantadora das Ruas*. 6. reimpressão. Org. de Raúl Antelo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. (Cia. de Bolso). pp.: 38-39.

¹⁰² GREEN, Op. Cit., 2000, pp. 60-61.

¹⁰³ *Ibidem*, p. 60.

Embora as aproximações entre o mundo burguês e o mundo dos pobres e operários fossem constantes, e houvesse distinções importantes entre os homossexuais de uma classe e outra no que tange a indumentária, sociabilidade, locais de frequência e aceitação social, esta pesquisa é construída a partir de recortes de classe e raça específicos que movem o interesse historiográfico estritamente para os homens das classes baixas da sociedade carioca envolvidos com práticas homoeróticas públicas. Pois se existiam desiguais condições sociais, existiam também desiguais experiências homoeróticas – e é hora de dar voz aqueles cuja história ficou soterrada pelos detentores dos meios de produção e dos discursos dos aparelhos ideológicos. É hora de olhar para aqueles que foram esquecidos. Apenas preciso informar que o homoerotismo burguês estava calcado no dandismo de molde europeu, e que os vínculos homoeróticos estabelecidos pelos burgueses pautavam-se por um estilo patriarcal de apadrinhamento – muitas vezes seus amantes eram de classes inferiores, aos quais ofereciam luxo, conforto e emprego.¹⁰⁴

Sendo assim, que outros espaços e locais eram frequentados pelos homossexuais pobres além da Praça Tiradentes? Que roupas costumavam usar e que comportamentos adotavam como maneira de auto identificação? Como se dava a formação de redes de sociabilidade, apoio e solidariedade entre eles? Para responder a estas questões, não há como deixar de lado as contribuições teóricas da pesquisa em Nova York realizada por George Chauncey, segundo o qual marcados pela desqualificação e obrigados a vivenciar o seu erotismo de maneira clandestina, os homossexuais viam nestes espaços públicos mais do que locais provedores de prazer sexual, mas a possibilidade de partilhar o exílio social, a marginalização, as experiências individuais. O coletivo era uma maneira de desenvolver “práticas de cuidado recíproco”.¹⁰⁵ O mesmo constatei entre os homossexuais aqui pesquisados.

Para Carlos Figari, embora uns poucos homossexuais lograssem empregos melhor aceitos socialmente, o destino mais visível da maioria deles era sempre a prostituição nesses locais públicos.¹⁰⁶ Ele aponta que desde o século XIX os sobrados e sobradinhos, bem como os cortiços das ruas comerciais como Alfândega, Constituição, do Sabão e a de São Pedro eram frequentados por homens envolvidos com práticas homoeróticas. Outro ponto de encontro que chamava a atenção era a encruzilhada formada pela Rua da Assembleia com a

¹⁰⁴ FIGARI, Op. Cit., pp. 292-293.

¹⁰⁵ CHAUNCEY, George. *Gay New York*. 1994. Apud: RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço. “Artes de acontecer: viados e travestis na cidade do Rio de Janeiro, do Século XIX a 1980”. In: *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 23, n. 35, set. 2016. p. 92

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 366.

Rua dos Ourives e a Rua do Ouvidor. Esta última, particularmente, não era um espaço de trânsito somente de famílias e burgueses abastados, mas também dos “frescos”, como aponta esta publicação encontrada numa edição de 1896 do *Jornal do Brasil*:

O PARASITA

Um miseravel que leva a vida arrastada confabulando pela rua do Ouvidor, figura esguia e cynica, de cabeça sempre baixa, curvada ao peso de muitas indignidades, para evitar que alguém enfrente as lividas faces que traduz as torpezas do seu character, este typo, conhecido como ebrio habitual e pederasta passivo, e por estes motivos conduzido muitas vezes á policia, onde por condolencia e lamurias tem sido solto, atreve-se a occupar-se da alheia vida, emprestando aos outros as masellas que lhe fazem vergar a fronte.

Elle, que em voz alta e nas ruas mais publicas desta capital, ataca a honra da propria mulher e filho, que é a sua propria honra, como não aggredirá a alheia?

Ha dias o *Jornal do Brasil* occupou-se deste tresloucado, que se inculca doutor, em artigo da redacção, em relação á agressão a dous cavalheiros na estação do Meyer.

Agora, é elle apanhado em flagrante na pratica de actos immoraes na estação Central da estrada de ferro, e, seguro pela policia, inculcou-se parente do dr. Prudente de Moraes, como outr’ora se dizia compadre do marechal Floriano, para escapar á justa punição.

Parasita, que vive do alheio bolso, banquetecendo-se a tripa forra e engolfando-se no vinho para ir animado para a praça publica provocar escandalos.

Se não bastar este lembrete para contaes a incompetencia de lingua contra a reputação de todos, a vergasta será applicada como unico remedio contra o criminoso, o vicioso, o ignaro rabula que do seu officio não conhece as mais rudimentares formulas e comesinhos principios de direito patrio.

*A verdade.*¹⁰⁷

O *Jornal do Brasil*, cuja grafia até 1893 era *Brazil*, é um tradicional jornal brasileiro fundado em 9 de abril de 1891 pelo jornalista Rodolfo Epifânio de Sousa Dantas na cidade do Rio de Janeiro. De reconhecida tendência monarquista em sua origem, contou como colaboradores Joaquim Nabuco, José Veríssimo, Oliveira Viana, Ulisses Viana, Aristides Spínola e o Barão do Rio Branco. A publicação passou por muitos momentos de contradição e mudança ao longo de sua história. Em 1893, por exemplo, Ruy Barbosa, em sociedade com Joaquim Lúcio de Albuquerque Melo, compraram o jornal, que lentamente foi adotando uma postura em defesa do regime republicano. Seu auge foi entre os anos 1900 e 1930, mas manteve sua importância até os anos 2000, resistindo às censuras e pressões impostas ao longo do século XX pelas ditaduras que o país viveu.

Chamar alguém de “pederasta” e termos afins era comum em ataques políticos como maneira de desqualificação e crítica aos inimigos, objetivando diminuir o oponente por meio de “denúncias de condutas imorais” (vê-se, por exemplo, as relações de amizade e compadrio que seriam elaboradas, segundo o autor anônimo do relato, pelo próprio homem entre ele e

¹⁰⁷ “Borba ou bouba – O Parasita”. In: *Jornal do Brasil*, ano VI, n. 352, 1896 p. 3. Grifos do autor.

políticos de renome naqueles tempos buscando a liberação da cadeia). Não posso deixar de mencionar as tendências monarquistas que atuaram na origem do jornal de onde retirei esta nota, que em plena República ainda se colocava em defesa do regime deposto. Esta posição política, porém, mudou em 1893 – sem deixar, com isso, de se posicionar contra os interesses do presidente Floriano Peixoto.

Logo, ainda que em suas origens o *Jornal do Brasil* tivesse suas linhas de força baseadas na defesa do regime monarquista (o que “justificaria” ataques políticos aos republicanos por meio de denúncias de caráter moral), em 1896, ano da publicação aqui utilizada, sua tendência política já era a de apoio ao republicanismo. Portanto, optei por interpretar este discurso pelo que ele traz em sua superfície mais imediata, a partir de uma abordagem crítica extrínseca, e assim “pederasta” é lido pelo que ele realmente significava no período: um homem que mantinha intercursos sexuais anais, ou que se envolvia erótica e afetivamente com outros homens; um “fresco”.

O artigo, que termina assinado como “*A verdade*” e propõe uma continuação em edição posterior (que infelizmente não foi possível localizar), apresenta um indivíduo sem dúvida conhecido na sociedade, com mulher e filho, mas com notório comportamento homoerótico, considerado torpe, vergonhoso e condenável. O relato deixa clara a elaboração de estratégias em relação à perseguição policial, bem como o seu trânsito por áreas centrais da cidade, como na Rua do Ouvidor.

Figari argumenta que historicamente todo e qualquer lugar da cidade poderia servir como ponto de encontro homoerótico, como o Largo do Paço, o Largo do Rocio, o Campo de Santana, os teatros, bares, banhos e banheiros públicos, boticas e colégios internos. Eles também estavam nas procissões religiosas, nas ruas movimentadas, nos cafés e restaurantes, nos bilhares e na marinha.

Além das procissões religiosas frequentadas pelos “bagaxas”, um local que desde os tempos da Colônia era socialmente conhecido como um espaço propício para as práticas homoeróticas eram os conventos. Embora este estudo trate especificamente das vivências públicas dos homossexuais e das relações que aqueles homens travavam pela cidade, não há como ignorar o alarde presente no discurso médico a respeito das ordens monásticas e dos seus “comportamentos viciosos e pervertidos”, que seriam “nocivos” para a sociedade e os “jovens espíritos”, depravando a honra e a moral. Em 1906, o médico José Ricardo Pires de Almeida fez o seguinte relato em seu livro:

[...] quando esses religiosos recolhiam-se ás suas casas centraes, aos mosteiros, aos conventos, onde algumas de suas cellas nos intervallos dos officios divinos e das horas canonicas, asylavam dia e noite moleques e rapazes, não sendo raro a inversão dos papeis [sexuais] entre o morador e o hospede. Endurecidos no vicio, o recrutamento dos pederastas passivos era por muitos feito nas proprias sachristias, chegando-se mesmo ao ponto de maiores das Ordens manterem e educarem rapazinhos, alguns dos quaes attingiram as mais altas posições sociaes. Assim, do mesmo modo que, no dizer de um viajante ilustre, os idiomas estrangeiros aprendem-se com mais rapidez dos *labios* da mulher, muitos dos nossos melhores latinistas saturaram-se dos perfumes da *Eneida* e das odes do mestre Horacio, sacudindo clandestinamente os habitos dos nossos frades.¹⁰⁸

Além dos frades e padres procurarem os “rapazes passivos” para praticarem os seus “vícios”, aqueles meninos formulavam aí uma estratégia para alcançar ascensão social. Outro fato que incomodava o médico era o comportamento efeminado dos religiosos, o que não lhe deixava dúvidas sobre as relações destes com os “frescos” e “bagaxas”.

Certos locais públicos, porém, eram privilegiados ou vistos como mais adequados devido a certo ar de “devassidão” – e por isso mais concorridos, como o Largo da Misericórdia, onde no século XIX os estudantes de medicina da Santa Casa eram acusados de organizar “trotos animados”.¹⁰⁹ Aqueles homens das classes médias e baixas envolvidos diretamente em relações ou práticas homoeróticas como a prostituição eram reconhecidos pela sociedade e por seus iguais, como descrevem Ferraz de Macedo, em 1872, e Pires de Almeida, em 1906, pelos trejeitos efeminados que elaboravam como forma de identificação e atração de clientes e parceiros, a indumentária composta de roupas justas, lenços coloridos e blusas rendadas, além dos perfumes, da maquiagem e da elegância lânguida. Como afirmado anteriormente, este comportamento demonstra continuidade de padrões comportamentais e identidades de longa duração na cultura homossexual, bem como a sobrevivência da atuação nos mesmos locais. As fontes trazem informações mostrando que eles ocupavam com obstinação pontos e locais públicos da cidade do Rio de Janeiro para encontrar amigos e parceiros, os quais, quase sempre, eram levados com eles para casas e quartos de pensões alugados para este tipo de comércio, ou praticavam seus atos nesses mesmos logradouros.

Ferraz de Macedo, em 1872, escreveu que a pederastia e a prostituição masculina estavam espalhadas por toda a cidade. Em suas palavras,

Póde-se dizer de um modo geral que os sodomitas estão distribuidos por toda a cidade ; mas os logares em que abundam com mais frequencia é nas freguezias do Sacramento, Sant’Anna, Santo Antonio, Santa Rita e S. José. E’ digno de nota que em quasi todas estas partes da cidade ha casas especiaes, verdadeiros focos de

¹⁰⁸ PIRES DE ALMEIDA, Op. Cit., p. 63. Grifos do autor.

¹⁰⁹ FIGARI, Op. Cit., p. 217.

extrema degradação moral, onde se alugam quartos a toda hora do dia e da noite para a consumação de actos de uma hediondez tal que a decencia manda occultar. Estas casas são de miseráveis proprietários ou locatários, que entendem fazer a sua independencia monetaria por maneira de indizível depravação.¹¹⁰

Pires de Almeida, por sua vez, algumas décadas depois reforçava tais estereótipos e apontava a forte presença dos homossexuais nas sociedades carnavalescas, nos teatros, *zungús* e “casas de dar passes e fortuna”, ou seja, os terreiros e roças de candomblé existentes nos morros ao redor da cidade, como em Santo Cristo e no Morro da Providência. Sobre as práticas homoeróticas e da prostituição masculina, ele elegeu como os pontos preferidos para tais o Campo de Santana e o Passeio Público, com seus arvoredos, e o Largo do Paço e o Largo do Rocio. Segundo ele, os “bagaxas” ficavam sentados nos bancos de pedra fumando, ou andando em grupos de dois ou três, conversando alto e fazendo gestos indecorosos e indecentes. Para Pires de Almeida, o Campo de Santana, com sua Cascata que servia como ponto de encontro, e o Largo do Paço durante a noite, por exemplo, eram o palco de grande devassidão:

Passando-se do lar privado ás praças públicas, não menos desembaraçado era o exercicio do asqueroso vício da pederastia, pois até bem pouco tempo o largo do Paço e o campo de Sant’Anna constituíam, á noite, o mais pavoroso scenario da immoralidade, tendo como actores marinheiros, soldados e vagabundos de toda especie, que se entregavam na impunidade das trévas ao horrendo commercio desse asqueroso vício.¹¹¹

Pires de Almeida relata ainda, ao propor uma distinção entre homossexuais passivos e ativos (prostitutos ou não), a presença dos dois tipos nas diversas classes da sociedade – embora reforce os estereótipos da época ao afirmar que nos segmentos sociais e profissionais vistos como de maior caráter moral (como no caso do exército, da marinha, do clero e do funcionalismo público,) existiam somente “pederastas activos”. Segundo ele, os “uranistas”, após a década de 1890, não teriam abandonado as ruas, mas passaram a viver de seu prazer, também, em hospedarias, casas onde se alugavam quartos por hora, ou em domicílios próprios – verdadeiros *rendez-vous* da homossexualidade que Luiz Carlos Soares aponta serem de conhecimento da Polícia, que tolerava a libertinagem e a prostituição masculina sem tomar

¹¹⁰ FERRAZ DE MACEDO, Op. Cit., p. 115.

¹¹¹ PIRES DE ALMEIDA, Op. Cit., p. 77.

nenhum tipo de medida capaz de reprimi-la ou erradicá-la.¹¹² De acordo Rita de Cássia Colaço Rodrigues,

Tais territórios, ademais de provedores de diversão e satisfação sexual, possibilitaram a superação do desenraizamento e da atomização, a formação de redes de apoio e de carreiras profissionais. Coletivizados, tornaram-se capazes de melhor responder à desigual correlação de forças presente na sociedade ampliada, refratária à sua forma de desejo, estilo pessoal e de gênero.¹¹³

Outro momento, mais do que propriamente um espaço físico, que possibilitava a “superação do desenraizamento” vivido pelos homossexuais na cidade era o carnaval, quando todo tipo de “transgressão era possível”.¹¹⁴ Homens heterossexuais vestiam-se com trajes e indumentária lidas socialmente como femininas, e os homossexuais mais efeminados aproveitavam para sair às ruas sem serem perseguidos pela polícia. A tradição do “travestismo” nos festejos carnavalescos da cidade remonta aos tempos coloniais e a uma prática comum entre as companhias teatrais, formadas essencialmente por homens, e no início do século XX se manteve forte.¹¹⁵ Sobre isto, referindo-se aos homossexuais que entrevistou em sua pesquisa como “bailarinas”, o médico Leonídio Ribeiro, em 1938, escreveu que:

Nos divertimentos carnavalescos, fornecem os invertidos um numeroso contingente de “bailarinas”. Perdidos na multidude em folia, constituem um bloco à parte, entregue às suas exaltações passionais, às suas competições, e violentas cenas de ciúme. Certas futuras “bailarinas” algum tempo antes do carnaval, para melhor efeito, deixam crescer os cabelos.¹¹⁶

É ainda Leonídio Ribeiro quem fornece o mapa da prostituição masculina na cidade da década de 1930. De acordo com a sua pesquisa, o principal local de ocorrência desta prática homoerótica era a Rua de São Pedro, onde se encontravam diversas hospedarias e a conquista ou o encontro de um parceiro dava-se de maneira fácil, “bastando andar um pouco” por ali.¹¹⁷

¹¹² SOARES, Op. Cit., p. 72.

¹¹³ RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço. “Artes de acontecer: viados e travestis na cidade do Rio de Janeiro, do Século XIX a 1980”. In: *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 23, n. 35, set. 2016. p. 90.

¹¹⁴ FIGARI, Op. Cit., p. 324.

¹¹⁵ GREEN, Op. Cit., 2000, p. 21. Para um estudo aprofundado sobre os festejos carnavalescos na cidade, ver: CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da folia: uma história social do Carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹¹⁶ RIBEIRO, Leonídio. *Homossexualismo e endocrinologia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1938. p. 157.

¹¹⁷ RIBEIRO, Op. Cit., p.110.

A respeito dos usos de casas populares, quartos de aluguel para rapazes e hospedarias como locais de prostituição masculina no centro da cidade do Rio, o precioso relato de Zazá fornece, com suas próprias palavras, a realidade da cidade do Rio no período em que ali morou:

Fui morar numa hospedaria, onde em quartos especiais, que o dono alugava pela quantia de 5\$000, eu recebia os pederastas ativos. Nessa mesma hospedaria moravam dezenas de passivos. Alguns já velhos; outros doentes, quase todos podres em vida; outros gozando do bom e do melhor, enquanto alguns, sem mesmo roupa para vestir, eram obrigados a pedi-las emprestadas àqueles que deles se compadeciam.¹¹⁸

Os “frescos” e “bagaxas” tinham por hábito cultivar uma comunidade de assistência mútua, exaltada inclusive no compartilhamento de vivências, diversões, amizades e brigas – uma reflexão sobre suas existências que ocorria na prática, burlando as fissuras dos discursos de gênero e da hegemonia masculina, elaborando uma identidade de grupo tangível por eles, uma cultura coesa, um “nós” possível.¹¹⁹ Zazá traz a comprovação, na narrativa de sua experiência, das redes de apoio e sociabilidade de que falo, já que os homossexuais funcionavam em grupos, conforme o médico Leonídio Ribeiro: “alheios à existência dos indivíduos heterossexuais”.¹²⁰ Inferiorizados e desterritorializados pelas interpelações e discursos, passaram a identificar-se uns com os outros de modo a construir suas subjetividades a partir de tais etiologias.

Esta rede comunitária de apoios e afetos tinha influências até mesmo na elaboração de hierarquias internas à cultura homossexual entre os passivos mais efeminados e aqueles mais heteronormativizados. Zazá, embora de sexo biológico masculino, era um fresco que dizia sentir-se mulher ao relacionar o seu prazer ao membro masculino, e assim como ele muitos outros adotavam nomes e apelidos femininos. Figari nos diz que:

A transgressão de gênero, seja como comércio sexual ou como transgressão propriamente dita, implicava muito mais que um comportamento reflexivo prático; era o reconhecimento “reflexivo” de uma condição, e não de uma falta, nem de um pecado, nem de uma enfermidade. [...]

A visibilidade, nesses casos, pressupunha um confronto com os aparelhos ideológicos. Um verdadeiro desafio à repressão e uma insegurança cotidiana como forma de vida (que ironicamente podia afirmar a segurança ontológica). O “confronto” com a normatividade de gênero ativava mecanismos auto-reflexivos no sentido de perguntar-se “quem sou” e ensaiar uma resposta.

¹¹⁸ WHITAKER, Op. Cit., p. 249.

¹¹⁹ FIGARI, Op. Cit., p. 366.

¹²⁰ RIBEIRO, Op. Cit., p. 157.

É verdade que nem todas as práticas e comportamentos eram vividos em “confronto”. As consciências fortemente divididas entre a interpelação e uma positividade, ainda que fora de qualquer arena pública, isto é, ainda em processo de constituírem-se como identidade, conformavam as múltiplas e variadas “experiências clandestinas” do homoerotismo.

As experiências mais intensas e auto-reflexivas davam-se nos grupos que funcionavam como verdadeiros laboratórios de experimentação de práticas, sobretudo estéticas e hermenêuticas.¹²¹

Isto significa que independentemente da vivência pública e declarada ou privada e reprimida da prática homoerótica, identidades eram elaboradas a partir das diversas experiências com as quais aqueles homens eram confrontados e das relações que construía com outros homens. Dessa forma, o seu comportamento poderia pender para uma performance de gênero mais feminina – beirando o “travestismo”, principalmente entre os homossexuais passivos –, ou mais masculinizada – onde o padrão ativo se faz mais notável –, desconsiderando-se a atuação sexual do indivíduo de forma geral. Igualmente mostra que as subjetividades, por mais que tivessem essas contribuições na formação das suas estruturas, não eram determinadas pelas práticas sociais ou comportamentos estéticos. Mais do que experiências conformadoras dos indivíduos, a efeminação, por exemplo, era adotada como “resposta” e “confronto” ao controle institucional e a normatividade de gênero, e não como travestilidade ou transgeneridade como nosso pensamento contemporâneo poderia conceber.

Acerca da prostituição propriamente dita, como aqueles homens conseguiam identificar-se? Além dos gestos e indumentárias sobre as quais discorremos, existiam outros códigos de reconhecimento na hora da procura de clientes ou desses por bagaxas? Como os supostamente ativos distinguiam os supostamente passivos – haja vista que aquele não era um jogo de cartas marcadas?

Pires de Almeida, em 1906, aponta de maneira estereotipada que os homossexuais passivos que se prostituía poderiam ser reconhecidos pelos seus trejeitos efeminados e as boas roupas. Tal experiência era, para ele, muito específica e estendida entre os portugueses. O discurso deste médico pautou-se na construção de um estereótipo dos putos segundo o qual seriam efeminados, maquiados com pó-de-arroz e muito carmim, e acessórios como flores ou lenços de seda na lapela para chamar a atenção. Para ele era costume dos bagaxas (os “uranistas de profissão”, em seus termos) o uso de gravatas vermelhas para serem identificados. E um desses jovens maquiados envolveu-se num imbróglio que resultou num longo processo.¹²²

¹²¹ Ibidem, pp. 364-365.

¹²² Caso T7.O.PCR.492, 9ª Pretoria do Rio de Janeiro, Freguesia do Espírito Santo, ANRJ, Rio de Janeiro.

Era uma quinta-feira tranquila aquela de 13 de abril de 1905 na rua da Concórdia, até que por volta das 10:30 da manhã o barbeiro espanhol Baudílio Gally, de 45 anos, residente no n. 26 daquele endereço, foi preso por ter insultado José Nasma, turco de 19 anos e vendedor ambulante que morava no mesmo prédio que o outro. De acordo com o inquérito de vinte e oito páginas, o inspetor Nelson da Silva Campos, que passava pelo local, presenciou o momento em que Baudílio chamou José de “filho da puta, puto do Largo do Rocio, safado, puto!” Encaminhado para a Delegacia da Décima Primeira Circunscrição Urbana da Capital Federal, o espanhol foi acusado de ter violado o Artigo 282 do Código Penal de 1890, que tratava do “Ultraje Público ao Pudor”, ou seja, ofender os bons costumes da sociedade com exhibições, gestos ou atos considerados obscenos em local público. Como pena para quem incorresse contra entre artigo estava prevista prisão celular de um a seis meses.

Durante o processo, que teve início em 02 de maio daquele mesmo ano, diversas testemunhas foram chamadas e seus depoimentos, registrados: Joaquim Custódio de Almeida, mineiro, pedreiro, casado, 45 anos, morador da rua da Concórdia, n. 25; Christina Pinho, portuguesa, prestadora de serviços domésticos, viúva, 28 anos, moradora do n. 28 daquela rua; Maria dos Anjos, portuguesa, lavadeira, casada, 48 anos, residente no n. 21 do mesmo endereço; e Galphina Lopes da Silva, carioca, prestadora de serviços domésticos, viúva, 41 anos e domiciliada no mesmo endereço que Maria. Todas as testemunhas eram, portanto, vizinhas, e os depoimentos foram unânimes ao declarar que Baudílio ofendera, sim, José com tais acusações, e que suas palavras obscenas (“puto”, “safado”, etc.) foram ouvidas inclusive por algumas meninas pequenas que estavam próximas ao local.

Quando chamado a depor, José, que se dizia conhecido como “José Blanco”, afirmou que Baudílio “teve uma grande questão com ele, dizendo-lhe que ele lhe tomara sua mulher, e depois o ofendeu”. O turco relatou que fora acusado, pelo barbeiro espanhol, de ter tomado sua mulher e que estava com o rosto pintado, e por isso precisava lavá-lo.

O acusado, por sua vez, apresentou uma versão totalmente diferente sobre a briga. De acordo com Baudílio, sua explosão com José deveu-se a “motivos de honra”, e que por volta das 10:30 da manhã daquele dia o inspetor Nelson estava no portão do prédio em que ambos residiam chamando o turco à ordem, “declarando a este que não continuasse a provocar desordens e escândalos que ali se costuma a dar”; chegando ao portão, e como já não gostava de José, aproveitou da situação em que este se encontrava com o rosto maquiado para insultá-lo de “puto, prostituto do Rocio”.

Por fim, Baudílio acabou sendo inocentado das acusações de atentado ao pudor, e José logrou o rechaço dos vizinhos. Embora o uso daquelas palavras escandalizasse e fosse

considerado ultraje público, no Rio de Janeiro que despertava na manhã de um novo século ser puto era uma infração muito maior do que acusar alguém de tal prática.

Sobre este caso específico é preciso fazer uma leitura cuidadosa e uma análise da questão das rivalidades raciais e nacionais entre brasileiros brancos e negros libertos em relação aos imigrantes, como eram Baudílio e José. As interações entre a classe trabalhadora, no âmbito social, precisam ser entendidas a partir desta malha de conflitos que formava o seu pano de fundo. De acordo com James Green, que também já se debruçou sobre este inquérito,

Essa contenda específica, travada na arena pública de um bairro de classe operária [...] indica que a acusação de “ser um puto” podia unir diversos grupos contra um inimigo comum da moral social — o homem efeminado que, segundo se supunha, trabalhava como prostituto. O registro não indica se José, um imigrante recém-chegado que ainda assinava seu sobrenome no registro da polícia conforme a grafia de seu país de origem, era de fato um “puto”, ou seja, que tinha relações sexuais com outros homens no Largo do Rossio em troca de dinheiro. Contudo, embora Baudílio G. fosse acusado formalmente pela ofensa de ter proferido a palavra “indecente” puto, o jovem vendedor de rua foi quem acabou sendo julgado. A indumentária pessoal de José e possível fonte secundária de renda tornou-se o objeto de escrutínio público. O fato de usar ruge e outros acessórios marcadamente femininos representava um comportamento inadequado e imoral, que merecia a condenação social. A resolução do caso isentou Baudílio [...].¹²³

Não cabe igualmente ignorar que acusar um homem de usar maquiagem e de ser frequentador do Largo do Rocio, um espaço socialmente reconhecido como de sociabilidade homoerótica, funcionava como uma maneira de construir o machismo, de perpetuar a ordem hegemônica e reafirmar a masculinidade. As acusações baseadas no homoerotismo, quando não acabavam em brigas, iam parar nos processos ou denúncias policiais – buscando defender a masculinidade ferida.¹²⁴ Ainda assim, mesmo que José não fosse um “puto do Largo do Rocio”, o discurso empregado por Baudílio reforça o argumento e confirma a hipótese de que a sociedade reconhecia os gestos, códigos e performances da cultura homoerótica e da prostituição homossexual.

Para Figari, o limite entre a homossexualidade e a prática homoerótica em si por meio da prostituição, isto é, o que separava os homens que se prostituíam dos que não se prostituíam era a pobreza: esta era a condição que levava a esta prática de maneira ocasional ou profissional.¹²⁵ O homoerotismo entre as classes média e alta, representado pelos *dândys* e *flâneurs* do período, teria sido ressignificado pelo homoerotismo das classes subalternas, entre

¹²³ GREEN, Op. Cit., 2000, p. 63.

¹²⁴ FIGARI, Op. Cit., p. 275.

¹²⁵ Ibidem, p. 317.

os artistas, trabalhadores, comerciantes e putos, representando mais uma contradição no interior da ordem burguesa. E a prostituição atuava, nesta relação, como uma espécie de ponte de interação, em uma dialética que envolvia “aceitação, sexo e rechaço”.¹²⁶

A prostituição homossexual, todavia, não estava restrita aos frescos e bagaxas efeminados. Vagabundos, moleques, soldados e marinheiros também acessavam este universo, levando para seus meios o homoerotismo. Tal era o caso da marinha, apontado em diversas fontes como um antro do “vício”. Os quartéis e navios sempre estiveram envolvidos com a homossexualidade. Mas segundo relatos, outros espaços da cidade também foram apropriados pelos marinheiros, como praças e bares, e receberam nomes bastante significativos a respeito dos seus frequentadores, como é o caso do “*Botequim dos Veados*”¹²⁷ que foi palco de uma enorme briga em novembro de 1925, como pode ser visto na notícia publicada no jornal *O Paiz*:

SANGUINOLENTO CONFLICTO

A FACA, A TIRO E A NAVALHA, ENTRE MARINHEIROS E NAVAES

E’ um local perigosissimo, um botequim mal afamado, o que está situado na rua General Camara numero 245, fazendo esquina com o largo de S. Domingos, e conhecido entre a marinhagem pelo titulo de “Botequim dos Veados”.

Essa casa é um perfeito antro e ao menor descuido da policia os seus frequentadores abusam, embriagam-se e depois, em plena effervescencia do alcool, a audacia e a irreflexão fazem o resto.

- Nos dias de soldo na marinha, quando marinheiros e praças do batalhão naval vêm á terra, com o bolso quente, avidos de diversões e de sensações novas, o “Botequim dos Veados” é o preferido.

Hontem á noite os garçons não tiveram mãos a medir. As libações succediam-se ininterruptas, até que, como era de prever, á primeira desintelligencia, que é como o estopim do rastilho á bomba, estalou o conflicto [...].

Em menos de um minuto, os trinta homens, aproximadamente, que enchiam o botequim, puzeram tudo em polvorosa. As armas de cada um delles brilharam e enquanto as laminas das navalhas e das facas luziam á luz intensa das lampadas, os revólveres e pistolas funcionavam, num cerrado tiroteio.

[...] Urge, como medida de prevenção moral, a cassação da licença do perigoso “Botequim dos Veados”.¹²⁸

O jornal *O Paiz* foi fundado em outubro de 1884 pelo conde de São Salvador de Matosinhos, o imigrante português João José dos Reis Júnior, e circulou como periódico matutino até 1930, quando um incêndio destruiu a sua sede – visto como uma represália à oposição do jornal ao golpe de estado de Getúlio Vargas, responsável por depor o presidente

¹²⁶ Ibidem, p. 295.

¹²⁷ Grifo nosso.

¹²⁸ “Sanguinolento conflicto – a faca, a tiro e a navalha, entre marinheiros e navaes”. In: *O Paiz*, ano XLII, n. 14.987, 1925. BNRJ. Grifos do autor.

Washington Luís. Afinal, *O Paiz* contava com muitas lideranças republicanas em sua redação, que durante toda a Primeira República defenderam a ideologia republicana, além de ter atuado com firmeza na causa abolicionista no final do século XIX. Ruy Barbosa foi o seu primeiro redator-chefe, mas com três dias foi substituído por Quintino Bocaiúva, então presidente do Partido Republicano. O último proprietário do jornal, Antônio Augusto Alves de Souza, exilou-se após o incêndio e foi proibido de voltar a publicar em jornais brasileiros.

O longo relato jornalístico apresenta detalhadamente a confusão, com a ordem dos acontecimentos, número de feridos e o nome de alguns dos envolvidos. Porém, de tudo o que pode ser discutido a partir deste trecho, mais do que a briga em si interessa-me falar sobre o nome do botequim e o uso do termo “veado”; a localização do bar; a relação dos marinheiros com aquele espaço.

Em meados da década de 1920 o termo “veado” – cujo uso popular como adjetivação para os homossexuais é costumeiramente relacionado ao ato sexual do animal veado e ao processo em que os machos daquela espécie se envolvem para copular entre si e assim “aliviar” o acúmulo de esperma –, se popularizou na imprensa da cidade e entre os cariocas quando um comissário de polícia fracassou ao tentar prender os homossexuais que se prostituíam ao redor da Praça Tiradentes. Comparando as características daqueles homens efeminados ao porte físico do animal veado (magro e esguio), o policial justificou a sua falha alegando que os homossexuais eram “um alvo delicado”, que fugiam “correndo como veados” quando a polícia se aproximava. Logo a comparação caiu na “boca do povo”¹²⁹, e o termo pode ser visto até mesmo no trecho do romance de Luís Martins que trouxemos algumas páginas atrás. É no mínimo suspeito que o termo “veado”, enquanto um novo adjetivo para designar os homossexuais, tenha sido atribuído como nome a um bar onde a maioria dos frequentadores era composta por marinheiros – uma classe historicamente relacionada aos comportamentos homoeróticos. Não é nem um pouco espantoso, inclusive, que a nota jornalística apresentada termine com um pedido às autoridades pela cassação do direito de funcionar e pelo fechamento do bar “como medida de prevenção moral”, sem dúvida não apenas pelas constantes brigas e confusões, mas igualmente por conta do “tipo de pessoa” que frequentava o espaço.

Outra forma de se ler esta fonte dentro da hipótese sobre a relação dos marinheiros com a homossexualidade e do seu envolvimento com os territórios homoeróticos da cidade é

¹²⁹ LOPES, Arthur Louback. “Por que as lésbicas são chamadas de sapatões e os gays, de veados?” In: https://www.huffpostbrasil.com/2015/06/29/por-que-as-lesbicas-sao-chamadas-de-sapatos-e-os-gays-de-veado_a_21685112/ [Acessado em: 27/07/2018 – 16:38]

destacando a localização espacial do bar: a rua General Câmara, n. 245, esquina com o Largo de São Domingos.

José Antônio Correia Câmara, gaúcho e general das forças militares brasileiras que lutaram na reta final da longa Guerra do Paraguai foi, em 1870, o homenageado escolhido para renomear a antiga Rua do Sabão, que passou a chamar-se Rua General Câmara. Anteriormente conhecida, desde os tempos coloniais, por conta da existência, ali, do armazém que monopolizava a fabricação de sabão na cidade, a rua cruzava o centro em vários trechos e ligava diversas direções, como a Candelária, a rua de S. Pedro, a Uruguaiana, a da Quitanda, a Primeiro de Março e a Senhor dos Passos, mas a esquina que aqui interessa era aquela formada com o Largo de São Domingos, sobre o qual falarei no começo do próximo capítulo.

Desde 1890 sendo cenário para acontecimentos da história do homoerotismo na cidade do Rio de Janeiro, quando abrigou entre os seus sobradinhos, segundo o médico Pires de Almeida, um “lupanar para homossexuais” administrado por L.P., um brigadeiro do exército, o Largo de São Domingos foi construído por escravos no século XVIII juntamente à Capela de São Domingos de Gusmão. Infelizmente, como grande parte da cidade antiga, nem a rua General Câmara nem o Largo de S. Domingos existem mais. Toda a área desapareceu na década de 1940 durante as obras de construção da Avenida Presidente Vargas, um caminho asfaltado de 2 quilômetros de extensão e 72 metros de largura, ligando a Candelária à Praça da Bandeira. O Campo de Santana perdeu parte do seu terreno, foram demolidas 525 casas e prédios nas ruas General Câmara, São Pedro, Senador Eusébio, Visconde de Itaúna e no Largo de São Domingos, assim como várias capelas e igrejas do período colonial deixaram de existir.¹³⁰

Próximo ao conhecido Largo do Rocio e ao Campo de Santana, espaços de notória socialização homoerótica, o Largo estava no coração da cidade, no caminho entre a Cidade Velha e a Cidade Nova, e foi território de encontro e de trânsito de variados grupos de pessoas desde a sua fundação. Seria ingênuo não supor a presença de homossexuais naquele largo, assim como a apropriação do seu território enquanto espaço de encontro – fazendo uma relação, obviamente, das informações trazidas por esse relato jornalístico com a etnografia médica de Pires de Almeida em seu livro acerca daquela região. Mais ingênuo ainda seria não apostar no envolvimento dos “veados” com os marinheiros naquele botequim, e na relação destes com o homoerotismo na cidade.

¹³⁰ GERSON, Op. Cit., pp. 52, 76, 79, 96, 160, 172, 216.

Para comprovar a presença do homoerotismo na marinha, lembro que de acordo com o médico Ferraz de Macedo as taxas de “sodomia” entre os soldados seriam altas em decorrência da falta de mulheres e da submissão dos inferiores à satisfação dos desejos sexuais de seus superiores. Enquanto muitas vezes os relacionamentos homoeróticos se desenvolviam entre homens das classes altas e homens das classes inferiores por meio da prostituição, na marinha estas relações se davam pela dominação hierárquica, onde os “camareiros” ou marinheiros de menor patente ofereciam outros tipos de serviços aos seus oficiais, como é o caso do comandante apresentado por Adolfo Caminha no romance realista-naturalista *Bom-Crioulo*, publicado em 1895 pela editora Domingos de Magalhães: um homem amigo de todo marinheiro “robusto”, que recompensava os serviços realizados por seus preferidos.¹³¹

O autor, que reconheceu ter se inspirado em fatos reais que vivenciara quando de sua passagem como oficial pela marinha imperial para escrever o livro, apresenta uma relação homossexual correspondente ao esquema protetor/protegido na qual o marinheiro negro Amaro (o “bom-crioulo” do título) apaixona-se pelo jovem grumete Aleixo, um adolescente loiro de olhos azuis. Amaro era um escravo que fugira de uma fazenda de café, enquanto Aleixo provinha de uma família de pescadores de Santa Catarina. Ao se conhecerem num navio de guerra, o Bom-crioulo, que nunca havia se apaixonado por ninguém e chegara aos 30 anos de idade praticamente virgem, se encanta com a beleza do menino e passa a ter com ele uma relação baseada na proteção.

Na história, Caminha narra que suas personagens transitavam pelas ruas da cidade com certo domínio dos espaços – o que permite intuir que a circulação dos homossexuais pela capital da República fora da ficção ocorria de maneira verossimilhante. Tamanho era o conhecimento social do autor das práticas homoeróticas e da territorialidade homossexual no Rio que em determinado ponto da história Amaro e Aleixo alugam um quarto para viver o seu romance na antiga Rua da Misericórdia, próxima ao Paço Imperial.

Caminha, autor heterossexual, embora dê visibilidade à homossexualidade e ao homoerotismo em seu livro, fazendo dessa questão o eixo central em torno do que a história se desenvolve, não deixa de apresentar a mesma como um desvio, uma imoralidade, demonstrando ora espanto, ora fascinação ao tratar dos amantes como “seres doentes” cujo gozo era uma “anomalia”, delito contra a natureza. Ele se colocava, dessa forma, ao lado do discurso médico e moralizador do período.

¹³¹ CAMINHA, Adolfo. *Bom-Crioulo*. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2013.

Na novela de trágico final, ao justificar as suas tendências homossexuais para si na tentativa de entender-se, Amaro fornece um caminho para pensar a homossexualidade na Marinha expondo que aqueles eram excessos proibidos pelos médicos, mas cometidos por todos os oficiais e praças brancos. Logo, ele, marujo negro, também poderia praticá-la, visto que não julgava ter forças para resistir à natureza, que podia “mais que a vontade humana”.

Nesta história, cujo discurso é elaborado de um lugar específico como meio de denúncia do que ocorria dentro da Marinha, Caminha aponta que não se falava em “amor” entre homens, mas sim em “amizade”, e que embora muitos encarassem a homossexualidade como uma imoralidade, esta era praticada “quase todas as noites” pela marujada nos navios.¹³² Sem falar que, ao mesmo tempo em que descreve a posição da sociedade de repulsa em relação à pederastia e ao “uranismo”, ele proporciona ao leitor a visão de aceitação e de naturalidade que aqueles homens costumavam desenvolver sobre si mesmos e suas práticas quando relata os pensamentos e elucubrações de Amaro:

Instintivamente seu olhar procurava o pequeno, acendia-se num desejo sôfrego de vê-lo sempre, sempre, ali perto, vivendo a mesma vida de obediência e de trabalho, crescendo a seu lado como um irmão querido e inseparável. Por outro lado estava tranquilo [...]. Onde quer que estivessem haviam de se lembrar daquela noite fria dormida sob o mesmo lençol na proa da corveta, abraçados, como um *casal de noivos* em plena luxúria da primeira coabitação. [...] Nunca se apercebera de semelhante *anomalia*, nunca em sua vida tivera a lembrança de perscrutar suas tendências em matéria de sexualidade. As mulheres o desarmavam para os combates do amor, é certo, mas também não concebia, por forma alguma, esse comércio grosseiro entre indivíduos do mesmo sexo; entretanto, quem diria!, o fato passava-se agora consigo próprio, sem premeditação, inesperadamente. E o mais interessante é que “*aquilo*” ameaçava ir longe, para mal de seus pecados... Não havia jeito, senão ter paciência, uma vez que a “natureza” impunha-lhe esse castigo. Afinal de contas era homem, tinha suas necessidades, como qualquer outro [...]. De qualquer modo estava justificado perante sua consciência, tanto mais quanto havia exemplos ali mesmo a bordo, para não falar em certo oficial de quem se diziam coisas medonhas no tocante à vida particular. Se os brancos faziam, quanto mais os negros!¹³³

Em ensaio clássico no qual analisa esta obra, Peter Fry¹³⁴ deduz que Caminha desenvolveu certa simpatia pelos marinheiros e pelo mundo da prostituição, descobrindo uma lógica que estava excluída das teorias deterministas. Mas por não poder rejeitar o paradigma médico-moralizante de sua época, acaba elaborando um discurso contraditório que varia entre o determinismo biológico e social e o que acabou por constituir a teoria antropológica

¹³² CAMINHA, Op. Cit., pp. 37-38.

¹³³ Ibidem, pp. 51-52. Grifos meus.

¹³⁴ FRY, Peter. “Léonie, Pombinha, Amaro e Aleixo: prostituição, homossexualismo e raça em dois romances naturalistas”. In: VÁRIOS. *Caminhos Cruzados*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 36.

contemporânea. Não há como ignorar, porém, o valor documental deste romance, considerado o primeiro a tratar a homossexualidade e o homoerotismo no Brasil.

Caminha revela a lógica interna de funcionamento daquele mundo marginal, e além de reforçar o conhecimento sobre vários espaços públicos como pontos de encontro e de sociabilidade homoerótica (como o Largo do Rocio como um ponto de encontro e de prostituição, não só de homens como de mulheres), deixa transparecer a existência de redes de apoio e amizade entre a classe pobre e operária, onde a homossexualidade se não era condenada, era ao menos tolerada.

6. Conclusão do capítulo

Com o fim do Império e da classificação criminal dos indivíduos homossexuais em 1830 (mas não de suas práticas), uma maior circulação dos homossexuais pela cidade começou a ocorrer e a formação de vínculos socioculturais entre eles tornou-se mais forte e agregadora. Demonstrei neste capítulo que muitos daqueles homossexuais optaram por migrar de suas cidades para o Rio de Janeiro no início do século XX em busca de uma nova vida, e encontraram na prostituição formas de resistência e criação de laços e identidades.

O homossexual masculino era automaticamente relacionado à prostituição, mais do que as mulheres lésbicas, que por reproduzirem socialmente a categorização masculina eram melhor “suportadas”. Mas é necessário lembrar que nem todo homem envolvido em práticas homoeróticas durante a Primeira República se prostituiu: muitos deles buscaram e conseguiram trabalho nos bordéis e cabarés das prostitutas, ou até em teatros, bares, cafés e casas de espetáculos.

Contudo, como já foi apontado, os que realmente interessam aqui são aqueles que tinham certa consciência da formação e dos usos possíveis de seu corpo e da construção da prostituição enquanto espaço de luta, sobrevivência e na formação de papéis sociais e de identidades. Eles utilizaram o espaço urbano ao seu favor, de acordo com os seus interesses, uma formação que, a despeito da vivência pública e declarada ou privada e reprimida da prática homoerótica, serviu para o desenvolvimento de identidades múltiplas correspondentes a uma experiência social praticamente única – a marginalização e a exclusão. Nos espaços públicos como as ruas da Lapa, da Cinelândia, o Largo do Rocio e o Campo de Santana, eram elaboradas vivências diversas onde aqueles homens eram confrontados pelas relações que construía com outros homens.

Sabe-se que quanto menor a condição social e econômica de um indivíduo, como era a realidade dos negros libertos e dos imigrantes desempregados, mais vulnerável ele se tornava aos abusos e pressões da sociedade da época, onde os policiais esforçavam-se em defender as ideias de médicos e criminologistas segundo os quais a degeneração, a depravação, a violência, o perigo e a desordem não teriam outra origem que não fosse a pobreza ou os “defeitos de raça”. Num tempo em que teorias eugenistas e raciais estavam tão em voga, os homens das classes mais abastadas da sociedade podiam viver sua vida sexual praticamente sem incômodos, vistos pela sociedade inclusive com certo respeito. O mesmo não acontecia com os homossexuais pobres que perambulavam pelas ruas e praças, trabalhando com seus corpos em busca de sobrevivência ou pelo mero prazer, e que precisavam elaborar redes de apoio e solidariedade para existir – o que chegaram a fazer até mesmo com as prostitutas, grupo com o qual mais se aproximavam. Assim desenvolveram códigos, maneirismos, formas de reconhecimento e técnicas de resistência que compuseram a cultura homoerótica do início do século passado. Embora não se possa falar em uma identidade homossexual para o período, mas em múltiplas identidades e experiências, é inegável a existência de uma cultura compartilhada e reproduzida por todos aqueles homens. Portanto, se por um lado eram vistos como doentes, Zazá com seu relato e as demais fontes mostram que nem sempre, nem todos, se viam assim. E isto será melhor discutido e aprofundado nos próximos capítulos.

SEGUNDO CAPÍTULO

DOUTORES DO BEM E DO MAL:

A MEDICINA-LEGAL E UM NOVO DISCURSO SOBRE OS HOMOSSEXUAIS E AS PRÁTICAS HOMOERÓTICAS

1. República e ordem burguesa no Rio de Janeiro: a capital do novo século

Durante o Segundo Reinado, o discurso positivista se estabeleceu com êxito entre os pensadores e políticos brasileiros como novo poder simbólico. A elite, anteriormente agrária e nobre, foi paulatinamente dando lugar a um grupo urbano, burguês, de profissionais liberais.¹³⁵ Desde a década de 1880 o Rio de Janeiro vinha se transformando no centro industrial do país, processo acelerado pelo fim do sistema escravista, que exigiu novos mecanismos de controle social. De acordo com Neder, tal crescimento industrial não só possibilitou uma simbólica variação social e o crescimento do espaço urbano, como marcou a transição da formação brasileira para o capitalismo.¹³⁶ Foi um período de acelerada industrialização e urbanização do país. As elites, com circunstâncias regionais bem variadas nas últimas décadas do século XIX, dividiam-se cada vez mais em torno da problemática da Abolição.¹³⁷ Como tentativa de afastar-se o mais rápido possível do passado colonial e imperial, deu-se um crescimento vertiginoso da imigração europeia em resposta ao fim do sistema escravista, em 1888.¹³⁸

Uma sequência de crises políticas e sociais se desenrolou no cenário nacional. Em consequência de tais eventos, os republicanos obtiveram sucesso e a Monarquia chegou ao seu fim. O primeiro presidente do novo regime, estabelecido em um Governo Provisório, foi o Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, e já em seu governo estabeleceu-se a separação entre a Igreja e o Estado, a laicização dos cemitérios e a instituição do casamento civil. Tal processo de secularização no Brasil, de acordo com Carlos Figari, se manifestava desde fins do século XVIII.¹³⁹

O fim do Ministério Conservador e do regime imperial no Brasil em 15 de novembro de 1889, provocando não só o banimento da família real para a Europa como a proclamação

¹³⁵ FIGARI, Op. Cit., p. 237.

¹³⁶ NEDER, Op. Cit., 2012.

¹³⁷ NEEDELL, Op. Cit., p. 25.

¹³⁸ ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). *Os presidentes e a República: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva*. 4. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2009.

¹³⁹ FIGARI, Op. Cit., p. 158.

da República por meio de um golpe militar – o primeiro de muitos que viriam nas décadas seguintes –, foi resultado de variados movimentos, bem como de interesses econômicos das antigas províncias que ansiavam pela modernização do país e pela descentralização do poder administrativo. O advento da República fez o país passar por alterações sociais, políticas e jurídicas, como novas leis, o Código Penal de 1890, manuais de conduta e moral e mudanças urbanas visando à adequação estrutural e comportamental da cidade e de seus moradores aos novos tempos. Na então Capital Federal, o jovem regime provocou um grande aumento demográfico, que nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX recebeu um enorme contingente de negros alforriados das zonas rurais e imigrantes, principalmente portugueses, em busca de empregos e melhores condições de vida. Apenas em 1891, conta-se a chegada de 216.000 estrangeiros ao país.¹⁴⁰

Segundo o censo de 1872, moravam na corte um total de 274.972 pessoas, número que, de acordo com o recenseamento da cidade do Rio de Janeiro de 20 de setembro 1906, saltou para 811.443. Outra importante característica da população do Rio de Janeiro daquele período, para a qual Carvalho e Chalhoub chamam atenção¹⁴¹, é que havia um enorme desequilíbrio numérico entre os sexos. Carvalho informa que em 1890, no que tange aos estrangeiros, o número de homens era mais que o dobro do de mulheres. Enquanto isso, o censo de 1906 (que não apresenta as distinções de nacionalidade e naturalidade dos imigrantes, muito menos discrimina a cor dos habitantes) registra 463.453 homens para 347.990 mulheres, o que representava 57% e 43% da população total, respectivamente.

¹⁴⁰ ARQUIVO NACIONAL, Op. Cit., p. 7.

¹⁴¹ CHALHOUB, Op. Cit., 2015, p. 42.

Número de habitantes das diversas circunscrições civis nos anos de 1890 e 1906

FREGUEZIAS	POPULAÇÃO		DIFERENÇA NO PERÍODO	
	Em 1890	Em 1906	Absoluta	%
Candelaria.....	9.701	4.454	— 5.247	— 54,09
S. José.....	40.014	44.878	+ 4.864	12,16
Santa Rita.....	43.805	45.929	+ 2.124	4,85
Sacramento.....	30.663	24.612	— 6.051	— 19,73
Gloria.....	44.105	59.102	+ 14.997	34,00
Sant'Anna.....	67.533	79.315	+ 11.782	17,45
Santo Antonio.....	37.660	42.009	+ 4.349	11,55
Espírito Santo.....	31.389	59.117	+ 27.728	88,34
Engenho Velho.....	36.988	91.494	+ 54.506	147,36
Lagôa.....	28.741	47.992	+ 19.251	66,98
S. Christovão.....	22.202	45.098	+ 22.896	103,13
Gavea.....	4.712	12.750	+ 8.038	170,59
Engenho Novo.....	27.873	62.898	+ 35.025	125,66
Irajá.....	13.130	27.410	+ 14.280	108,76
Jacarépaguá.....	16.070	17.265	+ 1.195	7,44
Inhaúma.....	17.448	68.557	+ 51.109	292,92
Guaratiba.....	12.654	17.928	+ 5.274	41,68
Campo Grande.....	15.950	31.248	+ 15.298	95,91
Santa Cruz.....	10.954	15.380	+ 4.426	40,41
Ilha do Governador.....	3.991	5.616	+ 1.625	40,72
Ilha de Paquetá.....	2.709	2.283	— 426	— 15,73
População terrestre.....	518.292	805.335	+ 287.043	55,38
População marítima.....	4.359	6.108	+ 1.749	40,12
População total.....	522.651	811.443	+ 288.792	55,26

(Quadro 1: Número de habitantes das circunscrições civis da cidade do Rio de Janeiro entre 1890 e 1906.

Fonte: Recenseamento do Rio de Janeiro de 1906, p. 104.)

Estes números não podem ser tratados com menor importância, pois essas alterações demográficas colaboraram para a consolidação do capitalismo no Brasil e no Rio de Janeiro. Obviamente, todos estes corpos e mentes precisavam ser disciplinados. Surge a ideia de um homem e uma cidade novas.

Escreve James Green¹⁴² que todo esse contingente populacional, formado em sua maioria por imigrantes e negros libertos, era mais favorável aos homens jovens e solteiros, levando o grande número de mulheres pobres ao favorecimento do comércio sexual. No que tange aos homossexuais, muitos foram rejeitados por suas famílias e somente encontraram apoio entre os seus iguais, aos quais se aproximavam por meio de identidades compartilhadas em uma cultura em comum, e construíam redes de sociabilidade e solidariedade que colaboraram com a formação de uma cultura homoerótica no centro da capital republicana. Estes homens vinham de outras regiões para tentar a vida no Rio de Janeiro, ou eram negros libertos que tinham nas religiões afro-brasileiras uma maior aceitação de sua efeminação,

¹⁴² GREEN, Op. Cit., 2000, p. 51.

como aponta Peter Fry.¹⁴³ Contudo, conseguir emprego naquele contexto não era algo fácil para estes homens. Alguns alcançaram trabalhos como atores, garçons, faxineiros em bordéis. Mas a prostituição acabou se consolidando uma dimensão da vida mais “prática”.

2. Um lupanar para homossexuais

Foi neste cenário, nos últimos suspiros do século XIX, que o Largo de São Domingos, próximo aos antigos largos do Rocio e de São Francisco, assistiu a uma voluptuosa história. Aquele lugar, que antes da decisão do marquês de Lavradio de transferir o comércio negreiro para o cais do Valongo, fora palco para compra e venda dos africanos escravizados recém-chegados à cidade depois de “desembarcados na Alfândega, nos fundos da Rua Direita”¹⁴⁴, assim como em outras ruas e praças centrais, acabou, nos idos da década de 1890, tendo entre suas casas, prédios, cortiços e hospedarias a ilustre presença, num sobradinho, de um prostíbulo masculino comandado por um brigadeiro do exército.

Conta o médico José Ricardo Pires de Almeida, em seu livro *Homossexualismo (a libertinagem no Rio de Janeiro); estudo sobre as perversões e inversões do instinto genital*, publicado em 1906, que o general L. P. era um velho de seu tempo.¹⁴⁵ Um sujeito sério, taciturno, qualificado como “marcial [...], insinuante e eterno solteirão”.¹⁴⁶ Sempre capaz de disfarçar os seus desejos era, no termo da época, um pederasta meticoloso, dono de um faro sutil e um paladar apurado para belos rapazes, que seduzia facilmente com seu olhar e um estalar de beijos – além do pagamento de 2\$. Ao atrair sua “caça”, a conduzia para o seu quarto, onde “exercia impune seus vícios e corrompia a criançada leviana”.¹⁴⁷ Até que, certa feita, ao investir contra um cadete, o general obteve uma negativa, sendo chamado de “cobarde” (sic) e uma resposta que, de acordo com Pires de Almeida, o fez largar o “vício da pederastia”, “inclinando-se então à classe das dançarinas, que o deixaram na penúria”.¹⁴⁸

¹⁴³ FRY, Peter. “Filhos de pombagira: relação do candomblé com a homossexualidade é mais livre, mas também reflete preconceitos sociais”. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional: Homossexualidades – da perseguição à luta por igualdade*. Ano 10. Nº 119. Agosto de 2015.

¹⁴⁴ GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Bem-Te-Vi, 2013. p. 172.

¹⁴⁵ Figari chama atenção para um fato curioso acerca de L.P. Segundo ele, mesmo o médico Pires de Almeida tendo descrito o brigadeiro como um velho, ele pode ter se referido, por meio de uma brincadeira metafórica ao marido da Princesa Isabel, Conde d’Eu, cujas iniciais do primeiro nome eram L e P: Louis Philippe Marie Fernand Gaston, e cujas aventuras homoeróticas e pelo mundo da prostituição carioca eram notórias em anedotas.

¹⁴⁶ PIRES DE ALMEIDA, Op. Cit., p. 78.

¹⁴⁷ Ibidem, p. 78.

¹⁴⁸ Ibidem, p. 78.

Em seu relato, Pires de Almeida aponta que L. P. “assestou”, num sobrado no Largo de São Domingos, um “lupanar de belos rapagões” antes de abandonar a pederastia. Lupanar é um termo de origem latina, que em tradução literal significa “covil de lobas”, e era usado para designar prostíbulos na Roma Antiga. É fato reconhecido por diversos autores que a prostituição no Brasil sempre existiu, desde os tempos mais caóticos da Colônia. Com a passagem do século XIX para o século XX e, conseqüentemente, com a mudança do sistema de governo no país, esta prática paradoxalmente tornou-se mais visível – digo “paradoxalmente” já que ao mesmo tempo entravam em cena as teorias higienistas e as formas de combate à “depravação” social. Mas não somente as mulheres se prostituíam ou frequentavam “lupanares”. Como mostra este pequeno relato, muitos homens homossexuais também exerceram esta função e tiveram seus clientes e parceiros. Sobre tais homens, os que usavam o próprio corpo como uma forma de trabalho, diz o médico Francisco Ferraz de Macedo¹⁴⁹ que eles ficaram conhecidos como “bagaxas” a partir do final do século XIX, uma referência ao jargão popular português “*bagaxeira*”, utilizado para designar o que era considerado “inútil” ou o que “não presta”, como as prostitutas, e tornaram-se objeto de análise do discurso médico-legal.

3. Médicos, “homossexualismo” e prostituição masculina: surge um novo discurso

Michel Foucault¹⁵⁰ compreendia a sexualidade humana como um dispositivo das relações de poder, constituído ao longo da Modernidade a partir de uma diversidade de embates de interesses. Segundo ele, a partir dos séculos XVIII e XIX entraram em circulação três discursos sobre o sexo e as formas de sexualidade dos indivíduos, como maneira de criar um saber acerca deste objeto, falando sobre ele e controlando o que fosse considerado necessário: o discurso religioso e moral; o discurso médico e psiquiátrico; e o discurso policial. O objetivo não era julgar o sexo, mas sim administrá-lo. Contudo, mesmo a realidade sendo uma construção dos detentores dos meios de produção, nesta trama de biopoderes que se cruzavam o prazer não se anulava, e por extensão do poder as sexualidades proliferavam.

Por fim, no século XIX, o indivíduo anteriormente identificado pelo discurso religioso como “sodomita”, que era um reincidente, torna-se aquilo que Foucault denominou

¹⁴⁹ FERRAZ DE MACEDO, Op. Cit., 1872.

¹⁵⁰ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 4. ed. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2017.

de “personagem do homossexual”, uma espécie definida por sua prática, quando nada daquilo que ele é escapa à sua sexualidade, presente em todo o seu ser, inscrita em seu corpo. Os médicos, neste novo tempo influenciado pelo positivismo, acabam recebendo um poder moralizador e suas figuras são dotadas de uma instância regulatória e normatizadora de onde se elaboram os discursos definidores dos corpos saudáveis e dos corpos “transgressores à ordem”. Ao tratar da história da loucura, ele aponta que todos que escapassem ao conceito clássico de “normalidade” deveriam ser banidos, internados, tratados e/ou readequados dependendo do caso. Na passagem para a modernidade, portanto, o discurso médico, baseado numa suposta razão, funda a “desrazão”, e o *homo medicus*, com sua sabedoria e autoridade, apresenta ao mundo o *homo natura*, o homem “normal”. O médico torna-se personagem central no processo de construção objetiva e científica da loucura, das neuroses, dos desvios mentais, das inversões do instinto... em suma: se torna responsável por identificar e tratar os corpos dos pobres, vagabundos, “devassos”, libertinos e todos aqueles considerados anormais ou com problemas mentais que, a partir de então, viram-se inseridos no processo histórico por meio deste discurso, e passaram a ter as suas vidas reguladas.¹⁵¹

Green afirma que os médicos e criminologistas do período da modernização brasileira “transferiram o debate sobre a homossexualidade do âmbito legal, religioso e moral para a esfera da medicina, e advogaram seu direito de controlar ou curar suas manifestações”.¹⁵² Assim, criou-se uma identidade sexual nova, e os poderes preocuparam-se em condenar o que, na população, fosse visto como fator de perigo; perseguir como maneira de enquadrar. Logo, a partir da segunda metade do oitocentos, o indivíduo identificado em Foucault como “o personagem do homossexual” deixou de ser criminalizado para ser definido a partir e nas práticas médicas. A medicina-legal passou a reivindicar o direito de fala “sobre os anormais” e a tratar como seu objeto particular as “sexualidades perversas”.

Existe ainda a ideia de que um discurso historicamente surgiu para substituir o anterior, como numa escala evolutiva. Isto é uma inverdade e não pode ser considerada. Por mais que existisse um conflito entre catolicismo e positivismo científico na sociedade carioca do nascente século XX, não há como ignorar, por exemplo, a continuidade do discurso religioso e sua coexistência com o discurso médico e policial – mesmo levando-se em consideração a passagem, o trânsito e as justaposições entre os aparelhos político-ideológicos referidos à cultura religiosa e aqueles constituintes da cultura jurídico-científica. Conforme

¹⁵¹ FOUCAULT, Michel. *História da loucura na Idade Clássica*. Tradução: José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 2003.

¹⁵² GREEN, Op. Cit., 2000, p. 32.

escreveu Neder a respeito da “questão religiosa no Brasil republicano”, existe uma tendência “da historiografia brasileira a confinar os conflitos entre Igreja e Estado no Brasil [aos] episódios da década de 1870”¹⁵³, que desdobraram-se na crise nomeada pelo governo imperial como “Questão dos Bispos”, responsável pela cisma entre o governo imperial e a Igreja. Segundo a autora, houve no projeto republicano um forte processo de secularização das instituições, mas, ainda assim, deve-se estender o debate sobre a questão religiosa para este período, cuja marca é persistente em variadas esferas da vida social, cultural e política.

Apesar do fortalecimento do discurso médico-legal favorecido pelo pensamento positivista que desembarcava no Brasil, com grande influência do pensamento francês¹⁵⁴, e pela ordem burguesa que objetivava “o disciplinamento das mentes e dos corpos”¹⁵⁵ por meio de discursos e bases materiais visando um novo *ethos* moral, havia no início do século XX, portanto, uma simultaneidade de discursos onde o religioso continuava a representar uma grande base na mentalidade popular ao definir os limites da sexualidade humana. Neste discurso, como escreve Mary del Priore¹⁵⁶, a homossexualidade era apresentada como o “pecado da carne contra a natureza divina”, ideia defendida por alguns médicos, como no caso de Pires de Almeida, que classificava o “homossexualismo” enquanto um vício torpe contra a natureza humana. Mas o discurso religioso também ditava as relações matrimoniais que, indiretamente, influenciavam as relações masculinas com o universo da prostituição. As relações dos homens com a prostituição eram vistas pelos médicos, de acordo Luiz Carlos Soares, como um “fato natural”, pois possibilitava a “realização do instinto sexual masculino”, e um “fato social”, que estabilizaria a sociedade, “permitindo que *o homem pudesse descarregar a excitação causada pela necessidade imperiosa do prazer venéreo, sem provocar grandes problemas na organização social*”;¹⁵⁷ logo, aceitável apesar de deplorável. Mas a prostituição masculina, praticada pelos “frescos” (isto é, homossexuais do sexo masculino), era combatida como um mal muito maior, que precisava ser erradicado para o bem da sociedade, pois advinha de uma depravação social oriunda de um desvio da natureza humana.

¹⁵³ NEDER, Gizlene. “Apresentação (‘Questão Religiosa’ no Brasil Republicano)”. In: NEDER, Gizlene; SILVA, Ana Paula Ribeiro da; SOUZA, Jessie Jane Vieira de (orgs.). *Intolerância e cidadania: secularização, poder e cultura política*. Rio de Janeiro: Autografia, 2015. p. 11.

¹⁵⁴ NEEDELL, Op. Cit., p. 141.

¹⁵⁵ FIGARI, Op. Cit., p. 238.

¹⁵⁶ DEL PRIORE, Op. Cit., 2012, p. 65.

¹⁵⁷ SOARES, Op. Cit., p. 17. Grifos do autor.

Todavia, “o controle do corpo [...] era [então] tarefa, mais que da religião, da medicina”.¹⁵⁸ Era a principal instituição do regime republicano, determinando diretrizes até para o discurso jurídico, que as convertiam em normas e leis. A medicina, como “instrumento técnico-científico a serviço, direta ou indiretamente, do Estado”¹⁵⁹, iniciou o seu processo de consolidação enquanto um “saber” normatizador no Brasil durante o século XIX, e se fortaleceu como um poder político no regime republicano. Passou a determinar os comportamentos considerados “aceitáveis”, estabeleceu os critérios de “normalidade” e “anormalidade”, definiu doenças e vícios e seus respectivos tratamentos e desenvolveu o que Roberto Machado chamou de “pedagogia da ordem”: “métodos terapêuticos” elaborados para reprimir, disciplinar e controlar os corpos dentro de espaços específicos (as clínicas).¹⁶⁰ Este seria o nascimento da psiquiatria.

O médico, por sua vez, que desde o século XVII reorganizava a sua prática enquanto ciência, chegou aos séculos XIX e XX dotado de um poder disciplinar e político voltado ao conhecimento dos corpos e ao desenvolvimento de um saber que pudesse ser aplicado sobre eles. A medicina se tornou, enfim, uma instituição de controle, e o médico, o seu representante.¹⁶¹

Por isso, o que interessou na escrita deste capítulo foi a possibilidade de abordar o pensamento social, cultural e político na cidade do Rio de Janeiro durante a Primeira República a partir do discurso médico acerca das formas de tratamento da homossexualidade e da prostituição masculina, bem como das tentativas de reintegração e inserção daqueles indivíduos na sociedade. Green aponta que a historiadora Talisman Ford, ao empreender uma revisão dos trabalhos daqueles médicos que escreveram sobre a homossexualidade na passagem do século XIX para o século XX, no Brasil, concluiu que:

a compreensão popular, tradicional da sexualidade, baseada numa hierarquia de gênero, sobreviveu à introdução de um modelo médico porque no Brasil os dois não são assim tão diferentes”. Ford argumenta que os sexologistas nos anos 30 adotaram seletivamente teorias europeias que consideravam a homossexualidade patológica, embora mantendo um construto analítico que pressupunha a dicotomia ativo/passivo. Ela ainda afirma que os membros da classe médica falharam em sua tentativa de implantar uma ideologia baseada no sistema de gêneros brasileiro e por

¹⁵⁸ FIGARI, Op. Cit., p. 238.

¹⁵⁹ MACHADO, Roberto; [et. al.]. *Danação da norma: a medicina legal e a constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978. (Biblioteca de Estudos Humanos: Série Saber e Sociedade; v. n. 3.). p. 11.

¹⁶⁰ Ibidem, Op. Cit.

¹⁶¹ FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

isso malograram também seus esforços para regular e disciplinar o erotismo entre pessoas do mesmo sexo.¹⁶²

Embora concorde com Ford, observo nesta pesquisa que, diferentemente do exposto na citação acima, não apenas os “sexologistas dos anos 30” mas igualmente os médicos das décadas anteriores já sustentavam as suas análises na dicotomia ativo/passivo – e falarei atentamente sobre isto nas próximas páginas.

Assim, analisei o espaço social como uma trama formada por diversos atores e discursos que se encontram em disputa e troca permanentes, de maneira simbólica ou material, à revelia dos meios de produção que fundam a realidade. Por meio da literatura médica é possível, portanto, debater a questão da construção dos corpos e da perseguição aos homossexuais (que se prostituíam ou não), bem como de que maneira eram representados – vendo tais representações em relação ao pensamento coletivo do período, dentro da “dialética das interpelações absolutas” constituintes dos aparelhos ideológicos, conceito trazido por Carlos Figari segundo o qual a criação e estigmatização do “outro” funcionam como aparato necessário “para a produção discursiva do padrão masculino/ativo”¹⁶³, ou seja, perpetuando a produção dos corpos na lógica compulsória heterossexual.

Sobre tais mecanismos e dispositivos de controle, Figari escreve que:

O corpo, a mente, a sexualidade humana são interpretados/explicados cientificamente pelo discurso médico, demográfico, econômico e jurídico. A vontade de saber transforma a sexualidade, o desejo, em objeto de conhecimento moral/racional. [...]

Toda inclinação ou comportamento que de algum jeito perturbe a relação conjugal será estigmatizado, seja sob a forma de patologia ou de crime. Assim, o adultério, a libertinagem e o excesso (causador da tão terrível sífilis), a prostituição, o onanismo, a sodomia ou pederastia, e inclusive a vida celibatária constituirão o *corpus* de pesquisa médica, de etiologização, de possíveis terapêuticas ou de caracterização criminal.¹⁶⁴

Dessa maneira, a medicina tomou para si a função de medicalizar o desejo, tratar desvios e abordar os comportamentos “desviantes” com terapias. Era preciso controlar os corpos para não apenas disciplinar a força de trabalho, como igualmente enquadrá-los nas “formações discursivas de raça e nação”:

¹⁶² FORD, Talisman. *Passion in the Eye of the Beholder: Sexuality as Seen by Brazilian Sexologists, 1900-1940*. Vanderbilt, 1995. Dissertação (PhD). Vanderbilt University, 1995, p.32-48. Apud: GREEN, Op. Cit., pp. 32-33.

¹⁶³ FIGARI, Op. Cit., p. 125.

¹⁶⁴ Ibidem, p. 241.

Nesse contexto, o homoerotismo, como muitas outras manifestações da sexualidade humana, aparecerá no campo dos desregrados, do desequilíbrio moral e mental, dentro da lógica do discurso médico de produzir conhecimento e criar novas categorias patológicas que ampliassem seu âmbito de intervenção, sobretudo semântica.¹⁶⁵

E foi o discurso desses médicos (alguns com grande alcance popular, como Pires de Almeida ou Leonídio Ribeiro), principalmente, que forjou as possibilidades para a produção discursiva do corpo homossexual e a perseguição daqueles indivíduos. Importante destacar a existência de dois momentos na produção médica acerca do homoerotismo no Brasil: o primeiro, entre os anos de 1869 e 1906, funda-se numa linha de pensamento segundo a qual as causas do homoerotismo seriam morais e exógenas ou patológicas e endógenas; o segundo, em finais da década de 1920 (cujo apogeu deu-se entre as décadas de 1930 e 1940), aponta a origem do comportamento homoerótico nas relações entre a psique e a produção hormonal e seus possíveis distúrbios.

Em trabalho publicado em 1872, Francisco Ferraz de Macedo¹⁶⁶, natural de Portugal e doutor em medicina e farmácia pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, traça um histórico geral da prostituição passando por diversas civilizações e tempos, até chegar ao último capítulo, “Sodomia ou prostituição masculina”, onde se pode ver como se empenhou em realizar seu trabalho de maneira sistemática, buscando dados e informações que revelam a indumentária, o comportamento, os locais de sociabilidade e as distinções sexuais entre atividade e passividade dos homossexuais no Rio de Janeiro no século XIX. Para ele, assim como para os outros médicos que vieram depois e usaram o seu trabalho como referência, era necessário encontrar meios de salvar aqueles homens (todos e não apenas os homossexuais) e reabilitá-los para que contribuíssem com o progresso da nação e a modernização da sociedade brasileira, inserindo-os na ordem burguesa enquanto cidadãos morais e respeitáveis, de modo a “transformar o agente social expropriado em trabalhador assalariado”¹⁶⁷, tirando-os dos vícios e da marginalidade e colocando-os a serviço da evolução e do desenvolvimento social, econômico e urbano do país e do Rio de Janeiro.

No Brasil, segundo Soares¹⁶⁸, um ponto importante a ser destacado na passagem do século XIX para o século XX foi a mudança nos termos utilizados em referência aos

¹⁶⁵ Ibidem, p. 244.

¹⁶⁶ FERRAZ DE MACEDO, Francisco. *Da prostituição em geral, e em particular à cidade do Rio de Janeiro: prophylaxia da syphilis*. Rio de Janeiro, Typographia Academica, 1872.

¹⁶⁷ CHALHOUB, Op. Cit., 2015, p. 49.

¹⁶⁸ SOARES, Op. Cit., pp. 16-17.

homossexuais nos manuais e nas teses de medicina-legal. Como no caso do doutor Ferraz de Macedo, que no ano de 1872 desconhecia os termos “homossexual” e “homossexualismo” (onde o sufixo “-ismo” denota uma doença), utilizados pela primeira vez pelo médico húngaro Karoly Maria Benkert em 1869 e ainda fora dos padrões brasileiros. Os termos recorrentes por aqui eram “sodomia”, “sodomita”, “pederastia” e “pederasta”, oriundos do discurso religioso. Para Ferraz de Macedo, inclusive, as práticas homossexuais tanto femininas quanto masculinas, independentemente de qualquer ato de prostituição, eram, ainda assim, uma espécie de “prostituição clandestina”.

Já o médico Pires de Almeida, em sua tese publicada em 1906 pela editora Laemmert e C., utilizou os termos “homossexual” e “homossexualidade”, afinal a obra de Benkert já era conhecida no Brasil, além de ter empregado diversas vezes os neologismos “uranista” e “uranismo”, criados pelo alemão Dr. Karl Heinrich Ulrichs. A origem destas palavras está no nome da musa Urânia que, segundo o mito apresentado por Platão, seria a responsável por inspirar “o amor entre pessoas do mesmo sexo”.¹⁶⁹ Pires de Almeida, que estudou direito em São Paulo, formou-se em medicina em 1871 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e exerceu diversas profissões: foi médico clínico, jornalista, dramaturgo, arquivista adjunto da Câmara municipal do Rio de Janeiro, comissário vacinador, arquivista e bibliotecário adjunto da Inspeção-Geral de Higiene e membro honorário do IHGB. Colaborou com vários jornais e, assim, teve partes do seu livro publicadas anteriormente na revista *Brazil-Médico*.¹⁷⁰ Com forte discurso eugenista e moralista e objetivos educacionais, o médico buscou, neste tratado pioneiro e fonte referencial para pesquisas sobre esta temática no Brasil, explicar as causas biológicas e sociais para a homossexualidade e maneiras de combatê-la. Ao longo das páginas de seu livro, Pires de Almeida traça o que considera um histórico sobre a androginia, a libertinagem e o “uranismo”.

A respeito do grande desequilíbrio e das mudanças demográficas que a cidade do Rio de Janeiro passou na passagem do século XIX para o século XX, há grande aproximação com o que afirmou o doutor Pires de Almeida ao tratar da “expansão da pederastia no Rio de Janeiro”. Para ele, a importação das primeiras prostitutas portuguesas em 1846, conhecidas como “ilhoas”, foi movida pela necessidade de conter o crescimento daquilo que ficou conhecido como “aluvião de uranistas” entre os portugueses – majoritariamente os caixeiros do baixo comércio.¹⁷¹ Apesar, porém, do antilusitanismo e da malícia da época, ou do

¹⁶⁹ SOARES, Op. Cit., p. 69.

¹⁷⁰ PIRES DE ALMEIDA, Op. Cit., 1906.

¹⁷¹ Ibidem, p. 48.

racismo e das políticas de embranquecimento da população pobre, que atribuíam aos comerciantes portugueses e aos negros libertos a construção de um mundo de “depravação” no Rio de Janeiro, ele confirma a existência da prostituição masculina praticada por homossexuais nos primórdios da República e descreve como uma das tentativas de repressão adotada contra essas práticas a importação de prostitutas e os debates acerca da regulamentação da prostituição feminina.

Acreditavam que regulamentando os serviços sexuais oferecidos pelas mulheres, delimitando os seus territórios de atuação e disciplinando a sua prática, lograriam diminuir a prática da homossexualidade e da prostituição masculina, visando facilitar as relações “heterossexuaes”, como mostra o ofício enviado em 10 de janeiro de 1900 pelo Chefe de Polícia João Brasil ao prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Honório Gurgel, objetivando coibir ou proibir a prostituição feminina, ou ao menos conseguir regulamentá-la.¹⁷²

Para o médico José Ignacio de Oliveira Borges em *A regulamentação da prostituição: proposições*, sua dissertação de mestrado defendida na faculdade de Medicina e de Pharmacia do Rio de Janeiro, visando a cadeira de Medicina-Legal daquela instituição e publicada pela Tipographia Besnard Freres em 1900, podemos perceber o desenvolvimento do argumento acerca da regulamentação da prostituição na cidade. Natural de São Paulo, em seu texto, que pode ser classificado como um trabalho de Direito Público e Penal, Borges analisa diversas situações consideradas infrações sociais e morais, contra os bons costumes e a ordem familiar, definindo a prostituição como um ato de incitação à libertinagem. A princípio, ele se coloca contra a regulamentação da prostituição feminina dizendo, como forma de defender o seu ponto de vista no prólogo de seu texto, que “nos argumentos dos proprios auctores regulamentaristas que confessam que essa instituição *actualmente* é de todo inútil, senão prejudicial ás sociedades que adoptam-na”.¹⁷³

Dividindo o livro em dois longos capítulos, Borges estuda o tema do ponto de vista moral e higienista, e ataca de maneira severa o que considera um falso moralismo da sociedade. Logo em seguida ele defende sua posição contrária e aponta que aqueles que se colocam de forma positiva em relação à regulamentação da prostituição fazem-no por ignorarem os maus resultados possíveis e por serem egoístas ao ponto de procurarem prazeres pelas ruas durante a noite, à custa da felicidade alheia. Para ele:

¹⁷² Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Sessão de Documentação Escrita: Códice: 484.62 (Prostituição).

¹⁷³ BORGES, 1900, prólogo, sem página. Grifos do autor.

A experiencia colhida pelas nações que tem tomado taes medidas em relação ao vício, mostra que um sentimento de revolta por parte das mulheres faz com que todos os rigores e vexames que lhes são impostos dêem resultados contrarios áquelles que se almejavam. Não compete ao Estado moralisar a sociedade, mesmo porque os governos são impotentes para isso: o proprio povo é que deve velar pela moral. [...] Observae ainda que muitos dos *moralistas* que protestam contra a invasão de todos os bairros, de todos os quarteirões, de todas as ruas pelas meretrizes, e pedem que a polícia relegue aquellas mulheres para os logares menos frequentados, são muitas vezes endinheirados proprietarios que, levados pela ganancia, alugam até mesmo as casas visinhas áquella que é occupada pela sua propria família a pessoas de costumes offensivos á moral.¹⁷⁴

No lugar de regulamentar a prostituição, Borges propõe que se procure e combata as origens deste mal, que seriam a luxúria e a miséria social. Ele posiciona-se contra a “soberania masculina na sociedade” e defende a construção de “casas de tolerância”, espaços destinados às prostitutas onde encontrariam moradia, auxílio, cuidados médicos e poderiam exercer sua profissão sem maiores danos para si mesmas e para a sociedade, pois o “vício” seria “gêmeo da humanidade”, impossível de ser erradicado, mas passível de ser atenuado e ter a sua expansão e consequências controladas. Assim, evitar-se-iam os escândalos e garantir-se-ia a saúde pública. O médico afirma que a mera regulamentação não traria soluções concretas e duradouras, e que tomar medidas de rigor contra a “prostituição pública” só faria com que o vício e a “prostituição clandestina” se alastrassem por toda parte.

Esta diferenciação entre “prostituição pública” e “prostituição clandestina” verificada no discurso médico-legal e trazida por Borges foi proposta, inicialmente, na *Dissertação sobre a prostituição, em particular na cidade do Rio de Janeiro*, do médico Herculano Augusto Lassance Cunha publicada em 1845. Ao estudar o texto de Lassance Cunha e utilizá-lo como fonte para seu livro, Soares escreve que:

[...] o Dr. Lassance Cunha denunciava em sua tese o crescimento desenfreado da prostituição na cidade do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, a disseminação de muitas doenças venéreas (principalmente a sífilis) por todas as faixas etárias da população. Baseado na classificação elaborada pelo médico francês Dr. Parent-Duchâtelet, o Dr. Lassance Cunha procurava também distinguir *dois tipos* de prostituição: *a prostituição pública*, que seria dividida em *três ordens*, e *a prostituição clandestina*, que seria exercida por mulheres com outras ocupações.¹⁷⁵

A partir da fala de Soares, é cabível a conclusão de que na prostituição pública existiam as mulheres de primeira ordem, frequentadas por homens ricos, que viviam apenas da venda do sexo e moravam em casas e sobrados, sendo, em sua maioria, estrangeiras; as

¹⁷⁴ Ibidem, pp. 2-3. Grifos do autor.

¹⁷⁵ SOARES, Op. Cit., p. 26. Grifos do autor.

mulheres de segunda ordem, que estavam espalhadas por toda a cidade, principalmente negras ou portuguesas que trabalhavam ao redor do Campo de Santana; e as mulheres de terceira ordem, as da menor categoria possível, frequentadas pelos homens mais pobres. Já a prostituição clandestina era ofício de mulheres que possuíam outras formas de renda e sobrevivência, como as escravas. O que me interessa aqui, fazendo toda esta apresentação e tratando sobre a prostituição feminina como brevemente no capítulo anterior, é traçar um paralelo com as informações recolhidas no trabalho de Francisco Ferraz de Macedo e que muito enriquece o debate acerca da prostituição masculina e da homossexualidade no discurso médico-legal.

Definindo a prostituição como o “uso da cópula natural por depravação de costumes, o da cópula antifísica e o do seu arremedo por quaisquer práticas imorais”¹⁷⁶, o médico Ferraz de Macedo fez uma classificação bastante rigorosa da prostituição no Rio de Janeiro, organizando uma estatística das meretrizes de quatro freguesias da cidade no ano de 1872 e desenvolveu, a partir de Lassance Cunha, um mapa da prostituição igualmente dividida em “prostituição pública” e “prostituição clandestina”. Os seus critérios e definições, porém, foram bastante distintos dos utilizados por aquele médico no ano de 1845, e me concentrei em sua referência à “prostituição clandestina”. Para o doutor Ferraz de Macedo, este grupo, dividido em duas classes, englobava tanto as mulheres “amancebadas”, as viúvas, casadas, divorciadas, as de baixas condições, como o “onanismo”, as “doutrinas lesbianas contra a natureza”, a pederastia ativa, passiva e mista e a prostituição homossexual masculina¹⁷⁷, como pode ser visto na imagem abaixo, retirada de seu livro:

Mapa classificativo da prostituição na cidade do Rio de Janeiro

Prostituição pública	1ª classe das <i>difficéis</i> . . .	1º genero das prostitutas «trabalhadoras» (67) . . .	Floristas. Modistas. Costureiras. Vendedoras de charutos. Figurantes de teatro. Comparsas, etc.
		2º genero das prostitutas «ociosas»	Isoladas em casas aristocraticas. Reunidas em hotéis aristocraticos.
	2ª classe das <i>faceis</i> . . .	Prostit. De Collegios. De sobrados. De estalagens, bordéis, etc.	
Prostituição clandestina	3ª classe das <i>facilimas</i>	Prostit. Inferiores. Reformadas ou gastas. De <i>Zungús</i> . Amancebadas.	
	1ª classe	Mulheres Em boas condições. . .	Viúvas. Casadas. Divorciadas. Solteiras.
Em baixas condições . . .		Livres. Libertas. Escravas, etc.	
2ª classe	Praticas anti-physicas nas mulheres		Doutrinas lesbianas, coito contra a natureza. Onanismo.
	Sodomia ou prostituição masculina		Pederastas, activos, passivos, mixtos. Onanismo.

(Quadro 2: Classificação dos “tipos de prostituição”.

Fonte: FERRAZ DE MACEDO, Francisco. Op. Cit. p. 74.)

¹⁷⁶ FERRAZ DE MACEDO, Op. Cit., p. 4.

¹⁷⁷ Ibidem, p. 74.

Importante salientar que Ferraz de Macedo e outros médicos de sua geração elaboravam classificações acerca da prostituição de modo diferente das autoridades policiais. Ambos os grupos, mesmo unidos por uma mesma lógica moral, tinham critérios bastante distintos. Para este médico de meados do século XIX, todas as práticas sexuais entre homens ou exercidas de maneira solitária eram definidas como aberrações contra a natureza, e por isso percebidas como “sodomia ou prostituição masculina”. Segundo ele, os homossexuais, que poderiam atuar e ter preferências sexuais tanto passivas quanto ativas, ou mesmo mistas, estavam presentes em todas as classes da sociedade, o que demonstra que a condição homossexual não era típica dos miseráveis (embora para este médico os passivos pertencessem a segmentos sociais específicos: as classes baixas), e com idades variando entre os 10 e os 45 anos, buscando a satisfação sexual com outros homens ou mantendo esporádicas relações sexuais com mulheres (às vezes suas esposas), quando não se dedicavam “à profissão da sodomia”. Ele chegou mesmo a afirmar que quaisquer práticas ou hábitos dos “frescos” deveriam ser classificados como uma forma de prostituição – entendimento que não era compartilhado pelas autoridades policiais, e até mesmo por outros médicos, que mesmo condenando moralmente tais práticas viam-nas apenas como atos depravados que necessitavam ser erradicados. Suas palavras, contudo, fizeram escola, e médicos que vieram depois dele, como o doutor Pires de Almeida, compartilharam de suas teorias.

Com sua pena moralista e conservadora e seus interesses voltados para uma disciplina social, o médico José Ricardo Pires de Almeida, em 1906, tendo como referência os trabalhos dos médicos Lassance Cunha e Ferraz de Macedo, do século XIX, reforça estes estereótipos, apontando a prática do “mal” da prostituição masculina nas casas de passes e *zungús* e afirma que a prostituição feminina era um mal necessário, pois quando a “prostituição pública” diminui, há um aumento da “prostituição clandestina”. Fato curioso são as associações feitas por este médico entre a homossexualidade e distúrbios mentais ou o “hermafroditismo”, e que podem ser analisadas ao longo de seu livro – mais especificamente no final. Estas ideias eram comuns no discurso médico-legal nas primeiras décadas do século XX, e são representativas do tratamento legado aqueles homens entre os anos de 1900 e 1910.

Pires de Almeida descreveu o “homossexualismo” como um mal presente no Brasil desde antes dos tempos da escravidão, mas que se alastrou graças aos ciganos e negros, grupos tidos como perigosos para a sociedade à época, podendo ser encontrado nas sociedades carnavalescas, nos teatros e “casas de dar fortuna”, ou seja, os terreiros e barracões de candomblé. Embora não se guiasse estritamente pela diferenciação entre “prostituição

pública” e “prostituição clandestina”, ele buscou elaborar uma definição explicativa sobre a “pederastia activa e passiva”, de modo a tornar fácil a identificação dos indivíduos que praticassem um desses desvios. Pires de Almeida escreve que a “pederastia activa” era um mal menor e mais fácil de ser combatido, apontando inclusive a existência de representantes desta categoria sexual em todas as classes sociais, “mesmo naquellas em que a moralidade inerente aos cargos e profissões deveria abroquelar os indivíduos e as instituições das mais leves suspeitas”.¹⁷⁸ Esta diferenciação entre os homossexuais ativos e passivos era fundamental naquele discurso como forma de reforçar e perpetuar a lógica machista e a ordem compulsória heterossexual na qual a sociedade se fundava, onde o indivíduo feminino ou efeminado ocupava um lugar bastante específico na hierarquia social. Para este médico, os homossexuais passivos poderiam ser reconhecidos pelos seus trejeitos efeminados, as boas roupas, os perfumes e a maquiagem.

Outro exemplo de como a homossexualidade foi incorporada pelo discurso médico é o livro *Homossexualismo e endocrinologia*, publicado em 1938 pelo médico Leonídio Ribeiro¹⁷⁹, discípulo das teses de Gregorio Marañón, professor naquele tempo na Universidade de Madri e defensor da ideia dos “estados intersexuais”, segundo a qual não existiriam mulheres ou homens únicos, pois todos os indivíduos possuiriam elementos dos dois gêneros. Dessa forma, Marañón, que assina o prefácio do livro de Ribeiro, concluiu que os homossexuais, devido a um desequilíbrio endócrino, eram dotados de características masculinas e femininas.¹⁸⁰ Ribeiro desenvolveu o seu trabalho sobre o “homossexualismo” inspirado nas formulações daquele cientista espanhol sobre sua origem endocrinológica. Em seu trabalho, escrito por Ribeiro após estudar 195 indivíduos declaradamente homossexuais interceptados pela polícia e enviados pelo delegado Dr. Dulcídio Gonçalves ao Laboratório de Antropologia Criminal fundado pelo próprio Ribeiro no Rio de Janeiro em 1932, no Instituto de Identificação (reforçando a existência das relações entre a polícia e a medicina), defende-se a tese de que a homossexualidade (ou o “homossexualismo”, como no termo na época) seria uma alteração biológica oriunda de um distúrbio das glândulas endócrinas, ou até mesmo resultado de fatores ambientais ou predisposições orgânicas. Portanto, através da atuação da medicina, passível de “tratamento e cura”, como ele alega na apresentação de exemplos, bem como uma de reabilitação pedagógica.

¹⁷⁸ PIRES DE ALMEIDA, Op. Cit., p. 77.

¹⁷⁹ RIBEIRO, Leonídio. *Homossexualismo e endocrinologia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1938.

¹⁸⁰ GREEN; POLITO, Op. Cit., p. 86.

Recusando a argumentação psicanalítica, Ribeiro, no capítulo de seu livro intitulado “Biopatologia criminal”, faz uma diferenciação entre os homossexuais da “raça branca” e os homossexuais da “raça negra”, colocando este segundo grupo numa posição bastante inferior em relação ao primeiro, e apresenta os “homossexuais profissionais”, ou seja, aqueles que se prostituíam e tinham características físicas (ele usa o termo “biopatológico”, como alterações no formato do pênis, da estrutura anal e dos seios ou quadris) segundo as quais poderiam ser identificados. A partir das fotos dos indivíduos por ele estudados, notam-se homossexuais que ele apresenta como homens com fisionomia e formato corporal feminino, onde os pelos pubianos encontram-se distribuídos triangularmente; “pederastas passivos de raça branca, com ausência total de pelos nos membros e no tórax”; e homens com distribuição de pelos e gordura, além da apresentação de ginecomastia bilateral nos seios, que ele entendia como sendo características das mulheres.

De acordo com a sua pesquisa, que contou com a colaboração dos doutores W. Berardinelli, Coriolano Alves, M. Roiter e Moraes Coutinho, dos 195 indivíduos analisados, 183 eram homossexuais “confessos”, ou assumidos; apenas 2 eram casados com mulheres, sendo os demais solteiros; 119 eram de pele branca, 67 mestiços e apenas 9 de pele preta. O maior número era de homens com idade entre 21 e 30 anos (99 do total, representando 50,76%); 74 deles possuíam até 20 anos de idade (ou seja, 37,94%); 20 homens, isto é, 10,25%, declararam ter entre 31 e 40 anos de idade; e somente 2 disseram ter mais de 40 anos, o que finaliza em 1,02% o total. Outra quantificação interessante que Ribeiro faz a partir daqueles homens é sobre as suas profissões. Dos 195 indivíduos estudados, 151 trabalhavam no comércio, como alfaiates, operários ou mesmo em profissões domésticas; 44 homens declararam trabalhar em outras profissões, que não foram discriminadas ou por eles informadas.¹⁸¹ Este é um dado importante, curioso, e merece ser observado com maior atenção. Afinal, são os silêncios que movem o fazer histórico, e não as pistas ou respostas facilmente encontradas. Como aponta Carlos Figari, “as referências ao homoerotismo apareciam muitas vezes como algo de que ‘não se fala’”.¹⁸² Neste caso, este vácuo ou silêncio em relação às profissões não declaradas daqueles homossexuais não significaria que eles trabalhavam como prostitutas? Tudo leva a acreditar que sim.

Segundo Ribeiro, em 2/3 dos casos que ele analisou havia ao menos 1 sinal de distúrbio endócrino, como nas glândulas genitais e suprarrenais, o que justificaria a sua teoria. Todos os 195 indivíduos estavam incluídos na classificação de Marañón, ou seja,

¹⁸¹ RIBEIRO, Op. Cit., pp. 70-73.

¹⁸² FIGARI, Op. Cit., p. 21.

homossexuais declarados e permanentes, cuja libido estava “invertida para o mesmo sexo” desde o começo de suas atividades sexuais.

Outro médico que merece atenção foi o psiquiatra francês J. R. Bourdon. Com ideias bastante discutidas no Brasil na época, como Marañón, em 1933 publicou o livro *Perversões Sexuais*¹⁸³, anunciado em jornais como *O Malho* e a *Revista Fonfon*. Em relação aos termos utilizados, mesmo no título do capítulo dedicado ao assunto que aqui particularmente interessa é empregado “Homossexualidade” e não “homossexualismo” como fazia-se comum na época. Para este autor, a homossexualidade e o “sadismo” (a prática do sexo anal) eram transtornos de origem psiquiátrica, no mesmo nível do masoquismo, da “pederastia” (pederastia) e do fetichismo, sendo passíveis de cura através de terapias. Bourdon afirmava que:

Com a pederastia entramos numa nova ordem de idéias. Aqui a impotencia não é relativa, é completa, quando se trata do apetite sexual normal. O instinto genésico está invertido e não se dirige mais á mulher. Essa inversão é caracterizada pelo desejo ou pelo amor, o que, no fim de contas, é a mesma cousa, manifestado por um individuo do mesmo sexo.¹⁸⁴

Apontando teorias de outros médicos e cientistas, como Westphal e Féré, Bourdon se esforça em encontrar e atribuir as causas da homossexualidade, e caracteriza-a como um distúrbio mental onde o homem se vê como uma mulher, pensando, desejando e comportando-se como tal, sentindo ciúmes de outros homens e deles se aproximando. Como prováveis origens, as mais imaginativas, ele estabelece o vício, as orgias e a procura de novas sensações por aqueles “sexualmente esgotados”. O médico também estabelece relações entre a luxúria, a pederastia e a prostituição masculina, que ele diz que não existiria se os indivíduos prostituídos não fossem, de antemão, “já invertidos” – logo, não uma causa, mas um efeito. Para ele, é também esta inversão sexual que provocaria as perturbações mentais, e não o contrário.

Após a análise do discurso desses médicos, é perceptível que os homossexuais estavam presentes nas ruas e praças da cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1890 e 1938, prostituindo-se ou apenas sociabilizando com seus amigos e companheiros. Sua existência era tão notável a ponto de a sociedade falar sobre eles, mesmo que pouco, mesmo sem deixar que eles falassem por si só. Daí a importância do discurso médico neste trabalho, responsável,

¹⁸³ BOURDON, J. R. *Perversões sexuais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

¹⁸⁴ *Ibidem*, p. 129.

pelo positivismo e pelo cientificismo do nascente século XX, por promover a análise e a produção dos corpos, a elaboração da identidade homoerótica e maneiras de controlá-la.

4. Gênero, produção de corpos e performatividade na *belle époque* carioca e durante a Primeira República

Constatei, a partir das fontes, que o corpo homossexual foi, com o passar do tempo, tornando-se objeto de novos saberes, de novos discursos, sendo produzido e institucionalizado na disputa que existiu entre os saberes médico e jurídico.¹⁸⁵ O homossexual deixou de ser categorizado pela religião como “sodomita” para ser enquadrado pelo saber médico como “pederasta” ou “invertido”. Sua condição passou a ser tratada como um vício, uma doença e uma patologia; e sua prática, esta sim, visando o lucro pela prostituição ou não, um crime. Assim, o tratamento dado aos homossexuais no início da República confirma a fala de Foucault trazida algumas páginas atrás: a medicina se consolidou como instituição de controle social, e o corpo homossexual tornou-se elemento de um jogo político, uma nova categoria sexual inexistente fora da formulação discursiva científica e literária que se produzia naquele momento.

Para a filósofa norte-americana Judith Butler, é impossível pensar a existência do indivíduo homossexual anteriormente à sua formulação e à produção de seu corpo nos discursos, pois são estas as bases fundacionais do seu ser. Mesmo que se reconheça a importância das construções sociais e culturais prévias na elaboração dos sujeitos, o corpo, o sexo e aspectos das diferenças biológicas não são bem percebidas ou ilustradas, mesmo que pareçam naturalizadas, fora do discurso que os produz.

Partindo de pressupostos foucaultianos, Butler discute a diferenciação proposta para a dicotomia sexo e gênero e afirma que é possível fazer teoria social sobre ambos aspectos.¹⁸⁶ Ela questiona a existência histórica e discursiva do sexo e da sexualidade ou se são produtos de estruturas. Em suas palavras,

¹⁸⁵ MACHADO, Leonardo Diogo Cardoso Nogueira. *Patologização do desejo: o homossexualismo masculino nos manuais de medicina legal do Brasil das décadas de 1940 e 1950*. Monografia (Graduação em História). UFPA, Curitiba. 2010. p. 5.

¹⁸⁶ BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 15. ed. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

Talvez, o sujeito, bem como a evocação de um “antes” temporal sejam constituídos pela lei como fundamento fictício de sua própria reivindicação de legitimidade. A hipótese prevalecente da integridade ontológica do sujeito perante a lei pode ser vista como o vestígio contemporâneo da hipótese do estado natural, essa fábula fundante que é constitutiva das estruturas jurídicas do liberalismo clássico. A invocação performativa de um “antes” não histórico torna-se a premissa básica para garantir uma ontologia pré-social de pessoas que consentem livremente em ser governadas, constituindo assim a legitimidade do contrato social.¹⁸⁷

Ela aponta que vivemos diante de uma ordem compulsória que exige coerência entre gênero, sexo, sexualidade e desejos e práticas, devendo todos seguir a lógica da heterossexualidade. Em sua formulação, o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória são instituições definidoras, formando desta maneira a “matriz heterossexual”, um sistema epistemológico e ontológico que deve ser entendido como a “grade de inteligibilidade cultural por meio da qual os corpos, gêneros e desejos são naturalizados”.¹⁸⁸ Para os corpos existirem coerentemente e fazerem sentido, é necessário que haja estabilidade sexual expressa por meio de um gênero igualmente estável, onde o masculino é expresso pelo macho, e o feminino, pela fêmea.

Butler propõe, portanto, de maneira semelhante à Joan Scott, que apresenta o gênero como uma categoria ou janela através da qual torna-se possível analisar a história, historicizar, dentro da produção discursiva, o corpo e o sexo, dissolvendo a dicotomia estabelecida entre os dois campos. Como mostra Scott, na maioria das tentativas de teorizar o gênero, não se fugiu dos quadros tradicionais compostos por antigas formulações estruturais, causais e universais.¹⁸⁹

Para entendimento da problemática do *gênero*, me aproximo da definição trazida por Adriana Piscitelli¹⁹⁰, segundo a qual:

O termo *gênero*, em suas versões mais difundidas, remete a um conceito elaborado por pensadoras feministas precisamente para desmontar esse duplo procedimento de naturalização mediante o qual as diferenças que se atribuem a homens e mulheres são consideradas inatas, derivadas de distinções naturais, e as desigualdades entre uns e outras são percebidas como resultado dessas diferenças. Na linguagem do dia a dia e também das ciências a palavra sexo remete a essas distinções inatas, biológicas. Por esse motivo, as autoras feministas utilizaram o termo *gênero* para referir-se ao caráter cultural das distinções entre homens e mulheres, entre ideias sobre feminilidade e masculinidade.¹⁹¹

¹⁸⁷ Ibidem, pp. 19-20.

¹⁸⁸ Ibidem, p. 24.

¹⁸⁹ SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In: *Educação & Realidade*, v. 20, nº 2, Porto Alegre: UFRGS, 1995. Sem página.

¹⁹⁰ PISCITELLI, Adriana. “Gênero: a história de um conceito”. In: ALMEIDA, Heloísa. B.; SZWAKO, José E. *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

¹⁹¹ Ibidem, p. 119.

No discurso dos tratados médicos produzidos na passagem do século XIX para o século XX no Rio de Janeiro, nota-se uma preocupação em enquadrar os corpos desviantes dos homossexuais dentro da ordem compulsória heterossexual, visando a manutenção da ordem hegemônica. O objetivo era produzir um corpo onde se alinhassem gênero e sexo ou gênero e sexualidade e práticas sexuais. Era preciso elaborar discursos que levassem à manutenção desta lógica, por meio de atos e signos que produzissem os corpos masculinos e femininos, de acordo com a sua natureza biológica. Neste sentido, o sexo era permitido – mas somente aquele dentro da moral cristã, seguindo os dogmas do casamento católico romano, que não fosse contra a honra nacional, entre homem e mulher: o sexo marital, voltado à perpetuação da família. Desde sempre, mas principalmente a partir de meados do século XIX com o “pragmatismo patriótico”, delimitaram-se papéis sexuais melhor definidos, onde masculinidade estaria para a paternidade bem como a feminilidade para a maternidade. Como aponta João Silvério Trevisan,

Tudo o que fugisse a esse padrão regulador seria anormal. A partir daí é que os médicos da época condenavam insistentemente os libertinos, celibatários e homossexuais, tidos como cidadãos irresponsáveis e adversários do bem-estar biológico-social, à medida que desertavam do supremo papel de homem-pai. [...] Se a paternidade mal exercida (como no libertino) e a negação da paternidade (como no celibatário) constituíam faltas graves no código higienista, ainda mais grave era negar-se à vocação “natural” de homem, como no caso do sodomita, que passou a ser chamado de uranista, pederasta ou, em linguagem chula, *bagaxa*. No jargão científico tornou-se, de fato, muito usual o termo *uranismo*, para caracterizar o vício da pederastia.¹⁹²

Mas como, naquele contexto de masculinidade hegemônica e dominação masculina¹⁹³, construía-se socialmente os corpos? Como aqueles homens envolvidos em práticas homoeróticas (sejam de prostituição ou não) articulavam o seu gênero, a sua sexualidade e performavam a sua subjetividade em confronto com a ordem estabelecida? Daniel Vital dos Santos Silva, ao estudar o discurso e a produção médica sobre a homossexualidade masculina na Bahia entre 1850 e 1900, aponta o conceito de “estratificação sexual” como resposta para esta problemática. Segundo ele, desde o século XIX começou-se a elaborar um sistema hierárquico de valores a partir do qual se desenrolavam os processos de

¹⁹² TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4. ed. ver., atul. e amp. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2018. p. 169. Grifos do autor. Sobre a origem dos termos “uranista” e “uranismo”, consultar as páginas anteriores deste trabalho.

¹⁹³ BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. 4. ed. Tradução: Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.

construção e controle dos corpos e de abjeção das sexualidades desviantes e não reprodutivas, que não eram positivamente valoradas.¹⁹⁴ Os conceitos de “sanidade” e “normalidade” passaram a ser empregados pela medicina, com apoio do Estado, como ferramenta de colonização dos corpos, perseguindo e formando o homem trabalhador.¹⁹⁵

O discurso médico no início do século XX, juntamente a outros mecanismos de interpelação dos aparelhos ideológicos, estabeleceu a dicotomia necessária para a elaboração da sociedade entre o “normal” e o “anormal”, o “trabalhador” e o “vadio”, o “sadio” e o “doente”. Consolidava-se ali o tipo de sociedade moderna que Georges Canguilhem definiu como “Estado patológico”, responsável pela classificação dos indivíduos em categorias de controle estruturadoras a partir do que estava estabelecido como “normal” ou “patológico”.¹⁹⁶ Forjou-se, por isso, a abjeção, o “ser abjeto” – o “anormal, o vadio, o doente, o desviante”, em resumo: o outro que precisava ser enquadrado nos padrões culturais estabelecidos e nas hierarquias sexuais e sociais. Assim, na campanha higiênica contra a libertinagem, a prostituição e outras formas do que era encarado como atraso, desvio e depravação, o “homossexualismo” foi categorizado na medicina enquanto “forma de abjeção”.¹⁹⁷

Esta noção se constituiu ao longo do processo de circunscrição dos sujeitos divergentes, o que, como sugere Butler e é reforçado por Daniel Silva, estabeleceu uma fronteira entre o normal e o anormal, designando, pela abjeção, o que era invisível e inviável de ser vivido.

Assim, construindo o abjeto, aquilo que não pode ser, em última análise ocorre a construção daquilo que é, do que pode ser, do que se deseja ser ou se aspira ser, inclusive em termos de lícito e ilícito. Esse é o sentido do deboche e das sátiras, abundantes na época, sobre efeminados, pederastas e sodomitas: marcar o limite de impossibilidade, ou, ao menos, até onde era possível ir mantendo sua masculinidade, honradez, imagem pública, intacta.¹⁹⁸

¹⁹⁴ SILVA, Daniel Vital dos Santos. *A captura do prazer: homossexualidade masculina e saber médico na Bahia do Século XIX (1850-1900)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas: Salvador, Bahia. 2015. p. 29.

¹⁹⁵ FIGARI, Op. Cit., p. 349; CHALHOUB, Op. Cit., 2015, pp. 70-71; CARRARA, Sérgio. *Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro: EdUERJ; São Paulo: EdUSP, 1998. (Coleção Saúde & Sociedade).

¹⁹⁶ CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. 6. ed. rev. 2. reimpressão. Tradução: Maria Tereza Redig de Carvalho Barrocas. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009; CORRÊA, Mariza. “Antropologia & medicina legal: variações em torno de um mito”. In: VÁRIOS. *Caminhos Cruzados*. São Paulo: Brasiliense, 1982. pp. 53-64.

¹⁹⁷ FIGARI, Op. Cit., pp. 349-350.

¹⁹⁸ SILVA, Op. Cit., p. 30.

É desta maneira que se dá a construção social dos corpos. A partir da discrepância entre os gêneros e das diferenças sexuais, sempre inseridas nas oposições binárias que organizam e orientam todo o *ethos*. Bourdieu lembra que as coisas, as atividades e as pessoas são divididas segundo a oposição homóloga entre masculino e feminino, sempre sobrecarregada de determinações cosmológicas e antropológicas. A dominação masculina está por trás da elaboração do ser abjeto e da construção dos corpos a partir do binarismo que divide os gêneros, dando “ordem às coisas” e estabelecendo o que é normal, o que é natural, e o que inevitavelmente está presente e incorporado “nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. [...] A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção”.¹⁹⁹

Como aponta Butler, o papel do gênero, que pode ser encontrado no discurso médico que visava à manutenção da ordem, seria produzir uma “falsa noção de estabilidade” onde a matriz heterossexual compulsória estaria garantida sobre o binarismo de dois sexos biológicos definidos e coerentes, o masculino e o feminino. Esta manutenção se dava pela repetição da ordem estabelecida, reproduzindo gestos de performatividade. Sem embargo ela diz, dentro dos estudos mais contemporâneos sobre gênero, que este é um ato intencional, “um gesto performativo” elaborado pelo indivíduo a ponto de produzir significados, e pode também subverter a ordem compulsória entre gênero, sexo, sexualidades e práticas sexuais. E é exatamente isso o que acontecia entre os homossexuais das primeiras décadas republicanas que se apresentam por meio do discurso médico nesta pesquisa.

Sobre aqueles homens envolvidos em relações ou práticas homoeróticas, que assim colocavam-se no limite da problemática de gênero no início do século XX, vale apontar que eram reconhecidos, entre em 1872 e 1906²⁰⁰, pelos trejeitos efeminados que elaboravam como forma de identificação, as boas roupas (quase sempre justas), compostas de lenços coloridos e blusas rendadas, além dos perfumes, da maquiagem e da elegância lânguida. Este comportamento pode ser interpretado como um ato de performatividade subversiva da ordem compulsória heterossexual e contra “a uniformização massificante do capitalismo industrial”²⁰¹, como será discutido detidamente em capítulo próximo.

De acordo com o doutor Leonídio Ribeiro, os homens que ele estudou em sua pesquisa adotavam, diante de si e da sociedade, atitudes, gestos, comportamentos e vocabulários que expressavam determinada forma de consciência da “inversão”, fazendo dos

¹⁹⁹ BOURDIEU, Op. Cit., pp. 20-22.

²⁰⁰ O que demonstra continuidade de padrões comportamentais e identidades de longa duração na cultura homoerótica do período em análise.

²⁰¹ FIGARI, Op. Cit., p. 292.

seus próprios corpos performances de ações afirmativas a nível subjetivo, político e social. Baseado em Butler, entendo esta afirmação como um ato de performatividade. Para Ribeiro, a moralidade da sociedade marcava a vida daqueles homens com humilhações variadas, mas eles cultivavam uma ideia profunda de aceitação de suas condições e “até da excelência de seus desvios”.²⁰²

Enquanto a instituição médica penetrava na sexualidade humana visando a criação de uma ciência que permitisse a repressão e a normatização do que fosse “desviante” dos padrões estabelecidos, os homossexuais desenvolveram relações coletivas e para com eles mesmos que exemplificam aquilo que Foucault chamou de “ética do cuidado de si”, referências às “práticas espirituais” e técnicas da antiguidade greco-romana acessadas pelos indivíduos na produção do “governo de si” por “si mesmos”.²⁰³ Mesmo que fossem criminalizados pelo discurso jurídico e policial e medicalizados pelo discurso médico-legal, os homossexuais estudados nesta pesquisa foram capazes de desenvolver performances e práticas sociais de cuidado e resistência, além de técnicas por meio das quais se constituíam enquanto agentes. Zazá deixa isto claro em seu relato, quando diz:

Eu ganhava quanto queria; primeiro, por ser novo no lugar e segundo, por ser ainda jovem.
Havia dias que eu recebia tantos membros, que o meu ânus ficava tão dolorido, a ponto de precisar banhar-me em água quente e sal grosso, a fim de poder estar bom à noite para recomeçar a vida que eu gostava tanto... E a minha cabecinha oca achava que aquilo era uma coisa do outro mundo!²⁰⁴

Zazá mostra, na prática popularmente conhecida como “banho de assento”, a preocupação que aqueles homens tinham em desenvolver cuidados com os próprios corpos e com as suas sexualidades, de modo a conquistar o uso livre de seus prazeres. Ao se ocuparem e cuidarem de si mesmos, alcançavam a elaboração de suas liberdades. Por meio da prática sexual na prostituição masculina, dava-se a subjetivação e a individualização dos indivíduos. O sexo é, por isso, um lugar real e obrigatório para todos os sujeitos, pois faz parte da constituição de seus corpos e os impulsiona e fornece inteligibilidade.²⁰⁵

Alguns poucos homossexuais, segundo os médicos, porém, apresentavam inibições sociais que os levavam a manter a sua “anormalidade” numa condição de quase inexistência,

²⁰² RIBEIRO, Op. Cit., p. 86.

²⁰³ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. 8. ed. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

²⁰⁴ WHITAKER, Op. Cit., p. 249.

²⁰⁵ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. 8. ed. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

“soterrada na consciência”. J. R. Bourdon, por exemplo, afirma em seu livro a existência dessa repressão sexual por alguns indivíduos, e diz que o prazer anal, para aqueles que não a reprimiam, possui duas formas de experimentação e vivência: a atuação passiva (o prazer de ser penetrado) ou ativa (o prazer de penetrar).²⁰⁶ Para ele, assim como para os outros médicos aqui trabalhados, os homossexuais dividiam-se nestes dois grupos: os “pederastas passivos” e os “pederastas ativos”.

Diversos autores, como Michel Misse, Peter Fry, Jurandir Freire Costa e Durval Muniz analisaram em seus trabalhos o binarismo entre macho/fêmea representado nas vivências e práticas passivas/ativas relatadas no discurso médico sobre as atividades e comportamentos homoeróticos dos indivíduos no decorrer do processo histórico do Brasil.

Peter Fry, partindo do pressuposto de que a sexualidade, mesmo sendo um princípio natural, seria “limitada e controlada através de conceitos e categorias construídas historicamente”²⁰⁷, por meio de uma pesquisa de campo onde buscou investigar as relações entre a homossexualidade e as religiões afro-brasileiras em Belém do Pará na década de 1970, analisou a construção de categorias sexuais masculinas dispostas entre os “homens mesmo”, também chamados de “bofes” (ativos sexualmente), e as “bichas” e “veados” (aqueles que adotavam um comportamento sexual passivo). Tais categorias sexuais hierarquizantes conformariam grupos produzidos por meio das representações das relações sexuais e afetivas, mas que falavam muito mais sobre a dominação e a submissão do que sobre a homossexualidade. Em suas palavras,

A categoria “bicha” se define em relação à categoria “homem” em termos do comportamento social e sexual. Enquanto o “homem” deveria se comportar de uma maneira “masculina”, a “bicha” tende a reproduzir comportamentos geralmente associados ao papel de gênero (*gender role*) feminino. No ato sexual, o “homem” penetra, enquanto a “bicha” é penetrada. [...] o ato de penetrar e o de ser penetrado adquirem, nessa área cultural, através dos conceitos de “atividade” e “passividade”, o sentido de dominação e submissão. Assim o “homem” idealmente domina a “bicha”. Além disso, a relação entre “homens” e “bichas” é análoga à que se estabelece entre “homens” e “mulheres” no mesmo contexto social, onde os papéis de gênero masculino e feminino são altamente segregados e hierarquizados.²⁰⁸

Michel Misse, antes mesmo de Fry e também na década de 1970, produziu um panfleto que anos mais tarde foi melhor desenvolvido ao ser publicado em livro no qual torna explícita a estigmatização cultural sofrida pelos indivíduos construídos socialmente como

²⁰⁶ BOURDON, Op. Cit., p. 133.

²⁰⁷ FRY, Peter. “Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil”. In: FRY, P. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 87.

²⁰⁸ Ibidem, p. 90.

“passivos”, sejam eles homens ou mulheres.²⁰⁹ Tal estigma, segundo ele, conferiria igualmente um *status* capaz de atuar no discurso sobre as relações sexuais expressando noções de dominação e submissão entre o masculino/ativo e o feminino/passivo a despeito dos gêneros envolvidos. Isto revela, segundo o autor, uma consistente relação entre as representações sexuais e sua influência nas construções sociais de sexo e gênero, determinando até mesmo as regras do jogo amoroso e a distribuição dos indivíduos nas várias áreas da sociedade. Para ele, seria determinante o papel exercido pela linguagem cotidiana e pelos discursos institucionais na criação e reprodução de lógicas de dominação e submissão sobre os indivíduos homossexuais, atribuindo a eles uma condição de fraqueza e passividade.

Enquanto Misse elabora uma análise sociológica sobre a questão, apontando que a realidade tal qual concebemos é moralmente fundada sobre as representações de masculinidade/atividade e feminilidade/passividade atribuídas aos homens e mulheres, Durval Muniz Albuquerque Junior, em variados trabalhos²¹⁰, elabora uma pesquisa acerca da construção discursiva do gênero masculino enquanto o lugar da força e da atividade. Ele argumenta que a história deste gênero seria um lugar historiográfico pouco trabalhado, buscando demonstrar como falsa a visão de que a história tem sido, desde sempre, a *história dos homens*, e assim justifica a sua análise ao criticar teoricamente parte da história dos excluídos. Apesar da relevância, discordo deste argumento. Em se tratando de uma história sobre o gênero masculino, Muniz faz uma colocação assertiva, pois em comparação com a quantidade de produções historiográficas sobre o gênero feminino pouco se escreveu sobre aquele tema nas últimas décadas. Contudo, há que se perceber a diferença sutil e ao mesmo tempo poderosa entre as formulações discursivas “história dos homens” e “história sobre os homens”. Ainda que as construções discursivas sobre o gênero masculino enquanto *produto* tenham sido poucas, a história, desde muito, tem estado nas mãos *dos* homens, constituindo-se, portanto, numa formação masculina – homens enquanto *produtores*.

Durval Muniz conduz todo o seu trabalho perseguindo as experiências formadoras do *ser-homem*. Isto quer dizer que, para ele, é interessante descobrir como se desenvolveu a lógica do padrão masculino/ativo e como ela define a identidade de gênero – em seu caso, a identidade regional do homem nordestino.

²⁰⁹ MISSE, Michel. *O Estigma do passivo sexual: um símbolo de estigma no discurso cotidiano*. 3. ed. aumentada. Rio de Janeiro: Booklink/NECVU/IFICS/ UFRJ: LeMetro/IFICS/UFRJ, 2007.

²¹⁰ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Nordestino - uma invenção do falo: uma História do gênero masculino (Nordeste, 1920/1940)*. Maceió: Editora Catavento, 2003. _____. ““Quem é froxo não se mete”: violência e masculinidade como elementos constitutivos da imagem do nordestino”. In: *Revista Projeto História*. São Paulo: n. 19, novembro/1999. pp. 173-188.

Jurandir Freire Costa, por sua vez²¹¹, busca por meio da psicanálise perceber a construção histórica da “homossexualidade”. Empenhado em desconstruir os diversos discursos já criados no imaginário social sobre o assunto, ele questiona a divisão do mundo em “homossexuais” e “heterossexuais”, a continuidade no uso dos termos “homossexualidade” e “homossexualismo” durante o século XX e a própria construção comportamental ativa/passiva interna às práticas homoeróticas.

Todos estes autores, portanto, se aproximam em alguma medida e dão as bases para a leitura que faço do discurso médico-legal acerca da homossexualidade e dos comportamentos homoeróticos enquanto categorias de análise elaboradas pelos médicos aqui estudados. Esta diferenciação entre os homossexuais que assumiam uma atuação sexual ativa daqueles que assumiam uma atuação passiva tinha grande importância naquela época como forma de reforçar e perpetuar a lógica machista e a ordem heterossexual compulsória da sociedade baseada no binarismo macho/fêmea, onde o indivíduo feminino (seja a mulher propriamente dita ou o homem gay “passivo e efeminado”) sofria maiores sanções. Aqueles que por ventura fossem sexualmente versáteis, isto é, atuassem sexualmente tanto de maneira passiva como ativa, também existiam, mas por fugirem às categorias classificatórias muitas vezes eram tratados de maneiras diferentes, sendo-lhes legado um peso de “libertinagem” e devassidão ainda maior, conforme sugere Pires de Almeida.

A experiência social e sexual está fortemente relacionada às regras expressas nos discursos e representações. Contudo, nem sempre os indivíduos se enquadravam naquelas categorias, e buscavam subverter a ordem heterossexual compulsória por meio de performances que estabeleciam novas categorias, como os “frescos”, que seriam os homossexuais passivos, e os “bofes”, os homens que atuavam sexualmente de maneira ativa. É possível perceber nos textos médicos estudados que tais categorias não eram excludentes; porém, havia uma maior marginalização de um grupo em detrimento do outro.

Dessa forma, o comportamento efeminado dos indivíduos homossexuais nos primeiros anos da República pode ser interpretado enquanto uma performance de subversão da ordem compulsória e do processo de ideologização burguês. Como constata-se a partir da leitura dos livros de Leonídio Ribeiro e Pires de Almeida, nem sempre os homossexuais com trejeitos e comportamentos efeminados eram, necessariamente, adeptos às práticas sexuais passivas, muitas vezes atuando de maneira ativa. Sobre esta performance subversiva, o

²¹¹ COSTA, Jurandir Freire. *A face e o verso – estudos sobre o homoerotismo II*. São Paulo: Editora Escuta, 1995. _____. *A inocência e o vício – estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

médico francês Bourdon diz, atribuindo ao comportamento efeminado dos homossexuais passivos uma provável causa biológica ou orgânica:

O raciocínio é atraente, mas seria preciso admitir ao mesmo tempo que os característicos exteriores peculiares a mulher predominassem nos homo-sexuais. De fato tem-se constatado que a maior parte dêles são efeminados, a barba é rara, a voz aguda e algumas vezes até aparencias de seios se desenham. É mais provável que todos esses detalhes provenham de uma deficiência geral de todo o organismo, em certos casos existem numerosos invertidos passivos que são fortes e robustos, possuem barba cerrada e órgãos sexuais de aparência normal.²¹²

Essas representações eram construídas socialmente, e funcionavam, como aponta Fry, enquanto categoriais sociais de hierarquização sexual. Ele diz que há diversas maneiras para se compreender a sexualidade masculina no Brasil, e que esta varia de acordo com a região, a classe social e a temporalidade histórica – algo próximo com o que, posteriormente, afirmou Butler ao dizer, seguindo a perspectiva foucaultiana, que o homossexual enquanto “espécie” ou “categoria” não existe sem uma formulação retórica e histórica.

5. Tratamentos para um “desvio”: “cura e profilaxia do ‘homossexualismo’”

Ao longo do século XIX, a medicina e a psiquiatria se estabeleceram como as principais responsáveis pela identificação da loucura e dos “comportamentos desviantes”, atuando pela manutenção da sanidade e da suposta normalidade dos corpos dos indivíduos. Assim conquistaram o direito de detectar os desvios e submetê-los à norma, “não mais como crimes e sim como doenças”.²¹³ Trevisan afirma que jurisprudência e psiquiatria ajudaram-se mutuamente até aquela ceder a esta segunda a legitimidade tutelar, através da medicina-legal (que buscava colocar-se a partir de um estatuto científico), sobre quem transgredisse as normas. O pederasta não era, então, mais um ser imputável de culpa do ponto de vista jurídico, mas um doente que necessitava de tratamento e cura. Os estudiosos e médicos buscaram conhecer os mais diversos aspectos da sexualidade e seus desvios segundo definições rigorosamente científicas que viabilizassem suas abordagens. Escreve Trevisan:

A exemplo da Europa, também no Brasil começaram a abundar, desde meados do século XIX, abordagens científicas sobre as “perversões sexuais”. Inicialmente a

²¹² BOURDON, Op. Cit., p. 132.

²¹³ TREVISAN, Op. Cit., p. 172.

contragosto, setores da medicina e jurisprudência brasileiras passaram a debruçar-se sobre a existência dos “atos sexuais contra a natureza” – *nefanda Venus*, na linguagem do Direito Romano, ainda usada por especialistas dessa época. Num livro publicado em 1894, o jurista especializado em Direito Criminal José Viveiros de Castro apresentava [...] dados históricos sobre a “inversão sexual”, já utilizando conceitos da psiquiatria. E alertava para o fato de que no Brasil “a pederastia tem tido grande desenvolvimento” [...].²¹⁴

Conforme sugere Butler, o conceito de gênero seria utilizado socialmente como forma de legitimar a ordem heterossexual, funcionando como um instrumento discursivo compulsório da cultura, controlando as diferenças sexuais e de sexualidade fora do campo do social. Assim, nos discursos médicos aqui analisados, pode-se dizer que o gênero era concebido como a “inscrição cultural” dos indivíduos no sexo biológico com o qual nasceram, isto é, heterossexual; dessa forma, fazia-se necessário readequar aqueles corpos que se encontravam fora da ordem. Nas palavras de Daniel Silva,

[...] o processo de vigilância dos pequenos homens, com uma sexualidade perigosamente livre, que precisava ser redirecionada para fins reprodutivos, também ocupou os aspirantes a médicos brasileiros [...] no período. Esse aspecto tanto é uma questão de masculinidade patriótica – reproduzir filhos fortes para a nação brasileira – como de sexualidade – não ser um sodomita, um pederasta, um homossexual. O comportamento efeminado, dado a excessos, poderia levar a formas não-reprodutivas de sexualidade e às doenças daí decorrentes. Ao longo do tempo, a homossexualidade torna-se um risco cada vez mais presente, conforme vão se acumulando diferentes comportamentos sob essa rubrica, até culminar na constituição de uma doença específica, dotada de causas, sintomas, tratamentos, etc., singulares. Certos setores da sociedade começam a encetar ou sistematizar e aprofundar perseguições contra sujeitos que, antes invisíveis, se tornam alvos.²¹⁵

O “homossexualismo” era encarado como a culpa pela destruição das sociedades, uma das razões para o enfraquecimento moral dos países. E no Brasil a visão não era muito divergente. Para aqueles médicos, como Pires de Almeida, Leonídio Ribeiro e José de Albuquerque, que se dedicou particularmente ao estudo das patologias sexuais²¹⁶, a pederastia era uma doença a qual as pessoas não podiam ser expostas. Era uma questão social que cabia à medicina resolver. Fazia-se necessário encontrar meios de salvar aqueles homens e reabilitá-los para a sociedade enquanto cidadãos morais e respeitáveis, tirando-os dos vícios e da marginalidade e colocando-os ao serviço da evolução e do desenvolvimento social, econômico e urbano do país e do Rio de Janeiro.

²¹⁴ Ibidem, p. 172. Grifos do autor.

²¹⁵ SILVA, Op. Cit., p. 29.

²¹⁶ ALBUQUERQUE, José de. *Introdução ao estudo da pathologia sexual*. Rio de Janeiro: Typographia Coelho, 1928.

O sexo dos seres humanos era dividido em dois gêneros biológicos, masculino e feminino, e a performance social de ambos devia se dar de acordo com a ordem compulsória heterossexual e o padrão ativo. Assim construía-se o “invertido”, o corpo “homossexual”, numa lógica médica de patologias e sintomas. Colocando no mesmo balaio de práticas sexuais consideradas anormais, o médico José de Albuquerque classificou a masturbação, o “coito bucal” (sexo oral), a pederastia, o onanismo, o sexo com animais e o lesbianismo como desvios e anomalias equiparáveis. Embora não relacionados a causas mórbidas, todas teriam ligação com o homoerotismo e a homossexualidade, e poderiam desenvolver disfunções, impotência sexual, outras perversões e mazelas mentais. Sobre o papel fundamental da medicina-legal e dos médicos na recuperação daqueles indivíduos “viciados”, ele diz:

O medico tem que ser muita vez um reeducador ou mesmo um educador, quando depara com clientes anormaes ou pervertidos e como e' da pathologia sexual as perversões avultam não só em especie como em numero, o profissional que a tal especialidade se dedica, tem por obrigação, ser mais do que qualquer outro, um conhecedor perfeito dos segredos da reeducação dos pervertidos. É por um descuido educacional, que os individuos contraem nos primordios de sua vida sexual, vicios, que pela sua repetição, os tornam insensíveis aos excitantes sexuae physiologicos e os transformam em completos impotentes, toda vez que tentem praticar a copula nas condições normaes.²¹⁷

Pode-se afirmar, como fazem James Green e Ronald Polito, que pelo menos nos últimos 150 anos a medicina, a psicologia e a psiquiatria já propuseram todos os tipos de causas, explicações, tratamentos e profilaxias possíveis para a homossexualidade, visando sempre a “cura” daqueles corpos que escapam à “ordem natural” da heterossexualidade. Diversas técnicas de intervenção nos corpos e nas mentes dos homossexuais foram aplicadas, como confinamento, choques elétricos, terapias, transplante de testículos etc. – na maioria das vezes com autorização, apoio e suporte dos familiares.²¹⁸

O doutor Pires de Almeida definia os homossexuais como “invertidos”, diferenciando-os dos “pervertidos”. Em sua explicação, os primeiros nasceriam com desvios sexuais, ou seja, seriam homossexuais desde a gestação, enquanto que os “pervertidos” tornar-se-iam “invertidos” em algum momento da vida, por motivos variados, após terem experimentado e vivenciado a sexualidade “normal”. De acordo com o seu texto, os dois casos podem ser tratados e curados, cabendo aos “invertidos”, porém, uma profilaxia um pouco mais complicada. Eles deveriam ser, segundo este médico, identificados ainda na

²¹⁷ ALBUQUERQUE, Op. Cit., pp. 26-27.

²¹⁸ GREEN; POLITO, Op. Cit., p. 104.

infância e desde então acompanhados por um tutor que não lhes permitissem o desvio moral, conduzindo-os e incitando-os a relacionarem-se com mulheres, e por elas sentirem-se atraídos. Ele via a homossexualidade como um desregramento, uma doença mental, que deveria ser tratada, mais do que um crime passível de punição, dependendo do caso. Em suas palavras,

O homossexualismo, com relação ás suas consequencias imediatas ou remotas, tanto affecta individualmente ao pervertido, quanto á sociedade. Neste ultimo ponto de vista, sobretudo, se hão acirrado as opiniões no tocante aos meios de sanear a atmospha social: querem uns capitular taes anomalias como crimes passíveis de penalidades relativas ás condições de cada individuo, - outros opinam que taes anomalias, constituindo exclusivamente um estado pathologico, devem ser eliminadas como qualquer caso de molestia, não sendo, portanto, os pacientes passíveis de penas. A questão, pois, se resume em duas palavras: prisão, aconselham os primeiros, - hospital, os segundos. Acertam e êrram uns e outros, vindo o êrro do exclusivismo a que ambos se aferram: nem todos os casos são de hospital, como nem todos de cadeia. [...] Tratar, portanto, o que? Certissimamente as inversões, pois, estas, é que constituem o desvio [...].²¹⁹

Assim, quando não conseguissem acompanhar o “invertido” desde a infância, ou sua “perversão” fosse apenas identificada após deflagrar-se o “vício”, o indivíduo deveria ser encaminhado para receber um tratamento mais específico de modo a dirigir sua atenção e interesse sexual às mulheres, lendo livros e romances sobre paixões ardentes entre homens e mulheres, participando de encontros (íntimos ou não) promovidos pelos médicos com beldades sensuais, chegando ao ponto mesmo de ser forçado a transar com mulheres, ainda que vestidas de homens, ou a dormir com várias delas nuas, mesmo sem tocá-las.²²⁰

Já o doutor Leonídio Ribeiro, no ano de 1938, guiando-se pela ideia de que o “homossexualismo” (para ele, uma anomalia principalmente hormonal) possuía causas e predisposições orgânicas em suas origens, aponta como intervenção médica primária para a cura do paciente os tratamentos educativos, como Albuquerque e Pires de Almeida, visando à reabilitação do indivíduo. Em suas postulações, as práticas de inversão sexual não mais poderiam ser compreendidas como vício, crime ou pecado passíveis de punições e penas, já que enquadravam-se na legitimação da ciência médica, mas como manifestações patológicas de origem psicológica ou somática que necessitavam de intervenção e cuidado médico e psiquiátrico.²²¹ A sociedade precisava estar atenta inclusive, em suas palavras, aos riscos representados para os jovens pelos homossexuais através da literatura e das artes, um meio

²¹⁹ PIRES DE ALMEIA, Op. Cit., p. 253.

²²⁰ Ibidem, p. 255.

²²¹ RIBEIRO, Op. Cit., p. 167.

onde o médico considerava comum a “anomalia do instinto sexual” – pois a conquista de “novos adeptos” para aquelas tendências “anormais” era um risco constante.

Como para Ribeiro a causa do comportamento homoerótico poderia ser uma “disfunção” fisiológica relacionada às glândulas endócrinas, ele apostava em uma técnica chamada *opoterapia*²²², baseada em transplantes de extratos testiculares ou de outras ordens hormonais para reverter o mau funcionamento das glândulas como a melhor chance de “cura”. Apoiando-se nas experiências do cientista vienense Steinach, que a partir de 1910 castrou cobaias animais do sexo masculino e transplantou nelas glândulas do outro sexo, provocando o aparecimento de sinais femininos e obtendo o mesmo resultado em operações inversas, Ribeiro acreditava poder “masculinizar” os homossexuais através de transplantações testiculares. Em sua visão, este era o verdadeiro e mais viável tratamento para os casos de inversão sexual, cujo hormônio responsável, acreditava, em breve deveria ser descoberto e isolado.

Sabe-se que quanto menor a condição social e econômica de um indivíduo, como era a realidade dos negros libertos e do grande número de imigrantes desempregados, mais vulnerável ele se tornava aos abusos e pressões da sociedade da época, onde os policiais esforçavam-se em defender as ideias desses médicos segundo os quais a degeneração, a depravação, a violência, o perigo e a desordem social não teriam outras origens que não a pobreza, as inversões sexuais ou os “defeitos de raça”. Contudo, mostra a pesquisa de Leonídio Ribeiro, entre os 195 homossexuais que ele estudou, muitos aceitavam sua condição e não se percebiam como doentes. Alguns até mesmo estavam satisfeitos em ganhar dinheiro por meio da prostituição, como no caso de Zazá. Logo, pode-se inferir que a maioria daqueles homens não concordava com estes tratamentos médicos que lhes eram impostos, muito menos aceitavam-nos de bom-grado.

6. Conclusão do capítulo

James Green define o termo “puto”, para a época, como uma referência ao “moço, que se prostitue ao vício dos sodomitas, ou a mollície, e masturpação”.²²³ Esta era uma versão

²²² Questão longamente analisada por Rodrigo Ramos Lima em sua pesquisa: “*Terra de ninguém ou a terra de todo mundo?*”: a opoterapia como recomendação para o tratamento de homossexuais detidos no Laboratório de Antropologia Criminal do Rio de Janeiro (1931-1951). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2016.

²²³ GREEN, 2000, p. 63.

popular do antigo e bíblico “sodomita”, ou do “pederasta” e “invertido” na nova linguagem médica para os homens que se relacionassem amorosa ou sexualmente com outros homens. Putos, frescos e bagaxas – com o fim do Império e da classificação criminal desses indivíduos, eles passaram a circular ainda mais pela cidade do Rio de Janeiro, frequentando espaços públicos e formando vínculos socioculturais entre eles, encontrando na prostituição formas de resistência e criação de laços e identidades.

A ação dos indivíduos e grupos no processo social provoca mudanças, cria discursos, altera ordens. O conhecimento do passado, dessas mudanças e sujeitos e dos discursos produzidos nos chegou, neste capítulo, por meio de teses e manuais de medicina que permitem perceber e alcançar aspectos da memória, das práticas e representações da sociedade carioca da Primeira República a respeito do homoerotismo e da homossexualidade.

O padrão compulsório heterossexual baseado no binarismo dos gêneros está historicamente presente nas categorias mentais, nas representações e nos discursos elaborados fundando hierarquias sociais. Havia uma conexão muito definida para a sociedade da época entre a prostituição (seja ela masculina ou feminina), a efeminação masculina, o homoerotismo e a homossexualidade. Entende-se a partir do trabalho daqueles médicos que era questão de primeira ordem a criação de possibilidades para a produção do corpo heterossexual e a perseguição daqueles indivíduos dentro de uma lógica de gênero socialmente definida e elaborada. Embora no Brasil nunca tenham sido criadas instituições psiquiátricas e médicas específicas para o tratamento do que consideravam “desvios sexuais”, o homoerotismo não deixou em nenhum momento de ser elaborado enquanto um problema de sanidade ou um mal de saúde pública, o que a partir da década de 1920 levou a um recrudescimento das investidas e da perseguição médica e policial sobre aquela população. A pauta era defender a sociedade e mantê-la sadia.²²⁴ Os homens envolvidos com o homoerotismo eram detidos, respondiam de acordo com a infração que por ventura tivessem cometido (na maioria dos casos por atos de “libidinagem” ou “vadiagem”), mas acabavam mesmo nas mãos dos médicos.

Acredito poder dizer que aqui já pude responder a algumas das hipóteses formuladas e identificar pressupostos para a compreensão das formas de pensamento daquela sociedade. Outrossim, houve uma aproximação das maneiras como a medicina expunha e criava representações a partir de práticas homoeróticas reais e também aquelas compostas pelo imaginário social. Embora não se possa falar em uma só “experiência homoerótica”, muito

²²⁴ TREVISAN, Op. Cit., p. 188.

menos em uma “identidade homossexual” unívoca para as primeiras décadas do século XX, pode-se, isso sim, defender a existência de experiências e identidades homoeróticas e sexuais múltiplas nas ruas do Rio de Janeiro forjadas no embate com as instituições de controle social e os mecanismos de produção dos corpos.

Muitos daqueles homens repudiavam e discordavam das representações que eram criadas *a priori* sobre eles, e tinham interpretações diferentes sobre si entre os seus. Exemplo dessa dissonância entre as representações sociais e a visão que eles tinham de si mesmos era a prática de um comportamento sexual adverso daquele que seu comportamento social ou roupas pressupunham: homens efeminados nem sempre atuavam como sexualmente passivos. O comportamento extravagante ou efeminado em excesso era um mecanismo de rebeldia. Padrões fixos nos papéis sexuais, isto é, ativos ou passivos, inexistiam e determinam a impossibilidade de uma relação com comportamentos efeminados.

Do mesmo modo, é possível perceber na pesquisa do médico Leonídio Ribeiro que aqueles homossexuais tinham certa consciência, às vezes orgulho e aceitação de sua “inversão” – ainda que vistos socialmente como doentes. Poucos foram os que, nas entrevistas daquele médico trazidas em seu livro, apresentavam inibições sociais e traumas decorrentes da não aceitação ou compreensão de sua condição, mantendo a sua sexualidade “invertida” sob o véu da moral familiar e burguesa, fugindo assim das violências simbólicas e concretas a que estavam submetidos. O médico Pires de Almeida, por sua vez, aponta tanto a existência de homossexuais que aceitavam os seus desejos (em concordância com Ribeiro), como daqueles homens que negavam os seus instintos homoeróticos mas mesmo assim buscavam satisfazê-los, torturados pelos próprios pensamentos que classificavam-nos como doentes e diferentes, tomando para si e construindo seus corpos a partir da reprodução do pensamento social. Outros ainda, observa Figari, foram capazes de anular totalmente as suas aspirações homoeróticas ou de exercê-las sob a máscara do machismo.²²⁵

Naquele contexto, a moral cristã ainda era um pilar do pensamento social e mobilizava o moralismo sexual, constituindo valores e discursos não só em relação às mulheres, mas também em relação aos homossexuais. Os homens envolvidos com o homoerotismo estavam marginalizados, eram despossuídos de integração e aceitação social, mas em sua maioria eram capazes de formular suas identidades a partir do que viviam e não do que a sociedade imputava a eles, negando até mesmo a reprodução do estereótipo machista por trás do padrão masculino/ativo que dava (e ainda dá) base às relações sociais.

²²⁵ FIGARI, p. 361.

Na sociedade carioca, onde o positivismo e o cientificismo triunfavam na elaboração de um mundo ideal, manicômios foram pensados pelos médicos-legistas e psiquiatras como forma de tratamento da homossexualidade, vista como alienação mental principalmente após os anos de 1920. Chegou a ser proposta a criação de uma instituição judiciária com esta finalidade. Os doutores acreditavam que a internação em hospícios era necessária para os casos em que a inversão sexual estivesse relacionada a comportamentos criminosos ou considerados perigosos para a sociedade. Tratamento e cura eram ressaltados em detrimento das penalizações e encarceramentos. O hospício era visto como destino para os desviados.

A tendência era entrar no mais íntimo da vida privada e reprimir o que fosse contrário à nova ordem. Estabeleceram-se hierarquias dos corpos, buscando a diferenciação social através da metáfora da saúde. Mas o manicômio não foi sempre o destino de todos aqueles homens, que conseguiam brechas para existir e preservar a sua liberdade. Apesar da perseguição médica sofrida pelos homossexuais e pelos homens envolvidos com a prostituição ou práticas homoeróticas, é possível se compreender como aqueles indivíduos se reconheciam, elaboravam as suas redes de sociabilidade, desenvolviam performances e auto representações produzindo os seus próprios corpos e resistiam às perseguições e pressões sociais e políticas do período.

Mesmo com as mudanças nas ordens discursivas e nos aparelhos ideológicos segundo as quais por um lado aqueles homens não eram mais criminalizados (embora a sua prática, sim), por outro começaram a ser vistos como doentes. No entendimento desta pesquisa, concludo, porém, que aqueles indivíduos, a despeito de uma minoria, não se viam assim. Antes disso, e como já foi bastante discutido no primeiro capítulo, eles formulavam códigos, costumes e leis específicas de seu grupo, resistiam à perseguição e à pressão social, formavam laços de solidariedade entre si e entre as mulheres que se prostituíam, e viam-se como parte daquela sociedade. Assim como Suennan Caulfield no que tange às mulheres, acredito que eles viam a sua atividade sexual “não como um elemento de um submundo desviante, mas como parte da história social da classe trabalhadora do Rio de Janeiro”²²⁶, como uma forma de trabalho, de sobrevivência, além de utilizar este meio para a elaboração de identidades de gênero e sexuais, para a produção de seus corpos e de performances gestuais e comportamentais no início do século passado, no conturbado período da Primeira República.

²²⁶ CAULFIELD, Sueann. “Apresentação”. In: SCHETTINI, *Cristiana*. “*Que tenhas teu corpo*”: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. p. 10.

TERCEIRO CAPÍTULO

“HOMOSSEXUALISMO”, PROSTITUIÇÃO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE MENORES: AS FORMAS INSTITUCIONAIS DE CONTROLE

1. “A infância corrompida”: os conceitos de “infância”, “criança” e “menoridade” e a sua história no Brasil

Bembem soube, desde a mais tenra idade, que era uma criança “diferente”, embora não fosse capaz de desenvolver uma explicação ou entendimento sobre isso. Seus desejos sexuais e sua atração físico-afetiva não se direcionavam, como acontecia com os outros meninos de sua idade, para as meninas e moças. Segundo ele, dos treze aos quatorze anos, idade em que “os rapazes têm uma curiosidade enorme em ver uma mulher nua, ou pelo menos um pedaço de coxa, um seio ou outra parte do corpo feminino”, ele espreitava os empregados da casa de seus tios, e até o seu próprio tio, tentando vislumbrar seus pênis ou algo de erótico que alimentasse a sua imaginação. Certa feita, quando sozinho em casa, conseguiu fazer pequenos buracos na porta do quarto dos tios por onde aspirava observar cenas indiscretas e a intimidade amorosa do casal. E obteve logro, pois naquela mesma noite pôde assistir aos “movimentos noturnos” dos dois, momento em que descobriu sua “vocaçãõ para tomar dentro”, como narrou a um cliente, Capadócio Maluco:

Estendido junto a mim na cama suspirativa do *chateau*, depois de ter sido enrabado duas vezes, tendo na mão macia e profissional a minha respeitável porra, em que fazia umas carícias aperitivas, o menino do Gouveia, isto é, o Bembem, contou-me pitorescamente a sua história com todos os não-me-bulas de sua voz suave de puto matriculado.

- Eu lhe conto. Eu tomo dentro por vocaçãõ; nasci para isso como outros nascem para músicos, militares, poetas ou até políticos. Parece que quando me estavam fazendo, minha mãe, no momento da estocada final, peidou-se, de modo que teve todos os gostos no cu e eu herdei também o fato de sentir todos os meus prazeres na bunda.

Bembem teve a certeza de seu desejo sexual e de que seria capaz de sentir prazer anal na noite em que conseguiu vislumbrar o ato sexual dos tios, como descreve na continuação de sua fala:

- Confesso, Capadócio Maluco – acrescentou o Bembem, aumentando o movimento punhetal que vinha fazendo na minha pica –, que nem uma só vez me passou pela

cabeça a ideia de que ia ver titia nua ou quase nua. O meu único pensamento era poder apreciar ereto o membro viril do titio.

Nessa noite, mal nos recolhemos aos dormitórios, eu fui postar-me, metido na comprida camisola de dormir, na porta e com os olhos pregados nos furos previamente feitos.

[...] Oh! Céus! Eu então pude ver, com toda a dureza que uma tesão completa lhe dava, os vinte e cinco centímetros de nervo que a Natureza o brindara. Que porra!

Grande, rija, grossa, com uma chapeleta semelhante a um pára-choques da Central e fornida dum par de colhões que devia ter leite para uma família inteira.

[...] Não quis ou não pude assistir ao resto da cena. Eu tinha uma sensação esquisita no cu, parecia que as pregas latejavam. Mais tarde vim a saber que isso era tesão na bunda.

Corri para o meu quarto, fechei-me por dentro, atirei para longe a camisola, que me incomodava e, tendo arrancado a vela do castiçal, tentei metê-la pelo cu acima a ver se me acalmava. Fui caipora; as arestas da bugia machucavam-me o ânus e não a deixavam entrar.

Passei uma noite horrível.

Por fim, Bembem acabou tendo os seus “desejos nefandos” descobertos pela família e foi expulso de casa, recorrendo à prostituição para sobreviver nas ruas.

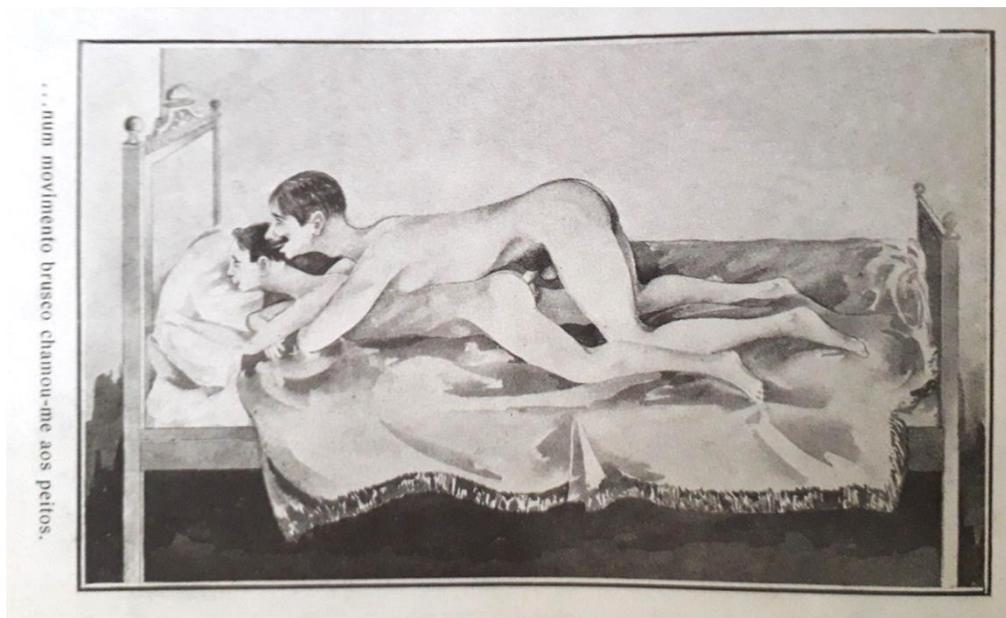
Bembem e Capadócio Maluco são personagens ficcionais da história *O Menino do Gouveia*²²⁷, considerado o primeiro conto homoerótico lançado no Brasil, no Rio de Janeiro, provavelmente entre 1914 e 1916 (a data exata não está clara na fonte e é motivo de discordância entre os pesquisadores), numa coletânea de contos eróticos publicada pelo jornal *O Rio Nu*. Seu autor e narrador utilizou o pseudônimo Capadócio Maluco e descreveu em tom bem-humorado e de maneira positiva, nas quinze páginas do livreto, uma ficção com características muito próximas da realidade e dos relatos dos homossexuais e dos homens que se prostituíam naquele período. Ainda mais espantosa para a época, além do próprio teor da narrativa, era a ilustração de um homem de idade avançada em ato sexual com um menino.

A história de Bembem não deve ser vista como uma exceção à regra das práticas sexuais do universo homoerótico do período estudado, mas sim como algo recorrente. Ele sabia ser homossexual (ou “fresco”, como diziam) e fazia uso de sua sexualidade para sobreviver, assim como muitos dos meninos em situação de rua e que se prostituíam. James Green e Ronald Polito apontam a importância documental do livreto posto que seu autor, apesar do uso de um pseudônimo, deveria participar real e ativamente da “vida homoerótica nos parques do Rio”.²²⁸ De igual maneira, o próprio título da história fazia uma referência a uma gíria comum na época, segundo a qual “gouveia” significava “homem mais velho que deseja garotos jovens”.²²⁹

²²⁷ MALUCO, Capadócio (pseud.). “O menino do Gouveia”. In: *Contos Rápidos n. 6*. Ilha de Vênus, Rio de Janeiro: Casa Editora Cupido & Comp. 1914-1916.

²²⁸ GREEN; POLITO. Op. Cit., p. 37.

²²⁹ Ibidem, Op. Cit.



(**Figura 3:** Bembem e Capadócio Maluco tendo relações sexuais.
Na legenda: “... num movimento brusco chamou-me aos peitos”.
Fonte: MALUCO, Capadócio, Op. Cit.)

A história de Bembem, embora uma ficção com pouco ou nenhum valor literário segundo a leitura de Green e Polito, é muito semelhante à história e aos relatos da vida dos outros homossexuais aqui estudados, como no caso de Zazá, cujo relato acompanha e norteia o desenvolvimento desta pesquisa desde o início. Zazá igualmente afastou-se de sua família, iniciou-se cedo na vivência e nas práticas homoeróticas e tornou-se “bagaxa” ainda adolescente. De fato, a presença dos indivíduos que contemporaneamente entendemos a partir das categorias de “crianças”, “adolescentes” e “menores de idade” era constante nos ambientes e nos circuitos de prostituição e de práticas homoeróticas.

Era comum no imaginário social e na própria cultura homoerótica da virada do século e da Primeira República a constituição de relações amorosas duradouras (como apresentada no romance de Adolfo Caminha, *Bom Crioulo*) ou esporádicas (por meio da prostituição) entre o homem de maior idade, viril e ativo sexualmente, reproduzindo a lógica compulsória da heterossexualidade, e o jovem rapaz (ao até mesmo a criança), efeminado e passivo. Segundo Figari, tal metáfora era herdeira do paradigma “homem-efebo”, e aparece claramente traçada neste conto, “narrada em um estilo que destaca o elemento pornográfico [e] versa sobre a relação entre um menino efeminado [...] que se torna prostituto, e seus

amantes, que são sempre homens de idade avançada”.²³⁰ Mas antes de entrar na discussão sobre a presença dos meninos e rapazes no universo sexual e cultural das práticas homoeróticas no Rio de Janeiro entre 1890 e 1938, é preciso compreender, ainda que de maneira breve, a constituição desse sujeito jurídico, que sai das “sombras” e se torna detentor de direitos e deveres na contemporaneidade.

A infância no Brasil, desde a Colônia, tem sido caracterizada de diversas formas. De maneira geral, Cleide de Oliveira Lemos aponta que alguns dos seus principais atributos seriam a tragédia, a diversidade e o anonimato.²³¹ Ela aponta que tais atributos devem-se à variedade de grupos étnico-raciais no país, ao silenciamento das histórias desses indivíduos e ao menosprezo, abandono, explorações e violências, como as sexuais, aos quais crianças e adolescentes eram submetidos.

A maioria das crianças aqui chegava sem seus pais, constituindo uma população de órfãos e raptados utilizados em pequenos serviços. De maneira geral, a infância era menosprezada e o índice de mortalidade era alto e constante. De acordo com Nilmário Miranda, “o primeiro registro que se tem da história da criança no Brasil é de 1550, através do catequista português padre Manoel da Nóbrega”.²³² Nóbrega teria vindo para o Brasil com sete pequenos órfãos que viviam em instituições de recolhimento de crianças em Lisboa, e como os demais religiosos, acreditando que suas práticas de ensino lograriam sucesso no processo de aculturação dos gentios, presenciou a abertura de escolas para ensinar a fé, a escrita, a leitura e o português, onde os meninos órfãos portugueses atuavam como chamarizes para as crianças indígenas.

Se a expectativa de vida das crianças indígenas não era alta, devido às doenças importadas pelos europeus, a falta de cuidados e à violência, no caso das crianças negras e africanas trazidas para o Brasil pelo escravismo poderia ser ainda menor, e sua situação era problemática até em relação aos pais. Mesmo com a elevada taxa de natalidade em cativeiro, o índice de mortalidade antes de uma década de vida era espantoso.²³³ Quando não morriam

²³⁰ FIGARI, Op. Cit., pp. 301-302.

²³¹ LEMOS, Cleide de Oliveira. “Crianças e adolescentes: a constituição de novos sujeitos de direitos”. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/documentos/anexos/arquivos-antigos/criancas-e-adolescentes-a-constituicao-de-novos-sujeitos-de-direitos-por-cleide-de-oliveira-lemos/view>

²³² MIRANDA, Nilmário. “A História da criança no Brasil ainda está para ser contada”. In: *Por que Direitos Humanos*. Belo Horizonte, Autêntica, 2006. p. 1.

²³³ Dados sobre a formação da família escrava, a vida em cativeiro, sobre a infância nas senzalas e as redes de solidariedade e sociabilidade elaboradas entre negros e entre esses e os senhores brancos, temas que escapam ao debate central deste trabalho, mas que perpassam a construção do argumento proposto (especialmente neste capítulo), podem ser encontrados em SLENES, Robert W. *Na Senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, Século XIX*. 2. ed. corrig. Campinas, SP: Editora da Unicamp,

prematuramente, as crianças escravizadas poderiam logo tornar-se órfãs de ambos genitores, situação que segundo Lemos abrangia cerca de 50% das crianças que tivessem até 5 anos de idade e 80% aos 11. O “adestramento”, que entendo como parte da lógica de produção e disciplinamento dos corpos e que buscava tornar adultas as crianças escravizadas, costumava começar quando elas completavam quatro anos, através da execução de pequenas tarefas domésticas, mais tarde seguidas pelo trabalho nas ruas.²³⁴ Sua educação e socialização, diferentemente da que era empregada em relação às crianças brancas oriundas das elites, eram informais, baseadas na reprodução do que faziam seus pais, e a sua realidade era constantemente abalada por violações e violências. Era comum que até os oito anos de idade, vistas como sujeitos não preparados para o trabalho adulto, as crianças negras escravizadas transitassem com liberdade entre a senzala e a casa grande, brincando com as crianças brancas – ou sendo os seus brinquedos, como era mais comum, até no que se refere às práticas, brincadeiras e experimentações de caráter sexual (independente dos gêneros). Como bem aponta Trevisan,

Era também com as escravas que os filhos dos senhores de engenho iniciavam sua vida erótica, da qual não excluía os negrinhos da mesma idade como seus joguetes sexuais: na verdade, era frequente que o menino branco se iniciasse no amor físico mediante a submissão do negrinho seu companheiro de folguedos, significativamente conhecido com o apelido de leva-pancadas.²³⁵

A partir dos oito anos, portanto, as crianças negras escravizadas passavam por uma espécie de “metamorfose” frente aos olhos dos adultos, na qual transitavam da infância para a juventude. Eram, dessa forma, jovens adultos aptos para a realização de trabalhos e tarefas os mais diversos. Aos doze anos, o pequeno indivíduo escravizado já não era uma criança, valia o preço de um escravo adulto, tinha uma profissão e podia ser comercializado. Mas se as crianças negras e africanas escravizadas em solo brasileiro sofriam variadas desagregações, aculturações e violências, para as crianças brancas e pobres a realidade não era melhor.

A natalidade era igualmente alta entre as famílias brancas das classes baixas, assim como a pobreza e a infestação de doenças e infecções sexualmente transmissíveis, como a sífilis, que grassava pela população brasileira num misto de liberdade e tragédia. Quando sobreviviam ao parto e aos primeiros dias ou meses de vida, muitas crianças brancas pobres

2011; e em SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

²³⁴ LEMOS, Op. Cit., p. 3.

²³⁵ TREVISAN, Op. Cit., p. 123.

acabavam abandonadas devido a fatores variados: podiam ser filhos ilegítimos (naturais ou bastardos), órfãos sem familiares próximos, filhos de mulheres de “baixa qualidade” (como as prostitutas), crianças doentes ou gêmeas, a condenação moral de certas uniões, a miséria dos pais, o peso da maternidade sobre as mulheres pobres e solteiras etc. De acordo com Lemos, o abandono de bebês e crianças era prática comum nas Santas Casas de Misericórdia do país por meio de um dispositivo cilíndrico que fazia a união entre a rua e o espaço interno dos prédios. Tal dispositivo ficou conhecido como Roda dos Expostos e Enjeitados, ou apenas “Roda”.

A Roda geralmente era acessada e utilizada durante a noite e sua existência restringia-se às cidades do Rio de Janeiro, Recife e Salvador no século XVIII, realidade que mudou no século seguinte com a proliferação de tal método. Por volta de 1850 já existiam Rodas em cerca de doze centros urbanos, e “ao longo desse período, apenas as unidades de Salvador e do Rio de Janeiro acolheram 50 mil enjeitados”.²³⁶ Seu uso estava condicionado por motivos que variavam para além dos já citados como justificativas para o abandono de crianças e bebês, e a esses se somavam a falta de serviço hospitalar gratuito, especialmente o pediátrico, os altos custos dos enterros e o fato de o enjeitamento não constituir crime nem a perda do pátrio poder.²³⁷ As crianças abandonadas, fossem nas Rodas ou entregues a outras famílias, poderiam ser facilmente pegadas de volta pelos pais biológicos a qualquer momento. Mas a morte espreitava a vida daquelas crianças assim como a das crianças negras. Essa problemática diminuía e muito as chances do reencontro familiar, pois tanto a criança quanto os seus pais poderiam morrer a qualquer momento. Ainda de acordo com Lemos, a morte precoce era destino da grande maioria das crianças abandonadas nos hospitais.

Para os que escapavam da morte e não eram recuperados pela família, a comemoração do sétimo aniversário – compreendida, à época, como a idade da razão – tornava-se fonte de angústia, pois marcava o término do subsídio público às mães ou famílias “criadeiras” e quase sempre o ingresso deles no trabalho pesado. Enquanto as meninas eram definitivamente incorporadas ao serviço doméstico, os meninos costumavam ser enviados para trabalhar fora dos centros urbanos, sobretudo em arsenais e em navios mercantes nos tempos do Império.²³⁸

Para as crianças filhas das classes mais altas, contudo, a realidade era um pouco melhor. Elas poderiam não ser abandonadas ao nascer nem exploradas como os adultos; geralmente eram mimadas, recebiam cuidados e estudos – mas, ainda assim, poderiam facilmente perecer às doenças, e por isso levavam uma vida regrada, supervisionada e baseada numa rotina rígida

²³⁶ LEMOS, Op. Cit., p. 5.

²³⁷ Ibidem, Op. Cit.

²³⁸ Ibidem, Op. Cit.

a partir dos sete anos. Todavia, a questão para a qual se deve voltar a atenção neste momento é o desenvolvimento dos conceitos de “infância”, “criança” e de “menoridade” elaborados e empregados pelo discurso jurídico, moldando o pensamento e o imaginário sociais na virada e nas primeiras décadas do século XX no Rio de Janeiro, fundamentais para a construção da análise acerca da presença desses indivíduos nos circuitos de prostituição masculina e de práticas homoeróticas.

Partindo dos escritos do filósofo Giorgio Agambem²³⁹, cabe postular que a consistência e existência da criança e da infância se dão de maneira puramente linguísticas, apoiadas na elaboração de um discurso que busca catalogar estes indivíduos, promovendo, desta forma, a sua criação histórica. Apoiado nos estudos de Benveniste, ele aponta que as experiências vividas estão na base do que a língua (com todos os seus limites) é capaz de criar, inclusive discursos que tornam determinadas realidades “possíveis”. É, pois, o discurso que cria a “infância” e a “criança”. Mas quando teria nascido este discurso? Quando a língua teria elaborado este sujeito, promovendo sua criação social?

Para Phillippe Ariès, as sociedades ocidentais do Antigo Regime desconstruíram a antiga representação das crianças como “pequenos adultos” e da infância como “uma primeira experiência de maturidade” que necessitava de orientação e cuidado específicos. Com o início da Idade Média as sociedades ocidentais e cristãs começaram a ver com maus olhos as crianças e adolescentes. Em suas palavras,

A duração da infância era reduzida a seu período mais frágil, enquanto o filhote do homem ainda não conseguia bastar-se; a criança então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos. De criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude [...] que se tornaram aspectos essenciais das sociedades evoluídas de hoje.²⁴⁰

Apesar de ser preciso tomar cuidado com o anacronismo cometido pelo autor ao utilizar o conceito de “evolução” atribuindo-o às sociedades ocidentais contemporâneas como se estas estivessem em uma posição de desenvolvimento sociocultural que desqualifica o *status quo*, a história e a cultura daquelas sociedades do passado, tal fala de Ariès é perfeitamente compatível com a colocação de Agambem. A família ainda não tinha a configuração que têm as famílias ocidentais burguesas dos nossos tempos. Fora os cuidados

²³⁹ AGAMBEM, Giorgio. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

²⁴⁰ ARIÈS, Phillippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Tradução: Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981, p. 10.

dispensados, não era uma função obrigatória dos pais educar, ensinar e socializar as crianças, isto porque aqueles indivíduos não eram “pequenos adultos com especificidades”, mas “pequenos adultos” *per se* – por isso as relações sexuais e os casamentos com crianças, até na mais tenra idade, eram tão comuns e aceitáveis. E cabia às escolas a função de educar as crianças.²⁴¹

As crianças eram desconhecidas ou não eram representadas pela arte medieval até o século XII.²⁴² Quando tornaram-se objeto de representações, eram vistas e tratadas como tal somente nos primeiros anos de vida, até cerca dos 4 ou 7 anos de idade, quando eram o alvo de um sentimento artificial por parte dos adultos que Ariès chamou de “paparicação”. Para ele, a passagem da criança pela sociedade e pela família, enquanto sujeito “infantil”, era breve, pois logo se tornavam “adultas” – e quando isso ocorria, acabavam a paparicação, a brincadeira e o cuidado desenvolvidos para divertimento dos adultos, como se aqueles pequenos indivíduos não passassem de animaizinhos de estimação, ou “macaquinhos” nas palavras do autor.²⁴³

A criança vivia e não saía do anonimato, e caso morresse não traria dores emocionais ou sofrimentos prolongados, visto que rapidamente outra poderia ser gerada e parida para substituí-la. De acordo com a sua pesquisa, teria sido a partir do fim do século XVII (o que no Brasil teria começado a se desenvolver no início do século XVIII) que uma mudança considerável, a partir dos Colégios, teria alterado a ordem de tal realidade e as crianças começaram a ser vistas como indivíduos com formação e necessidades específicas, carentes de cuidados, ensino e socialização direcionados, porque não eram “pequenos-adultos”, mas pessoas em formação com fases de inserção social e desenvolvimento específicos a partir das novas categorias surgidas no vocabulário de “primeira infância”, “infância”, “adolescência” e “juventude”.²⁴⁴ A escola se tornou o espaço privilegiado de educação e formação, enquanto à família cabia o preparo e o cuidado, o local de afeição máxima. Assim desenvolveu-se o que conhecemos como “escolarização”, processo que nos acompanha até os dias contemporâneos.²⁴⁵

Ariès aponta, inclusive, que cada período histórico teria uma “idade privilegiada”, e que tais categorias, anteriormente meros vocábulos teóricos, são hoje designações de realidades específicas, já bem definidas:

²⁴¹ ARIÈS, Op. Cit., pp. 165-178.

²⁴² Ibidem, p. 50.

²⁴³ Ibidem, p. 10

²⁴⁴ Ibidem, pp. 45-46.

²⁴⁵ Ibidem, p. 11.

Tem-se a impressão, portanto, de que a cada época corresponderiam uma idade privilegiada e uma periodização particular da vida humana: a “juventude” é a idade privilegiada no século XVII, a “infância”, do século XIX, e a “adolescência”, do século XX.

Essas variações de um século para o outro dependem das relações demográficas. São testemunhos da interpretação ingênua que a opinião faz em cada época da estrutura demográfica, mesmo quando nem sempre pode conhecê-la objetivamente. [...] E a linguagem moderna tomou emprestados esses velhos vocábulos, originalmente apenas teóricos, para designar realidades novas [...].

Não devemos esquecer o quanto essa representação da infância é relativa, diante da predileção reconhecida pela “juventude” no período que estudamos. Esse período não foi nem de crianças, nem de adolescentes, nem de velhos: foi um tempo de *homens jovens*.²⁴⁶

Devo agora me ater ao tópico principal na discussão que proponho neste capítulo: a presença e a formação de um enorme contingente de crianças, adolescentes e jovens em situação de rua no país, em conflito com as leis, perambulando inclusive pelas “ruas do pecado”, em confronto com a honra. Esta realidade, que remonta ao século XVIII, passou por um grave adensamento nos últimos duzentos anos por conta de dois eventos que não podem ser ignorados: a chamada Lei do Ventre Livre, de 1871, e a Abolição da Escravidão, em 1888. Tais eventos, dentro do processo histórico que aqui é percorrido, promoveram a formação de uma população jovem, pobre e marginalizada, marcada pelo fator racial, que buscou a sobrevivência por variados meios, como a prostituição, ou que sofreu variadas formas de exploração, como a sexual. Esta foi a origem de um grupo de indivíduos cujos corpos tornaram-se objeto de regulamentações, sanções e perseguições de instituições de controle, como a família e a polícia.

2. Tomavam dentro por vocação ou ser “puto” não tinha idade? As formas institucionais de controle do homoerotismo e da prostituição masculina na medicina e na família

Para Cleide de Oliveira Lemos, quando a Lei do Ventre Livre entrou em vigor em 1871, declarando livres as crianças filhas de escravos nascidos a partir daquela data (após os seus oito anos de idade, visto que até então eram tidas como incapazes e ainda pertencentes aos donos de suas mães), havia a possibilidade de escolha para o senhor branco entre entregar a criança ao governo, em troca de indenização, ou sua exploração direta até os 21 anos de

²⁴⁶ Ibidem, pp. 48-49. Grifos do autor.

idade. A lei aparentava certa humanidade, mas suas reais consequências foram a exploração do trabalho infantil e a constituição de uma população de rua formada por crianças e adolescentes.²⁴⁷ Com a Abolição em 1888, um grande contingente de negros e africanos ganhou a liberdade e migrou do campo e do Nordeste para as cidades e para a região Centro-Sul do país, e ali se estabeleceu em cortiços e igualmente nas ruas. Como não contavam com uma política imperial (e posteriormente republicana) preocupada com sua inserção na sociedade e com medidas reparadoras da desigualdade sofrida, junto aos brancos pobres, os negros descendentes de escravos e os ex-escravos não se encaixavam nas exigências da sociedade industrial burguesa que se formava nas economias urbanas. Acabavam prestando pequenos serviços que não exigiam grandes conhecimentos ou qualificações, ou outros considerados piores – mesmo com o aumento das oportunidades de trabalho ocorrido com as reformas urbanas de Pereira Passos, sobre as quais discorri em capítulo anterior, e que não necessitavam de mão-de-obra especializada.²⁴⁸ Por fim, as classes mais pobres adaptaram-se como puderam às ocupações que João do Rio observou pela cidade e chamou de “Profissões de miséria”:

Todos esses pobres seres tristes vivem do cisco, do que cai nas sarjetas, dos ratos, dos magros gatos dos telhados, são os heróis da utilidade, os que apanham o inútil para viver, os inconscientes aplicadores à vida daquele axioma de Lavoisier; nada se perde na natureza. A polícia não os prende, e, na boêmia das ruas, os desgraçados são ainda explorados pelos adelos, pelos ferros-velhos, pelos proprietários das fábricas...

- As pequenas profissões! ... É curioso!²⁴⁹

João do Rio classificou tais serviços como “profissões ignoradas”, aquelas empreendidas por pessoas pobres ou que ninguém mais se propõe a fazer: os trapeiros, “apanha-rótulos” e “selistas” (que catavam rótulos de produtos variados e selos de charutos caros pelas ruas para revender a falsificadores), as “ledoras de *buena dicha*” (ciganas ou mulheres praticantes de religiões afro-brasileiras que liam a sorte dos transeuntes nas ruas ou nas casas de passe e *zungús*), os “ratoeiros” (que caçavam ratos, animais considerados culpados pelas epidemias de peste bubônica na cidade), os “apanhadores de gatos para matar e levar aos restaurantes, já sem pele, onde passam por coelho”²⁵⁰ etc. Outra profissão

²⁴⁷ LEMOS, Op. Cit., p. 7.

²⁴⁸ SANTUCCI, Jane. *Cidade rebelde: as revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008. p. 98.

²⁴⁹ RIO, João do. “Pequenas profissões”. In: _____. *A alma encantadora das ruas: crônicas*. 6. reimpressão. Org. Raúl Antelo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. (Cia. de Bolso). p. 56.

²⁵⁰ Ibidem, pp. 56-57.

considerada miserável era a prostituição feminina, mas dentro deste nicho cabe igualmente colocar a prostituição masculina, tida como “um mal maior”, como dito anteriormente.

Em todas estas profissões era possível encontrar crianças e adolescentes pobres em situação de vulnerabilidade, pelas ruas, muitos dos quais eram órfãos. Mas havia também aqueles que fugiam de suas casas, deixavam as suas famílias para trás em busca de aceitação da sua sexualidade e melhores oportunidades de vida ou ainda que foram expulsos por elas – casos como os de Zazá, iniciando sua vida cedo em São Paulo e posteriormente no Rio de Janeiro; Bembem, o menino que foi posto para fora de casa por seus tios no conto que narra a sua história; ou José Edmundo e João Pereira da Silva, rapazes cujas histórias apresento com maior atenção à frente. Os menores integraram o fenômeno que se estende até os nossos dias e se convencionou chamar “delinquência juvenil”.

Fugindo da repressão policial que crescia e se especializava na virada do século XIX para o século XX baseada no cientificismo jurídico e médico-legal, combatendo principalmente o que o Código Penal de 1890 classificava como “vadiagem” e toda prática ou existência que ferisse e colocasse em risco a construção de uma sociedade burguesa e moderna, era necessário preservar o Rio de Janeiro das “classes perigosas”. E os meninos negros, juntamente aos meninos brancos e pobres, constituíam parte considerável dessas classes: roubando, se prostituindo e vendendo o que pudessem para poder viver (ou sobreviver). Perpetuavam nas ruas o abandono familiar e social e quase sempre acabavam recolhidos pela polícia e encaminhados para instituições de controle que privavam a sua liberdade até que completassem certa idade e visavam o disciplinamento ou, em última instância, a cura de seus corpos. Quando saíam de tais instituições, eram mandados para executar serviços forçados nos arsenais da marinha, por exemplo, mas muitas vezes voltavam para as ruas. Afinal, a nova cidade deveria ser “higienizada”, filha do discurso médico que lançou as bases, juntamente ao discurso jurídico, para o urbanismo e o desenvolvimento industrial que se desenrolava na virada do século. O corpo dos indivíduos era, então, um bem social, e a sua intimidade precisava ser colonizada para que não obstruísse ou atrapalhasse a nova ordem social. Não obstante, o poder público e a sociedade não pareciam se preocupar de maneira direta em resolver os fatores que os levavam até aquele ponto.

A presença dos menores (no caso específico deste trabalho, dos meninos) nos circuitos de “vadiagem”, prostituição e homoerotismo da cidade era uma realidade que, antes de fazer parte das pautas jurídicas e policiais, já era objeto de discussão entre os médicos. O próprio Dr. Francisco Ferraz de Macedo, cujo trabalho vem fornecendo informações desde o início da pesquisa – pois embora a sua tese tenha sido publicada em 1872, ou seja, fora da

marcação temporal proposta, torna-se útil para reforçar o argumento sobre a longa duração da prostituição e da exploração sexual de meninos e rapazes na cidade do Rio de Janeiro –, afirmava que “ser puto não tem idade”. Portanto, bem antes de Bembem dizer que “tomava dentro por vocação”²⁵¹, e de Zazá escrever o seu relato no qual não deixa dúvidas sobre o prazer que sentia “de gozar com o membro do homem”.²⁵² Para Ferraz de Macedo, os meninos começavam cedo (por volta dos dez anos) a vida de libertinagem, prostituição e homoerotismo:

Os neophitas desta seita degradante, já o disse, buscam os seus titulos genealogicos em todos os ramos em que se divide a sociedade. Nem a volubilidade no rapaz, que é sempre companheiro delle, nem os desenganos e a pesada carga da idade madura e mesmo da velhice nos adultos, os desvia de seus tenebrosos propositos. E’ por isso que em todas as idades vemos devotos dessa facção, quer por passividade, quer por actividade, quer em condições mixtas. Entretanto, o seu maior numero oscilla entre 10 e 45 annos.

[...] E’ vulgar, tambem, encontrarmos, nas mesmas localidades [...] e em muitos outros sitios escuros e pouco frequentados, taes como circumvizinhanças do theatro de S. Pedro, campo de Sant’Anna e muitos outros logares, lastimaveis crianças, em que se retrata a fome no rosto, a indigencia no trajar e a repugnancia no aspecto ! São meninos, coitados!, com os sapatos cambados, sujos e rotos ; calça, *paletot* e camisa, se não com remendos, pelo menos, tudo desbotado e verdadeiros frangalhos ; sentados ou passeiando, isolados ou em companhia de collegas, proferindo indecencias ; cabeça semi-pendida e oscillando ; locomoção e movimentos vagarosos e difficeis ; olhar espantado e os olhos com profundas ecchymoses sub-palpebraes, rosto macilento, descarnado, apresentando-se ás vezes salpicado de syphilides, corrimentos purulentos dos olhos, labios com bobas, narizes herpeticos e gengivas cancerosas ; a reunião dos gestos pedindo compaixão e ao mesmo tempo criando em quem os vê o rancor – é o doce de fel destas tristes crianças, que pedem muitas vezes uma esmola a troco de uma infamia –; grosseiro cigarro lhes pende dos labios, cuja fumaça inspiram e bafejam ao longe, acompanhada de pegajosa saliva, que arremessam por continuas cuspidellas: eis um misero sodomita passivo dos mais desprezíveis.²⁵³

A descrição sobre os meninos que vagavam pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro se prostituindo ou frequentando os circuitos de meretrício e homoerotismo elaborada pelo médico Ferraz de Macedo em 1872 fez escola e influenciou a percepção analítica dos escritos de medicina-legal posteriores acerca desta problemática. Para ele, as crianças abandonadas acabavam vendendo os seus corpos para sobreviver. Anos mais tarde, em 1904, também João do Rio retratou aquela realidade em uma crônica, numa descrição não tão diferente daquela feita por Ferraz de Macedo:

²⁵¹ MALUCO, Op. Cit.

²⁵² WHITAKER, Op. Cit., p. 252.

²⁵³ FERRAZ DE MACEDO, Op. Cit., pp. 115-117. Grifos do autor.

Não há decerto exploração mais dolorosa que a das crianças. Os homens, as mulheres, ainda pantomimam a miséria para lucro próprio. As crianças são lançadas no ofício torpe pelos pais, por criaturas indignas, e crescem com o vício adaptando a curvilínea e acovardada alma da mendicidade malandra. Nada mais pavoroso do que este meio em que há adolescentes de dezoito anos e pirralhos de três, garotos amarelos de um lustro de idade [...] Essa criança parece não pensar e nunca ter tido vergonha, amoldadas para o crime de amanhã, para a prostituição em grande escala.²⁵⁴

De acordo com Green e Polito, “desde o século XIX, as formas radicalmente excludentes da sociedade brasileira lançam à margem de tudo (saúde, educação, trabalho) milhões de seres humanos, que viveram e vivem em situação de miséria absoluta”.²⁵⁵ Mesmo assim, Ferraz de Macedo apontava a homossexualidade e as práticas homoeróticas como vícios derivados de fatores variados cujo início se daria cedo, ainda na infância do indivíduo, podendo sua situação nunca mais ser revertida. E, portanto, “ser puto não tem idade” – tornava-se uma “vocação”, como diriam Bembem e Zazá.

Outros dois médicos igualmente voltaram os seus olhares para esta questão e teceram comentários acerca da homossexualidade e da prostituição entre meninos e rapazes “menores de idade”. José Ricardo Pires de Almeida, em 1906, dizia que

A pederastia sem medida e terno foi sempre exercida em todo o Brazil, sobretudo nos estabelecimentos que recebiam menores. Nesta capital [o Rio de Janeiro], o facto chegou a assumir proporções, que reclamaram a atenção immediata das autoridades. Contra esses focos de libertinagem quasi tolerada, um Provedor da Santa Casa de Misericórdia soltou o grito de alarma, á vista das papelêtas dos doentes [menores de idade] que dahí vinham para as enfermarias de clinicas especiaes.

Esse benemerito tinha direitos e deveres, pois menores, outr’ora *expostos*, remetidos para a aprendizagem nos arsenaes, voltavam em breve de lá para tratar-se de molestias venereas e deformações multiplas, resultantes dos excessos libertinos a que se entregavam nesses antros em que o destino fatalmente os atirára.²⁵⁶

De acordo com Pires de Almeida, era nas Casas de Misericórdia e nos estabelecimentos onde os menores eram forçados a executar serviços como forma de remissão de suas condutas e a correção de seus “desvios morais”, como nos arsenais da marinha (onde as práticas homoeróticas eram há muito conhecimento de todos) e nos Abrigos, que, de fato, grassava o que necessitava ser reprimido – pois eram lugares de “pederastia coletiva”. Ele descreve que muitos meninos eram enviados para as clínicas da cidade para tratar de doenças

²⁵⁴ RIO, João do. “Os que começam...”. In: _____. *A alma encantadora das ruas: crônicas*. 6. reimpressão. Org. Raúl Antelo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. (Cia. de Bolso). p. 189.

²⁵⁵ GREEN; POLITO, Op. Cit., p. 36.

²⁵⁶ PIRES DE ALMEIDA, Op. Cit., p. 85.

venéreas contraídas naqueles espaços. Contudo, havia outro espaço de sociabilidade da juventude carioca, principalmente para os filhos das classes média e alta, onde o homoerotismo se fazia presente de forma marcante e notória: os colégios e internatos.

Para Green e Polito, em diversos momentos da história do país e da cidade do Rio de Janeiro, “colégios e internatos foram vistos como lugares onde proliferaria a ‘perversão’ sexual, tanto de meninos quanto de meninas, cabendo aos professores, inclusive, o papel de corruptor”.²⁵⁷ Não se pode esquecer que em muitos casos tais internatos eram administrados por ordens religiosas, igrejas ou conventos, grupos que, conforme observado anteriormente, também eram reconhecidos como “refúgios do homoerotismo”. Mesmo que os internatos fossem considerados instituições funcionais para o disciplinamento e controle dos corpos infantis, passaram a ser vistos como locais perigosos para os jovens, “devido aos graves defeitos morais que estes podiam adquirir”.²⁵⁸ Era como se os estudantes fossem para lá enviados por suas famílias, visando a sua formação social, e saíssem transformados pela mácula que envenenava o espírito dos mais jovens.

Carlos Figari relata que a expansão das ferrovias ocorrida na década de 1850 teve forte impacto no aumento do número de meninos matriculados nos colégios e internatos das capitais, como no Rio de Janeiro. Estas instituições, que já recebiam os filhos das famílias urbanas, passaram a receber em maior quantidade os meninos oriundos dos engenhos e fazendas. Naquele momento despontaram preocupações bem mais pungentes em relação à “moral sexual dos jovens”, visando uma moral construída para além da percepção do pecado, mas uma moral igualmente social e higiênica. A convivência com o mesmo gênero trazia à tona, ainda, o temor ao “onanismo” (a masturbação), prática considerada doentia e perniciosa para o pleno desenvolvimento físico, mental e biológico do indivíduo, e às práticas homoeróticas. Contudo, já que a família burguesa ainda estava se elaborando e os pais eram muitas vezes considerados “maus educadores”, o Estado empenhava-se em garantir uma educação de qualidade e obrigatória para os jovens que constituiriam o futuro da nação.²⁵⁹

Conforme Figari, os internatos seriam talvez o melhor exemplo da aplicação de técnicas específicas para a supressão e o apagamento do que era visto com maus olhos na personalidade das crianças e para a subsequente formação da identidade e da psique desejadas através, principalmente, da inculcação do sentimento de “culpa” nos meninos que eram

²⁵⁷ GREEN; POLITO, Op. Cit., p. 34.

²⁵⁸ FIGARI, Op. Cit., p. 277.

²⁵⁹ Ibidem, p. 271.

“retirados de suas famílias e sujeitos a normas disciplinares precisas e metódicas”.²⁶⁰ O que se objetivava era moldar o “eu” daqueles indivíduos, sua personalidade e características, não mais com castigos físicos ou psicológicos, mas com dispositivos como o hábito e o remorso como meios de instauração do auto disciplinamento.²⁶¹ Os médicos cujos discursos analisei ao longo deste estudo, quando trataram em seus trabalhos sobre os colégios e internatos e do seu papel na formação da nova sociedade carioca, apresentaram pontos em comum com a descrição dos dispositivos pedagógicos que Figari aponta, e não deixaram escapar um fato importante. Muitas vezes a prática homoerótica naqueles espaços ocorria na forma do estupro, enquanto um corretivo ou castigo “educacional” realizado sempre por uma “força dominante e ativa” sobre uma “força dominada e passiva”, como por exemplo professores ou estudantes mais velhos que acessavam os seus dispositivos e redes de poder para amedrontar os mais jovens por meio da “curra”. Tais ataques sexuais, bastante comuns, consistiam num ritual para “reforçar a masculinidade através do exercício ‘ativo’ do homoerotismo”.²⁶² E ainda que a sua realização fosse justificada até mesmo como pedagógica, as “curras” não deixavam de ser práticas homoeróticas.

Além da preocupação social com a questão do homoerotismo que reverberava em ditos desvios de conduta moral nos jovens cariocas dentro das instituições de ensino, que se refletia na produção médica – sempre trabalhando em prol da saúde e da higiene sociais –, outra forma de discurso que utilizou amplamente este tema em suas produções foi o literário. Muitos romances famosos foram escritos sobre esta temática, como no exemplo dado por Green e Polito com o livro *Um homem gasto*, publicado em 1885 por L. L. (pseudônimo utilizado pelo médico Lourenço Ferreira da Silva Leal) e escrito como um “estudo naturalista”, onde o narrador teria sido vítima de um de seus professores. Em sua narrativa, ele diz que:

Foi o internato o primeiro elemento dissolvente, cuja ação perniciosa se me repercutiu na individualidade. O internato, meu caro amigo, e principalmente o internato dirigido por eclesiásticos, a cujos apetites naturais a sociedade impõe barreiras, levantadas por uma falsa moral, é fonte de incalculáveis perigos para a criança desprecavida. [...]

Arrebatada do lar doméstico, onde a vigilância e os carinhos maternos a resguardam da mácula exterior, e arremessada, a título de cultivo de espírito, nos torpes focos sociais denominados colégios, a criança começa a perverter-se no contato de companheiros de todas as idades, todas as procedências e propensões, muitas vezes depejadamente adestrados na impureza pelas sugestões de um professor ignóbil.²⁶³

²⁶⁰ Ibidem, Op. Cit.

²⁶¹ Ibidem, p. 272.

²⁶² Ibidem, p. 281.

²⁶³ SILVA LEAL, Lourenço Ferreira da. *Um homem gasto*, 1885. Apud: GREEN; POLITO, Op. Cit., pp. 35-36.

Não posso deixar de apontar as semelhanças entre os discursos médico e literário. O próprio Ferraz de Macedo, ainda no Império, anunciava:

Os internatos, salvo honrosas excepções, são verdadeiros focos de onanistas, sodomitas activos e passivos. Este vicio pernicioso é provocado, não pela indole dos collegiaes, mas grandemente pela prisão a que obrigam os rapazes de idade viril ; pois que são impossibilitados de transpôr os estatutos regulamentares dos collegios que lhes prohibem a sahida, entregam-se ao onanismo, os pervertem os collegas subalternos e mesmo menores, afim de praticarem actos taes. Não poucos são também os professores de costumes depravados que, abusando de sua autoridade, instigam os alumnos ao commettimento da infame sodomia. Estas crianças cedem ora com medo do castigo com que as ameaçam, ora ao contrario pelo promettimento de premios.²⁶⁴

Sua fala neste breve trecho corrobora em todos os sentidos o argumento que Silva Leal constrói e apresenta em seu romance, no final do século XIX. A passagem para a República representou na produção literária, ainda, um momento de ascensão da literatura naturalista, o que evidenciou um “suposto realismo das condições de existência dos homens e mulheres de finais do século”.²⁶⁵ As personagens principais das histórias passaram a ser os miseráveis e aqueles socialmente desgraçados, como as prostitutas, os presidiários, moradores de cortiços e até os homossexuais. Figari defende que este discurso literário específico atuava de modo semelhante ao discurso médico, buscando descriminalizar as condutas individuais e mostrando que seriam as condições injustas da sociedade as responsáveis por criar “tais monstros”. Não obstante, sua finalidade não era outra senão “moralista”.²⁶⁶

Um famoso livro produzido naquele momento, caracterizado como naturalista e único exemplar brasileiro do impressionismo, foi *O Ateneu*, de Raul Pompéia, que figura entre as obras literárias com caráter histórico selecionadas enquanto fonte para esta pesquisa.²⁶⁷ Publicado originalmente no jornal *Gazeta de Notícias* no formato folhetim e editado em livro no mesmo ano pela Editora Francisco Alves e Cia., o romance com bases autobiográficas é narrado de maneira memorialista por Sérgio, que aos onze anos entrou para o colégio Ateneu, um internato para meninos na cidade do Rio de Janeiro comandado por um rígido diretor, chamado Aristarco, onde ele sofreu dramas pessoais causados pelas atitudes de

²⁶⁴ FERRAS DE MACEDO, Op. Cit., p. 118.

²⁶⁵ FIGARI, Op. Cit., p. 281.

²⁶⁶ Ibidem, Op. Cit.

²⁶⁷ POMPEIA, Raul. *O Ateneu*. São Paulo: Editora Três, 1973. Edição original de 1888.

colegas e professores que o influenciariam psicológica, moral e socialmente para o resto de sua vida.

As desventuras de Sérgio começam com a sua visita ao colégio num dia de festa, antes da efetivação de sua matrícula, o que desperta o seu interesse e entusiasmo pela instituição – sentimentos que não tardam a esvaecer tão logo as aulas começam e ele conhece melhor o diretor, os professores e funcionários e a lógica interna do Ateneu. Percebe-se na história que um dos principais momentos de socialização entre os alunos no internato era proporcionado pelo espaço do banho, que ocorria numa enorme piscina, e lá Sérgio foi salvo do afogamento por Sanches, seu colega a quem ele desprezava, o que, apesar disso, não impediu que se desenvolvesse entre os dois uma relação de grande proximidade e amizade.

Uma questão apreendida neste livro e que merece ênfase eram as relações estabelecidas entre os estudantes do Ateneu que, apesar de nunca de maneira explícita, deixavam transparecer contornos de afetividade homoerótica regidas pela libido juvenil. Mas havia igualmente o sofrimento, a repressão, o ressentimento – o *pathos*. Sanches, por exemplo, após ter salvado Sérgio passou a tentar se aproximar cada vez mais fisicamente do colega, buscando seduzi-lo, o que gerou nele um incômodo e seu afastamento do outro. Importante ressaltar que a sedução de Sanches não se dava de maneira efeminada, mas foi se constituindo rapidamente em “signo de homossexualidade, pois revela desejo por indivíduos do mesmo sexo”.²⁶⁸ Tal resistência e as persistentes negações de Sérgio representaram um golpe para aquele, que não deixou de demonstrar seu descontentamento e de tentar prejudicá-lo, lançando mão de seu poder de influência sobre o grupo de estudantes.

Com o tempo e o desenrolar das vivências de Sérgio dentro do internato, passam a fazer cada vez mais sentido as palavras que Rebelo lhe confidenciou logo no início da história, uma espécie de aviso sobre como funcionavam e organizavam-se as relações dentro daquele espaço:

“Viu aquele da frente, que gritou *calouro* ? Se eu dissesse o que se conta dele... aqueles olhinhos úmidos de Senhora das Dores... Olhe; um conselho; faça-se forte aqui; faça-se homem. Os fracos perdem-se.

Isto é uma multidão; é preciso força de cotovelos para romper. Não sou criança, nem idiota; vivo só e vejo de longe; mas vejo. Não pode imaginar. Os gênios fazem aqui dois sexos, como se fosse uma escola mista. Os rapazes tímidos, ingênuos, sem sangue, são brandamente impelidos para o sexo da fraqueza; são dominados, festejados, pervertidos como meninas ao desamparo. Quando, em segredo dos pais, pensam que o colégio é a melhor das vidas, com o acolhimento dos mais velhos,

²⁶⁸ VALENTIN, Leandro Henrique Aparecido. “Representações da homossexualidade nos romances *O Ateneu*, de Raul Pompéia, e *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo”. In: *Revista Rascunhos Culturais*. Coxim, Mato Grosso do Sul: v. 4, n. 8, jul./dez. 2013. p. 183.

entre brejeiro e afetuoso, estão perdidos... Faça-se homem, meu amigo ! Comece por não admitir protetores.”²⁶⁹

A fala de Rebelo traz variados trechos que podem ser destacados e discutidos para argumentar acerca da representação da homossexualidade e das práticas homoeróticas que ocorriam no interior do colégio. Analisando o livro a partir do seu valor documental, haja vista que suas informações coincidem com as anteriormente recolhidas em outras fontes, pode-se vislumbrar aqui contornos do imaginário social sobre o que ocorria nos internatos e colégios cariocas de maneira geral em fins do século XIX e início do século XX. Para Leandro Henrique Aparecido Valentin, “pode-se afirmar que a representação da homossexualidade, no romance, é modulada pela perspectiva de tal foco narrativo”.²⁷⁰ A partir do fragmento apresentado, nos aproximamos do pensamento social que representava os homossexuais e as mulheres no período em estudo: eram “fracos”, “inferiores”, “passivos”, e por isso Sérgio precisava ser e mostrar-se “homem”, “forte” e “ativo”, para que não fosse enquadrado em uma posição de subalternidade e com isto sofresse as consequências das divisões “de sexos” que ocorriam no colégio baseadas no exercício do poder.

Pompéia revela em seu livro, para além da existência de práticas e relações homoeróticas nos internatos cariocas, a banalização da violência nas relações sociais baseada na “lei do mais forte” e o forte machismo daquele contexto, herdeiro do patriarcalismo.²⁷¹ Conforme já demonstrei em capítulo anterior, os corpos precisavam ser educados, controlados e enquadrados dentro da lógica compulsória heterossexual, na qual os homens deveriam adotar comportamentos viris e dominantes, ao passo que um comportamento mais efeminado e frágil denotaria passividade e indícios de homossexualidade. Isto fica ainda mais claro, no romance, algumas páginas depois quando Pompéia, em outro momento, escreve sobre os aspectos de “efeminação” que Sérgio vai aos poucos tomando consciência de haver em seu comportamento, o que poderia prejudicá-lo caso isto fosse associado a uma tendência homoerótica pelos colegas:

Já me era lícito julgar iniciado na convivência íntima da escola. [...] Estava aclimado, mas eu me aclimara pelo desalento, como um encarcerado no seu cárcere.
[...] Premia-me a força das coisas; senti-me acovardado. Perdeu-se a lição viril de Rebelo: prescindir de protetores. Eu desejei um protetor, alguém que me valesse,

²⁶⁹ POMPÉIA, Op. Cit., pp. 51-52. Grifos do autor.

²⁷⁰ VALENTIN, Op. Cit., p. 180.

²⁷¹ Ibidem, Op. Cit.

naquele meio hostil e desconhecido, e um valimento direto mais forte do que palavras.

Se não houvesse olvidado as práticas, como a assistência pessoal do Rebelo, eu notaria talvez que pouco a pouco me ia invadindo, como ele observara, a efeminação mórbida das escolas. [...] A letargia moral pesava-me no declive. E, como se a alma das crianças, à maneira do físico, esperasse realmente pelos dias para caracterizar em definitivo a conformação sexual do indivíduo, sentia-me possuído de certa necessidade preguiçosa de amparo, volúpia de fraqueza em rigor imprópria do caráter masculino.²⁷²

Neste trecho, Sérgio expõe que os internatos até poderiam ser espaços capazes de distorcer os hábitos dos meninos ou forçá-los aos seus piores instintos, mas observa que a “efeminação mórbida das escolas” seria, muito mais e antes disso, um amadurecimento da “alma das crianças” que espera para poder “caracterizar em definitivo a conformação sexual do indivíduo”, como sentiu que acontecia com ele. A presença da homoafetividade e de práticas homoeróticas dentro daquelas instituições e entre os meninos é novamente constatada em outro momento do livro, onde o diretor Aristarco anuncia aos estudantes saber de uma carta de amor trocada por dois alunos, assinada por “Cândida”, que na verdade era o menino Cândido, que fora identificado e humilhado juntamente com os “cúmplices” (os demais meninos que sabiam da dita relação).

Longe de intencionar uma longa e pormenorizada análise do romance (o que tomaria muito tempo e poderia alterar o foco principal do meu estudo), devo evidenciar que o tom empregado na obra é confessional e Pompéia descreveu, a partir da história de Sérgio, as relações afetivas travadas dentro do espaço institucional dos colégios e internatos de maneira revolucionária para a sua época, revelando o que muitos sabiam, mas fingiam ignorar. Em conformidade com Carlos Alberto Iannone e João Décio, o elemento autobiográfico do livro reside no fato de Pompéia ter ele mesmo estudado em um internato quando menino e vivido experiências similares com as de Sérgio, seu protagonista e narrador²⁷³, e isto reforça o valor histórico e documental da obra. Eles descrevem o livro como “romance, de memórias e de crônicas de saudades”²⁷⁴, uma obra que trata da solidão e de como esta é provocada (ou reforçada) pelo sistema retrógrado dos internatos.

O internato, por sua vez, foi retratado em todos os seus pormenores como um lugar similar às prisões, sendo sórdido e desordeiro. Isto explica por que muitos meninos pobres ou órfãos, quando eram encaminhados para estas instituições para serem disciplinados e assim fazerem parte da construção do país, acabavam por fugir e voltavam para as ruas, onde

²⁷² POMPÉIA, Op. Cit., pp. 60-61.

²⁷³ IANNONE, Carlos Alberto; DÉCIO, João, “A obra de Raul Pompéia”. In: POMPÉIA, Op. Cit., p. 15.

²⁷⁴ Ibidem, p. 16.

ousavam viver com maior liberdade e em conflito “com a lei”²⁷⁵, para usar a expressão empregada por Irene Rizzini em seu livro *O Século Perdido – raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*.²⁷⁶

Em sua pesquisa, Rizzini constrói a trajetória de acertos e desacertos jurídicos, políticos e sociais empregados no desenvolvimento de ações para a população infantil e jovem no Brasil. Seu principal argumento é de que a partir de meados do século XIX e principalmente com o início da República, a sociedade iniciou uma enérgica cruzada visando a total integração da população na construção da sociedade burguesa e industrial que se estabelecia no país. Apoiados na tese da cidadania popular, segundo a qual todos deveriam fazer parte do corpo social e serem úteis de alguma forma para o desenvolvimento e a manutenção da ordem que se criava, os corpos precisavam ser enquadrados e disciplinados jurídica, social e medicamente, e o mesmo valia para as crianças, cuja tutela seria a partir de então dividida entre os pais e o Estado. Para ela, até o fim do período imperial a figura jurídica da criança era quase inexistente e aqueles menores ocupavam uma posição secundária tanto no seio familiar como na sociedade, como bem informa Ariès sobre a situação das crianças no Antigo Regime na Europa.

No Brasil, segundo Rizzini, o conceito de “infância” começou a ganhar novos contornos e sentidos com a aproximação do século XX, onde as crianças adquiriram a imagem de “futuro da nação” e, portanto, uma valiosa esperança que precisava ser resguardada e protegida – e isto se aplicava da mesma forma aos filhos das elites e aos filhos das classes pobres, sendo estes especificamente qualificados simultaneamente como uma solução e um problema social que precisava ser revertido. Tal qualificação de “ameaça” e “problema” que se aplicava principalmente às crianças pobres devia-se à suposta desordem que a sua presença nas ruas desencadearia, e eram vistas como uma “solução” já que poderiam ser educadas de maneira útil para a construção da sociedade burguesa e industrial carioca. Afinal, a infância adquiriu um sentido social cujo objetivo era possibilitar a realização do projeto de nação do Brasil.

Em outro trabalho²⁷⁷, Irene Rizzini e Irma Rizzini observam que na transição do período imperial para o período republicano no Brasil teriam sido percebidos certos aspectos

²⁷⁵ Diferentemente dos filhos das classes burguesas, que não tinham muitas opções a não ser se adaptarem ao sistema e interiorizarem a ordem e a moral à qual eram submetidos e que deles se esperava, o que não dava espaço algum para práticas homoeróticas, homoafetivas ou comportamentos efeminados de qualquer nível ou tipo.

²⁷⁶ RIZZINI, Irene. *O Século Perdido – raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

de crueldade na personalidade de algumas crianças, que passaram a não só precisar de proteção, mas igualmente de cuidados e restrições. Isto se deu graças à construção abstrata da infância, entendida como uma fase na qual o indivíduo poderia se desenvolver de acordo com bons ou maus estímulos que moldariam a sua personalidade, podendo deformá-la ou torná-la socialmente saudável e útil. Na esteira da mudança do regime político, a justiça, a medicina e a assistência social buscaram se especializar e de fato debruçaram-se com avidez sobre esta questão. As autoras escrevem que:

Ao mudar o regime político, o Brasil já possuía uma vasta experiência na assistência à infância desvalida, intimamente relacionada à educação e à instrução populares. Se a grande questão do Império brasileiro repousou na ilustração do povo, sob a perspectiva da formação da força de trabalho, da colonização do país e da contenção das massas desvalidas, no período republicano a tônica centrou-se na identificação e no estudo das categorias necessitadas de proteção e reforma, visando ao melhor aparelhamento institucional capaz de “salvar” a infância brasileira no século XX. Os debates tomaram conta do cenário da assistência à infância no Brasil, escorados na meta da construção da nação republicana, e subsidiados pelas resoluções dos congressos internacionais sobre assistência social, médico-higienista e jurídica à já consolidada categoria dos *menores*.

A partir da ampla categoria de *menor abandonado*, definida tanto pela ausência dos pais quanto pela incapacidade da família de oferecer condições apropriadas de vida à sua prole, uma série de subcategorias foi criada ao longo do século XX pelos órgãos oficiais de assistência. Trata-se de um período de forte presença do Estado no planejamento e na implementação das políticas de atendimento ao *menor*.²⁷⁸

Sessa forma, nota-se que a construção da imagem da infância como o futuro da nação fez com que se tornasse necessária a criação de mecanismos para a proteção da criança e o seu encaminhamento moral e social para a ordem e o trabalho. Assim, a família, enquanto instituição primária, bem como as escolas e os espaços de privação de liberdade e internação de menores foram pensados visando estes objetivos. A família e as escolas tiveram as suas funções e características articuladas nesta direção, e os espaços de privação foram construídos. Grande parte desse movimento se deveu às cobranças populares por leis adequadas para a assistência e proteção da infância, o que logrou a “criação, no Rio de Janeiro, do primeiro Juízo de Menores do país e na aprovação do Código de Menores em 1927, idealizado por Mello Mattos”.²⁷⁹ A partir de então, novas diretrizes foram adotadas pelo Estado visando a vigilância, intervenção e regulamentação dos menores abandonados, muitos dos quais que se prostituíam ou eram explorados.

²⁷⁷ RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

²⁷⁸ Ibidem, pp. 28-29. Grifos das autoras.

²⁷⁹ Ibidem, p. 29.

Ao pensarem no novo modelo que a família brasileira deveria ter no início do século, médicos, higienistas e juristas estabeleceram tal instituição como a “base da nação”, meio no qual floresceria a infância através do que Jurandir Freire Costa definiu como uma construção social. Para ele, ao estudar a maneira como a medicina penetrou no espaço privado das famílias e criou uma nova norma ao longo dos períodos colonial e imperial no Brasil²⁸⁰, a criança existia em uma posição meramente secundária e quase irrelevante. Todavia, conforme o sistema de controle se sofisticava, a criança, que era vista no ideário católico colonial como um simples resultado da prática da luxúria pelos adultos, entre os quais não havia nenhuma relação familiar ou de afeto, ascendeu socialmente como um novo projeto e ganhou uma nova posição.

A configuração familiar elaborada no início do período republicano, uma instituição de controle baseada na preservação da honra, da moral, da sexualidade “normal” e dos comportamentos “saudáveis” que colaborassem com a construção da nação, foi um empreendimento levado a cabo por médicos, juristas e pedagogos dedicados a regularizar os afetos, o cotidiano, as condutas e a vida privada das pessoas. De acordo com Costa,

No Brasil, a higienização da família progrediu em relação direta com o desenvolvimento urbano. Historicamente este processo foi mais perceptível no Rio de Janeiro, por razões evidentes. Os encargos populacionais, econômicos, políticos, militares e sociais de sede do Governo exigiram uma modernização mais acelerada do Rio. Como consequência, foi exigido de seus habitantes todo o cortejo de mudanças descritas como efeitos da urbanização: secularização dos costumes, racionalização das condutas, funcionalidade nas relações pessoais, maior esfriamento das relações afetivas interpessoais, etc.²⁸¹

Todavia, embora os médicos higienistas atuassem como um dos principais dispositivos de controle e de encaminhamento das instituições visando converter as famílias e os sujeitos “à nova ordem urbana, [...] estranha ao antigo modo de viver colonial”²⁸², a problemática presença dos menores que fugiam de casa ou eram expulsos e tinham nas ruas uma vida de confronto com a lei – fosse por meio da prostituição ou de algum outro tipo de contravenção –, se prolongou por todo o período no qual se estende esta pesquisa. Os conflitos entre os menores e suas famílias ou entre aqueles e o Estado podem ser percebidos em situações como a que foi noticiada no dia 23 de agosto de 1899 pelo jornal *O Paiz* e que reproduzo a seguir:

²⁸⁰ COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. (Biblioteca de Filosofia e história das ciências; v. n. 5)

²⁸¹ Ibidem, p. 35.

²⁸² Ibidem, p. 36.

MÁO FILHO!

Ao passar proximo a estação da Estrada de Ferro Central do Brazil, à meia-noite de ante-hontem, Fortunata Maria da Conceição, encontrou, em plena vagabundagem, seu filho menor João Pereira da Silva.

Agarrando-o por um braço para o levar consigo, Fortunata o repreendeu severamente pelo seu máo procedimento; mas o pequeno com um repellão, conseguiu libertar-se e, brandindo uma navalha, avançou contra sua propria mãe, para feri-la. Algumas pessoas presentes acudiram com presteza, impedindo que o perverso praticasse o crime.

Comparecendo a Policia, João Pereira foi recolhido ao xadrez do 8ª Delegacia Urbana.²⁸³

A história do menino João, que sai de casa para estar nas ruas da cidade em meio à “vagabundagem” quando é encontrado por sua mãe, Fortunata, é ilustrativa do descontentamento que grassava entre a população pobre resultante dos esforços de normatização e controle empregados pelo Estado e seus agentes médicos, policiais e juristas sobre os corpos e comportamentos. Tais esforços alteravam as configurações das famílias que, por sua vez, se tornavam iguais dispositivos de controle dos menores, quer se prostituíssem ou não. A regra era a manutenção da ordem, da moral e a preservação da nação, e por isso todos que estivessem infringindo as leis e normas necessitavam de disciplina. Importante lembrar ainda, como será falado no próximo capítulo, que a região da Estação Ferroviária Central do Brasil desde fins do século XIX, mas principalmente após a década de 1920, era um conhecido local de “vagabundagem” e do exercício da prostituição masculina. Embora não fique claro se João Pereira era um “bagaxa”, ele era frequentador de ao menos um espaço de prostituição na cidade.

Jurandir Freire Costa, recorrendo à Foucault, fala da existência destes “pequenos poderes”, a que chamo instituições (ou dispositivos) de controle, que atuam nas sociedades ocidentais por meio de distintos agentes incumbidos de criar “padrões de comportamento social” em termos “*legais e normativos*”.²⁸⁴ Ele então propõe uma diferenciação entre a ordem da lei e a ordem da norma segundo a qual a primeira se estabeleceria por meio de poderes, agentes e instituições de forma coercitiva e punitiva, “impondo barreiras”:

Seu mecanismo fundamental é o da repressão. A lei é teoricamente fundada na concepção “jurídico-discursiva” do poder e histórico-politicamente criada pelo Estado medieval e clássico.²⁸⁵

²⁸³ “Máo filho!” In: *O Paiz*, ano XV, n. 5435, 23 de agosto de 1899, p. 2. BNRJ.

²⁸⁴ COSTA, Op. Cit., 1983, p. 49. Grifos do autor.

²⁸⁵ Ibidem, Op. Cit.

A ordem normativa, por outro lado, tem suas bases políticas e históricas nos Estados modernos e pode ser percebida pelo que Costa chama de “dispositivos”, que seriam práticas discursivas ou não-discursivas que, em conjunto, atuam à margem da lei “empregando uma tecnologia de sujeição própria”. Tais práticas discursivas compõem-se de técnicas de dominação e controle, criadas a partir de enunciados jurídicos, médicos, filosóficos, científicos, políticos etc. Ao largo passariam as práticas não-discursivas, “instrumentos que materializam o dispositivo” por meio de ações físicas e diretas de controle dos corpos, por exemplo.²⁸⁶

Da combinação destes discursos teóricos e destas regras de ação prática o dispositivo extrai seu poder normalizador. A lei, através da repressão, busca principalmente negar, desqualificar, obstruir a via de acesso do indesejável. A norma, embora possa incluir em sua tática o momento repressivo, visa prioritariamente a prevenir o virtual, produzindo fatos novos. A regulação é o mecanismo de controle que estimula, incentiva, diversifica, extrai, majora ou exalta comportamentos e sentimentos até então inexistentes ou imperceptíveis. Pela regulação os indivíduos são adaptados à ordem do poder não apenas pela abolição das condutas inaceitáveis, mas, sobretudo, pela produção de novas características corporais, sentimentais e sociais.²⁸⁷

Dessa forma, a lei se estrutura baseada na repressão e na punição, e a norma, que pode vir a ser repressiva, visa a regulação, a normalização e a estabilização dos fatos. Enquanto a polícia e os juristas agiam em nome da lei, os médicos e a família faziam valer a norma. Percebo igualmente que o conceito de “dispositivos” empregado por Costa assemelha-se muito ao conceito de “instituição de controle” que aqui utilizo, haja vista o encaminhamento prático que decorre da aplicação de ambos. Ainda segundo Foucault, Costa aponta o século XIX como o início da tomada do espaço da lei pelos mecanismos e tecnologias de normatização. “O Estado moderno”, ele escreve, “procurou implantar seus interesses servindo-se, predominantemente, dos equipamentos de normalização, que são sempre inventados para solucionar urgências políticas”.²⁸⁸

Como visto na história de Bembem, no início deste capítulo, o menino ultrapassou os limites da norma ao ter a sua homossexualidade descoberta, o que pôs em risco a honra e a moral da família sendo, portanto, expulso de casa por seus tios. Nas ruas, passou a questionar e confrontar a lei e os seus agentes, como no caso da atuação policial. Em casa, a instituição

²⁸⁶ Ibidem, Op. Cit.

²⁸⁷ Ibidem, Op. Cit.

²⁸⁸ Ibidem, pp. 50-51.

familiar, enquanto dispositivo de controle e norma, continuou a ser regulada pelos médicos e juristas, preocupados com a manutenção da ordem social burguesa e industrial que fundamentava as bases políticas de constituição da nação republicana.

Como pode-se observar em Jacques Donzelot²⁸⁹, foi no Estado moderno que o pensamento religioso deu lugar ao pensamento médico e a função social da família passou a ser configurada com finalidades políticas específicas, e suas estruturas privadas/internas necessitaram ser moldadas visando a vida pública/externa – a construção da nação, a disciplina intelectual e moral e a disciplina dos corpos, o aperfeiçoamento e a preservação da infância e a regulação do sexo. As crianças eram o seu principal alvo, mas as pessoas adultas, como os homens homossexuais, não passavam incólumes às investidas normativas empregadas pelo controle familiar.

De forma crítica, Donzelot aponta que era com a questão familiar que os conservadores mais se identificavam, propondo sempre uma restauração da antiga ordem liberal estabelecida de forma a garantir a ética e a moral burguesas. A família burguesa devia ser preservada e a sua definição foi mantida pelo direito civil republicano no Brasil.²⁹⁰ Por fim ele sugere que as transformações ocorridas na família se deram a partir dos costumes e da organização do cotidiano, baseadas nas intervenções jurídicas e médicas. O modelo familiar do Antigo Regime teria se perpetuado no sentimento moderno de família burguesa que se verifica no período republicano no Rio de Janeiro. Por conta de objetivos políticos, a moral burguesa das famílias das classes altas teria se tornado um valor universal, adotado inclusive pelas famílias pobres, onde a lógica principal era a constituição de indivíduos moralmente saudáveis e úteis para a nação. Sobre estas afirmações de Donzelot, Costa argumenta que:

Donzelot mostra como a família teve um destino político semelhante. O Estado moderno, voltado para o desenvolvimento industrial, tinha necessidade de um controle demográfico e político da população adequado àquela finalidade. Esse controle, exercido junto às famílias, buscava disciplinar a prática anárquica da concepção e dos cuidados físicos dos filhos, além de, no caso dos pobres, prevenir as perigosas consequências políticas da miséria e do pauperismo. No entanto, não podia lesar as liberdades individuais, sustentáculo da ideologia liberal. Criam-se, assim, dois tipos de intervenção normativa que, defendendo a saúde física e moral das famílias, executavam a política do Estado em nome dos direitos do homem.²⁹¹

²⁸⁹ DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Tradução: M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980. (Biblioteca de Filosofia e história das ciências; v. n. 9)

²⁹⁰ CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Tradução: Elizabeth de Avelar Solano Martins. 1 reimpressão. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005.

²⁹¹ COSTA, Op. Cit., 1983, p. 51.

Seguindo a linha de Donzelot, Costa escreve que uma das intervenções do Estado para normatizar e policiar as famílias deu-se pela medicina em âmbito doméstico, e a segunda, especificamente direcionada às famílias pobres, realizou-se através de “campanhas de moralização e higiene da coletividade”.²⁹² Donzelot mostra que a ascensão do social não provocou em si uma crise da família, mas antes o avanço político deste dispositivo a partir das mesmas causas. A família como instituição se destacou do lugar doméstico e privado que ocupara até então e no tocante ao disciplinamento e controle das crianças passou a tomar o que era produzido de maneira abundante na literatura médica desde o século XVIII:

Entre as últimas décadas do século XVIII e o fim do século XIX os médicos elaboraram para as famílias burguesas uma série de livros sobre a criação, a educação, e a medicação das crianças. Depois dos clássicos do século XVIII, os Tissot, os Buchan, os Raulin, vemos aparecer uma série contínua de publicações sobre a arte de cuidar de crianças na primeira infância como também guias e dicionários de higiene para uso das famílias [...].

No século XIX os textos médicos dirigidos às famílias mudam de tom e se limitam a conselhos imperativos. Isso, por duas razões, sem dúvida convergentes. Após Lavoisier, a concepção maquinística do corpo não se sustenta mais; com ela desaparece a congruência perfeita entre doutrina médica e moral educativa. Os médicos não dispõem mais de um discurso homogêneo, mas sim, de um saber em pleno movimento e são levados a separar taticamente o registro dos preceitos sobre a higiene do registro da difusão de um saber. [...] A instauração do médico de família, essa implantação direta do médico na molécula familiar, constituiu o melhor meio de sustar as tentações dos charlatães e dos médicos não qualificados. E, no interior mesmo da família, a aliança privilegiada entre o médico e a mãe terá por função reproduzir a distância, de origem hospitalar, entre o homem de saber e o nível de execução dos preceitos, atribuído à mulher.²⁹³

De tal maneira enraizaram-se os discursos de conservação e disciplinamento das crianças que é clara, em minha leitura das fontes, a conexão entre o registro médico e o registro social das famílias. A família, que no Antigo Regime apresentava-se como sujeito e objeto do Estado, passa a se inscrever como uma instituição ou dispositivo de controle baseado na formação de solidariedade. Ela “constitui, portanto, um plexus de relações de dependência indissociavelmente privadas e públicas”²⁹⁴, responsável junto a outros dispositivos pela moralização e normalização social.

Sueann Caulfield, por outro lado, ao estudar crimes sexuais no início do século XX na cidade do Rio de Janeiro para entender a construção da moral familiar e da honra sexual através das disputas em torno do gênero feminino nas concepções de juristas, advogados, médicos, autoridades políticas, policiais e pessoas comuns envolvidas nestes casos, concluiu

²⁹² Ibidem, pp. 51-52.

²⁹³ DONZELOT, Op. Cit., pp. 17-23.

²⁹⁴ Ibidem, p. 45.

que a família brasileira foi se tornando a melhor metáfora da ordem social.²⁹⁵ “As autoridades públicas”, segundo ela, após exaustivas discussões e reelaborações dos códigos civil e penal, passaram a conceber a família como “a base da nação e um espaço social que produziria uma força de trabalho dedicada, honesta e disciplinada”.²⁹⁶ A família enquanto instituição patriarcal foi “modernizada” baseada na manutenção do conceito de honra das relações de gênero que lhe davam sustento²⁹⁷ e se tornou, juntamente e em decorrência da função parental do Estado, uma autoridade política na sociedade.²⁹⁸

Mas de que forma todas estas novas configurações e este novo modelo familiar pautado no controle e disciplinamento se relacionam com a questão do homoerotismo e da prostituição e exploração sexual de meninos? Bembem foi rejeitado por sua família; João Pereira preferiu a “vagabundagem” à normatização do lar; Zazá afirmou, diversas vezes em seu relato, sentir-se mais “confortável e livre” entre os seus amigos. Da mesma maneira, nem sempre as instituições realizavam o fim a que se prestavam, como no caso dos colégios e internatos, cujo objetivo era a educação dos corpos e mentes dos jovens, mas que colaboravam com a constância das práticas homoeróticas em seus espaços internos. O mesmo se dava com as famílias quando não exerciam a sua função de controle e “instigavam a perversão dos instintos” mediante o abuso e a exploração sexual dos meninos, como no caso dos garotos contratados como copeiros, problemática já relatada por Ferraz de Macedo em meados do século XIX²⁹⁹ e que pode ser acessada na história do menor José Edmundo, em 1891.

De acordo com o processo datado de abril de 1891³⁰⁰, o menino José Edmundo, então com 12 anos, natural da cidade do Rio de Janeiro, órfão de pai e filho de Marcia Alves

²⁹⁵ CAULFIELD, Op. Cit., 2005, p. 20.

²⁹⁶ Ibidem, p. 54.

²⁹⁷ Ibidem, p. 70. Sobre a ideologia senhorial, o patriarcalismo, o pátrio poder, a formação patriarcal da família brasileira, o modelo de família extensa desenvolvido no Brasil ao longo dos períodos colonial e imperial e as mudanças ocorridas nele, ver também: FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Editora Global, 2013; FREYRE, Gilberto. *Modos de homem & modas de mulher*. São Paulo: Global, 2009.

²⁹⁸ Para um estudo aprofundado sobre esta questão, ver: NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Ideias Jurídicas e Autoridade na Família*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007. Neste trabalho, os autores vão além da análise da constituição do pensamento político e das trocas ideológicas ocorridas na Europa e no Brasil entre os séculos XVIII e XX. Buscando entender as reformas ideológicas e políticas da legislação no direito de família, em sua autoridade e nas funções do Estado, o livro se desenvolve a partir do estudo das posições dos juristas tomistas Augusto Teixeira de Freitas e José Tomás Nabuco de Araújo, sendo as ideias do primeiro identificadas como ultramontanistas e do último como um “catolicismo ilustrado”. Por fim, Neder e Cerqueira Filho apontam que o debate acerca do casamento civil no Brasil, na ótica daqueles juristas, estaria inscrito no debate europeu do direito canônico em contraste com o código napoleônico, ou seja, o estabelecimento do casamento como contrato – e o que fica claro são as articulações entre cultura religiosa e cultura política no ordenamento e definição de uma nova lógica familiar.

²⁹⁹ FERRAZ DE MACEDO, Op. Cit., p. 112.

³⁰⁰ Caso MV. O. PCR. 18, 14ª Pretoria do Rio de Janeiro, Freguesia de Inhaúma, ANRJ, Rio de Janeiro.

de Araujo, fugira de sua casa em novembro do ano anterior e começou a trabalhar como copeiro em janeiro na casa de Antônio Francisco Vieira Rodrigues (casado, com 57 anos e natural do Rio Grande do Sul), localizada em Cascadura, onde teria sofrido abusos e “offensas físicas” do patrão, que trabalhava no jornal *Gazetta de Notícias*. Consta no inquérito que José decidira fugir de casa junto com alguns amigos para morar nas ruas, e logo em seguida passou a morar e trabalhar como copeiro na casa de Antônio Rodrigues, conhecido como “Santos”, dormindo em um quarto contínuo à sala de jantar. Mesmo sendo casado, o dito “Santos” dormia no mesmo quarto que o menino, e ali teria obrigado José a praticar

[...] actos immoraes ferindo-o no annus mais de três vezes, à noite, isto é sendo em noites diferentes sendo certo que Santos quando ia a cama delle declarante o forçava tampando-lhe a boca de forma que o declarante ficava impossibilitado de gritar [...].³⁰¹

José abandonou o trabalho e a casa de “Santos” ainda em janeiro, no dia 28, e buscou ajuda em seu irmão mais velho, Antonio Alves de Araujo, natural de Portugal, padeiro, solteiro e com 18 anos de idade. Os dois recorreram à mãe e se encaminharam no dia 30 daquele mês para a Primeira Delegacia de Polícia da Capital Federal, na época sob a supervisão de Arthur A. Herédia de Sá como Primeiro Delegado. Ao ser inquirido sobre a demora em denunciar o ocorrido, José Edmundo declarou que não procurou ajuda imediatamente após a primeira ofensa por ter medo de voltar para a casa de sua mãe e da reação que esta teria sabendo que a honra de seu filho estava manchada. Isto registrado, o menor logo foi encaminhado para a realização do exame de corpo de delito e os médicos peritos Augusto Daniel de Araujo Lima e Luiz Miguel Benfassa emitiram o seu laudo:

[...] o menor José Edmundo, de nacionalidade brasileira tem doze annos de idade e é de temperamento symphatico e constituição regular. Apresenta dilatação anormal do orificio do annus acompanhada de destruição de algumas pregas do mesmo, em cuja margem observão-se [deformações] syphyliticas.³⁰²

Para os médicos-legistas, testemunhas e policiais, não havia dúvidas: o menor José Edmundo mantivera relação sexual com “Santos”. Contudo, alguns fatos de seu relato suscitaram dúvidas sobre o que de fato havia ocorrido entre os dois, e as autoridades

³⁰¹ Página 2 do processo.

³⁰² Páginas 3 e 4 do processo. Não foi possível identificar, na fonte, a palavra utilizada em referência a presença de marcas da sífilis na região do ânus de José Edmundo, portanto emprego o termo “deformações” a partir das palavras que eram utilizadas no próprio discurso médico elaborado na época.

questionaram a total veracidade da história contada pelo menor. Por exemplo: o que o teria levado inicialmente a fugir de casa além da ideia combinada entre os amigos? O que ele buscava nas ruas, espaço de desordem e “vagabundagem”? Seria o medo da reação materna a única e verdadeira justificativa do menino para não buscar ajuda logo após a primeira ofensa, esperando outras duas investidas de seu patrão para que tomasse coragem de contar o que estava acontecendo, ou seria ele um “invertido” (como na definição proposta posteriormente pelo médico Pires de Almeida) a se aproveitar da “perversão sexual” de “Santos”? Teriam as marcas da sífilis em seu corpo surgido após o abuso cometido por seu patrão ou teriam sido adquiridas pelo garoto exercendo o “serviço vil da prostituição” antes de ser contratado como copeiro? Era irrefutável, para eles, que o menor e Antonio Rodrigues tivessem mantido relações sexuais, o que abalou a sua honra sexual e a moral de sua família. Mas seria José Edmundo totalmente inocente? A partir destes questionamentos, foi necessária a abertura do processo e o recolhimento do depoimento das testemunhas.

Antônio Francisco Vieira Rodrigues, o “Santos”, foi ouvido na condição de réu (mesmo com as dúvidas sobre a veracidade da história de José Edmundo) ainda na Primeira Delegacia, no dia 31 de janeiro de 1891. Segundo ele, o menor teria aparecido em sua casa procurando emprego há cerca de quatorze dias, ao que teria sido contratado para receber quatro mil réis mensais. Ele negou ter forçado o menino a cometer tais práticas imorais de que era acusado, alegando não ser dado ao “vício da pederastia” (sic) e só ter ido à cama de José uma noite, para ver como ele estava, e que mesmo assim nada acontecera entre os dois. O segundo a ser ouvido foi o irmão do menor, José Antonio Alves de Araujo, no dia 05 de fevereiro. Morador da Ladeira do Faria, n. 3, ele informou que procurou o seu irmão durante os dois meses em que ele esteve fugido, juntamente a Maximiano das Chagas Soares, seu amigo. Neste período, não obtivera qualquer informação sobre o seu paradeiro ou a vida que estaria levando nas ruas até tê-lo encontrado em 27 ou 28 de janeiro – ele não informou a data com exatidão.

Marcia Alves de Araujo Corrêa Nunes, natural da Paraíba do Norte com 44 anos, viúva e prestadora de serviços domésticos, moradora da Ladeira do Faria, n. 4 e mãe de José Edmundo foi a terceira testemunha a falar, no dia 06 de fevereiro. De acordo com o seu relato, José fora encontrado por seu irmão, Antonio, na Estação de trem de São Diogo, à uma hora da tarde do dia 28 de janeiro. Contudo, diferentemente do que fora alegado pelo menino, segundo o qual ele teria ido buscar ajuda familiar por livre e espontânea vontade e por não aguentar mais as “ofensas imorais” que vinha sofrendo na casa de “Santos”, Marcia Alves contou que, na realidade, quem o encontrou foi Maximiano, o amigo de seu filho mais velho.

Maximiano tinha vinte e oito anos, era solteiro, morador da Rua do General Camarão, n. 157, e empregado do Theatro Chenise Dramatica; estava incumbido de encontrar o menor a pedido da mãe do garoto junto com Antonio Alves, e por dois meses, após procurá-lo numa casa no bairro de Todos os Santos, onde antes de sumir vendia balas, achou-o na Estação de São Diogo. Segundo Maximiano, José encontrava-se com um embrulho que deveria levar para Cascadura, onde trabalhava na casa de “Santos”, e nada lhe falou sobre qualquer ofensa – história que só foi contada quando Maximiano levou-o e entregou-o a seu irmão Antonio, na própria Estação.

As autoridades policiais da Primeira Delegacia perceberam a existência de uma discordância entre o depoimento do menor e os depoimentos das testemunhas sobre o encontro de José Edmundo com o seu irmão e sobre quais seriam os reais motivos por trás dele. Em sua fala, ele teria ido buscar ajuda por não aguentar mais as “ofensas à sua honra”; no relato de seus parentes, ele teria sido encontrado carregando uma encomenda de seu patrão, voltando para a casa deste, e somente depois falou sobre o que sofrera. Isto serviu para aumentar ainda mais as dúvidas acerca da autenticidade da história e da moral do menino, já questionadas por conta de outras incongruências em sua narrativa como mostrado acima. Sua situação e as dúvidas acerca de sua história se agravavam quando lembramos que naquele período, por mais que as concepções de infância e menoridade já estivessem jurídica e socialmente melhor delineadas, muito ainda se debatia, no discurso religioso, sobre a alma pecadora e errática das crianças, capaz de ser influenciada e ter a sua essência alterada pelos males do mundo.³⁰³

Devido a tantas contradições, o caso de José Edmundo foi encaminhado para a 14ª Pretoria em março de 1891, onde o Delegado Comissário João Gomes de Oliveira deu início ao inquérito em 10 de abril daquele ano. Prestaram depoimento, na condição de testemunhas, Balthazar Odorico Mendes Nunes, Francisco Leal e Antônio Alves, irmão do menor. O desfecho desse caso se deu em 14 de abril daquele ano quando Antonio Francisco, o “Santos”, foi intimado à Pretoria, onde foi enquadrado no Artigo 266 do Código Penal de 1890 e recebeu, conforme informa o escrivão Rodrigo Ramos, a punição com a pena máxima deste artigo, ou seja, prisão celular por seis anos. Ele ainda teria, como justificativa para tal sentença, o agravante de estar enquadrado nos parágrafos 1, 4 e 9 do Artigo 39 e os parágrafos 1 e 3 do Artigo 41, cujo texto no Código dizia:

³⁰³ MONTEIRO, Alex Silva. *A Heresia dos anjos: a infância na Inquisição portuguesa nos séculos XVI, XVII e XVIII*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2005.

TITULO IV - Das circunstancias agravantes e attenuantes [...]

Art. 39. São circunstancias agravantes:

§ 1º Ter o delinquente procurado a noite, ou o logar ermo, para mais facilmente perpetrar o crime; [...]

§ 4º Ter o delinquente sido impellido por motivo reprovado ou frivolo; [...]

§ 9º Ter sido o crime commettido contra ascendente, descendente, conjuge, irmão, mestre, discipulo, tutor, tutelado, amo, domestico, ou de qualquer maneira legitimo superior ou inferior do agente; [...]

Art. 41. Também se julgarão aggravados os crimes:

§ 1º Quando, além do mal do crime, resultar outro ao offendido ou a pessoa de sua familia; [...]

§ 3º Quando o mal do crime for augmentado, ou por circunstancia extraordinaria de ignominia, ou pela natureza irreparavel do damno.³⁰⁴

O Artigo 266, integrante do Livro II do Código (“Dos crimes em espécie”), no Capítulo I (“Da Violência Carnal”), por sua vez tratava contra os atentados ao pudor de um ou outro sexo, fosse através de violência ou ameaça, buscando a saciedade de “paixões lascivas ou por depravação moral”. Na mesma pena incorria o indivíduo que corrompesse “pessoa de menos idade, praticando com ela ou contra ela atos de libidinagem”.³⁰⁵ Dessa forma, com os agravantes acima citados, vê-se como funcionavam e se articulavam de maneira conjunta a instituição familiar e a instituição policial na perseguição, criminalização e punição das práticas homoeróticas visando o progresso da sociedade carioca numa ordem disciplinar. “Santos” foi considerado culpado. Sua honra sexual foi descortinada e sem dúvida sofreu alguma sanção em sua casa por ferir a moral de sua família. Mas o menino José Edmundo não escapou da mácula de ter se envolvido com outro homem.

Diferentemente do que ocorria com as meninas e mulheres que tinham a sua honra e moral feridas e questionadas em “crimes de defloração” como os que compõem o estudo de Caulfield, onde “muitos dos acusados eram liberados antes mesmo de serem processados ou eram absolvidos nos julgamentos”³⁰⁶, quando se tratava de um abuso ou defloração sexual em uma relação homoerótica a situação era socialmente majorada tanto para o ofensor quanto para o ofendido. Como venho apontando ao longo deste texto, os homossexuais no início da República eram vistos como “doentes”, “pervertidos” e “invertidos”. Eram corpos fora da norma social, que questionavam a moral, a ordem e a disciplina imposta pelas instituições, e tudo isso fazia com que tais crimes fossem analisados com maior atenção e critério e os

³⁰⁴ BRASIL, Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. *Código Penal dos Estados Unidos do Brazil de 1890*. - Localização: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>>

³⁰⁵ Ibidem.

³⁰⁶ CAULFIELD, Op. Cit., 2005, p. 24.

resultados de tais processos eram mais danosos, em termos de execração social, para estes indivíduos do que nos crimes sexuais de abuso e defloração que envolvessem um homem e uma mulher, sendo ela considerada honesta ou desonesta.³⁰⁷ Nestes casos, as relações entre os gêneros envolvidos, mesmo que configurassem crimes, não atentavam contra a “natureza humana”, a higiene, a saúde e a ordem social por respeitarem o binarismo no qual a sociedade se construía e baseava sua disciplina.

É possível inferir que tanto “Santos” quanto o menino José Edmundo tiveram as suas vidas modificadas a partir de então, haja vista que aquele acontecimento seria decisivo para definir o modo como as suas famílias e a sociedade olhariam para eles e o tratamento que os dispensariam. A masculinidade precisava ser continuamente protegida e reforçada de acordo com padrões fixos, e esta “prática de depravação moral” desconstruía toda a lógica por trás da elaboração da construção dos gêneros. Não restam dúvidas de que a performance sexual como “macho-ativo” nas relações homoeróticas era um atenuante social, como ainda é, pela aproximação que se faz do indivíduo com a atuação dos homens heterossexuais, mas isto não significa afirmar que “Santos” não passou pelo mesmo processo de marginalização que outros homossexuais e homens envolvidos com práticas homoeróticas.

José Edmundo, porém, carregava a chaga de ter sido o ofendido, o “menino que foi penetrado por outro homem”, o que sistematicamente levava à sua classificação social na categoria da passividade sexual. Dessa forma, ele não era um mero “pervertido” que teve a sua honra abalada, mas um “invertido” sem moral que precisava de tratamento, um “doente” que poderia ter provocado o patrão com suas “paixões lascivas” levando-o ao cometimento de “práticas imorais e viciosas”. Isto fazia dele um problema que a sociedade necessitava reparar. Por isso, nem sempre os meninos que sofriam abusos, deflorações ou eram sexualmente explorados eram vistos como vítimas; podiam sair de tais situações considerados tão culpados quanto os seus agressores e exploradores.

Assim, na história de José Edmundo e Antonio Francisco, nota-se como a família, a polícia e a ordem jurídica atuaram de maneira conjunta exercendo as suas funções como instituições e dispositivos de controle das práticas homoeróticas entre os meninos. Mas o que ocorria quando tais práticas partiam destas mesmas instituições? Qual era o resultado em parâmetros sociais quando a autoridade proporcionada por estes dispositivos servia aos indivíduos para a cooptação, exploração e o abuso de menores? Como era encarada e

³⁰⁷ As categorias de “honestidade” e “desonestidade” usadas para classificar as mulheres naquele período eram produto de fervorosos debates sobre a honra sexual e passaram por diversas definições entre os juristas. Este estudo faz parte do trabalho de CAULFIELD, Op. Cit., 2005.

resolvida esta situação dentro das instituições, pelas autoridades e pela sociedade em geral, já que se configurava numa descaracterização dos fins mesmos de tais dispositivos? É o que Figari apresenta com uma ocorrência em que um policial “aproveitava-se de menores que perambulavam pelas ruas ou exerciam a prostituição, para satisfazer seus desejos homoeróticos”.³⁰⁸ Como ele relata,

Na manhã de 16 de fevereiro de 1925, às 6h30, foi detido, pelo guarda-jardim do Campo de Santana, o soldado 189 da 1ª Companhia do Batalhão da Polícia Militar: “Encontrado na cascata existente naquele campo praticando atos imoralíssimos com o menor Mário de Avelar, de 14 anos de idade, residente em Niteroy. Avelar deixava claro que ‘só acompanhou o soldado 189 e lhe masturbou prodigalizando gozos, devido ao receio que tinha de ser recolhido ao xadrez por seu algoz, caso não lhe quizesse atender aos seus desejos bestiais’”.³⁰⁹

As práticas homoeróticas existiam, portanto, de maneira consentida ou não, entre homens adultos ou entre estes e meninos “menores de idade”, e se davam inclusive dentro e a partir das instituições que, na teoria, deveriam trabalhar pelo seu fim ou controle. Contudo, apesar de conseguir atenuantes nas punições devido à autoridade e o poder que estar inserido dentro de uma instituição responsável pela disciplina da sociedade proporcionava, como no caso da polícia, o indivíduo que fosse descoberto envolvido em práticas homoeróticas não somente era hostilizado pela sociedade, mas poderia ser ainda mais hostilizado justamente por ocupar o cargo no qual estava, além de poder perdê-lo.

A história que Figari conta é ilustrativa deste ponto, e igualmente útil para mostrar como, naquele período, os meninos envolvidos com o universo do homoerotismo e da prostituição masculina poderiam não ser considerados vilões em totalidade. Mas é inegável como a partir da visão médica eram definidos como “seres desregrados”, com “constituição fisiológica própria”.³¹⁰ Outrossim, o discurso religioso oriundo do período colonial que sustentou a formação da família extensa permaneceu definindo aspectos e contornos da família burguesa na República, determinando o papel que cada membro deveria cumprir e consolidando comportamentos julgados morais, honrosos e dignos de acordo com os padrões cristãos do que era certo/bom ou errado/mau para a alma do indivíduo.

Os debates religiosos acerca da alma das crianças e dos jovens precederam os debates que definiram os seus contornos jurídicos. Alex Silva Monteiro, ao estudar a mentalidade social do Antigo Regime em Portugal e no Brasil colonial entre os séculos XVI e

³⁰⁸ FIGARI, Op. Cit., p. 307.

³⁰⁹ Ocorrências, 14ª DP, Livro 6596, 16/02/1925. Apud: FIGARI, Op. Cit., p. 307 e p. 548 (nota 60).

³¹⁰ FIGARI, Op. Cit., p. 270.

XVIII a respeito da infância e da tolerância sócio religiosa com as crianças e jovens que se colocassem em confronto ou cometessem erros com os dogmas da fé católica, fala sobre a formação das idades da vida do homem (aqui o gênero masculino é empregado pelo autor como referência a humanidade em sua totalidade) a partir da determinação da Igreja Católica dos sete anos como “idade teológica da razão” através do *Código de Direito Canônico*.³¹¹ De acordo com ele, até esta idade os pequeninos eram vistos como “inocentes”, seres “puros” e “ingênuos” que não tinham a capacidade de pecar, o que mudaria a partir de então, tornando o indivíduo capaz de receber as devidas penitências. Tal pensamento permaneceu influente na sociedade industrial e na formação da família burguesa no período analisado, colaborando com a definição das bases utilizadas por estes dispositivos para controlar a sexualidade das crianças e jovens.

Buscando fundamentar o seu argumento, Monteiro recorre a Jean Gerson, um teólogo e moralista do século XV que estudou o comportamento e as atitudes sexuais das crianças para ajudar os confessores na tentativa de incutir nos menores entre 10 e 12 anos de idade o sentimento de culpa de que precisava a Igreja para impedir que cometessem transgressões à fé. Gerson fora lido pelos religiosos jansenistas portugueses no século XVIII, que se apropriaram de suas ideias em seus dogmas morais e na elaboração de suas regras disciplinares ao ponto de dotá-las de contornos políticos socialmente influentes no Brasil. Ele escreve:

Para [Gerson], a criança não era originalmente consciente de sua culpa, pois pensava, erroneamente, que fossem permitidas práticas pecaminosas, como a masturbação, o que tanto preocupava o teólogo, uma vez que tal “molície” beirava a sodomia. Mas tais desvios seriam frutos da corrupção original e deviam ser combatidos pela Igreja e, neste combate, a educação catequética, empreendida pelos confessores, seria fundamental. Outra arma contra tais pecados, cometidos pela criança, seriam os sacramentos.³¹²

Vê-se, conseqüentemente, que as práticas consideradas homoeróticas entre os meninos já era uma preocupação da Igreja desde o século XV e permaneceu suscitando discussões, já nas primeiras décadas do século XX, a respeito de como a sociedade poderia controlar o avanço deste mal entre as mentes e corpos que seriam o futuro da nação. Afinal, ainda não era concebível a ideia de uma “inocência infantil”.

³¹¹ MONTEIRO, Op. Cit., p. 41. Grifos do autor.

³¹² Ibidem, p. 41.

Outro autor que escreveu sobre a sexualidade infantil e sua elaboração a partir do discurso religioso, debruçando-se igualmente sobre a obra de Jean Gerson, foi Philippe Ariès. Ele escreve que tal ideia de uma semi inocência entre os pequenos lhe parece “viciosa ou ingênua”³¹³, o que ele conclui remontando às representações temáticas dos séculos XV e XVI de crianças urinando ou mamando no seio de suas mães, indicando “um interesse novo e especial”.³¹⁴ Da mesma forma, ele fala que os adultos não tinham muitas regras definidas na Época Moderna que determinassem o que era permitido e o que era proibido em termos de contato físico com as crianças e menores, o que poderia ganhar conotações sexuais.³¹⁵ Isso acontecia pois acreditava-se que os menores fossem alheios à sexualidade e aos desejos, o que neutralizaria a especificidade sexual de alguns gestos, e igualmente porque o sentimento recorrente era de que as ações e referências sexuais não poderiam “macular a inocência infantil”, mesmo porque, na verdade, “não se acreditava que essa inocência realmente existisse”.³¹⁶ Ao falar sobre esta temática, Ariès cita Gerson como o principal representante destas ideias, capazes de modificar as disciplinas tradicionais das escolas.

Ele exprimiu suas ideias com muita clareza, revelando-se para a sua época um excelente observador da infância e de suas práticas sexuais. Essa observação dos costumes particulares da infância e a importância que Gerson lhes atribuiu, dedicando-lhes o tratado *De confessione mollicei*, revelam uma preocupação totalmente nova [...].

Gerson, portanto, estudou o comportamento sexual das crianças [...]. Ele sabia que a masturbação e a ereção sem ejaculação eram práticas generalizadas: se alguém for interrogado a esse respeito e negar, com toda a certeza estará mentindo. Para Gerson, a questão era muito grave. O *peccatum mollicei*, “mesmo que, em virtude da idade, não tenha sido acompanhado de poluição... tira a virgindade da criança, mais do que se o menino, com a mesma idade, tivesse freqüentado mulheres”. Além disso, ele beirava a sodomia.³¹⁷

Segundo Ariès, Gerson aproxima-se da doutrina moderna que julga a masturbação como um estágio de sexualidade prematura, que pode, todavia, se tornar uma etapa das práticas sodomíticas – um mal que deveria ser combatido nas crianças para que não se tornassem adultos “doentes” e “viciosos”. As crianças não teriam consciência ou noção de culpa de suas ações já que não as percebiam como pecados. De igual modo, ainda não havia surgido a ideia da inocência infantil, mas a pureza dos pequenos precisava ser preservada, mantida, e Gerson perseguiu esta tarefa escrevendo conselhos e propondo orientações aos

³¹³ ARIÈS, Op. Cit., p. 130.

³¹⁴ Ibidem, p. 131.

³¹⁵ Ibidem, pp. 131-132.

³¹⁶ Ibidem, p. 132.

³¹⁷ Ibidem, p. 132. Grifos do autor.

confessores, pais e colégios para que atuassem promovendo modificações no comportamento infantil, a fim de protegê-los.

Já no período republicano, tornou-se tarefa dos médicos, mais do que do discurso religioso, a identificação dos “desvios” e “vícios” nas crianças e jovens que poderiam resultar em condutas criminosas e atentatórias contra a ordem social. Em 1937 o médico Leonídio Ribeiro publicou o livro *Antropologia Criminal*, uma reunião de conferências e comunicações realizadas em várias universidades de Portugal para as quais fora convidado enquanto delegado oficial do Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura, e dos congressos de Neuro-Psiquiatria Infantil, Medicina Legal e Pathologia do Trabalho em Paris nos quais esteve como representante do Brasil. As conclusões desse trabalho, segundo ele, foram baseadas em pesquisas realizadas no Instituto de Identidade e no Laboratório de Biologia Infantil, ambos no Rio de Janeiro.³¹⁸

Neste trabalho, Ribeiro deixa explícito que a homossexualidade deveria ser tratada como um problema médico-legal, sendo observada em adultos ou em crianças. Especificamente sobre o comportamento homoerótico na infância, na conferência “Criança e Crime” (realizada em Lisboa no encerramento do curso sobre Antropologia Criminal e Polícia Científica), ele sugere que existiriam já nas crianças os “sinais de alarme” das predisposições e tendências ao crime ou aos desvios lascivos, haja vista que, no pensamento médico do período, a prostituição, a vagabundagem e os comportamentos homoeróticos tinham como origem as mesmas causas nefandas. Assim, o seio familiar deveria ser o verdadeiro local de prevenção ao crime, onde a medicina e a higiene social deveriam intervir diretamente visando à diminuição da criminalidade e dos desvios, evitando-os e prevenindo-os. Era tarefa dos médicos, junto às autoridades policiais e às famílias, defender a sociedade. De acordo com o seu texto, a solução dos problemas penais estaria na biologia dos indivíduos, fossem adultos ou crianças, e para fundamentar o seu argumento ele cita o pensamento do italiano Benigno Di Tullio, para quem era possível descobrir aspectos de “constituição delinquecional” nos menores “anormais” reconhecendo, portanto, os futuros criminosos. Ou seja, enquanto nos séculos anteriores os comportamentos “antinaturais” na infância eram explicados pelo discurso religioso como “pecados contra a pureza”, na República passaram a ser tratados como problemas biológicos ou formativos necessários de reparação e cuidado. Ribeiro diz:

³¹⁸ RIBEIRO, Leonídio. *Antropologia criminal*. Conferências e comunicações. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937.

Pergunta-se: será que não se conseguiu ainda conhecer as causas da criminalidade ou ellas são taes e tantas que se torna difficil remove-las completamente? Infelizmente são affirmativas as duas respostas. E' que de um lado temos a influencia do meio em que vive o indivíduo, as circunstancias ambientaes que actuam sobre elle [...]. Mas é preciso não esquecer que de outro lado está o criminoso em si, isto é, o homem, com suas condições individuaes, características e complexos, ligas ás mais variadas taras e doenças geraes, physicas ou mentaes [...].³¹⁹

Ribeiro coloca a questão dos “desvios da natureza” dos indivíduos, de certa forma, no mesmo nível da discussão trazida por Pires de Almeida em 1906, quando ele estabelece a distinção entre “inversão” e “perversão”. Fazendo uma comparação, o que Ribeiro define como “condições individuaes, características e complexos” pode ser lido como “inversão”; já aquilo que é colocado como “circunstancias ambientaes” constituiriam a “perversão”. Buscando compreender as causas da criminalidade na infância, a partir dessas definições apresentadas sobre fatores internos e externos, Ribeiro fez um amplo estudo dos menores abandonados e delinquentes recolhidos pelo Juízo de Menores do Distrito Federal ou encaminhados para o Laboratório de Biologia Infantil (inaugurado em julho de 1936 no Rio de Janeiro). Ele apontou a ausência familiar, problemas nas condições de vida ou de alimentação nas crianças, a descendência de “indivíduos sífilicos ou epiléticos”, ser fruto de gravidez complicada e o alcoolismo dos pais como tais fatores. Para combater o mal que grassava na cidade entre os indivíduos juridicamente reconhecidos como “menores de idade”, ele recorre à Elisabeth Huguenin, diretora da Casa de Observação do Serviço Social do Tribunal de Menores de Paris, segundo a qual:

O unico meio efficaz de lutar contra a mendicidade, a vagabundagem, a prostituição e o roubo é a aprendizzagem obrigatoria de um officio, feita pelos paes ou pelo Estado, de tal modo que permita a todos assegurar sua vida material, por meio de uma profissão honesta [...].³²⁰

Ribeiro entendia que havia diferenças sociais e culturais entre os países da Europa e o Brasil, e que isso reverberava na solução para o problema da “delinquência infantil”. As causas da criminalidade estavam, em geral, atreladas a fatores biológicos ou de formação. Era preciso, por conseguinte, recuperar a pureza perdida das crianças, preservar a sua inocência e trabalhar para que crescessem indivíduos úteis e saudáveis, disciplinados e dentro da ordem,

³¹⁹ Ibidem, p. 9.

³²⁰ Ibidem, p. 20.

para o progresso da nação. Tal era a tarefa dos juízes e policiais, médicos, pedagogos e familiares.

Antes, porém, de a ideia da inocência infantil ser de fato consolidada no pensamento social e religioso no Brasil no século XX e de o discurso médico buscar as causas para o que era chamado como “delinquência juvenil” na biologia, foi preciso que se delimitasse de maneira rigorosa a figura jurídica do “menor de idade”, o que estipulou seus direitos e deveres como membro da sociedade. Trevisan aponta que isso teria se dado de maneira lenta e que a conceituação de “maioridade” era bastante fluida. Enquanto no Código Criminal de 1830 os menores de quatorze anos considerados infratores eram inimputáveis criminalmente, sendo apenas recolhidos para as casas de correção caso fosse comprovado que tinham discernimento de seus crimes (condição que não abrangia os maiores de dezessete anos), e que os menores de vinte e um anos ainda gozassem de atenuantes em suas penas por conta da idade, no Código Penal Republicano, de 1890, a condição jurídica da “menoridade” já se torna mais estritamente circunscrita – e isto se deve, principalmente, à introdução do crime de “corrupção de menor”, sobre o qual falei anteriormente. Os “menores” surgem juridicamente, de certa maneira, atrelados ao nascimento jurídico da figura criminosa do “*pedófilo*”.³²¹

De acordo com Mary Del Priore, o neologismo “pedófilo” surgiu em substituição de dois termos de uso corrente: o termo jurídico “corrupção de menores”, empregado para designar homens adultos que atentassem contra o pudor e a honra sexual de qualquer pessoa, do gênero que fosse, desde que com comprovada menoridade; e o “pederasta”, que era usado há muito para designar as relações homoeróticas com “jovens meninos” e sinônimo de “homossexualismo”.³²² Ela cita o trabalho de Ferraz de Macedo e as denúncias que ele realizou acerca da exploração sexual das crianças, e diz que embora anteriormente esta questão fosse ignorada, com a República ela se tornou pública e o Código Penal passou a punir tais relações. Del Priore destaca, porém, que em 1915 houve uma alteração no Artigo 266, que tratava deste tema:

A partir da lei de 25 de setembro de 1915, o artigo 266, que se referia ao crime de corrupção, foi modificado para constituir dois parágrafos distintos:
 “§1 Excitar, favorecer ou facilitar a corrupção de pessoa de um ou outro sexo, menor de 21 anos, introduzindo-a à prática de atos desonestos viciando a sua inocência ou pervertendo-lhe de qualquer modo o senso moral.
 §2 Corromper pessoa menor de 21 anos de um ou outro sexo, praticando com ela ou contra ela ato de libidinagem”.³²³

³²¹ TREVISAN, Op. Cit., pp. 164-165. Grifo do autor.

³²² DEL PRIORE, Op. Cit., p. 151.

³²³ Ibidem, p. 152.

Fica claro, por fim, que as leis foram se tornando mais rígidas e diretas, que a figura da criança e do jovem foi sendo enquadrada dentro dos termos jurídicos da menoridade, e que o Estado foi buscando meios, cada vez de forma mais alargada através de suas instituições de controle, para preservar estes corpos, punir o que fosse preciso, e extinguir o que “adoecia” e “sujava” as ruas da cidade. Não restam dúvidas de que “ser puto não tinha idade”, já que a tendência e os comportamentos homoeróticos foram registrados pelas fontes a partir de homens das mais variadas idades, e por saberem de sua “vocação para tomar dentro” muitos meninos recorreram à “indústria da bagaxa” nas ruas do Rio de Janeiro e enfrentaram a perseguição de suas famílias, médicos, policiais e juristas – isto quando as mesmas não se aproveitavam e exploravam esses menores.

3. Conclusão do capítulo

Embora fosse interessante em termos de alargamento do debate historiográfico traçar uma detalhada análise histórica sobre formação da família brasileira, suas formas de controle e a questão da marginalização da infância e da constituição sociocultural e jurídica dos indivíduos “menores de idade” no Brasil, tal tarefa já foi satisfatoriamente realizada por outros autores, em distintos momentos e sobre diversos enfoques. Assim, concentrei-me neste capítulo na empreitada de falar sobre a prostituição homoerótica realizada por meninos e rapazes e a exploração sexual dos mesmos.

Numa sociedade talhada num momento de transformações políticas, culturais, sociais e estruturais como era a cidade do Rio de Janeiro entre 1890 e 1938, as instituições de controle e disciplinamento precisaram se especializar para manter a lógica positivista adotada pelo Estado: a ordem e o progresso. Médicos intervieram nas famílias afirmando o seu poder de enquadramento e definição de condutas. As famílias, por sua vez, constituíram-se no modelo moderno nuclear, privado da sociedade higiênica.³²⁴ Tornaram-se igualmente dispositivos de tutela e instituições de controle e disciplinamento dos corpos – o que levou muitos jovens homossexuais (e até mesmo heterossexuais) a preferirem as ruas ao lar, como se pôde acompanhar nas histórias apresentadas, ficcionais ou reais.

³²⁴ RAGO, Margareth. “A preservação da infância”. In: _____. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista (Brasil, 1890-1930)*. 4. ed. revisada e atualizada. São Paulo: Paz e Terra, 2014. pp. 156-213.

A família burguesa baseada no controle, na produção e no acúmulo de bens econômicos formando a propriedade privada que se desenvolvia no Brasil no período aqui analisado passou por diversos processos de modificação e evolução, mas como é possível notar mantiveram características de formações antigas. Das sociedades fundacionais, matriarcais, baseadas nas divisões sexuais das tarefas conforme apresentadas por Friedrich Engels³²⁵, permaneceu a valoração das atividades e das relações segundo o gênero, o que se desdobrou nas noções de honra sexual e moral da família burguesa carioca, cuja manutenção era um trabalho tanto dos homens, como figuras centrais dos lares, como das mulheres, que deveriam defender-se das investidas masculinas e “dar-se ao respeito”.³²⁶ Do patriarcalismo que configurou a família extensa nas formações colonial e imperial, ficaram resquícios do pátrio poder e da tutela dos dependentes, visto que o Estado tomou para si a autoridade de regulação através da intervenção médica.³²⁷

A família atravessara a fronteira, saíra de uma experiência marcada pela privacidade e se descobria na vida urbana e pública. A cidade do Rio de Janeiro estava num momento de efervescência motivado por várias transformações, e novos padrões de comportamento foram orientados pela ordem burguesa. Rosa Maria Barboza de Araújo argumenta que estava em jogo naquele contexto a formação da identidade cultural do Rio:

Nesse processo de transformação a família privilegiou o consumo do lazer, produzindo uma atmosfera cosmopolita pluricultural, marcada por uma vocação singular para o culto do prazer e da alegria, características reconhecidas da cultura urbana carioca.³²⁸

Não se pode, porém, entender as mudanças ocorridas no comportamento e na configuração familiar como mera consequência da industrialização e do estabelecimento da ordem burguesa. É preciso observar estes acontecimentos como resultados de um processo de ideologização gerado pelas reformas e pela consolidação da burguesia no país. Esta seria uma marca daquele processo que seus contemporâneos liam como a transição para a “modernidade”. E de maneira incontestável, reconheço a formação do mercado de trabalho na base da família que surge, no Rio de Janeiro, com o regime republicano, onde o homem

³²⁵ ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. 9. ed. Tradução: Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984. (Coleção Perspectivas do Homem, volume 99.)

³²⁶ CAULFIELD, Op. Cit., 2005.

³²⁷ NEDER; CERQUEIRA FILHO, 2007, Op. Cit.

³²⁸ ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993. p. 25.

permanece exercendo a sua supremacia, e os papéis e respectivas funções de “pai” e “mãe” se dão de maneira mais definida, controlados principalmente pela medicina-legal.

Embora o casamento tenha se tornado um contrato civil, em contraste com o antigo direito canônico, a instituição familiar seguiu preservando os “valores e comportamentos disseminados pela Igreja”, sem deixar de dialogar com “instituições do Estado e práticas e atitudes comuns que transgrediam o código moral eclesiástico”.³²⁹ É um erro ignorar que outros fatores, como o fim da escravidão, as migrações e imigrações, as alterações no espaço urbano provocaram não só “tumulto e desordem”, mas igualmente a necessidade de se elaborar novas estratégias de relação das famílias com a sociedade e de preservação de sua intimidade, posto que o privado e o público passaram a confundir-se no surgimento das metrópoles brasileiras, como no caso do Rio de Janeiro.³³⁰

Foi neste cenário que as crianças e os indivíduos “menores de idade”, enquanto seres à parte e juridicamente constituídos, com características próprias, surgem como ideia devido ao crescimento da autoridade dos médicos higienistas sobre as famílias, quando o Estado assume a responsabilidade moral pelas crianças. Segundo Trevisan, a partir de Jean-Jacques Passay,

[...] a conceituação legal de menor ocorreu na Europa, e em particular na França burguesa, como tentativa de regular e disciplinar a infância que, a partir da Revolução Industrial, foi se afastando da esfera familiar – seja porque crianças proletárias começavam a trabalhar cedo, seja porque seus pais trabalhadores não mais dispunham de tempo para educá-las ou, em outras palavras, controlá-las.³³¹

No Brasil, como notado, a família perdeu grande parte de seu poder de controle sobre as crianças com o início do período republicano, mas nunca de maneira integral, passando antes disso a dividi-lo com o Estado e sendo responsável pelo disciplinamento. E essa relação de afastamento entre os pais e seus filhos não difere muito da relação familiar do período colonial, como bem lembra Jurandir Freire Costa. Os filhos ocupavam uma posição meramente secundária enquanto o pai não tinha qualquer compromisso de manifestar afeto.³³² Junto à mãe, sua tarefa era disciplinar o corpo dos pequenos a partir do estímulo de bons

³²⁹ CAULFIELD, Op. Cit., 2005, pp. 30-31.

³³⁰ MARINS, Paulo César Garcez. “Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras”. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord. da Coleção); SEVCENKO, Nicolau (Org. do volume). *História da Vida Privada no Brasil 3 – República: da Belle Époque à Era do Rádio*. 7. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. pp. 131-214.

³³¹ TREVISAN, Op. Cit., p. 166.

³³² COSTA, Op. Cit., 1983, p. 153.

hábitos, como a ingestão de alimentos saudáveis de onde provinham as “boas ideias”³³³, posto que a criança, antes um signo no discurso religioso, torna-se, como aponta Costa, um “instrumento de poder”.³³⁴

Era preciso disciplinar os corpos infantis no seio familiar e posteriormente nos colégios e internatos, onde seriam igualmente orientados e educados para a vida adulta e para a atuação ativa na sociedade. Tais ações normativas eram direcionadas principalmente pela intervenção médica, que estabelecia o que devia ou não ser feito por aquelas instituições visando a evolução da nação brasileira e a ordem na cidade do Rio de Janeiro, a vitrine do país.

[...] as teses higiênicas sobre educação física, moral e intelectual das crianças, em geral ou no ambiente dos colégios, eram as que mais absorviam a atenção dos higienistas. A importância deste enquadramento disciplinar do corpo não era posta em dúvida pelos médicos [...].

O internato pode ser visto como o protótipo deste espaço disciplinar dedicado ao corpo. No micro-universo dos colégios a higiene antevia a sociedade ideal. As crianças, isoladas das influências do ambiente prestavam-se, docilmente, aos ensaios médicos sobre educação física e moral. Os pequenos reclusos seriam cobaias e o colégio, laboratório.³³⁵

Mas os corpos infantis não necessitavam somente de controle e disciplinamento. A sexualidade das crianças também. Como pude explorar neste capítulo, a criança era um indivíduo em formação e evolução, mas não deixava de ter desejos e de buscar formas de extravasá-los. E a medicina preocupou-se sobremaneira em estabelecer normas a serem aplicadas pelas famílias, colégios e internatos para controlar a sexualidade das crianças, desde a sua experimentação através da masturbação até a sua “exploração desregrada”.³³⁶ Assim, a medicina apenas normatizava a ação a ser tomada por estas instituições. Mas em se tratando de práticas sexuais com orientação homoerótica, fosse no espaço privado das famílias ou instituições educacionais através do abuso ou da exploração sexual dos meninos, como José Edmundo e Sérgio (em *O Ateneu*); ou através da prostituição, como nos casos de Zazá e Bembem, a medicina tomava para si as rédeas da situação e impunha, apoiada pelo discurso jurídico que criminalizava tais atos (principalmente quando em público), táticas coercitivas visando a reversão da “inversão” ou da “perversão” daqueles meninos e jovens.

³³³ Ibidem, p. 175.

³³⁴ Ibidem, Op. Cit.

³³⁵ Ibidem, p. 179.

³³⁶ Ibidem, p. 187.

Tanto Ferraz de Macedo como Leonídio Ribeiro e Pires de Almeida, além de outros médicos cujos trabalhos foram aqui utilizados, trataram do contingente em constante crescimento de meninos que desde cedo vagavam pelas ruas do Rio de Janeiro exercendo a prostituição masculina, e todos foram unânimes em estabelecer causas biológicas ou comportamentais para explicar seus “vícios” e “desvios”. Sobre isto, Costa escreve que:

O homossexualismo, dizia-se, existe porque os meninos não se exercitam fisicamente e tornam-se efeminados. Ou porque não se habituam a trabalhar e tornam-se indolentes, caprichosos e pouco vigorosos. Chamava-se à atenção para o descuido com a moral dos meninos nos colégios e nas próprias famílias, despreparadas para conter suas más inclinações. Outras vezes criticava-se a própria atmosfera imoral da sociedade como sendo instigadora da prática homossexual.³³⁷

Dessa maneira, ao mesmo tempo em que se buscava ordenar o espaço urbano e adequar a sociedade para os novos tempos, os comportamentos “infames” deviam ser normatizados e modificados, desde a infância dos indivíduos. As práticas e tendências homoeróticas entre os meninos só não foram mais criminalizadas do que a dos homens adultos que os exploravam por meio da prostituição ou os abusavam sexualmente. A homossexualidade e a prostituição infantil eram medicalizadas e coagidas visando a domesticação da infância, que ocorria com apoio e adesão das famílias.³³⁸ Enquanto isso, os homens adultos envolvidos no universo das práticas homoeróticas na cidade do Rio de Janeiro eram perseguidos primeiramente pela polícia, haja vista que suas práticas eram criminalizadas. O Código Penal de 1890 trouxe penas rígidas, embora não explícitas, para a punição desses indivíduos – principalmente daqueles que se envolviam com os “menores de idade”, os “pedófilos”, conhecidos anteriormente como “corruptores de menores”.

Embora as práticas homoeróticas fossem criminalizadas, e não mais os indivíduos, os homossexuais continuaram a ser tratados pelos médicos, e não pelas autoridades judiciárias, visando o seu controle e o enquadramento compulsório no padrão heterossexual. No fim, a instituição policial era outra, como a família, os colégios e internatos, que atuava na sociedade a partir das normas impostas pela medicina e simplesmente criminalizava e perseguia aqueles indivíduos a fim de preservar o espaço urbano, ajudando a “higienizar” a cidade do que era indesejável, sem de fato solucionar o que consideravam um problema.

³³⁷ Ibidem, p. 248.

³³⁸ Ibidem, pp. 248-249.

QUARTO CAPÍTULO

O TRABALHO DOS “BAGAXAS” E A PERSEGUIÇÃO AOS “FRESCOS”: CRIMINALIZAÇÃO E CONTROLE POLICIAL DOS HOMOSSEXUAIS E DA PROSTITUIÇÃO MASCULINA

1. De dia empregado, à noite *bagaxa*

Os “frescos” nem sempre se prostituíam, mas no pensamento dos cariocas na virada para século o XX, inspirado principalmente pelo discurso médico e higienista, todos eles eram trabalhadores da chamada “indústria da bagaxa”. Quando o faziam, apropriavam-se das ruas, parques e passeios públicos como seus territórios. Durante a noite, eram vistos em grupos perto de postes ou nas sombras, sentados em bancos. Enquanto muitos deles se dedicavam exclusivamente à sobrevivência por meio da prostituição, havia aqueles que tinham outras profissões durante o dia. Tal era o caso de H. O., cuja história é apresentada pelo médico Leonídio Ribeiro.³³⁹

H. O. foi um dos muitos homens jovens que vieram para a cidade do Rio de Janeiro ao longo do início do século XX. Homem pardo, com 20 anos de idade, H. nasceu no Espírito Santo e migrou para a Capital Federal no ano de 1935 decidido a mudar de vida e exercer livremente a sua sexualidade. Sua surpresa foi ter que aprender a lidar com a perseguição policial.

Logo que chegou ao Rio ele começou a exercer a função de empregado doméstico, trabalhando como garçom numa pensão durante o dia, mas durante a noite exercia a prostituição ou simplesmente passeava com seus amigos, hábito que não tinha costume de praticar em sua cidade de origem. Por conta disso, em 6 de dezembro de 1936 ele foi detido pela segunda vez pela polícia, sendo encaminhado para a 1ª Delegacia Auxiliar, da mesma forma como acontecera alguns meses antes. Naquela noite, assim como na ocasião anterior, ele declarou em depoimento que não sabia por que estava sendo preso, visto que estava simplesmente a andar com companheiros, sem cometer nenhum ato ilícito, quando a polícia os encaminhou para serem “examinados”.

Interessante notar os detalhes de sua vida que H. O. contou aos policiais, informações que Ribeiro fez questão de reproduzir em seu livro. Segundo ele, o rapaz não

³³⁹ RIBEIRO, 1938, Op. Cit., pp. 109-111.

teve qualquer problema em admitir a sua atração por homens, que remontava aos seus treze anos de idade quando, num cinema próximo de sua cidade, tivera a sua primeira experiência sexual com um soldado. E desde então era adepto da penetração anal, atuando principalmente como passivo e dando preferência aos garotos mais jovens que ele – que, como visto anteriormente, encaixavam-se dessa forma na definição jurídica de menores de idade. Segundo ele, quando tinha algum cliente costumava levá-lo para um quarto alugado (provavelmente um dos muitos disponíveis para este fim no centro da cidade, ainda mais os próximos à Rua São Pedro, onde tinha por hábito ficar) e cobrava 10 réis pela noite, valor bem inferior ao que ele recebia em seu trabalho na pensão, onde ganhava 100 réis mensais de salário. Isto se explicava, de acordo com H., por ele não ser um “prostituto profissional”, ou seja, ele não vivia exclusivamente da “venda do seu corpo”, como outros homens que chegavam a atender muitos parceiros em uma só noite, como Zazá. Diferentemente destes, ele tinha um trabalho fixo e nunca saía com mais de um cliente, posto que via na prostituição um divertimento ou meio de obtenção de lucro e prazer sexual.

Para mostrar-se consciente de sua honra e de sua moral, H. O. afirmou aos policiais, o que foi reproduzido por Ribeiro, que conhecia a cidade e não frequentava “espaços de depravação”, como a Estação Ferroviária Central do Brasil (local onde o menino João Pereira foi encontrado por sua mãe em meio a “vagabundagem”, como apresentado em capítulo anterior), principal território para encontro de soldados a procura de rapazes.

Para H., o endurecimento da vigilância policial sobre a prostituição masculina e sobre o passeio de indivíduos homossexuais pelas ruas da cidade alterou os percursos que aqueles homens faziam e os territórios que frequentavam, e tornou ainda mais difícil a conquista de clientes e parceiros, temerosos da repressão. Green, sobre a história de H. O., aponta que o médico Leonídio Ribeiro usou a terminologia freudiana mesmo não compartilhando a visão do famoso psiquiatra. Segundo ele,

[O] Dr. Ribeiro considerou H. “dentro do grupo dos indivíduos de homossexualidade declarada, completa e permanente, cuja libido está francamente invertida, desde os começos de sua atividade sexual”. Ao perceber a postura recalcitrante desses homens, Ribeiro escreveu de um modo um tanto obscuro: “Sabemos que são homossexuais e adotam, diante de si próprios e da sociedade, uma atitude com plena consciência de sua inversão. A vida humilhante com que a moral social marca esses indivíduos... é anulada por essa consciência profunda da normalidade e até da excelência de seus desvios”.³⁴⁰

³⁴⁰ GREEN, Op. Cit., 2000, p. 124.

H. O. parecia não ter qualquer inibição de suas práticas e desejos sexuais, e por isso não se preocupava nem mesmo em esconder a sua “anormalidade” (nas palavras de Ribeiro) da sociedade, vivendo com liberdade conforme os seus instintos e desejos. O mesmo fazia Zazá, que seria, na definição de H. O., um “prostituto profissional”. Além de ter este como o seu único emprego, Zazá aceitava e afirmava a sua sexualidade e estava sempre em confronto com a polícia, nunca deixando de exercer a prostituição, mesmo passando por várias detenções:

Uma ou duas vezes por mês eu tomava de dois a três dias de prisão. Nesta eu ficava quase que sem comer, só me alimentando de água e pão, por não querer me alimentar com comida de preso.

As tristezas e desilusões já estavam aparecendo em minha vida. Porém, eu sempre firme, resistia a tudo. Nada me desacoroçava e nada fazia com que eu abandonasse esta vida.³⁴¹

Constatei anteriormente que enquanto a prostituição feminina no Brasil era tratada como uma questão policial, os homossexuais, por outro lado, eram tema das discussões e das ações médicas. Constituíam o objeto sobre o qual investiam o seu poder disciplinar. Mas nem por isso deixaram de ser criminalizados e perseguidos pela polícia e pela ordem jurídica. Aqueles homens eram constantemente detidos ou presos e quase sempre sem nenhuma razão aparente, “só por burla ou escárnio”³⁴², e suas práticas eram enquadradas em aspectos do Código Penal de 1890 cujos artigos deixavam implícitas brechas para a sua punição.

A história de H. O., assim como a de Zazá, é demonstrativa da cultura de resistência compartilhada entre os homossexuais na cidade do Rio de Janeiro entre as décadas que percorro neste estudo, de modo que a prostituição entre eles não foi utilizada somente como um meio de trabalho ou um dispositivo de construção de sociabilidades e de compartilhamento de subjetividades na formação de uma identidade de grupo, mas igualmente na formação de mecanismos de defesa frente ao processo de desenvolvimento da sociedade disciplinar que a cidade vinha se tornando.

³⁴¹ WHITAKER, Op. Cit., p. 252.

³⁴² FIGARI, Op. Cit., p. 263.

2. Construção da cidadania e ordem burguesa no Rio de Janeiro: a presença dos “frescos” nos conflitos, revoltas e inquietações populares contra as novas ferramentas de controle republicano

A proclamação da República significou para o Brasil simultaneamente a passagem do país ao capitalismo e a sua entrada no modelo de sociedade burguesa liberal e industrial. Tal mudança se deu articulada a um projeto que se esforçou em levar ao fim ou corrigir tudo o que fosse considerado herança do passado de dependência colonial e imperial no país, bem como o que colocasse em risco a modernidade da nação. Não há como falar sobre a criminalização das práticas homoeróticas e da perseguição aos homossexuais no Rio de Janeiro entre 1890 e 1938 sem uma contextualização do processo histórico de ideologização social que serviu de base ao controle e ao disciplinamento empreendidos pelos agentes, dispositivos e instituições de tudo o que fosse considerado retrógrado ou fora da nova ordem.

Para além do discurso médico-higienista que desde meados do século XIX tomou para si a tarefa de redirecionar e definir a sociedade³⁴³, a República trouxe o discurso da ordem a qualquer custo. Uma ordem baseada na razão positivista e no pensamento liberal, na evolução do homem, no seu controle sobre a natureza e no desenvolvimento das técnicas científicas.³⁴⁴ Sem ignorar as contribuições da medicina legal, os juristas e bacharéis podem ser considerados os principais agentes na formulação de um discurso que inserisse o país na ordem burguesa, um pensamento percebido como ambíguo e paradoxal sobre o progresso, a modernização e a nação onde o trabalho teria uma função primordial para o sucesso destes objetivos.³⁴⁵ A partir desse discurso, a República lançou os pilares materiais para o disciplinamento das mentes e dos corpos. Figari aponta que:

O capitalismo em sua fase de desenvolvimento industrial implicava o controle e a otimização do trabalhador livre em uma sociedade ordenada agora pelo trabalho, o qual supunha também um novo ethos moral e corporal que se espalharia por todas as áreas do cotidiano do trabalhador, inclusive sua sexualidade.³⁴⁶

O processo de implantação do modelo republicano pelo Estado brasileiro que caracterizou a virada para o século XX trouxe em seu bojo a penetração das ideias burguesas

³⁴³ COSTA, Maria Clélia Lustosa. “O discurso higienista definindo a cidade”. In: Fortaleza, UFC: *Mercator*, v. 12, n. 29, setembro-dezembro/2013. p. 51-67.

³⁴⁴ FIGARI, Op. Cit., p. 238.

³⁴⁵ NEDER, Op. Cit., 2012, pp. 15-19.

³⁴⁶ FIGARI, Op. Cit., p. 238.

liberais europeias e a manifestação autoritária do poder, característica presente em todas as formações sociais e históricas brasileiras. Para Gizlene Neder, o que se deu foi a incorporação e a internacionalização brasileira do capitalismo e de seu ideário junto às contradições inerentes de nossa formação social.³⁴⁷ Ela argumenta que naquela conjuntura histórica teve continuidade a circulação de ideias e a apropriação cultural das mesmas entre o Brasil e o pensamento europeu iniciadas no século XIX, processo durante o qual as ideias assimiladas teriam passado por um “mecanismo de ajuste/desajuste em confronto com a dinâmica da formação social brasileira” – isto diz respeito, assim, à necessidade que as estruturas de poder tiveram de se redefinir e se reelaborar por conta da complexidade cultural, política e social que a sociedade vinha apresentando na conjuntura da virada para o XX.³⁴⁸ Para Neder, a construção da ordem burguesa se deu de modo singular no Brasil justamente por conta de um processo histórico no qual a luta de classes apresentou características semelhantes aos da chamada “via prussiana” quando da formação do Estado republicano:

[...] presença de uma burguesia realmente constituída enquanto classe nos primeiros anos deste século, e um movimento operário bem mais atuante e organizado politicamente do que o apresentado pela historiografia. [...] Parece-nos possível o emprego da ideia de “via prussiana” para a implantação do capitalismo no Brasil. A aliança da burguesia industrial com os setores agrários (onde a burguesia cafeeira representa o setor de ponta) e os capitais estrangeiros é feita “pelo alto”.³⁴⁹

Neste processo, o discurso jurídico, juntamente ao médico, passou a se dedicar à elaboração de normas que promovessem a repressão e o controle social, e isto se fez a partir da criação de novas categorias sociais para o enquadramento da população, onde o trabalho ocupou uma posição central. Era necessário inserir a população no processo de transição para a ordem burguesa calcada no capitalismo de ideário liberal, e assim surgem as figuras e definições de “trabalhador” e “operário” e seus opostos, “vagabundo” e “malandro”. O trabalho, naquele contexto, ganhou uma enorme valorização e incentivos, visto o combate à ociosidade e seus supostos efeitos malignos para o desenvolvimento pleno de um Rio de Janeiro, e de um Brasil, que fosse de fato moderno, burguês e industrial.

A cidade, assim, se tornou disciplinar, uma ideia que Neder buscou em Foucault segundo a qual “a formulação da disciplina social implica o aparecimento de formas e práticas

³⁴⁷ NEDER, Op. Cit., 2012, pp. 80-81.

³⁴⁸ Ibidem, pp. 82-83.

³⁴⁹ Ibidem, pp. 44-45.

penais”.³⁵⁰ A partir desta tese, com a qual concordo, o que se nota, desde a análise do Código Penal de 1890 até a promulgação da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil em 1891, são a preocupação e os esforços de juristas e políticos na promoção das novas visões do que era um indivíduo ideal para a República: o trabalhador dedicado, o operário, o cidadão brasileiro dotado de honra e moral que com o seu esforço e o seu trabalho colaborava com a formação nacional do Estado moderno – tendo a cidade do Rio de Janeiro como principal vitrine de suas mudanças e transformações. Esta era a figura exaltada entre 1890 e a década de 1930, durante a “construção nacional” e em sua fase anterior, a “reorganização nacional”³⁵¹, e a sua constituição encontrava sustentação nas leis e no sistema de penas que puniam todos aqueles que fugissem desta definição. Dessa forma, era preciso se enquadrar no modelo disciplinar estabelecido pelas classes dominantes.

Margareth Rago, ao analisar o alcance e o funcionamento dos mecanismos de controle e de disciplina, bem como os imperativos da biopolítica presentes na constituição do Estado brasileiro republicano, percebeu a “cidade disciplinar” como uma utopia das classes burguesas. Ela expõe as diversas ferramentas e ações postas em prática pelos grupos operários e classes proletárias, principalmente os anarquistas, como forma de resistir aos dispositivos de disciplinamento, à “pedagogia ‘paternalista’ dos patrões” e ao uso das fábricas na construção desse novo homem.³⁵²

Nada escapava às ambições de controle e disciplinamento das classes burguesas sobre o restante da população, e encontravam suporte no discurso elaborado pelos juristas, empenhados na constituição de um mercado de trabalho capaz de impulsionar o capitalismo e o desenvolvimento industrial do país, bem como a construção nacional. Neste meio articula-se a ideia de uma “índole do povo”³⁵³ que necessitava ser orientada para o real alcance do Brasil moderno e nacional a que aspiravam. Por meio das reformas que reorganizaram o Estado, não só as físicas e urbanísticas, mas igualmente aquelas voltadas aos comportamentos, o discurso jurídico, ao constituir o mercado de trabalho que fundaria a República, criou também as noções de “justiça” e “criminalidade”. E, assim, nada escapava aos objetivos de disciplinamento do espaço e dos corpos, nem mesmo as casas e a intimidade nos cortiços dos pobres e trabalhadores:

³⁵⁰ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979. Apud: NEDER, Op. Cit., 2012, p. 16.

³⁵¹ NEDER, Op. Cit., 2012, p. 95.

³⁵² RAGO, Op. Cit.

³⁵³ NEDER, Op. Cit., 2012, p. 93.

Destilando o gosto pela intimidade confortável do lar, a invasão da habitação popular pelo olhar vigilante e pelo olfato atento do poder assinala a intenção de instaurar a família nuclear moderna, privativa e higiênica, nos setores sociais oprimidos.

A preocupação inicial com as condições de habitabilidade do trabalhador urbano parte dos higienistas sociais, ligados aos poderes públicos. Ocupam-se com a medicalização da cidade [...]. No Rio, as campanhas de saneamento, a demolição de antigos quarteirões, a abertura de novas avenidas [...] são desenvolvidos durante a gestão do engenheiro Pereira Passos, assessorado pelo médico Oswaldo Cruz.

Como parte desta política sanitária de purificação da cidade, a ação dos higienistas sociais incide também sobre a moradia dos pobres, de acordo com o desejo de constituir a esfera do privado, tornar a casa um espaço da felicidade confortável, afastada dos perigos ameaçadores das ruas e bares. Mas também a partir da intenção de demarcação precisa dos espaços de circulação dos diferentes grupos sociais.³⁵⁴

Enquanto os médicos atuavam no disciplinamento por meio de medidas higienistas, os juristas o faziam por meio da imposição dos conceitos opostos de “trabalhador” e “criminoso”, cujas definições foram sendo estabelecidas e reforçadas pelas leis e códigos que discutiam e aprovavam. A própria definição de “cidadão brasileiro” foi trazida pela Constituição de 1891, promulgada em 24 de fevereiro daquele ano, e foi uma ferramenta útil para deixar claro sobre quem as ações do Estado deveriam ser direcionadas:

TITULO IV
DOS CIDADÃOS BRAZILEIROS

SECÇÃO I

Das qualidades do cidadão brasileiro

Art. 69. São cidadãos brasileiros:

1º Os nascidos no Brasil, ainda que de pai estrangeiro, não residindo este a serviço de sua nação;

2º Os filhos de pai brasileiro e os ilegítimos de mãe brasileira, nascidos em país estrangeiro, si estabelecerem domicilio na Republica;

3º Os filhos de pai brasileiro, que estiver noutro país ao serviço da Republica, embora nella não venham domiciliar-se;

4º Os estrangeiros que, achando-se no Brasil aos 15 de novembro de 1889, não declararem, dentro em seis mezes depois de entrar em vigor a Constituição, o animo de conservar a nacionalidade de origem;

5º Os estrangeiros, que possuírem bens immoveis no Brazil, e forem casados com brasileiras ou tiverem filhos brasileiros, comtanto que residam no Brazil, salvo si manifestarem a intenção de não mudar de nacionalidade;

6º Os estrangeiros por outro modo naturalizados.³⁵⁵

O texto segue, nos artigos 70 e 71, explicitando quais indivíduos seriam considerados “cidadãos ativos”, isto é, aqueles que poderiam votar (os homens maiores de 21 anos,

³⁵⁴ RAGO, Op. Cit., pp. 214-215.

³⁵⁵ BRASIL. “Constituição da República dos Estados Unidos do Brazil – promulgada a 24 de fevereiro de 1891”. In: *Constituições do Brasil*. 10. ed. Compilação, notas e revisão: CAMPANHOLE, Adriano; LOBO CAMPANHOLE, Hilton. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1992. p. 703.

alfabetizados e “que se alistarem na forma da lei”), e em quais situações os direitos de cidadão brasileiro poderiam ser suspensos. Não era suficiente, portanto, para os juristas, pensar e estabelecer os meios de consolidar o mercado de trabalho por meio do reforço ao trabalho e da criminalização da “ociosidade” e da “vagabundagem” de modo a construir a nação; era preciso deixar instituído sobre quem aplicariam estas definições e mecanismos de controle.

Uma grande preocupação por trás da elaboração do texto desta Constituição era encontrar um meio de lidar com as diversas contradições trazidas pela República: a tendência centralizadora e posteriormente descentralizadora do Estado, o grande número de pessoas pobres e libertas com o fim do escravismo, a baixa institucionalização dos mecanismos de poder e a cidadania da população. Afinal, quem eram os cidadãos do novo Brasil republicano e como agiriam as instituições e dispositivos para operar o seu controle e disciplinamento?

Uma questão bastante problemática para a Capital Federal que pude constatar na análise dos recenseamentos realizados em 1890, 1906 e 1920³⁵⁶ foi o incessante aumento da população no Rio de Janeiro. No próprio *Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920*, o décimo primeiro do Rio, nota-se que todo o crescimento pelo qual a cidade passou foi motivado pelo influxo demográfico que recebeu, desde pessoas que imigraram de outros estados (como H. O. e Zazá na década de 1930), até estrangeiros que aqui chegavam em busca de melhores empregos e novas oportunidades. Mas tal objetivo muitas vezes findava malfadado, posto que no mesmo ritmo que a população crescia, cresciam também as desigualdades e o número de pessoas exercendo profissões com baixa remuneração, ou mesmo aquelas consideradas “profissões de miséria”. Ou até mesmo sem qualquer ocupação – e acabavam formando uma larga classe de “vagabundos” e pedintes.

A cidade crescia e buscava meios de integrar e controlar todo aquele contingente dentro de sua ideologia do trabalho, designando quem era cidadão e qual a função cada um deveria exercer para a modernização da nação. Se em 1890 foram contabilizadas pelo censo 876.884 pessoas, em 1920 este número pulou para 1.157.873 habitantes no Distrito Federal, resultando num alargamento demográfico de pouco mais de 32%. O desequilíbrio sexual ainda era marcante, com um número maior de homens, bem como era grande o número de profissões consideradas “miseráveis” ou “perigosas”, como no caso da prostituição. A cidade

³⁵⁶ DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Recenseamento geral da República dos Estados Unidos do Brasil em 31 de Dezembro de 1890, Distrito Federal*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. _____. *Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, filiação, culto e analfabetismo da população recenseada em 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898. _____. *Recenseamento do Rio de Janeiro realizado em 20 de Setembro de 1906*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1907-8. _____. *Recenseamento do Brasil realizado em 1º de Setembro de 1920, população do Rio de Janeiro (Distrito Federal)*. Rio de Janeiro: Typographia de estatística, 1922-30.

crescia, ampliava as suas fronteiras, modificava a sua estrutura para comportar todo aquele número de pessoas.

Muitos autores se debruçaram sobre a problemática da construção da cidadania no Brasil no processo de passagem para o período republicano e a entrada do país na ordem burguesa e industrial. Era mister ter o controle sobre todos, e por meio desta elaboração conceitual tornava-se mais fácil estipular as ações que deveriam ser desenvolvidas e aplicadas pelos dispositivos e mecanismos institucionais. José Murilo de Carvalho³⁵⁷ buscou em Thomas Marshall a sua concepção de cidadania, segundo o qual esta seria o resultado de um conjunto de direitos civis, políticos e sociais. Embora existam reservas quanto ao uso de seu trabalho, é inegável que a discussão aberta por Carvalho ampliou o debate sobre este assunto na historiografia e nas ciências sociais em geral da década de 1990.³⁵⁸ Para ele,

Não seria exagero dizer que a cidade do Rio de Janeiro passou, durante a primeira década republicana, pela fase mais turbulenta de sua existência. Grandes transformações de natureza econômica, social, política e cultural, que se gestavam há algum tempo, precipitaram-se com a mudança do regime político e lançaram a capital em febril agitação, que só começaria a ceder ao final da década.³⁵⁹

Em seu trabalho, Carvalho desenvolveu uma tese sobre as relações entre o regime republicano, a cidade do Rio de Janeiro e a forma como ambos atuaram sobre a participação popular, enquanto cidadania, naquele processo histórico. As discussões sobre esta definição davam-se a partir das ideias encaminhadas pelo liberalismo, pelo positivismo, pelo socialismo e também pelo anarquismo, mas dado o rápido avanço dos valores burgueses logo foi preciso definir quem eram os cidadãos “ativos” e quem eram os “inativos” – uma definição que acabou sendo convencionada na Constituição de 1891, onde se estabeleceu que seria “ativo” aquele que tivesse direitos eleitorais.

Nesta lógica, a massa da população teria sido classificada pela elite e pelos pensadores da época como inativa, uma população “bestializada” (como dito por Aristides Lobo, de onde Carvalho retira o termo) que somente observaria as grandes ações e mudanças acontecerem, como no caso da Proclamação da República, sem, de fato, tomarem parte dos processos históricos. Todavia, Carvalho defende que aqueles indivíduos, principalmente os

³⁵⁷ CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. 23. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2014; _____. *Cidadania no Brasil: o longo Caminho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

³⁵⁸ No contexto internacional sobre este debate, especificamente na área da sociologia, ver o instigante trabalho de BENDIX, Reinhart. *Construção nacional e cidadania*. São Paulo: EdUSP, 1996.

³⁵⁹ CARVALHO, Op. Cit., 2014, p. 15.

militares, recorreram a outras formas de atuação política, como a “estadania”, um conceito que solucionaria a ampla confusão acerca dos projetos de cidadania, pelo qual foi bastante criticado. Não se deve ignorar, porém, que o seu argumento sobre um comportamento “bilontra” como forma de manifestação e de atuação política por parte das classes pobres e excluídas é de certa maneira útil para esta pesquisa ao se aproximar da leitura que faço da performance social realizada pelos homossexuais que se prostituíam nas ruas do Rio de Janeiro como forma de resistir ao projeto de controle e de disciplinamento dos seus corpos dentro da ordem compulsória heterossexual que visava a construção de um “homem novo e de uma cidade nova” segundo a fundação do *ethos* burguês.³⁶⁰ Mais do que um comportamento irreverente como poderia ser entendido caso fossem adotadas de fato as ideias de Carvalho, contudo, a efeminação era acessada e performada por aqueles homens, por meio de roupas extravagantes e comportamentos afetados, como um dispositivo contra a massificação do capitalismo industrial, um questionamento do binarismo dos gêneros e do padrão “ativo/passivo” sobre o qual a sociedade se fundava, e não simplesmente uma atitude gaiata de manifestação.

Carvalho interpreta os acontecimentos políticos como momentos onde o povo seria simples figurante, cujo único caminho para atuar seria pela pândega, pela “vagabundagem”, pela capoeiragem, pela malandragem, dentro das irmandades religiosas e étnicas e nas festas profanas, como o carnaval.³⁶¹ Discordo da forma como este ponto é defendido. É inquestionável que a população da “Cidade Maravilhosa” da época não era integrada ao jogo político e à atuação cidadã como se propunha nos ideais de liberdade e de igualdade trazidos pelo Regime Republicano liberal. Isto posto, em minha perspectiva aquelas pessoas buscaram meios de se fazerem notadas e terem as suas vozes ouvidas naquela conjuntura de controle e de exclusão dos indivíduos por meio não somente da pândega e da graça, como Carvalho sustenta, mas pela atuação política em ações diretas e de resistência. Embora o critério constitucional sugerisse que a maioria dos fluminenses possuía uma “cidadania inativa”, por não poderem participar dos processos eleitorais, eles buscaram nas ruas formas para exercerem o seu poder – sendo as atitudes “bilontras” apenas um dos seus aspectos de ação.

Estes debates acerca da cidadania e da participação política dos indivíduos nos processos históricos estenderam-se ao longo de todo o período ora em análise e já foram estudados longamente, mas é por meio deles que se torna compreensível a conjuntura social na qual viveram homens como Zazá e de que modo eles se relacionavam com estes contextos

³⁶⁰ FIGARI, Op. Cit., p. 240.

³⁶¹ CARVALHO, Op. Cit., 2014, p. 163.

e formulavam resistências em suas redes de sociabilidade. Para Maria Tereza Chaves de Mello, que de maneira crítica relativiza a tese de Carvalho, a população não seria “inativa” em termos de cidadania. Antes disso, todos estariam convencidos e influenciados pela cultura científica da época e as ideias progressistas apresentadas pelos ideólogos da ordem. Eles aceitariam os processos políticos e sociais por estarem inseridos num estado onde circulavam amplamente as propostas de progresso, futuro e modernização. Apesar de não ter havido uma participação direta e geral da população na mudança do regime, teria havido, isto sim, um consentimento motivado pela difusão da proposta de uma cultura democrática e científica assentada na soberania popular, de modo que as forças sociais se congregaram em oposição ao passado. Para ela, a figura do povo “bestializado” seria uma construção historiográfica datada, com a insistente marca da não-participação popular através da omissão, e em nada corresponderia à realidade do processo.³⁶²

O fato é que a nova cultura e o novo pensamento, trazidos pela República e por seus ideólogos e juristas, acharam terreno fértil para se propagar entre o público por meio da imprensa, dos *meetings* em praça pública, das revistas ilustradas, nas conversas dos bares e cafés. A rua era o local por excelência onde a vida acontecia, e mesmo que todos ficassem deslumbrados com tais ideias, renegando o passado imperial, não aceitaram tão facilmente a sua exclusão do jogo político, nem o controle e o disciplinamento institucional que lhes eram impostos. Ao longo de todo o período estudado, desde o momento imediato após a Proclamação até a década de 1930, a conjuntura política da República brasileira passou por variadas agitações, processos e mudanças decisivas em suas estruturas e instituições, e as ideias sobre a cidadania foram sendo discutidas e modificadas de modo a abranger a população e estabelecer novos mecanismos de gerência.

A ordem burguesa foi se fundando e formulando referências homogeneizantes para a população de modo a construir a nacionalidade. Na década de 1930 tiveram continuidade os processos de estabelecimento da ordem republicana, do controle da população e as discussões sobre os direitos e a participação das pessoas na vida política da sociedade, o que no fim resumia-se à uma discussão sobre a formação das classes sociais e à busca das elites burguesas e industriais por meios de manter sua posição a partir da marginalização da maioria das pessoas. Mas o Estado enfrentou mudanças radicais em sua estrutura e em seu funcionamento, principalmente com o movimento que a historiografia convencionou denominar “Revolução de 1930” e que culminou no Golpe de 1930, levando a Primeira

³⁶² CHAVES DE MELLO, Maria Tereza. “A Modernidade Republicana”. In: *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, Niterói, 2009, vol.13, n.26, pp.15-31.

República ao fim e marcando um novo momento dos debates sobre a cidadania popular, bem como sobre quais mecanismos poderiam ser acessados pelas velhas classes dominantes para que não perdessem a sua sustentação.³⁶³ Assim, se fez necessária a elaboração de uma nova constituição, e esta foi promulgada em 16 de julho de 1934.

Neder aponta que até a promulgação da constituição de 1934 o Estado agiu para reduzir e “estancar” ao máximo o movimento imigratório, visando o fortalecimento nacional em oposição ao que fosse “estrangeiro”.³⁶⁴ Reflexos dessa ação podem ser percebidos na lusofobia que existia entre a população do Rio de Janeiro.³⁶⁵ Visando melhorar as condições de vida para todos, estabelecendo leis mais elaboradas sobre trabalho, saúde e educação, por exemplo, a nova Constituição ampliou o conceito e o direito de “cidadania” dos brasileiros, o que provocou abalos no interior das classes dominantes, visto que grande parte daqueles que eram marginalizados poderiam, a partir de então, usufruir de maior participação dos processos políticos.³⁶⁶

Fazendo valer o título recebido de “Constituição Social”, a nova Carta deixou ainda mais explícita a relação jurídica cultivada entre o liberalismo e o autoritarismo tradicionalmente brasileiro. E a presença marcante do autoritarismo na formação social brasileira, uma questão que promoveu variados debates nas ciências sociais e na historiografia brasileiras, precisa ser aqui contextualizada para que fiquem claros os mecanismos de controle utilizados pelos dispositivos e instituições disciplinares. Para Neder,

Em primeiro lugar, há que se desconstruir certas formas mais ou menos insistentes de encarar o autoritarismo que atravessam quase que a totalidade da historiografia brasileira. Ou seja, toma-se, com bastante frequência, o autoritarismo como oponente ao liberalismo e encaminha-se a análise sobre a formação histórica brasileira por intermédio da tradicional oposição entre centralização *versus*

³⁶³ Um debate ampliado sobre todo este processo, suas estruturas e o contexto sócio-político daqueles anos que desembocaram no Golpe de 1930, bem como sobre o fortalecimento da burguesia industrial e da ascensão da classe média pode ser visto em FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. 16. ed. revista e ampliada. 5. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Outros trabalhos fundamentais para a construção de uma discussão e de um entendimento ampliados sobre a conjuntura das primeiras décadas do século XX, o advento da ordem republicana e os fundamentos do sistema político oligárquico, bem como os movimentos populares e a construção da cidadania, destaco FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano, v. 1: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. “A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta.” In: *Revista do CPDOC*, Rio de Janeiro, 2006; GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994; LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais / Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

³⁶⁴ NEDER, Op. Cit., 2012, p. 96.

³⁶⁵ Ver: RIBEIRO, Gladys Sabina. Op. Cit., 2017.

³⁶⁶ BRASIL. “Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil – promulgada a 16 de julho de 1934”. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>

descentralização. [...] A segunda ordem de problemas está nesta historiografia, que por diversos caminhos confere certa “vocação” para o autoritarismo na sociedade brasileira, naturalizando o processo histórico e social.³⁶⁷

Igualmente baseado na perspectiva analítica da luta de classes,   nela em que situo esta pesquisa, assim como Neder ao estabelecer o seu trabalho na linha aberta por Cerqueira Filho, cuja tese³⁶⁸ diz que a oposi o entre autoritarismo e liberalismo   falsa, criada e situada de maneira rigorosa unicamente no pensamento das classes dominantes burguesas. Assim, concordo com estes autores e concebo o liberalismo e o autoritarismo, no Brasil, dois substratos unidos no pensamento burguês (sem esquecer o pensamento político dos grupos dominados, como aquele formulado pelos anarquistas e socialistas).

Sem embargo, o que não posso deixar escapar neste estudo   a disparidade entre o princípio liberal de “igualdade entre todos perante a lei” trazido por esta Constitui o, segundo o qual não haveria privilégios nem distin oes entre os indivíduos por quaisquer fatores ou aspectos, e a persegui o que se fortalecia na sociedade contra os homossexuais. O que este preceito jurídico deixa transparecer, obviamente, não correspondia   realidade social quando relembramos o relato de Zazá, que afirmava “uma ou duas vezes por mês eu tomava de dois a três dias de prisão”, aparentemente sem nenhuma justificativa clara; ou mesmo quando recorro ao depoimento de H. O. apresentado no início deste capítulo, onde o rapaz dizia não saber por que razão era constantemente detido e preso, visto que estava simplesmente passeando com seus amigos sem cometerem atos ilícitos.

A persegui o e a repressão aos homossexuais e homens que se prostituíam aconteciam em total desacordo com as normatiza oes liberais da Constitui o, pois mesmo que na lei não se criassem distin oes entre os indivíduos, o processo de ideologiza o objetivando a “constru o nacional” no discurso jurídico seguiu fortalecendo mecanismos, dispositivos e institui oes que visavam controlar e disciplinar, dentro da ordem burguesa republicana, quem fugisse aos padrões estabelecidos.   inegável, ao analisar de maneira crítica e comparativa estas fontes, a consolida o de um pensamento social muito pouco tolerante com os homossexuais, produto do machismo institucional, do patriotismo e do moralismo da sociedade patriarcal carioca da época. E este pensamento conseguiu respaldo no Código Penal de 1890, que implicitamente estabeleceu puni oes destinadas àqueles homens, sobre o qual falarei melhor em t pico próximo.

³⁶⁷ NEDER, Op. Cit., 2012, p. 48.

³⁶⁸ CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A influência das ideias socialistas no pensamento político brasileiro*. São Paulo: Loyola, 1978. Apud: NEDER, Op. Cit., 2012, pp.48-49.

Ainda que a “Constituição Social” tenha representado uma nova fase para o Brasil e a cidade do Rio de Janeiro no tocante à cidadania, à participação popular e ao controle social, e que tenha mantido variados princípios presentes na Constituição de 1891 e inovado em outros, logo foi substituída e um novo período começou. O fim da Primeira República se consolidou e o país ganhou uma nova Carta: a “Constituição Polaca”.³⁶⁹

Outorgada pelo presidente Getúlio Vargas no mesmo dia em que foi implantada a ditadura do Estado Novo, 10 de Novembro de 1937, ficou conhecida como “Polaca” por ter franca inspiração na autoritária Constituição polonesa de 1935, que obteve êxito na consolidação de um Estado Social. No caso do Brasil a sua maior característica, que merece destaque, foi a concentração e centralização de poderes na figura do Presidente da República, chefe do Executivo, que alçou uma intervenção mais direta no que tange à elaboração de lei e mesmo na expedição de decretos. Para Ângela de Castro Gomes, a outorga da nova Constituição e a instauração de um novo regime político, o Estado Novo (ou “Novo Estado Nacional”), procurou articular uma política ideológica que afirmasse e legitimasse a “grandeza de sua inovação”.³⁷⁰

Embora tenha aberto o caminho para a prática da chamada “democracia direta”, a nova Constituição modificou o processo eleitoral e retirou dos trabalhadores sindicalizados o direito à greve. O objetivo era claramente afogar as demandas populares e fortalecer os mecanismos de controle sobre as classes pobres e os operários. Como reflete Gomes, foi um momento em que a “ideologia política revela, de forma nítida, a teia de relações existentes entre ideologia e poder”.³⁷¹ Por fim, acabava por ser considerado cidadão aquele que trabalhava e colaborava com sua força produtiva com a construção da nação, o seu desenvolvimento industrial e a consolidação da República; aquele que abrisse mão de sua individualidade visando a construção de uma nação liberal.

De toda forma, a ideia de povo partia do desenvolvimento da concepção de uma “índole do povo” e apresenta em si mesma uma “tentativa de generalização e homogeneização”.³⁷² Desde a Proclamação, mas principalmente no período após a década de 1910, estes debates foram se alargando e a constituição do mercado de trabalho, base da ordem burguesa, se dava na elaboração do discurso jurídico que criava conceitos como os de

³⁶⁹ BRASIL. “Constituição dos Estados Unidos do Brasil – outorgada a 10 de novembro de 1937”. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm>

³⁷⁰ GOMES, Ângela de Castro Gomes. “O redescobrimto do Brasil”. In: OLIVEIRA, Lucília Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela de Castro Gomes (orgs.). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982. pp. 109-150.

³⁷¹ Ibidem, p. 109.

³⁷² NEDER, Op. Cit., 2012, p. 93.

“criminalidade” para justificar o exercício do poder disciplinar sobre as camadas pobres. O processo de ideologização alargou e popularizou a construção do “nacional”.³⁷³ Isto, mesmo assim, não impediu a existência de resistências e ações coletivas ou individuais contra as ações normatizadoras do Estado.

Infelizmente, em relação ao objeto aqui estudado, nenhuma das fontes analisadas foi conclusiva ou forneceu informações suficientes que comprovem a participação ativa dos homossexuais nas grandes revoltas e conflitos populares que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro ao longo das décadas aqui enfatizadas. Tudo o que posso fazer, neste sentido, é levantar hipóteses a partir dos dados recolhidos: os homens inseridos no universo das práticas homoeróticas e da prostituição masculina na cidade criaram redes de solidariedade e sociabilidade entre si e com outros indivíduos considerados “socialmente excluídos”, como as prostitutas, os homens e mulheres pobres, os malandros, os militares de baixo escalão, os trabalhadores urbanos fora do mercado formal, os donos e frequentadores das “casas de dar fortuna” e *zungús* etc. Formavam, por isso, a camada mais baixa da sociedade, a “vergonha da humanidade” (como os chamou o autor da carta publicada no jornal *O Rio Nu*, no primeiro capítulo) – e se todos eles participaram das ações sociais e dos movimentos populares durante os anos pesquisados, por que não também os “frescos” e “bagaxas”? Não é de se estranhar, portanto, que sobre eles os ideólogos do poder e da ordem, os juristas, policiais, médicos e as autoridades públicas agissem visando o seu controle, regulamentação e disciplinamento. E este mesmo tipo de ação também era direcionado aos pobres e “vagabundos”, isto é, aqueles que não tinham como comprovar o exercício de uma profissão formal e ficavam pelas ruas. Este será o principal argumento adotado para justificar a detenção e prisão dos homens que faziam a vida como “bagaxas”.

O processo de criminalização, disciplina e repressão trazido pela ordem burguesa republicana fazia parte da constituição do mercado de trabalho.³⁷⁴ E, sem dúvida, do processo de formulação da cidadania almejada para a fundação da “nação”. Havia uma necessidade da conjuntura histórica em substituir o escravismo pelo trabalho livre sem que, com isso, fossem pensados caminhos para a integração daqueles indivíduos libertos e pobres na sociedade. Para Neder, utilizando a figura do “malandro” como representação da resistência à “ordem” trazida pelas “relações sociais de produção capitalista”,

³⁷³ Ibidem, p. 79.

³⁷⁴ Ibidem, p. 113.

A apropriação da ideologia do *trabalho* aparece enquanto tentativa de normatizar a sociedade de classes que está se estruturando, acompanhada pelo contrário, a *malandragem*, que vai açambarcar todos aqueles que não se enquadram nesta nova norma.³⁷⁵

O malandro expressa a resistência popular à “ordem” instituída pelas relações capitalistas. Muitas vezes apresentado como “bandido” pelas autoridades, obras literárias e jornais da época, seria no fim um tipo de “anti-herói” para as classes mais pobres, uma alegoria das insatisfações populares.³⁷⁶ E estas insatisfações tomaram as ruas do Rio na forma de manifestações populares, algumas violentas e conflituosas, em vários momentos entre 1890 e 1938. Naquele contexto pós-abolicionista, onde a cidade estava repleta de pessoas negras recém-libertas da escravidão, com um excessivo número de imigrantes que não cessavam de chegar e um manifesto desequilíbrio entre homens e mulheres, as classes dominantes tentavam disciplinar e enquadrar toda esta população em sua ideologia de “civilização”.

A cidade se modernizava de maneira despótica e a ordem capitalista se impunha forjando o homem livre no trabalhador expropriado dos antigos modos de produção. Chalhoub argumenta que o regime republicano tinha como projeto político submeter o “populacho” ao trabalho assalariado.³⁷⁷ Em seus termos,

A imersão do trabalhador previamente expropriado nas leis do mercado de trabalho assalariado passa por dois movimentos essenciais, simultâneos e não excludentes: a construção de uma nova ideologia do trabalho e a vigilância e repressão contínuas exercidas pelas autoridades policiais e judiciárias.³⁷⁸

Ao analisar processos criminais para entender o cotidiano dos trabalhadores pobres na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, ele identificou personagens cujas vivências são representativas das estratégias de controle e disciplina implementadas pela ordem jurídica e a reação dessas pessoas frente às “contradições ou conflitos no interior do próprio aparato jurídico-repressivo”³⁷⁹ e das lutas internas às classes populares, como as rivalidades de nacionalidade e raça. Mais do que nunca era preciso estabelecer o trabalho como um conceito e um dispositivo regulador da sociedade, civilizador, para que a ordem

³⁷⁵ Ibidem, p. 241. Grifos da autora.

³⁷⁶ A professora Gizlene Neder realiza um aprofundado debate sobre a figura do “malandro” nos processos históricos do Rio de Janeiro e sua apropriação pela historiografia sobre a cidade no capítulo “Nação, mercado e indivíduo no Rio de Janeiro: a cidade como ‘caixa de ressonância’”, em seu livro *Discurso Jurídico e Ordem Burguesa no Brasil*, 2012, Op. Cit., pp. 233-268. Ver também SANTUCCI, Op. Cit.

³⁷⁷ CHALHOUB, Op. Cit., 2015, p. 46.

³⁷⁸ Ibidem, p. 47.

³⁷⁹ Ibidem, p. 41.

burguesa garantisse a sua continuação. Isto se aplicava na ação sobre os “corpos” e “mentes” dos pobres, na inculcação do sentimento “nacionalista” contra os sentimentos de “ócio” e “preguiça”, posto que eles deveriam ser integrados à sociedade, amantes de sua cidade, promover a sua “modernização” e “evolução” tornando-se “pessoas de bem”. Enfim, o ideário liberal de “ordem e progresso”. Advinha daí a vigilância policial que estigmatizou os indivíduos desconformes como “vadios”, “vagabundos” e “desordeiros” – não ironicamente adjetivos semelhantes aos utilizados no período analisado em referência aos homossexuais, quando andavam pelas ruas do Rio.

Mas aquelas pessoas, malgrado todas as ações impostas, resistiam e moviam-se contra o processo a partir do qual lhes era destinado um tratamento específico, combatendo a sua ociosidade, práticas cotidianas e costumes “defendendo” a honra, a moral e a ideologia burguesa do trabalho como edificador e dignificante dos indivíduos. Os agentes do Estado, em especial os policiais, atuavam em nome da lei pensada no discurso jurídico e do que era classificado como “saudável” e “higiênico” para a cidade pelos médicos.

O Rio era a “Cidade Maravilhosa” fundada nas obras levadas a cabo na administração de Pereira Passos, e ainda posteriormente, em 1920, quando recebeu a visita do Rei Alberto e da Rainha Elisabeth da Bélgica. Todavia, ao mesmo tempo em que fascinava, amedrontava. As camadas populares foram desenvolvendo uma mistura de medo e raiva da polícia e das demais autoridades e agentes do Estado, o que insurgia nos momentos de revolta. E as classes dominantes preocupavam-se e temiam as epidemias, os conflitos de rua, os “malandros”, as crianças pobres, a prostituição, enfim: tudo e todos que pudessem ser expressos através da ideia generalizante das “classes perigosas”.³⁸⁰ Conforme a polícia atuava no cotidiano da metrópole, se envolvia com as esferas públicas e privadas da vida.

As políticas de reforma e saneamento urbanos eram aplicadas de maneira violenta e coercitiva, e as revoltas populares eram constantes. Embora a cidade viesse sendo reformada visando a sua modernização como “espelho da República brasileira”, certas práticas das classes pobres representavam continuidade do pensamento social colonial e imperial, o que tomava forma nos momentos de efervescência em que se organizavam. Exemplos de episódios assim em análises na historiografia não faltam, como a Revolta das Carnes Verdes, ocorrida em 1902, a Greve Geral de 1903, a Revolta da Vacina, em 1904, a Revolta dos Marinheiros, de 1910, e as ações populares contra as obras no centro da cidade, responsáveis pela destruição de casas, cortiços e ruas totalmente habitadas.³⁸¹

³⁸⁰ SANTUCCI, Op. Cit., p. 15.

³⁸¹ Todos estes acontecimentos não estão diretamente relacionados ao meu estudo sobre os homossexuais, a

Os esforços das autoridades para proteger as famílias, a “honra”, a “moral” e o processo “civilizatório” de acordo com a “higienização” da cidade provocavam variados conflitos, agravados no espaço privado dos lares devido ao clima de constante pressão ocasionada pelos mecanismos compulsórios de construção dos gêneros visando à manutenção da ordem hegemônica cujo objetivo era a reprodução de corpos onde se alinhasssem gênero e sexo ou gênero e sexualidade e práticas sexuais, de acordo com as suas naturezas biológicas. A família era uma metáfora da “nação”, do sucesso da ordem social brasileira.³⁸² Aquelas pessoas enfrentavam, ao mesmo tempo, a reelaboração das normas de combate à desonra feminina, a todas as formas de prostituição e à perversão do instinto sexual masculino ocasionada pelo “vício” do “homossexualismo”. Por isso muitos homens decidiam abandonar as suas famílias para viver e trabalhar nas ruas, como nos casos de Zazá, H. O., Bembem e S. M. de F., sobre quem falarei à frente. E também por isso foram se tornando, nas ruas, além de um “problema médico”, um “problema de polícia”.

prostituição masculina e as práticas homoeróticas, e por isso optei por não comprometer o desenrolar do texto entrando nesta seara. Mas compreendê-los ajuda na concepção de todo o contexto histórico em que se inscreve o objeto em análise, ou seja, a cidade do Rio de Janeiro entre 1890 e 1938 – contexto este no qual sem dúvida aqueles homens tiveram que encontrar meios de agir e se organizar. Ainda que eu não me aprofunde aqui sobre estes temas, indico a consulta a trabalhos cujos autores e autoras, das décadas de 1990 e 2000, construíram teses ainda hoje debatidas, alargaram os argumentos da produção historiográfica anterior e trouxeram novos olhares teóricos sobre as revoltas populares na cidade. São eles: CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit., 2014; MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986; NASCIMENTO, Álvaro Pereira. *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad X / Faperj, 2008; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *As barricadas da saúde: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002; SANTUCCI, Jane. Op. Cit., 2008.

³⁸² Ao longo desta pesquisa, me aproximei e lancei mão dos apontamentos e das conclusões alcançadas por Sueann Caulfield em seu livro *Em defesa da Honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)* (2005) acerca das relações de gênero no âmbito familiar e da problemática envolvendo os processos jurídicos e políticos sobre a questão da honra sexual e da moral feminina no contexto da construção da “moral nacional” no processo histórico de reformas urbanas e comportamentais visando a “civilização”, a “modernização” e a inserção da sociedade carioca na ordem burguesa que se estabelecia com a industrialização do país. Outro trabalho fundamental foi o livro *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano* (1993), de Rosa Maria Barboza de Araújo. Nele a autora promove uma análise comparativa entre a família patriarcal, conservadora, privada ao âmbito íntimo do lar e dedicada na construção da “docilidade feminina”, e as novas elaborações nas relações de gênero causadas pelas mulheres que começavam a trabalhar e estudar fora, rompendo antigas fronteiras e descobrindo novas experiências de honra e moral. Araújo aponta que a família, pressionada pelos dispositivos de controle e disciplina trazidos pela ordem burguesa no alvorecer do século XX, se reinventa nas vivências trazidas pelas ruas em momentos de sociabilidade, como nos clubes e teatros, e na boêmia da vida noturna. Ela trata das mudanças na vida doméstica e na estrutura das casas, a manutenção da supremacia masculina e o desenvolvimento de um novo modelo matrimonial. Sobre o desenvolvimento do modelo burguês de relação entre homens e mulheres, os discursos e o pensamento social sobre as mulheres “da gandaia” ou trabalhadoras, ver CHALHOUB, Op. Cit., 2015, pp. 177-238.

3. O Código Penal de 1890: poder disciplinar, perseguição policial e criminalização dos homossexuais e da prostituição homoerótica no Rio de Janeiro

“Flor de abacate”, apelido utilizado por S. M. de F., morava em São Paulo quando foi entrevistado por Edmur Whitaker e relatou a sua história, tal como Zazá. Natural de Belo Horizonte, “Flor” declarou ter começado a vida “de pederasta passivo aos 12 anos de idade com um motorista”, com quem manteve um relacionamento por dois anos. Envolveu-se em seguida com um cabo da Polícia Especial e estava, naquele ano de 1938, aos 36 anos de idade, “amasiado com uma prostituta”. Contudo, dois trechos do seu depoimento merecem atenção e destaque: seu gosto em travestir-se de mulher, principalmente durante o carnaval quando, segundo ele, a polícia não o incomodava; e o período (não datado) em que viveu no Rio de Janeiro, “onde teve dias de fartura monetária, mantinha um luxuoso apartamento, onde desfrutava de todas as comodidades”. No Rio tinha como principal local de frequência a Cinelândia, notório ponto de encontro entre “os pederastas passivos e ativos”.³⁸³

Enquanto Zazá e H. O. informam acerca da perseguição policial que os homossexuais e aqueles que se prostituíam sofriam nas ruas do Rio de Janeiro, “Flor de abacate” fala sobre a tolerância dos policiais com o “travestismo”³⁸⁴ durante o período do carnaval, uma realidade muito diferente do restante do ano, visto que o próprio Código Penal de 1890 trazia no seu texto um artigo que punia explicitamente esta prática. Além dele, outros artigos deram, de maneira velada, as condições para a criminalização policial e social das práticas homossexuais. Mas se a homossexualidade e a prostituição masculina, com o início da República e a virada para o século XX, eram muito mais um problema social “para os médicos resolverem”, diferentemente da prostituição feminina, que era uma “questão jurídica e policial”, como o universo do homoerotismo foi sendo abraçado e normatizado pelo discurso jurídico e pelas práticas policiais? Quais foram as normas impostas pela ordem

³⁸³ WHITAKER, Op. Cit., 1938-1939, p. 253.

³⁸⁴ Emprego, nesta pesquisa, o conceito de “travestismo” em referência ao uso de peças, roupas e adereços da indumentária feminina por homossexuais no período analisado, sem ignorar que homens heterossexuais faziam igual uso do “travestismo” em peças teatrais, festas e durante o carnaval no Brasil desde o período colonial. No que tange aos homossexuais, a adoção de indumentária feminina é lida aqui como uma forma de código de referência entre os que se prostituíam e seus clientes em potencial (podendo variar no uso de poucos adornos até uma transformação mais “radical”, desde comportamentos mais heteronormativizados até outros lidos como mais “afetados e efeminados”), bem como uma performance de resistência e questionamento frente à ordem compulsória heterossexual e contra a massificação do capitalismo industrial imposta pela ordem burguesa. Busco não incorrer no erro do anacronismo de interpretar o “travestismo”, naquele período, como a “travestilidade”, em referência às travestis, uma expressão de gênero que difere da designada biologicamente para a pessoa em seu nascimento tal como sabemos ser nos dias atuais. Todavia, não ignoro que já nos anos em análise havia indivíduos de gênero biológico masculino que liam a sua identidade e expressavam-na no feminino, como Zazá em seu relato. Esta construção e expressão identitárias, a partir do questionamento dos gêneros binários, porém, não faz parte do meu horizonte de estudo neste trabalho específico.

burguesa sobre aqueles homens e através de quais mecanismos? Como se constituiu em prática policial o poder disciplinar arregimentado pelo discurso jurídico e qual a sua relação com os conceitos de “criminalidade” e “vadiagem”/“vagabundagem” utilizados para a regulamentação do mercado de trabalho?

Embora no novo regime proclamado no Brasil em 1889 a homossexualidade em si não fosse mais caracterizada como um crime ou uma ilegalidade, foi um longo processo histórico, desde os tempos coloniais, para que a situação se configurasse desta forma. Trevisan aponta que o “pânico” provocado pelos comportamentos homoeróticos seria uma herança europeia de quando “nos tornamos geograficamente uma nação nos moldes ocidentais”.³⁸⁵ Antes de sodomita ser uma referência aos homossexuais, era um termo empregado pela legislação civil portuguesa para definir a pessoa que praticasse a penetração anal, fosse homem ou mulher. É importante destacar que essa questão era vista muito mais como um “pecado”, um assunto religioso que causava discussão entre os juristas, fazendo com que as decisões fossem tomadas a partir do direito canônico e do direito romano.

Desde as *Ordenações do Reino de Portugal* (a compilação mais antiga de todas as leis portuguesas, contendo a Constituição e os Códigos Penal e Civil), passando pelas *Ordenações Afonsinas* (1446), as *Manuelinas* (1521), as *Filipinas* (1603) – sendo que as duas últimas tiveram como base as *Afonsinas* –, a sodomia era considerada ilegal e penalizada, chegando a ser comparada aos crimes de lesa-majestade. Segundo Trevisan, nas *Ordenações Filipinas* (que vigoraram no Brasil até mesmo após a sua independência, tendo sido atualizada na Constituição de 1823), toda pessoa, da qualidade que fosse, tendo “cometido o pecado da sodomia”, seria queimada e teria os seus bens confiscados.³⁸⁶ Além da sodomia, havia penalizações para o “pecado de molície” (a masturbação) e o “travestismo”.

Em concordância com este argumento, Green escreve que:

Quando dois homens estavam envolvidos, o Ofício da Sagrada Inquisição que se instalou em Portugal em 1553, assim como o código penal português consideravam tanto o penetrador quanto o receptor como sodomitas. Uma pessoa culpada por essa ofensa era condenada à fogueira e podia ter suas propriedades confiscadas. Entre 1587 e 1794, a Inquisição portuguesa registrou 4.419 denúncias. Estas incluíam tanto os suspeitos de terem praticado sodomia quanto os que forneciam confissões atestando o fato de terem cometido o “pecado abominável e pervertido”. Do total, 394 foram a julgamento, dos quais trinta acabaram sendo queimados: três no século XVI e 27 no século XVII. Os que não recebiam a pena de morte podiam ser condenados a trabalhos forçados nos navios de guerra do rei ou ao exílio temporário ou perpétuo na África, Índia ou no Brasil. Em geral, essas duras punições eram

³⁸⁵ TREVISAN, Op. Cit., p. 160.

³⁸⁶ Ibidem, p. 161.

decretadas após o condenado já ter tido suas propriedades confiscadas e sido brutalmente chicoteado em público.³⁸⁷

Uma importante mudança em relação ao tratamento oferecido ao homoerotismo e aos homossexuais no Brasil ocorreu com a promulgação do Código Criminal Imperial, de 1830. Estabelecendo crimes e delitos como sinônimos, trazia na formulação do seu texto o que na época era considerado o mais “moderno” no tocante à legislação criminal, influenciado pelo filósofo inglês Jeremy Bentham, pelo Código Penal francês de 1791 e pelos Códigos Napoleônico (1810) e Napolitano (1819), eliminou a figura jurídica do “sodomita” e toda e qualquer referência às práticas homoeróticas. Um avanço em pleno século XIX quando comparado com outros países, como os Estados Unidos e a Inglaterra do mesmo período. Foi, contudo, neste Código que surgiram os crimes de “ofensa à moral e aos bons costumes”, no Artigo 280, cujo texto diz:

PARTE QUARTA
Dos crimes policiaes
CAPITULO I
Ofensas da Religião, da Moral e Bons Costumes

[...]

Art. 280. Praticar qualquer acção, que na opinião publica seja considerada como evidentemente offensiva da moral, e bons costumes; sendo em lugar publico.
Penas - de prisão por dez a quarenta dias; e de multa correspondente á metade do tempo.³⁸⁸

Ficavam, dessa forma vaga, definidos os “crimes morais”, infração na qual a prática homoerótica passou a ser enquadrada a partir de então, posto que caberia à polícia decidir o que era considerado indecente ou não. Logo, o indivíduo que mantivesse relação sexual ou amorosa com pessoas do mesmo gênero continuava, pelo menos superficialmente e numa primeira aproximação, isento da repressão e de intervenções das instituições de poder.

Embora as práticas homoeróticas tenham se tornado a partir da segunda metade do século XIX uma questão principalmente para os médicos, higienistas e psiquiatras, juristas, bacharéis e juízes ainda se preocupavam em delimitar e enfrentar o que viam como um “mal social”. Mesmo não sendo mais um sujeito juridicamente definido, um criminoso propriamente dito, tornando-se no discurso médico um indivíduo de sexualidade e personalidade desviante, dotado de natureza e influências “anormais” em sua formação, o

³⁸⁷ GREEN, Op. Cit., 2000, pp. 55-56

³⁸⁸ BRASIL. “Código Criminal do Imperio do Brazil – Lei de 16 de dezembro de 1830”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm>

homossexual ainda tinha as suas práticas punidas e perseguidas pela polícia. E esta situação ganhou novos contornos com o Código Penal Republicano, de 1890.

Utilizado aqui como marco temporal delimitador da pesquisa, igualmente como documento histórico, o Código Penal de 1890 teve como referência os “crimes contra a moral e os bons costumes” trazidos no Código de 1830 para estabelecer uma legislação que implicitamente tratava e era aplicada aos homossexuais. Fortemente baseado no liberalismo e na ideologia burguesa conservadora, que visava a preservação da moral e da decência públicas, através deste aparato jurídico, ainda que a homossexualidade “não fosse ilegal”, os policiais e tribunais tinham à sua disposição um mecanismo incontestável no qual se basear para controlar esse “comportamento desviante”.

Naquela conjuntura onde se pensava a “construção nacional”, as reformas eram urgentes em todos os âmbitos, o que promoveu uma revisão das leis, tanto civis como criminais, e a “decretação de reformas e disposições complementares”.³⁸⁹ Dessa forma, o Código de 1830 não podia ser mantido, e assim foi aprovado e promulgado pelo Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890, o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. Dividido em quatro Livros, trazia, entre os seus princípios, uma distinção das infrações entre “crime” e “contravenção”, a isenção de toda pena quando não provada intenção criminosa, a “inimputabilidade do menor de nove anos e sujeição somente dos culpados maiores desta idade e menores de 14 anos” que eram recolhidos temporariamente, a ponderação das circunstâncias agravantes e atenuantes para que se determinasse os graus de culpa e pena etc.³⁹⁰ Em seu texto, encontramos quatro artigos de lei que, devido os termos genéricos empregados, abriam brechas para interpretações variadas. Dois artigos encontram-se no Livro II, e os outros dois no Livro III:

CODIGO PENAL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

[...]

LIVRO II

Dos crimes em especie [...]

TITULO VIII

Dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das familias e do ultraje publico ao pudor

CAPITULO I

DA VIOLENCIA CARNAL

³⁸⁹ NEDER, Op. Cit., 2012, p.84.

³⁹⁰ Neder, em seu livro (2012), traz uma lista com os princípios essenciais adotados pelo Código Penal de 1890 que podem ser consultados nas páginas 85 e 86. Aqui dou destaque apenas aos que interessam para entendimento básico do objeto estudado.

Art. 266. Attentar contra o pudor de pessoa de um, ou de outro sexo, por meio de violencias ou ameaças, com o fim de saciar paixões lascivas ou por depravação moral:

Pena - de prisão cellular por um a seis annos.

Parapho unico. Na mesma pena incorrerá aquelle que corromper pessoa de menor idade, praticando com ella ou contra ella actos de libidinagem.[...]

CAPITULO V DO ULTRAGE PUBLICO AO PUDOR

Art. 282. Offender os bons costumes com exhibições impudicas, actos ou gestos obscenos, attentatorios do pudor, praticados em logar publico ou frequentado pelo publico, e que, sem offensa á honestidade individual de pessoa, ultrajam e escandalisam a sociedade:

Pena - de prisão cellular por um a seis mezes. [...]

LIVRO III Das contravenções em especie [...]

CAPITULO VII DO USO DE NOME SUPPOSTO, TITULOS INDEVIDOS E OUTROS DISFARCES

Art. 379. Usar de nome supposto, trocado ou mudado, de titulo, distinctivo, uniforme ou condecoração que não tenha;

Usurpar titulo de nobreza, ou brazão de armas que não tenha;

Disfarçar o sexo, tomando trajos improprios do seu, e trazel-os publicamente para enganar:

Pena - de prisão cellular por quinze a sessenta dias.

Parapho unico. Em igual pena incorrerá a mulher que, condemnada em acção de divorcio, continuar a usar do nome do marido. [...]

CAPITULO XIII DOS VADIOS E CAPOEIRAS

Art. 399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes:

Pena - de prisão cellular por quinze a trinta dias.

§ 1º Pela mesma sentença que condemnar o infractor como vadio, ou vagabundo, será elle obrigado a assignar termo de tomar occupação dentro de 15 dias, contados do cumprimento da pena.

§ 2º Os maiores de 14 annos serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriaes, onde poderão ser conservados até á idade de 21 annos.³⁹¹

Discuti brevemente o Artigo 266 quando analisei o caso do menino José Edmundo, no capítulo anterior. Ele era responsável por enquadrar o que fosse considerado atentado ao pudor, e foi mais aplicado aos casos em que homens adultos praticaram relações sexuais com menores de idade. Foi alterado em 25 de setembro de 1915 pela Lei n. 2.992, que modificou a sua pena e acrescentou novos parágrafos:

³⁹¹ BRASIL. “Código Penal dos Estados Unidos do Brazil – Promulgado pelo General Manuel Deodoro da Fonseca pelo Decreto n. 874 de 11 de outubro de 1890”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm>

TÍTULO VIII
DA CORRUPÇÃO DE MENORES DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA
DA HONRA E HONESTIDADE DAS FAMÍLIAS E DO ULTRAGE PÚBLICO
AO PUDOR

Art. 266. Attentar contra o pudor de pessoa de um ou de outro sexo, por meio de violência ou ameaça, com o fim de saciar paixões lascivas ou por depravação moral:
Pena - de prisão cellutar por um ou tres annos.

§ 1.º Excitar, favorecer ou facilitar a corrupção de pessoa de um ou de outro sexo, menor de 21 annos, induzindo-a à pratica de actos deshonestos, viciando a sua innocencia ou pervertendo-lhe de qualquer modo o seu senso moral:

Pena - de prisão cellutar por seis mezes a dous annos.

§ 2.º Corromper pessoa menor de 21 annos, de um ou de outro sexo, praticando com ella ou contra ella actos de libidinagem:

Pena - de prisão cellutar por dous a quatro annos.³⁹²

O Artigo 282, que tratava do “Ultraje Público ao Pudor”, falava sobre atos ou gestos que pudessem ser considerados obscenos e atentatórios contra a honra, a moral e o pudor caso cometidos em público. Seu texto era um dos mais abrangentes e dava liberdade de interpretação aos policiais e juízes, que podiam classificar qualquer comportamento público não-heteronormativo como “ultraje ao pudor”. Era usado principalmente no caso de adultos que realizassem sexo com outros adultos, ou em discussões e brigas populares com caráter duvidoso, especialmente se em espaço público, como no caso da querela entre o espanhol Baudílio Gally e o turco José Nasma, analisada no primeiro capítulo.

O Artigo 379 proibia e perseguia o “travestismo”, interpretado como contravenção. Conforme informou “Flor de abacate”, ainda que em festas populares e durante o carnaval a polícia agisse com certa tolerância em relação a este comportamento, que nestas ocasiões era adotado inclusive por homens heterossexuais (o que dificultava a sua aplicação diretamente sobre os homossexuais), durante o resto do ano homens que fossem vistos trajando indumentária feminina completa ou apenas alguns adereços poderiam ser facilmente detidos e presos.

Já o Artigo 399, a quarta maneira que a ordem jurídica encontrou de regular, normatizar e disciplinar o “homossexualismo” e os comportamentos homoeróticos, punia e prendia quem fosse acusado de “vadiagem” ou “vagabundagem”. Segundo Green e Polito, este artigo era utilizado pela polícia para controlar, principalmente, as pessoas que viviam da prostituição e que não tinham como comprovar o exercício de uma profissão. Dessa forma o

³⁹² BRASIL. “Lei N. 2.992, de 25 de setembro de 1915”. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-2992-25-setembro-1915-774536-publicacaooriginal-138024-pl.html>>

infrator, quando detido, “deveria arranjar um emprego remunerado dentro de quinze dias após sua soltura”.³⁹³

É importante ressaltar a posição central que estes quatro itens criados pelo aparato legislativo através do discurso jurídico tiveram na regulação e normatização da vida dos homossexuais na cidade do Rio de Janeiro no período enfocado. Dificilmente aqueles homens conseguiam escapar de seus enquadramentos disciplinares, e quando ocorria de serem detidos, como percebido, não tendiam a ficar presos por muito tempo. Se os seus comportamentos fossem entendidos como “pervertidos” e criminosos, poderiam cumprir a pena na Casa de Detenção. Caso fossem lidos como “invertidos”, “viciados” ou “degenerados” costumavam ser encaminhados a médicos-legistas ou psiquiatras para serem estudados, avaliados e passarem pelos “tratamentos indicados” (como no caso dos 195 homossexuais analisados pelo Dr. Leonídio Ribeiro no Laboratório de Antropologia Criminal do Rio de Janeiro, sobre o que discorremos no capítulo dois deste trabalho). Trevisan sugere que aqueles grupos não viam a “necessidade da criação de um instituto especial para pederastas”, haja vista a existência do Manicômio Judiciário que funcionava paralelamente como prisão e como asilo.³⁹⁴ No fim, eram as autoridades que possuísem o domínio sobre o conceito de *normalidade* que poderiam manipular e decidir livremente o que era ou não aceitável na sociedade.

Estes quatro artigos foram suficientes, tendo como pano de fundo o contexto repressivo e disciplinador do início da República no Rio de Janeiro, para dar uma base legal para a perseguição e o controle de qualquer manifestação pública que fosse considerada homoerótica ou de prostituição masculina. E até 1938 os juristas e médicos continuaram a discorrer e discordar acerca do que de fato era a homossexualidade: se uma mera “doença” ou “vício” (a “inversão” que vinha de nascença), ou uma “depravação” e “degeneração” dos instintos sexuais (um comportamento moralmente “pervertido”). Para aquelas autoridades, principalmente após a década de 1920, o combate ao “homossexualismo” era rigoroso e eficaz na Europa e deveria ser mais duramente adotado pelo sistema brasileiro. No clima de autoritarismo trazido pelo Estado Novo foi realizada, em São Paulo no ano de 1937, a Primeira Semana Paulista de Medicina Legal, onde propuseram metas para “o endurecimento contra a atividade homossexual”.³⁹⁵ Esta preocupação devia-se, em grande medida, à relação que muitos autores faziam entre a homossexualidade masculina e a criminalidade,

³⁹³ GREEN; POLITO, Op. Cit., p. 79.

³⁹⁴ TREVISAN, Op. Cit., p. 184.

³⁹⁵ Ibidem, p. 184.

“entendendo que a criminalidade é uma tendência ‘natural’ entre os homens que gostam de outros homens”.³⁹⁶

Com as mudanças no cenário político republicano, que provocavam alterações em seu regime, os governos foram substituídos e na década de 1930 duas novas constituições foram promulgadas. Na esteira desses processos, os juristas começaram a pensar na elaboração de um novo Código Penal, mais adequado com a nova realidade do país. E para alguns deles, com o apoio de setores da medicina-legal, tal código deveria trazer leis mais duras para resolver o “problema do homossexualismo”. De acordo com a tese do catedrático em direito penal José Soares de Melo, citado por Trevisan, acreditava-se que a melhor solução seria uma ação preventiva de segregação do indivíduo, como “medida de segurança e profilaxia social”, antes mesmo que ele chegasse a realizar qualquer prática criminosa consequente de seu “desvio sexual”. Assim, em 1938, o então ministro da Justiça do Estado Novo Francisco Campos nomeou o jurista Alcântara Machado para a redação de um novo Código Penal para o país. Uma Comissão Legislativa se formou e criou um projeto de Código cujo texto trazia um capítulo específico sobre o “homossexualismo” e uma proposta clara de criminalizar os homossexuais no artigo 258, onde dizia que:

Os atos libidinosos entre indivíduos do sexo masculino serão reprimidos, quando causarem escândalo público, impondo-se a ambos os participantes detenções de até um ano.³⁹⁷

Em se tratando de “anormais”, o projeto de Código trazia outra proposta em uma cláusula que previa:

Tratando-se de anormais por causa patológica ou degenerativa, poderá o juiz, baseado em perícia médica, substituir a pena por medida de segurança adequada às circunstâncias.³⁹⁸

A proposta era uma maior interação entre o Poder Judiciário e a medicina, substituindo a prisão pela hospitalização daqueles homens, ou até mesmo a criação de um instituto especializado para estes casos. Assim, ainda que tal ideia não tenha se concretizado, apontaram como solução os manicômios judiciários já existentes como destino dos homossexuais com comprovadas tendências criminosas. Tais inovações, porém, acabaram não

³⁹⁶ GREEN; POLITO, Op. Cit., p. 91.

³⁹⁷ GREEN; POLITO, Op. Cit., p. 96; TREVISAN, Op. Cit., p. 185.

³⁹⁸ GREEN; POLITO, Op. Cit., p. 97.

sendo incorporadas no Código Penal de 1940, e o artigo 258 nunca foi adotado no Brasil.³⁹⁹ Foi, portanto, deste modo, por estes mecanismos, que o universo do homoerotismo foi sendo abraçado e normatizado pelo discurso jurídico e pelas práticas policiais, através destas normas impostas pela ordem burguesa sobre aqueles homens.

A formulação e a promulgação do Código Penal de 1890 corresponderam às necessidades da sociedade do período, que trouxe inclusive em sua redação as vias que possibilitaram a organização da justiça na cidade do Rio de Janeiro, onde criaram-se 21 Pretorias e Juntas Correccionais de modo a escoar o trabalho e facilitar a ação da justiça criminal na resolução dos pequenos casos, cujo objetivo era a eficácia política e social na manutenção da ordem pública. Neder aponta, inclusive, que foi a partir do Código de 1890 que se pensou a organização judiciária do Distrito Federal, o que ocorreu através de decretos estabelecendo a criação, a estrutura e o funcionamento das instituições voltadas para este fim, como a Colônia Correccional de Dois Rios, subordinada ao Chefe de Polícia do Distrito Federal, para onde eram enviados os mendigos, “vadios ou vagabundos”, ladrões e capoeiras, por exemplo, e a Escola Correccional XV de Novembro, em São Cristóvão, para os menores abandonados que tivessem entre 9 e 14 anos de idade.⁴⁰⁰

Além dessas instituições, a cidade possuía ainda a Casa de Detenção e a Casa de Correção como locais para o cumprimento das penas estabelecidas pelo Código de 1890, sendo os dois prédios originários do período imperial. Devo lembrar que algumas penas consideradas “infamantes”, como o açoite, a prisão perpétua e as penas de galés, já haviam sido abolidas antes de o Código ser promulgado, e no centro do sistema penal por ele estabelecido estavam somente as penas de privação da liberdade, principalmente as de prisão celular, acompanhadas pelas penas com trabalho obrigatório e reclusão. Enquanto a Casa de Detenção era destinada, durante o período analisado, à reclusão de presos por contravenções à disposição das autoridades, a Casa de Correção, além das penas de trabalho, passou a ser destino dos condenados à prisão celular.

Rafael Pereira de Souza, ao pesquisar a repressão e as formas de resistência cultural dos cultos afro-brasileiros nas últimas décadas do século XIX na cidade Rio⁴⁰¹, informa que a Casa de Detenção (cujos livros de matrícula foram por ele utilizados) “foi uma das mais importantes instituições carcerárias da cidade do Rio de Janeiro” na virada para o século XX:

³⁹⁹ Ibidem, p. 97; TREVISAN, p. 185.

⁴⁰⁰ NEDER, Op. Cit., 2012, p. 124.

⁴⁰¹ SOUZA, Rafael Pereira de. “*Batuque na cozinha Sinhá num quer!*”: Repressão e resistência cultural dos cultos afro-brasileiros no Rio de Janeiro (1870-1890). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia: Niterói, Rio de Janeiro, 2010.

Criada por meio do Decreto nº 1.744, de 02 de julho de 1856, e operando a partir do dia 17 de setembro do mesmo ano, nas dependências da Casa de Correção da Corte do Rio de Janeiro, ela fazia parte do complexo penitenciário da cidade [...] A Casa de Correção destinava-se aos presos que cumpriam pena. A Casa de Detenção foi criada para substituir o Aljube, uma antiga masmorra eclesiástica desativada por não mais atender às necessidades da Justiça, [e sua principal função] era a de manter os detidos sem pena – detenções de curta duração por pequenos delitos –, e de manter alguns réus que estavam sendo processados pela Justiça. Obviamente que a população flutuante desta segunda instituição carcerária era muito maior.⁴⁰²

Não só a população carcerária da Casa de Detenção era flutuante como também eram altas as taxas de doenças, internações médicas e mortes devido às péssimas condições internas, à conservação e ao atendimento oferecido, como pude averiguar em alguns relatórios sobre as movimentações de detentos durante o ano de 1916 e alguns meses dos anos de 1917 e 1918.⁴⁰³ Tal foi o caso de detentos como José Custódio da Fonseca, preso em 22 de maio de 1918 e morto em 02 de junho daquele mesmo ano vítima de uma “hepatite supurada”, e de João Guimarães, preso desde 16 de abril e morto em 05 de outubro de 1918 em decorrência de uma tuberculose pulmonar. Ambos estavam incursos no Art. 399, que penalizava a “vadiagem”, e no Art. 400, que punia a sua reincidência. São apenas dois exemplos que destaco dos inúmeros casos de homens presos e enquadrados nestes mesmos artigos, e acredito não incorrer num erro historiográfico quando levanto a hipótese de que muitos “frescos” e “bagaxas” do período que foram levados para a Casa de Detenção por estarem “vadiando” pelas ruas da cidade terminaram perdendo as suas vidas no interior daquele prédio. Em 1905 João do Rio descreveu, em uma crônica, a insalubridade e as péssimas condições do local, o que era um fator de contribuição para as mortes que lá ocorriam:

A galeria superior é dividida por um tapume, com portas de espaço a espaço para o livre trânsito dos guardas. Os presos não podem ver os cubículos fronteiros. Os olhos abrangem apenas os muros brancos e a divisão de madeira que barra a cal das paredes. Quando a vigilância diminui, falam de cubículo para cubículo, atiram por cima do tapume jornais, cartas, recordações.

Estão atualmente na galeria duzentos e trinta e oito detentos. A aglomeração torna-os hostis. Há confabulações de ódio, murmúrios de raiva, risos que cortam como navalhas. Com o sentido auditivo educadíssimo, basta que se dirija a palavra baixo a alguém do primeiro cubículo para que o saibam no último. [...]

⁴⁰² Ibidem, p. 17.

⁴⁰³ POLÍCIA DO DISTRITO FEDERAL. *Relatórios da Directoria da Casa de Detenção do Districto Federal*. Rio de Janeiro, 1916-1918. Documentação apresentada pela Diretoria da Justiça do Rio de Janeiro aos Ministros da Justiça e Negócios Interiores.

Ah! essa galeria! Tem qualquer coisa de sinistro e de canalha, um ar de hospedaria da infâmia à beira da vida. Nos cubículos há, às vezes, dezenove homens condenados por crimes diversos [...] A promiscuidade enoja.⁴⁰⁴

Entendo a punição dos homens “ociosos” e “vagabundos” no Rio de Janeiro a partir de uma relação de correspondência com uma formulação nacional indicativa da construção “histórico-ideológica da ideia burguesa de trabalho”⁴⁰⁵, demonstrativa da organização que as instituições de controle adotaram, desde meados do século XIX, para garantir o seu poder disciplinar. Exemplo desta afirmação seria o modelo arquitetônico que originalmente inspirou a construção da Casa de Correção, baseado no panoptismo, uma construção geralmente em formato circular assentada num policiamento estrito e na observação constante de todas as celas e de todos os presos a partir de uma torre central. Para Foucault⁴⁰⁶, a sistematização dos dispositivos disciplinares, como o panóptico, e a sua disseminação pelas culturas ocidentais remontam ao século XVII, quando tornou-se interessante para as instituições de poder pensar em novos mecanismos de vigilância e controle social para o exercício de seus objetivos disciplinares. O sistema panóptico, que inspirou a construção da Casa de Correção no Rio de Janeiro, é um exemplo do que ele chamou de “sociedades de controle”. Segundo ele,

Na essência de todos os sistemas disciplinares, funciona um pequeno mecanismo penal. É beneficiado por uma espécie de privilégio de justiça, com suas leis próprias, seus delitos especificados, suas formas particulares de sanção, suas instâncias de julgamento. As disciplinas estabelecem uma “infrapenalidade”; quadriculam um espaço deixado vazio pelas leis; qualificam e reprimem um conjunto de comportamentos que escapava aos grandes sistemas de castigo por sua relativa indiferença.⁴⁰⁷

Foi, segundo ele, entre os séculos XVIII e XIX que se desenvolveram as “sociedades disciplinares”, de “controle”, cujo apogeu se daria no século XX. Seu fundamento estaria no biopoder (ou biopolítica), conceito que diz que as relações de poder se estabelecem institucionalmente para gerir e controlar a vida dos indivíduos, disciplinando os seus corpos e mentes. O indivíduo está, assim, sujeito ao poder disciplinar exercido pelas instituições, e move-se de um meio de controle para outro, como a família, a escola, o hospital, a prisão etc. Em resumo, todas as instituições que esforçaram-se em criar mecanismos e dispositivos de

⁴⁰⁴ RIO, João do. “A galeria superior”. In: _____. *A alma encantadora das ruas: crônicas*. 6. reimpressão. Org. Raúl Antelo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. (Cia. de Bolso). p. 203.

⁴⁰⁵ NEDER, Op. Cit., 2012, p. 88.

⁴⁰⁶ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução: Raquel Ramalhe. 41. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

⁴⁰⁷ Ibidem, p. 171.

gerência sobre os homossexuais e homens que se prostituíam na cidade do Rio de Janeiro. Não obstante, a resistência a estes mecanismos e dispositivos institucionais de controle possibilitava aos sujeitos a apropriação da agência sobre as suas próprias vidas e a sua inscrição social na condição de atores e agentes.

A ideologia burguesa buscou meios para se estabelecer e garantir a sua existência através do biopoder, e um deles foi a especialização dos métodos de disciplinamento das massas, como no caso da arquitetura das suas instituições prisionais ou mesmo na prática dos agentes policiais de acordo com o que estava estabelecido no discurso jurídico trazido no Código de 1890. Os homossexuais deviam ser vigiados e controlados. Seus corpos, como de todos os outros homens e mulheres das classes pobres da sociedade carioca do período, deveriam ser inseridos nos moldes estabelecidos, “domesticados” e produzidos. Exemplo deste tipo de ação social compulsória sobre os homossexuais são os mecanismos expostos no capítulo dois a partir dos quais a medicina buscava enquadrá-los na lógica comportamental heterossexual.

Outro exemplo do exercício do poder disciplinar sobre os homossexuais no Rio de Janeiro do período analisado são os artigos de lei do Código Penal Republicano, que ao servir de base ideológica para a formação do mercado de trabalho na sociedade capitalista que se desenvolvia dava, ao mesmo tempo, o fundamento para a perseguição daqueles que não estivessem dentro de suas categorias do que era socialmente “aceitável”. Daí a aplicabilidade do Art. 399, que punia a “vadiagem” e a “ociosidade”, aos homens homossexuais. Vista como uma “praga” nas sociedades modernas, Neder aponta que o processo de ideologização provocado pela ordem burguesa e pelo discurso jurídico tinha pouca eficácia nas práticas de controle sobre os homens “vadios” e “vagabundos”, o que requeria um aumento da repressão policial.⁴⁰⁸ Concebidos como os “outros” fornecidos e criados pela própria ação “da burguesia”⁴⁰⁹, estariam fora das fronteiras da ordem e do progresso; fariam parte, no imaginário político e social carioca, do mundo da desordem⁴¹⁰ – o mesmo enquadramento dado aos homossexuais.

Além de discutir esta problemática na Conferência Judiciário-Policial de 1917⁴¹¹, Aurelino Leal, em seu livro *Polícia e poder de polícia*, de 1918⁴¹², apresenta a sua definição para o crime de “vadiagem”, segundo a qual seria enquadrado nesta tipificação penal quem

⁴⁰⁸ NEDER, Op. Cit., 2012, p. 166.

⁴⁰⁹ Ibidem, p. 167.

⁴¹⁰ Ibidem, p. 286.

⁴¹¹ LEAL, Op. Cit., 1918a.

⁴¹² LEAL, Aurelino de Araujo. *Polícia e poder de polícia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918b.

estivesse envolvido em casos públicos de embriaguez, desordem, falsa mendicidade e quem cometesse práticas que eram socialmente consideradas “costumes dissolutos”. Portanto, a qualquer um cujo comportamento se desviasse dos padrões morais estabelecidos e perturbasse a ordem pública e a constituição do mercado de trabalho, praticado por quem não tivesse como comprovar uma profissão e fosse “pego” na “ociosidade”, seria atribuída a definição de “vadio” e “vagabundo”, e era sobre estes indivíduos que a polícia direcionava com maior empenho a sua atuação.

A atuação policial, não só em relação aos homossexuais como no tocante a todos os que fossem considerados membros das “classes perigosas”, era pensada em caráter nacional, mas com uma preocupação muito maior com relação à cidade do Rio de Janeiro, tida como vitrine e exemplo do país. A imagem da polícia não era boa. Seus agentes eram malvistas pelos pobres⁴¹³ e Leal demonstra o desejo de uma reforma ampla e eficiente dessa instituição no Distrito Federal. Enquanto a cidade passava por mudanças urbanas e certos costumes populares eram forçados a serem modificados, a polícia também passou por um processo de reestruturação para que lograsse bons resultados em suas ações nos problemas daquela sociedade em ebulição. O exercício cotidiano dos agentes da polícia dividia-se na atuação em dois âmbitos: o público e o privado. No primeiro, estavam orientados a reprimir tudo o que ousasse ameaçar a ordem pública; no último, suas atribuições iam desde resolver as situações que envolvessem os cidadãos (roubos, brigas, etc.) até o combate à “vadiagem”.⁴¹⁴ Mas como se deu este processo de especialização da polícia e como era a sua relação com os homossexuais propriamente ditos?

A polícia carioca, surgida no Império com um caráter ao mesmo tempo ideológico e repressivo, precisava tornar-se um exemplo nacional, e desde antes da publicação do livro de Aurelino Leal e da realização da Conferência de 1917 já passava por reivindicações pelo refinamento do seu poder disciplinar, o reaparelhamento de seus agentes e o desenvolvimento de um cientificismo acerca da sua atuação em oposição ao seu caráter inibidor. Desde o final do século XIX e durante as primeiras décadas do século passado ela buscou inserir-se nos debates ideológicos republicanos da ordem social e na adoção de teorias criminológicas que ressignificassem as suas concepções de criminalidade. Surgia, então, a “criminologia”, o estudo do crime como objeto de uma ciência específica, analisado a partir do conhecimento científico. Dessa forma, seus ideólogos se concentraram em traçar perfis comportamentais criminosos e transgressores de acordo não só com a constituição física e biológica dos

⁴¹³ CHALHOUB, Op. Cit., 2015; LEAL, Op. Cit., 1918b. p. 4.

⁴¹⁴ SANTUCCI, Op. Cit., p. 52.

indivíduos, mas também levando em consideração a sua constituição psicológica e prováveis influências nocivas oriundas do meio em que viviam. Seguindo o trabalho teórico de médicos como Cesare Lombroso, segundo os quais existiriam causas determinantes da criminalidade passíveis de isolamento e tratamentos prévios, evitando que “transbordassem” em ações criminosas propriamente ditas, seria possível reconhecer um criminoso recorrendo às medidas de seus crânios, por exemplo. Mas essas teorias receberam críticas até mesmo internamente, de autoridades policiais, que alegavam serem estas mesmas “medidas cranianas” encontradas em pessoas notoriamente honestas. Estas iniciativas e debates teóricos em busca de métodos mais objetivos para a atuação policial no Distrito Federal, embora não tenham tido muito êxito, foram úteis para que a polícia carioca se especializasse e apurasse a sua atividade. Dessa forma, buscando a origem da transgressão e da delinquência, os seus agentes e principais pensadores e articuladores alcançaram um refinamento e uma sistematização de seus pensamentos que culminaram no lançamento da *Revista Policial* em 1903. Anos depois ela acabaria desaparecendo e dando espaço ao *Boletim Policial*, mas a característica principal das duas publicações era a mesma: elaborar e divulgar, além das teorias mais modernas sobre a atuação da instituição policial, um discurso positivador acerca da polícia e de seus agentes. Dentre todas estas, duas das suas principais inovações foram a criação da Escola de Polícia do Rio de Janeiro, em 1912 e, aproximando-se da medicina-legal, a posterior inauguração do Gabinete de Identificação e de Estatística.⁴¹⁵

Desta maneira, como mostra um dos artigos publicados pelo *Boletim Policial* em 1915, intitulado “Como a Medicina Legal pôde servir á Justiça”⁴¹⁶, onde o seu autor busca

415 Para um debate aprofundado sobre estes temas, aqui apenas resumidos, ver os trabalhos consultados: BRETAS, Marcos Luiz. “Revistas policiais no Rio de Janeiro: 1903-1920”. In: BRETAS, Marcos Luiz; GALEANO, Diego (orgs.). *Policías escritores, delitos impresos: revistas policiales en América del Sur*. Buenos Aires: Teseo, 2017. Disponível em: <<https://www.teseopress.com/policiasescritores/>>; BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André. “A história da polícia no Brasil: balanços e perspectivas”. In: *Revista Topoi*, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, pp. 162-173; BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997; CRESPO, Daniele dos Reis. “O cotidiano da repressão policial no Rio de Janeiro da Belle Époque (1902-1906)”. In: *Anais do Primeiro Colóquio do LAHES – Laboratório de História Econômica e Social*. Juiz de Fora, MG: 13-16 de junho de 2005; DARMON, Pierre. *Médicos e assassinos na Belle Époque: a medicalização do crime*. Tradução: Regina Grisse de Agostino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991; NEDER, Gizlene. Op. Cit., 2012; NEDER, Gizlene; NARO, Nancy Priscilla. “A instituição policial na cidade do Rio de Janeiro e a construção da ordem burguesa no Brasil”. In: NEDER, Gizlene; NARO, Nancy Priscilla; SILVA, José Luiz Werneck da (orgs.). *A polícia na Corte e no Distrito Federal: 1831-1930*. Rio de Janeiro: PUC/Divisão de Informação e Edição (DIE), 1982 (Série Estudos); PATRASSO, André Luís de Almeida. *A Escola de Polícia do Rio de Janeiro: ciência, identificação e educação profissional*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2015; PATRASSO, André Luís de Almeida. “Cidade, espaço e conflitos sociais no Rio de Janeiro da República Velha: identificar, vigiar e controlar”. In: *Anais do XV Encontro Regional de História da Anpuh-Rio*. Rio de Janeiro: FFP/UERJ, 23-27 de julho de 2012.

⁴¹⁶ “Como a Medicina Legal pôde servir á Justiça”. In: *Boletim Policial*, ano IX, outubro/dezembro de 1915. Acervo da BNRJ.

uma aproximação com o que vinha sendo desenvolvido em países como Viena e na Prússia, é estabelecido que, com o auxílio da medicina, a justiça estaria melhor “servida” na execução do “*controle inevitável*”.⁴¹⁷ Assim, discussões envolvendo a problemática dos menores abandonados nas ruas e qual o destino deveria lhes ser dado⁴¹⁸, ou as medidas que deveriam ser adotadas para promover a regulamentação da prostituição feminina⁴¹⁹, estavam por trás das orientações positivistas e cientificistas que os agentes policiais recebiam acerca das origens do comportamento criminoso, desviante e transgressor. Como consequência, a polícia do Rio de Janeiro aprimorou a sua atuação, profissionalizou o seu pessoal e se consolidou decisivamente como mais uma instituição a exercer o poder disciplinar na sociedade.

O diálogo aberto com a criminologia, no tocante aos homossexuais e aos comportamentos homoeróticos na cidade, como a prostituição masculina, serviu para a criminalização de suas práticas visando a proteção da ordem, da moral e da honra nacionais. Inúmeros médicos relacionaram a homossexualidade masculina a comportamentos ditos “antinaturais”, “pervertidos”, “viciosos” e “perniciosos”. Daí a associá-la com a criminalidade foi um pequeno passo, e o homossexual, a partir de então um “doente degenerado” com práticas “perigosas” para a nação e a ordem burguesa, precisava ser perseguido e preso para o cumprimento das penas referentes aos seus atos, e em seguida encaminhado aos médicos e psiquiatras para ser “tratado” e ter a sua inversão “corrigida”.

A atuação policial tornou-se mais urbana e influente do que a instituição prisional, mas com isto não procuro afirmar a inexistência de uma relação mútua entre ambas. Muitas vezes, no lugar de ações diretas sobre os rapazes que se prostituíam, o que ocorria era um “favorecimento” por parte dos policiais como no caso das prostitutas, evitando agir em suas áreas de trabalho, bem como prendê-las ou levá-las detidas, para que a simples presença feminina nas ruas sufocasse e desviasse o foco da prostituição homoerótica. Quem defendia esta tese era o médico Pires de Almeida, para quem a não atuação dos agentes policiais sobre as “casas de dança” onde trabalhavam as moças e a colaboração com o desenvolvimento da prostituição feminina impediam a propagação da “pederastia” e diminuía a prostituição masculina, que, segundo o seu raciocínio, perderia forças.⁴²⁰ Mas este mesmo médico dizia que inclusive dentro das prisões e entre as corporações policiais “o uranismo deparava não raro [com] aferradíssimos cultores”:

⁴¹⁷ Ibidem, p. 183. Grifo do autor.

⁴¹⁸ “Sobre o asylo de menores abandonados”. In: *Boletim Policial*, ano I, n. 7, julho de 1907. Acervo da BNRJ.

⁴¹⁹ “Regulamentação do Meretrício”, In: *Boletim Policial*, ano IX, janeiro/março de 1915. Acervo da BNRJ.

⁴²⁰ PIRES DE ALMEIDA, Op. Cit., pp. 49-50.

Cerrando um véo sobre factos que se deprehendem dos costumes libertinos mais ou menos em voga na generalidade d'aquellas primeiras instituições, cumpre notar que, nas differentes enfermarias, é commum encontrar-se pederastas passivos, cujos rectos perderam de todo os esphincteres, transformando-se em verdadeiros funis crivados de vegetações, em verdadeiras *fendas vaginaes* de proporções disformes e horripilantes.

Particularmente nas prisões, a corrupção chegou a tal requinte que, em uma das nossas fortalezas, logo que um preso era recolhido ao xadrez-salão, o carcereiro casava-o com algum outro em disponibilidade, ficando por tres noites os noivos dormindo na mesma tarimba. Por mais extranho que o caso pareça, é authenticico.⁴²¹

Como se vê, embora medidas fossem orquestradas para a atuação policial sobre a prostituição masculina, o seu efeito acabava sendo praticamente nulo. A prisão dos homossexuais era constante na cidade, já mostra Zazá desde o começo, mas as práticas homoeróticas no interior da Casa de Detenção eram a tal ponto de conhecimento público que foram relatadas até pela literatura. Escreveu João do Rio, em uma de suas crônicas: “o ócio dos cubículos é preenchido pelas lições de roubo, pelas *perversões do instinto*, pelas histórias exageradas e mentirosas”.⁴²² O que constatei, portanto, é que a sociedade carioca, por mais que se empenhasse em fortalecer as suas instituições e desenvolver o seu poder de controle, disciplinando os homossexuais e atuando sobre as suas vivências no espaço público, até mesmo implicitamente pelo discurso jurídico que incriminava as suas práticas e autorizava a prisão daqueles homens, nada disso foi o suficiente para sufocar as subjetividades dos “frescos” e acabar com a resistência e as identidades compartilhadas por meio da “indústria bagaxa”.

4. Conclusão do capítulo

Para além do discurso médico-higienista apresentado nos capítulos anteriores, a República trouxe consigo o discurso da ordem a qualquer custo, produzido este pelos juristas. Era preciso criar uma ordem positivista, baseada na razão e na evolução do homem e da sociedade. A partir desse discurso, a República lançou os pilares materiais para o disciplinamento das mentes e dos corpos: as suas Constituições e o Código Penal de 1890. Isto representou a penetração das ideias burguesas liberais europeias e a manifestação autoritária do poder por meio das instituições de controle. No processo de estabelecimento da

⁴²¹ Ibidem, p. 85. Grifos do autor.

⁴²² RIO, João do. “A galeria superior”. In: _____. *A alma encantadora das ruas: crônicas*. 6. reimpressão. Org. Raúl Antelo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. (Cia. de Bolso). p. 206. Grifos meus.

modernidade no Brasil, sendo o Rio de Janeiro a sua cidade exemplar, foi preciso a reforma das leis e a elaboração do conceito de cidadania para quem estaria sob a aplicação dos dispositivos de controle.

De maneira geral, nenhum aspecto da vida daqueles indivíduos das classes pobres escapava às ambições de disciplinamento das classes burguesas, que encontravam suporte no discurso elaborado pelos juristas, empenhados na constituição de um mercado de trabalho capaz de impulsionar o capitalismo e o desenvolvimento industrial do país, bem como a construção nacional. Assim, como impulsionador deste projeto, o discurso jurídico articulou a ideia de uma índole do povo brasileiro a partir de uma noção de honra e moral que deveria ser alcançada para o Brasil se tornar moderno. Dessa forma, criou também as noções de “justiça” e “criminalidade” através do processo de ideologização da ordem burguesa e punia os homens considerados “vadios” e “vagabundos”, logo, perigosos para o “progresso da nação”.

Os debates acerca da cidadania e da participação política dos indivíduos nos processos históricos estenderam-se ao longo de todo o período analisado, e através deles é possível entender a conjuntura na qual viveram homens como Zazá e de que modo eles se relacionavam com estes contextos e formulavam resistências em suas redes de sociabilidade. Nada escapava aos objetivos de disciplinamento do espaço e de controle dos corpos, nem mesmo as casas e a intimidade dos pobres e trabalhadores. Dessa forma, os homossexuais deviam ser vigiados e controlados, e seus corpos deveriam ser inseridos nos moldes estabelecidos pela ordem burguesa nos discursos médico e jurídico, “domesticados” e produzidos.

Outro exemplo do exercício do poder disciplinar sobre os homossexuais são os artigos de lei do Código Penal Republicano, que serviu de fundamento para a perseguição daqueles que não estivessem dentro de suas categorias do que era socialmente “aceitável”, punindo a “vadiagem” e a “ociosidade”, vistas como “pragas nas sociedades modernas”, principalmente entre os homens homossexuais, que se apropriavam dos espaços públicos como seus territórios de ação, por meio da prostituição, e de sociabilidade. Isto requeria o aumento da repressão policial, e esta instituição, assim como a sociedade, também foi reformada sob a ótica do cientificismo.

Assim como no caso das prostitutas e dos loucos, inúmeros médicos relacionaram a homossexualidade masculina a comportamentos ditos “antinaturais” e consolidaram a sua associação com a criminalidade. O homossexual, que não era nem um cidadão nos termos estritos da legislação, nem uma “pessoa normal” nos termos médicos, a partir de então foi lido como um “doente e degenerado” com práticas “perigosas” para a nação e a ordem burguesa,

que precisava ser perseguido e preso para cumprimento das penas referentes aos seus atos, e em seguida encaminhado aos “tratamentos adequados”, desenvolvidos e aplicados por médicos e psiquiatras, para ser “curado e recuperado” para a sociedade. Todavia, por mais que diversas vezes fossem presos por policiais e/ou encaminhados para médicos, os “frescos” e “bagaxas” sempre voltavam às ruas e “recaíam nos vícios”. Esta “recaída” pode ser interpretada como uma metáfora da luta de classes, a busca por liberdade e autonomia na vivência da sexualidade fora dos padrões hegemônicos.

Todo este debate sobre o homoerotismo e a prostituição dos “frescos” não se faz abstratamente, mas sim no contexto de formação da classe trabalhadora do Rio de Janeiro. Assim, até que ponto podem ser pensadas as performances sociais e sexuais daqueles homens como formas singulares e legítimas de organização e encenação da luta de classes? Recorrendo à teoria marxista e recusando o platonismo de determinadas leituras que subsistem nela, penso no problema representado pela contradição entre a “classe em si” e a “classe para si” – o que Thompson abordou como “consciência de classe” e “falsa consciência”.⁴²³ Da mesma forma que ele recuou na temporalidade histórica em busca das origens culturais da formação da classe trabalhadora inglesa, antes da constituição da sociedade de classes capitalista propriamente dita, fiz o mesmo ao pesquisar a construção de círculos homoeróticos em torno da prostituição masculina no Rio de Janeiro entre 1890 e 1938, analisando a construção de seus territórios, performances e resistências, buscando as origens de uma certa consciência ou cultura que fosse determinante no próprio processo histórico do movimento homossexual organizado no Brasil. Dentro das propostas formuladas por Thompson sobre o conceito de experiência histórica com auxílio da antropologia cultural, pude reconhecer, no enfrentamento dos “frescos” e “bagaxas” ao poder policial e médico que atuava em nome da ordem burguesa, a formação singular e legítima de uma “classe social”.

O que deve ficar de fundamental deste debate acerca da repressão institucional pelos aparelhos ideológicos aos homossexuais no início do século passado é uma reflexão sobre em que medida podemos compreender aquela formação singular de consciência e de performance identitária de grupo sem cair numa análise interessada em enquadrá-la em um modelo de atuação definido única e exclusivamente em sentido crítico à ordem burguesa. Sua organização é, de certa forma, paradoxal e ambígua, e justamente por isso rica por possibilitar diferentes aproximações e leituras. Portanto, embora seja a análise que aqui propus e

⁴²³ THOMPSON, Edward P. “Algumas observações sobre classe e ‘falsa consciência’”. In: _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 2. ed. 1. reimpressão. Org.: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014. pp. 269-281.

desenvolvi, a formação das subjetividades e identidades dos homossexuais, bem como as vivências e performances homoeróticas do período estudado, não devem ser tão duramente enquadradas apenas como ação política estrategicamente formulada, pois permitem outras interpretações, tal como a sua leitura enquanto parte da dialética do processo social e das relações de força onde está inserida, podendo até mesmo reafirmar a ordem na busca por reconhecimento.

CONCLUSÃO

[...] Chegou 1936. Embarquei para Santos. Lá, então, comecei a fazer novamente dinheiro de minhas carnes. Voltei às farras, às bebedeiras, aos passeios à beira-mar, aos “flirts” com homens lindos; aos beijos sensuais que eu recebia deles, beijos que jamais esquecerei em minha vida.

Dizia um amigo meu que uma paixão mata a outra. E assim sucedeu comigo... Uma noite, estando eu em um bar, deparei com um rapaz que me olhava atentamente, como se eu fosse uma pessoa de quem êle já tivesse gostado. Depois, chegou-se a mim, delicadamente, ofereceu-me seus préstimos e, em seguida, seu amor.

Com a continuação dos tempos comecei a apaixonar-me por êle. Namorávamos como se fosse eu uma garôta-donzela. [...]

Fiz com que êle viesse morar comigo e eu, fiel a êle, fui trabalhar, para que meu corpo fosse só dele e de mais ninguém.

Se eu me sacrificava dessa maneira, era porque êle dava provas de que me amava. Mas, como diz o ditado: “Não há mal que sempre dure, nem bem que sempre ature”, com o decorrer do tempo uma prostituta começou a perseguí-lo sem tréguas e notei, então, que já não era o mesmo rapaz. [...]

Deixei dele, antes que êle me deixasse. [...]

Deixei Santos e voltei de novo para esta Paulicéia querida, onde vivi o ano de 1937 e estou vivendo agora o de 1938.

Não tenho amado a mais ninguém. Nem quero amar; estou farto. Quero a liberdade. Prisão, só quando o delegado de costumes quiser me ver e, então, fico lá alguns dias, guardado, sofrendo, pagando os meus pecados e ainda alguns pecados de meus antepassados, que foram barões e baronesas, ao passo que eu sou simplesmente um passivo sem remédio e sem esperanças de deixar de ser repudiado; eu sou o Zazá das noites quentes ou frias desta Paulicéia querida!

Estou com 24 anos e acho que estou envelhecendo antes do tempo, devido às muitas prisões injustas, amores loucos e desenfreiados que eu tive para poder cumprir o meu destino e sentir o que as mulheres sentem, isto é, o prazer de gozar com o membro do homem, o membro que ainda adoro como adoro a minha liberdade!

“*The End*”

“Zazá – Z. B. G.”⁴²⁴

Após deixar o Rio de Janeiro e viver brevemente em Santos, Zazá voltou para São Paulo e seguiu sua vida como “bagaxa”. E assim como termina o seu relato, em 1938, chego ao fim do meu estudo sobre os homossexuais que buscaram na prostituição, nas primeiras décadas do regime republicano no Distrito Federal, um meio de realização de suas sexualidades, uma forma de resistência e um trabalho.

Como os homossexuais dos dias contemporâneos, ou mesmo as pessoas heterossexuais de sua época, Zazá viveu amores, aventuras e decepções. Mas, no fim, nunca se viu como alguém “diferente” dos demais. Pelo seu relato, nota-se que ele não se percebia como criminoso nem como doente. E mesmo que várias vezes pudesse ser detido pela polícia, como informa, nunca deixou de se entregar ao que dizia lhe dar prazer: a prostituição, o “gozo

⁴²⁴ WHITAKER, Op. Cit., pp. 251-252. Grifos do autor.

provocado pelo membro do homem”, pois era um “passivo sem remédio” cuja subjetividade médico nem policial algum pôde modificar.

Assim como ele, houve outro homem homossexual do início do século passado que também ganhou a vida pelas ruas do Rio de Janeiro, principalmente na região da Lapa. Este, muito mais conhecido, embora não tenha aparecido antes nesta pesquisa, percorreu cada uma dessas páginas com a sua história. Seu nome era João Francisco dos Santos, o “Madame Satã”.⁴²⁵ Negro, pobre, nordestino imigrante, capoeirista, “malandro” e homossexual, Satã nasceu no início do século XX e chegou ao Rio ainda criança, com cerca de sete anos de idade. Sua figura sintetiza todas as questões que aqui foram discutidas, e se não lhe dei antes os merecidos holofotes, foi porque optei por uma abordagem histórica que privilegiasse os homens desconhecidos. Mas aqui ele aparece, nessa conclusão, pois o seu percurso pessoal se encontra com os caminhos trilhados, e assim como Zazá ele aceitava livremente os seus desejos sexuais e vivia as suas subjetividades.

Satã descobriu a sua sexualidade entre os 13 e 14 anos de idade, mais ou menos na mesma época que o menino Bembem, do conto *O menino do Gouveia*, quando descobriu a sua “vocação para tomar dentro”. Ele “se formou” nas ruas, e como os outros rapazes investigados, adotou uma identidade social compartilhada pela aparência e pelo comportamento. Mesmo sendo constantemente preso e submetido ao poder disciplinar do Estado, acusado de variados crimes e injúrias, nunca abandonou os seus companheiros. Virou lenda na Lapa. Hoje não há quem não conheça Madame Satã. Mas de Zazá e muitos outros, poucos ouviram falar, sem dúvida pelo apagamento de suas histórias no processo histórico.

Apesar de o início do regime republicano no Brasil ter simbolizado para os “frescos” e “bagaxas” o fim explícito da sua classificação criminal nas leis, isto não significou de forma alguma o fim da criminalização de suas práticas no pensamento social – o que acabava por ser a própria criminalização da subjetividade que os formava enquanto agentes e entes sociais. Numa sociedade talhada num momento de variadas transformações como era a cidade do Rio de Janeiro entre 1890 e 1938, as instituições de controle e disciplinamento precisaram se especializar para manter a lógica positivista adotada pelo Estado: a ordem e o progresso.

Médicos intervieram nas famílias e na vida dos indivíduos, afirmando o seu poder de enquadramento e definição de condutas, estabelecendo padrões e conceituando o que era “normal” e o que era “patológico” e necessitava de “ajuste”, “cura” ou “tratamento”. As famílias, por sua vez, tornaram-se igualmente dispositivos de tutela e instituições de controle

⁴²⁵ RODRIGUES, Geisa. *As múltiplas faces de Madame Satã: estéticas e políticas do corpo*. Niterói, RJ: EdUFF, 2013.

e disciplinamento dos corpos, desde a infância até a fase adulta dos indivíduos. Para além do discurso médico-higienista, a República também trouxe consigo o discurso da ordem a qualquer custo, produzido pelos juristas. A partir desse discurso, a República lançou os pilares para o disciplinamento das mentes e dos corpos dos homossexuais, que estavam fora da ideia de cidadania nos termos das Constituições, através do exercício do poder de controle por meio da lei, o que serviu de fundamento para a perseguição daqueles que não estivessem dentro de suas categorias do que era socialmente “aceitável”, punindo a “vadiagem” e a “ociosidade”, vistas como “pragas nas sociedades modernas”. Isto, por sua vez, requeria o aumento da repressão policial, e esta instituição, assim como toda a sociedade, também foi reformada e reaparelhada sob a ótica do cientificismo, se apropriando e dialogando abertamente com o discurso médico-legal.

Todavia, quando analisadas as mudanças nas ordens discursivas e na atuação dos aparelhos ideológicos, segundo as quais aqueles homens não eram mais considerados criminosos, percebe-se que eram ainda entendidos como “doentes com tendências criminosas” que precisavam de cuidados médicos e da vigilância policial. Eram vidas atravessadas pelo *pathos* e pela luta em defesa de suas existências, mas mesmo assim não deixaram de circular pela cidade do Rio de Janeiro, frequentando espaços públicos, tornando-os seus territórios em consequência das relações de poder que se davam neles, e formando vínculos socioculturais, encontrando na prostituição formas de resistência e criação de laços e identidades. Assim, desenvolveram códigos, maneirismos, formas de reconhecimento e técnicas de resistência que compuseram uma cultura homoerótica no início do século passado na capital republicana. Eles utilizaram os territórios urbanos a seu favor, de acordo com os seus interesses, uma formação que serviu para o desenvolvimento e o compartilhamento de identidades múltiplas correspondentes a uma experiência social praticamente única em termos históricos – a marginalização e a exclusão em decorrência de suas sexualidades.

Muitos daqueles homens envolvidos com o homoerotismo repudiavam e discordavam das representações que eram criadas *a priori* sobre eles nos discursos institucionais dos aparelhos ideológicos, e tinham interpretações bastante diferentes sobre si mesmos entre os seus. Estavam marginalizados, eram despossuídos de integração e aceitação social, mas foram capazes de formular suas subjetividades e compartilhar identidades a partir do que faziam e não do que a sociedade imputava a eles, negando até mesmo a reprodução do estereótipo machista por trás do padrão masculino/ativo que dava (e ainda dá) base às relações sociais.

Defendo aqui a ideia de que, antes mesmo da organização propriamente dita do movimento homossexual no Brasil na década de 1970, com táticas de ação e concepções políticas e identitárias em termos de movimento social e de reconhecimento próprio definidos a partir do que vinha sendo elaborado nos Estados Unidos e na América Latina, aqueles homens, no início do século, já desenvolviam o embrião da luta que viria a ser o que ela é hoje em nosso país, e são estas raízes históricas que ousei tentar resgatar. Proponho, dessa forma, uma reflexão mais apurada sobre a formação de uma cultura e de uma identidade homoerótica no Brasil, que é considerada relativamente recente e remonta ao início mesmo das primeiras organizações políticas de homossexuais, em especial o ano de 1978, quando surgiu o “Movimento homossexual brasileiro”, com a primeira reunião, em São Paulo, do grupo “Somos”, e a criação, publicação e circulação do jornal mensal *Lampião da Esquina* – tidos como marcos fundadores de uma militância social responsável por conceber, em termos políticos, o que era *ser* homossexual. Isto, porém, mesmo que não tenha suplantado ou apagado completamente as histórias de vivências e práticas homoeróticas no país desde o período colonial, ignorou a cultura e as identidades formadas e compartilhadas fora dos novos padrões de organização e militância política, articulados a partidos e ideologias. Como aponta Bourdieu, o “movimento gay” é, em essência, um movimento de “revolta contra uma forma particular de violência simbólica”.⁴²⁶ Dessa forma, mesmo que fora de alinhamentos ideológicos ou de organizações políticas e partidárias, concordo com esta afirmativa e vejo nas subjetividades experimentadas e formuladas pelos homossexuais em suas práticas cotidianas de resistência ao controle e ao poder disciplinar, bem como na vivência prática da prostituição, a criação e o compartilhamento de uma cultura e de identidades homoeróticas no período estudado. Até mesmo porque, segundo Richard Parker, a homossexualidade masculina no Brasil

[...] deve ser caracterizada menos como um fenômeno unitário do que como fundamentalmente diverso – um caso, no mínimo, de uma variedade de homossexualidades um tanto diferentes em vez de uma homossexualidade única e unificada.⁴²⁷

⁴²⁶ BOURDIEU, Pierre. “Algumas questões sobre o movimento gay”. In: BOURDIEU, Op. Cit., 2017, pp. 165-172.

⁴²⁷ PARKER, Richard G. *Abaixo do equador*. Tradução: Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 52.

Logo, é possível dizer que entre 1890 e 1938, os homossexuais na cidade do Rio de Janeiro já se coletivizavam em movimentos que leio como pré-políticos⁴²⁸, posto que não tinham ligação com partidos políticos, eram descontínuos e não-unificados, e compartilhavam ideias e identidades dentro de uma formação cultural própria, sendo a prostituição um dos vários meios utilizados para alcançar este objetivo e resistir ao processo de exclusão dos mecanismos de controle. A negação de identidades e de formações culturais homoeróticas brasileiras em períodos históricos recuados, porém, deve-se sobretudo ao reducionismo da constituição subjetiva dos indivíduos às suas práticas sexuais e aos discursos sobre elas elaborados por parte dos aparelhos ideológicos do Estado – as instituições de poder, como a Igreja, a medicina e o discurso jurídico. A sociedade negava para aqueles homens a formação das suas próprias subjetividades e a construção das suas identidades e lhes impunha categorias classificatórias externas e coercitivas, sempre de forma negativista. Portanto, para o movimento político homossexual surgido na segunda metade do século passado no Brasil, uma *identidade homoerótica* baseada em uma consciência de si, definida e definidora pelo conjunto de subjetividades elaboradas e compartilhadas pelos homossexuais, só poderia ser estruturada enquanto uma identidade coletiva no interior de uma cultura comunitária, minimamente homogênea e específica em confronto com a cultura hegemônica, ou seja, quando esses indivíduos se organizaram politicamente e, como atores sociais, reclamaram para si a agência e o poder de produzir o seu próprio discurso.

Minha visão, porém, fundamentada no argumento desenvolvido e defendido ao longo desta pesquisa, vai de encontro e em confronto com esse raciocínio. O movimento homossexual brasileiro (que pode ser analisado em “ondas de atuação”, isto é, diferentes momentos de organização, pensamento, ideologia e práticas políticas), ao se formar no final da década de 1970 aproveitando-se das possibilidades representadas pelos primeiros sinais de abertura política e do fim da ditadura civil-empresarial-militar iniciada com o golpe de 1964, o fez de maneira vertical. Orientado por homens das classes brancas, burguesas e intelectuais, elaborou para os demais segmentos da população homossexual as suas diretrizes e formulações de cima para baixo, sobre aqueles oriundos das classes pobres, periféricas e negras. A organização não se deu horizontalmente. Em consequência, surgiram duas novas categorias classificatórias para os homens homossexuais, ainda baseadas no antigo binarismo *gay-ativo* (macho) e *bicha-passiva* (feminino), que podem ser lidas como *gays ricos* e *bichas*

⁴²⁸ HOBBSBAWN, Eric. Rebeldes primitivos. *Estudo das formas arcaicas de movimentos sociais dos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. pp. 1-5; 57-70. Apud: SANTUCCI, Op. Cit., p. 34.

*pobres*⁴²⁹ (ainda hoje utilizadas como marcadores sociais estigmatizantes dentro da comunidade LGBTQI+ e na sociedade de maneira geral). Desde o seu princípio o movimento organizado se preocupou em “sair das sombras” da sociedade heterossexual, mas não do binarismo característico da mesma, e findou por se estruturar num novo gueto desigual e excludente ao pensar uma cultura identitária baseada em performances e estéticas de gênero mais masculinizadas e heteronormativizadas, repudiando as atitudes que fossem lidas como mais efeminadas, geralmente atribuídas aos homossexuais mais pobres, periféricos, de pele mais escura e sexualmente passivos. Estavam, assim, reproduzindo a ordem compulsória heterossexual, muito diferentemente do que fizeram os “frescos” e “bagaxas” estudados, que escolheram enfrentar e resistir à lógica normativa da sociedade, e não serem acolhidos e aceitos.

Aqueles que estavam à frente da primeira onda do movimento homossexual organizado no Brasil entenderam que o caminho para enfrentar o machismo estrutural e institucional do qual eram vítimas e conquistar a aceitação na ampla sociedade heterossexual seria através da negação de todas aquelas características femininas pelas quais eram rejeitados. Não à toa, falo aqui em *machismo* e não em *homofobia*, termo ainda inexistente na conjuntura de que estou tratando e que aparece para designar um fenômeno específico⁴³⁰, mesmo que derivado daquele. A questão central é que os homossexuais brasileiros, ao lerem e interpretarem a sua repressão como produto do machismo, decidiram se afastar de toda efeminação, desenvolvendo certo desprezo pelas experiências homoeróticas das décadas anteriores e essencializando categorias. Por isso o homossexual “afetado”, com trejeitos femininos, se configurou dentro da lógica binária no movimento como uma performance indesejada, uma identidade marginal e antagônica ao projeto de identidade que se estruturava como “padrão aceitável” para o *ser homossexual*, representado na figura do “gay macho” que reproduz a dita masculinidade, como lida e aceita socialmente. Este padrão que se construiu era um projeto visando a articulação da comunidade homoerótica dentro de uma cultura que fosse publicamente respeitável.⁴³¹ Por sua vez, adianto que não existem formas mais legítimas que outras na atuação política. Todas as formas de organização e atuação são dotadas de paradoxos e contradições, e não devem ser subordinadas a modelos pré-concebidos ou fixos

⁴²⁹ MARSIAJ, Juan P. Pereira. “Gays ricos e bichas pobres: desenvolvimento, desigualdade socioeconômica e homossexualidade no Brasil”. In: *Cadernos AEL*. Campinas, SP, v. 10, n. 18/19, 2003. pp. 131-147.

⁴³⁰ BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. 1. ed. 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016 (Ensaio Geral, v. 1).

⁴³¹ OLIVEIRA, Glaucia da Silva Destro de. “Construção, negociação e desconstrução de identidades: do movimento homossexual ao LGBT”. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 34, janeiro-junho de 2010, pp. 373-381; SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

de luta de classes. A realidade, inserida nos processos históricos, escapa aos conceitos. Assim, existem aspectos do objeto aqui analisado que lhe são próprios e que não se reduzem à suposta dinâmica das lutas sociais, culturais, políticas e econômicas, mas se relacionam com estas. E toda esta discussão não se faz aqui levemente, pois está por trás dos motivos da realização deste trabalho.

O que constatei nas redes de sociabilidade forjadas pelos “frescos” em torno da prostituição, que significavam o encontro, a vivência, experiências, histórias e a possibilidade de um “nós”⁴³², foi a refutação desta ideia de uma *identidade homoerótica tardia*. Inclusive porque esta chave de interpretação acaba por, de certa forma, negar vivências sócio-políticas e culturais históricas de afirmação, tanto individual como coletiva, de homossexuais, lésbicas e pessoas transexuais. Concorro, isto sem dúvidas, que uma “consciência homossexual” (como uma consciência de classe) desses indivíduos para o coletivo e sobre si mesmos, a ponto de proporcionar-lhes a compreensão da formação de suas subjetividades, das suas identidades e do impacto das mesmas em suas vivências sociais só se tornou melhor elaborada quando eles se organizaram politicamente, pois aí, em uma visão estruturalista de suas sexualidades, entenderam como as suas subjetividades estavam inseridas em disputas por controle. Mas, ainda assim, aqueles homens do início do século elaboraram as suas identidades na formação de uma cultura popular própria e interna aos seus grupos.

Diferentemente da leitura feita por alguns autores e autoras, que veem as vivências dos homossexuais antes de sua coletivização enquanto movimento organizado uma mera “subcultura”⁴³³, como se fosse uma “cultura menor”, para mim, a partir dos conceitos de cultura explicitados anteriormente, aqueles indivíduos, em constante confronto com a ideologia burguesa dominante e os seus mecanismos de repressão, resignificaram as suas práticas e vivências, desenvolveram as suas subjetividades, criaram e compartilharam identidades e estabeleceram, entre eles, uma cultura própria e particular, refratária à cultura que lhes era imposta pelos aparelhos ideológicos e dispositivos de controle e disciplina. Popular e subalternizada à “cultura dominante”? Sim, haja vista que o poder opera na constituição das subjetividades. Mas, ainda assim, era cultura, por ser composta de atitudes, códigos e crenças específicas daquele grupo, que se articulava e resistia em disputas permanentes, com certa autonomia, ao controle vindo “do alto” por meio dos processos de luta de classes que tornavam elásticas e frágeis as tentativas de subalternização dos

⁴³² FIGARI, Op. Cit., p. 366.

⁴³³ GREEN, Op. Cit., 2000; NUNAN, Adriana; JABLONSKI, Bernardo. “Homossexualidade e Preconceito: aspectos da subcultura homossexual no Rio de Janeiro”. In: *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 54, n. 1, 2002, pp. 21-32; PARKER, Op. Cit., 2002.

homossexuais pobres. Aceito o uso do termo “subgrupo” enquanto categorização semântica, por ser uma comunidade específica, um grupo sociologicamente minoritário inserido nas malhas de um grupo dominante;⁴³⁴ mas não uma cultura menor e dominada.

Sabemos hoje que as sexualidades são organizadas num complexo contexto de múltiplas variações, subjetivações e singularidades. Não há como estabelecer linhas causais diretas que expliquem a formação da sexualidade e do erotismo humanos, assim como entre sexo e gênero e as suas representações que diversos discursos tentaram realizar por muito tempo. O que percebi no estudo dos circuitos de prostituição masculina no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o século XX, e aqui defendo, é a homossexualidade como uma variação comum dos comportamentos sexuais de que são dotados todos os indivíduos.

Mesmo não sendo o meu objetivo aqui apontar ou tentar identificar as causas e origens do comportamento homoerótico e da expressão homossexual da sexualidade humana, é conveniente que eu argumente de onde parte a minha leitura sobre os fatos. Como sugerem Peter Fry e Edward MacRae, é “obviamente demasiado simplista pensar o mundo em termos de luta entre [...] os homossexuais e seus repressores”.⁴³⁵ Não obstante, ao longo da história, foram estes repressores, por meio do poder disciplinar e dos discursos criados pelos aparelhos ideológicos, que definiram o que era a homossexualidade, o que e quem eram os homossexuais. Em decorrência, pode-se distinguir dois grupos de definições teóricas: um que interpreta a homossexualidade como “norma absoluta da normalidade” e outro que trata “todas as manifestações sexuais no mesmo nível”.⁴³⁶ Assim, a homossexualidade já foi objeto do Discurso Religioso, tratada como pecado; já foi abordada pela Ciência, que principalmente desde a década de 1930 até a contemporaneidade gasta energias buscando causas biológicas, hormonais ou psicológicas para a sua existência;⁴³⁷ e foi lida como uma “opção sexual”, uma escolha feita pelos indivíduos, pela Abordagem Culturalista em oposição à Científica.⁴³⁸ Aqui eu abro mão de todas estas interpretações e proponho uma leitura da homossexualidade como um fato dado, estabelecido e consumado, sem necessidade de uma explicação causal, assim como a heterossexualidade.

Como Pollak, acredito que “não se nasce homossexual, aprende-se a sê-lo” pelo reconhecimento dos desejos sexuais específicos, pelo aprendizado dos modos de ser e pelo

⁴³⁴ POLLAK, Op. Cit., pp. 54-76.

⁴³⁵ FRY, Peter; MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade?* São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985 (Coleção Primeiros Passos, v. 26). p. 80.

⁴³⁶ POLLAK, Op. Cit., p. 54.

⁴³⁷ SPOLADORE, Luiz Galileu. *Newbeings: homossexualidade para médicos e psicólogos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Argônio Editora e Distribuidora de Livros, 2016.

⁴³⁸ TREVISAN, Op. Cit., p. 33.

compartilhamento de identidades em formações de interação⁴³⁹, e por isso concebo a homossexualidade enquanto mais uma expressão comum da sexualidade dos seres humanos. Esta leitura, contudo, representa ainda uma armadilha, posto que a visão naturalizada da homossexualidade aponta que ela em nada difere da heterossexualidade, apenas pelo objeto de desejo, formando uma espécie de “terceiro sexo”.⁴⁴⁰ Esta armadilha se dá na redução das questões concernentes à discriminação sexual dos homossexuais a meros aspectos jurídicos, ou, até mesmo, ao acirramento e prolongamento de um debate jurídico, nas esferas legislativas, entre concepções liberais e concepções socialistas de sujeito sobre a defesa da democracia sexual.

Em termos políticos e ideológicos, porém, trago uma interpretação da homossexualidade do conceito de *comum* do liberalismo, concepção normativa por trás do Direito brasileiro que estabelece a igualdade entre todos⁴⁴¹, o que deve ser estendido à sexualidade; e da lógica do “bem comum”, do pensamento político jusnaturalista do século XVI⁴⁴², a partir do que entendo que a sexualidade, qualquer que seja a sua expressão, é um direito natural dos homens, sua propriedade particular, inalienável e natural do indivíduo e somente a ele diz respeito, desde que não interfira no “bem comum do grupo”, no bem da comunidade. A homossexualidade seria também, por fim, uma expressão do *eros*, dos desejos inconscientes dos indivíduos que instigam os seus sonhos e práticas, o desejo que busca realizar-se como prazer e extravasa em libido e experiência sexual, abaixando a tensão psíquica.⁴⁴³ Mesmo assim, além de buscar causas e explicações, parece-nos muito mais apropriado nos dias de hoje investigar os modos de vida dos homossexuais nas conjunturas socioculturais do passado. Ou seja, não somente “o que eram”, mas “como viviam”, “o que faziam”, como existiram – em resumo, uma história social daqueles que não detiveram o poder de controlar o discurso sobre as próprias vidas, que merece ser escrita em detrimento dos já saturados *estudos originários*.

⁴³⁹ POLLAK, Op. Cit., p.58.

⁴⁴⁰ Ibidem, p. 55.

⁴⁴¹ MONICA, Eder Fernandes. “O Direito e o combate às discriminações sexuais”. In: BARROS, Nivia Valença; FREITAS, Rita de Cássia Santos; BITTENCOURT, Luciana (orgs.). *Gênero, diversidade sexual e direitos sociais: debates preliminares*. Niterói, RJ: EdUFF, 2018. pp. 28-36.

⁴⁴² BOBBIO, Norberto. “O modelo jusnaturalista”. In: BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. *Sociedade e Estado na filosofia política moderna*. 4. ed. 1. reimp. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996. pp. 13-102.

⁴⁴³ FREUD, Sigmund. *Um caso de histeria, três ensaios sobre sexualidade e outros trabalhos (1901-1905)*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Edição Standard brasileira, v. 7); WOLLHEIM, Richard. *As ideias de Freud*. Tradução: Álvaro Cabral. São Paulo: Círculo do Livro, 1971.

A cis-heterossexualidade⁴⁴⁴ e o padrão binário dos gêneros estão historicamente presentes nas categorias mentais, nas representações e nos discursos elaborados fundando hierarquias sociais. Notei na análise de todos os documentos aqui trabalhados que era questão de primeira ordem no contexto de estabelecimento da República a criação de possibilidades para a produção do corpo homossexual e a perseguição daqueles indivíduos dentro de uma lógica de gênero socialmente definida e elaborada. Embora no Brasil nunca tenham sido criadas instituições psiquiátricas e médicas específicas para o tratamento do que consideravam “desvios sexuais”, o homoerotismo não deixou em nenhum momento de ser elaborado enquanto um problema de sanidade ou um mal de saúde pública, o que a partir da década de 1920 levou a um recrudescimento das investidas e da perseguição médica e policial sobre aqueles indivíduos. A pauta era defender a sociedade e mantê-la sadia. Outrossim, aproveitou para fazer uma crítica à parte da documentação analisada.

É perceptível que as fontes policiais são muito mais silenciosas do que as demais fontes aqui estudadas em relação à história dos homossexuais. Em todos os documentos e relatórios analisados, o que era dito, quando era dito, se dava nas entrelinhas, de maneira implícita. Quando os “frescos” e “bagaxas” eram detidos e presos, não tinham o motivo real de suas prisões especificado nos livros da Casa de Detenção, por exemplo. Era sempre adotada a classificação genérica da “vadiagem”, e isso dificulta sobremaneira qualquer intento de se aproximar mais diretamente das histórias daqueles homens.

Muitas vezes, como em alguns momentos desta pesquisa, o que me restou fazer foi o levantamento de hipóteses que infelizmente não puderam ser trabalhadas e confrontadas pelas barreiras criadas pela própria documentação. Todavia, não devemos enxergar esta dificuldade com maus olhos. Em minha leitura, os silêncios da documentação policial e judiciária são importantes e devem ser problematizados, posto que são a reafirmação dos intentos de controle e normatização da sociedade carioca daquele período sobre os “corpos e mentes desviantes” dos homossexuais. Se os médicos escreviam e debatiam sobre eles, era porque necessitavam formular teorias que dessem sustento à sua visão da homossexualidade enquanto

⁴⁴⁴ O prefixo “cis-” tem origem no latim, onde significa “no mesmo lado de”, e tem o seu uso em português nas palavras *Cisgeneridade* e *Cisgênero*, conceitos utilizados para definir a qualidade de ou pessoa que se identifica e expressa o seu gênero de acordo com aquele com o qual foi designada ao nascer, de maneira concordante com o binarismo dos gêneros e levando em consideração o sexo biológico e/ou designação social (em escala reduzida) e o processo de socialização em relação ao gênero (sendo central este aspecto). Assim, homens são masculinos e mulheres são femininas. *Cisgênero* é, assim, a pessoa *não-transgênero*, sendo a *cisgeneridade* oposta à *transgeneridade*, onde o prefixo “trans-” em latim significa “do outro lado”, “ao contrário”. Assim, *transgênero* é aquela pessoa cuja identidade e expressão de gênero são opostas aquelas que lhe são designadas. Uso o termo “cis-heterossexualidade” nesta pesquisa em referência ao padrão normativo imposto pela sociedade que controla, oprime, violenta, inferioriza e subordina indivíduos desviantes de sua proposição de identidade de gênero *cisgênero* e de orientação sexual *heterossexual*.

“doença” e “perversão”; se os juristas e policiais repetidamente preferiram calar sobre as subjetividades sexuais daqueles indivíduos e perseguir os seus supostos “comportamentos criminosos” consequentes de sua “inversão moral”, é porque assim, acredito, conseguiam apagar as suas características e identidades e “limpar” a sociedade de sua existência.

Portanto, embora os “frescos” que praticavam a “bagaxa” se articulassem em grupos por meio de redes de sociabilidade e de solidariedade, e compartilhassem em identidades coletivas as suas subjetividades individuais forjadas nos embates cotidianos contra o poder disciplinador, muito do que nos chega, pela documentação e pelo silêncio do movimento LGBTQI+ político-partidariamente organizado na contemporaneidade no Brasil, é o reflexo de uma dita “subcultura”, uma *cultura popular inferior*, produzida pelos discursos dos aparelhos ideológicos das classes dominantes sobre os grupos que tencionavam dominar. O que constato, com o fim desta pesquisa, é exatamente o contrário dessa ideia: se por um lado eles eram vistos como “doentes com tendências criminosas”, percebi que aqueles homens nem sempre se viam assim, e mesmo quando isto ocorria não era o suficiente para definir a sua vivência e a sua formação subjetiva. Mesmo que os homossexuais tenham deixado poucos registros próprios, eles elaboraram uma cultura rica de símbolos e significados a partir da qual conseguiam inserir-se na sociedade carioca do período analisado. E mais do que sobreviver, alcançaram em seus *percursos* a existência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FONTES PRIMÁRIAS

Livros e teses médicas

ALBUQUERQUE, José de. *Introdução ao estudo da pathologia sexual*. Rio de Janeiro: Typographia Coelho, 1928. Acervo da BNRJ.

BORGES, José Ignacio de Oliveira. *A regulamentação da prostituição: proposições*. Dissertação de mestrado defendida na faculdade de Medicina e de Pharmacia do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tipographia Besnard Freres, 1900. Acervo da BNRJ.

BOURDON, J. R. *Perversões sexuais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933. Acervo da BNRJ.

FERRAZ DE MACEDO, Francisco. *Da prostituição em geral, e em particular à cidade do Rio de Janeiro: prophylaxia da syphilis*. Rio de Janeiro, Typographia Academica, 1872. Acervo da BNRJ.

PIRES DE ALMEIDA, José Ricardo. *Homossexualismo (a libertinagem no Rio de Janeiro); estudo sobre as perversões e inversões do instinto genital*. Rio de Janeiro: Laemmert e C., 1906. Acervo da BNRJ.

RIBEIRO, Leonídio. *Homossexualismo e endocrinologia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1938. Acervo da BNRJ.

_____. *Antropologia criminal*. Conferências e comunicações. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937. Acervo da BNRJ.

SÁ, Miguel Antônio Heredia de. *Algumas reflexões sobre a copula, onanismo e prostituição do Rio de Janeiro. These apresentada à faculdade de medicina do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1845. Acervo da BNRJ.

WHITAKER, Edmur de Aguiar; KRAUS, Eddi; OLIVEIRA, Magino Roberto de; NOGUEIRA, Joel Boto; SINISGALLI, Aldo. *Estudo biográfico dos homossexuais (pederastas passivos) da capital de São Paulo. Aspectos da sua atividade social (costumes, hábitos, “apelidos”, “gíria”)*. Separata dos: Arquivos de Polícia Civil e de Identificação de São Paulo. V. II, n. 1, 1938-1939. Acervo da BNRJ.

Livros e teses jurídico-policiais

LEAL, Aurelino de Araujo. *Annaes da Conferencia Judiciaria-Policial*. v. 1, Teses. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918a. Acervo do IHGB.

_____. *Polícia e poder de polícia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918b. Acervo da BNRJ.

SILVEIRA, Alfredo Balthazar da. *A regulamentação do meretrício*. XXXVI – Bibliotheca do “Boletim Policial”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915. Acervo da BNRJ.

Inquéritos, ocorrências e documentação policial

Caso MV.O.PCR.18, 14ª Pretoria do Rio de Janeiro, Freguesia de Inhaúma. Acervo do ANRJ.

Caso T7.O.PCR.492, 9ª Pretoria do Rio de Janeiro, Freguesia do Espírito Santo. Acervo do ANRJ.

Código: 484.62 (Prostituição). Sessão de Documentação Escrita. Acervo do AGCRJ.

Documentação oficial e legislação

BRASIL. Lei de 16 de Dezembro de 1830. *Código Criminal do Império do Brasil*.
Localização: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm>
[Acessado em 10/11/2018]

_____. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890, promulgado pelo General Manuel Deodoro da Fonseca. *Código Penal dos Estados Unidos do Brasil de 1890*. Localização:
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>> [Acessado em 10/11/2018]

_____. “Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil – promulgada a 24 de fevereiro de 1891”. In: *Constituições do Brasil*. 10. ed. Compilação, notas e revisão: CAMPANHOLE, Adriano; LOBO CAMPANHOLE, Hilton. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1992.

_____. “Lei N. 2.992, de 25 de setembro de 1915”. Localização:
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-2992-25-setembro-1915-774536-publicacaooriginal-138024-pl.html>> [Acessado em 11/11/2018]

_____. “Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil – promulgada a 16 de julho de 1934”. Localização:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm> [Acessado em 10/11/2018]

_____. “Constituição dos Estados Unidos do Brasil – outorgada a 10 de novembro de 1937”. Localização:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm>
[Acessado em 10/11/2018]

DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Recenseamento geral da República dos Estados Unidos do Brasil em 31 de Dezembro de 1890, Distrito Federal*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. Acervo da BNRJ.

_____. *Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, filiação, culto e analphabetismo da população recenseada em 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1898. Acervo da BNRJ.

_____. *Recenseamento do Rio de Janeiro realizado em 20 de Setembro de 1906*. Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1907-8. Acervo da BNRJ.

_____. *Recenseamento do Brazil realizado em 1º de Setembro de 1920, população do Rio de Janeiro (Distrito Federal)*. Rio de Janeiro: Typographia de estatística, 1922-30. Acervo da BNRJ.

POLÍCIA DO DISTRITO FEDERAL. *Relatórios da Directoria da Casa de Detenção do Districto Federal*. Rio de Janeiro, 1916-1918. Documentação apresentada pela Diretoria da Justiça do Rio de Janeiro aos Ministros da Justiça e Negócios Interiores. Acervo do ANRJ.

Obras literárias

CAMINHA, Adolfo. *O Bom-crioulo*. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2013 (1. edição: 1895).

MALUCO, Capadócio (pseud.). “O menino do Gouveia”. In: *Contos Rápidos n. 6*. Ilha de Vênus, Rio de Janeiro: Casa Editora Cupido & Comp. 1914/1916. Acervo da BNRJ.

MARTINS, Luís. *Noturno da Lapa (memórias)*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004 (1. edição: 1964).

_____. *Lapa (romance)*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004 (1. edição: 1936).

POMPÉIA, Raul. *O Ateneu*. São Paulo: Editora Três, 1973 (1. edição: 1888).

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas: crônicas*. 6. reimpressão. Org. Raúl Antelo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 (1. edição: 1910).

Imprensa (Sessão de periódicos da BNRJ)

Boletim Policial, “Como a Medicina Legal póde servir á Justiça” – Ano IX, outubro/dezembro de 1915. Acervo da BNRJ.

_____. “Regulamentação do Meretricio” – Ano IX, janeiro/março de 1915. Acervo da BNRJ.

_____. “Sobre o asylo de menores abandonados” – Ano I, n. 7, julho de 1907. Acervo da BNRJ.

Jornal do Brasil, “Ineditoriaes – Borba ou boubá” – Ano VI, edição n. 352, 17/12/1896. Acervo da BNRJ.

O Paiz, “Sanguinolento conflicto – a faca, a tiro e a navalha, entre marinheiros e navaes” – Ano XLII, edição n. 14.987, 01/11/1925. Acervo da BNRJ.

_____. “Mão filho!” – Ano XV, edição n. 5435, 23/08/1899. Acervo da BNRJ.

O Rio Nu, “A vida no rio” – Ano VI, edição n. 513, 06/06/1903. Acervo da BNRJ.

2. BIBLIOGRAFIA CITADA E CONSULTADA

ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4. ed. 4. reimp. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2013.

AGAMBEM, Giorgio. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Nordestino - uma invenção do falo: uma História do gênero masculino (Nordeste, 1920/1940)*. Maceió: Editora Catavento, 2003.

_____. “‘Quem é froxo não se mete’: violência e masculinidade como elementos constitutivos da imagem do nordestino”. In: *Revista Projeto História*. São Paulo: n. 19, novembro/1999. pp. 173-188.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte, MG: Letramento, 2018.

ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

ARCHER, Margaret S. *Being human: the Problem of Agency*. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press, 2000.

ARIÈS, Philippe; BÉJIN, Andre. *Sexualidades Ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade*. 3. ed. Tradução: Lygia Araújo Watanabe; Thereza Christina Ferreira Summer. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Tradução: Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). *Os presidentes e a República: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva*. 4. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2009.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. São Paulo: Hucitec, 1987.

BARRETO, Victor Hugo de Souza. *Vamos fazer uma sacanagem gostosa? Uma etnografia da prostituição masculina carioca*. Niterói, RJ: EdUFF, 2017.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos – um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes; Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração: 1992. (Coleção Biblioteca Carioca, v. 11.)

BENDIX, Reinhart. *Construção nacional e cidadania*. São Paulo: EdUSP, 1996.

BOBBIO, Norberto. “O modelo jusnaturalista”. In: BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. *Sociedade e Estado na filosofia política moderna*. 4. ed. 1. reimp. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996. pp. 13-102.

BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. 1. ed. 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016 (Ensaio Geral, v. 1).

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. 4. ed. Tradução: Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.

BUTLER, Judith. “Regulações de gênero”. In: *Cadernos Pagu*. São Paulo: v. 42, janeiro-junho/2014. pp. 249-274.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 15. ed. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BRETAS, Marcos Luiz. “Revistas policiais no Rio de Janeiro: 1903-1920”. In: BRETAS, Marcos Luiz; GALEANO, Diego (orgs.). *Policías escritores, delitos impresos: revistas policiales en América del Sur*. Buenos Aires: Teseo, 2017. Disponível em: <<https://www.teseopress.com/policiasescritores/>> [Acessado em 03/01/2019]

BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André. “A história da polícia no Brasil: balanços e perspectivas”. In: *Revista Topoi*, v. 14, n. 26, janeiro-julho de 2013, pp. 162-173.

BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. 6. ed. rev. 2. reimp. Tradução: Maria Tereza Redig de Carvalho Barrocas. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. 23. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. *Cidadania no Brasil: o longo Caminho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARRARA, Sérgio. *Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro: EdUERJ; São Paulo: EdUSP, 1998. (Coleção Saúde & Sociedade)

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. 1. reimpressão. Tradução: Elizabeth de Avelar Solano Martins. Campinas: Ed. Unicamp, 2005.

_____. “O nascimento do Manguê: raça, nação e controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850-1942”. *Revista Tempo*, n. 9, julho de 2000. pp. 43-63.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A influência das ideias socialistas no pensamento político brasileiro*. São Paulo: Loyola, 1978.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3. ed. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Rio de Janeiro, Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 3. ed. 1. reimp. São Paulo, Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

_____. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. 6. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 (Cia. de Bolso).

_____. “Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio”. In: *Revista Brasileira de História*. n. 8, v. 16, 1988.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. 2. ed. Tradução: Mara Manuela Galhardo. Lisboa, Portugal: Difel, 2002.

_____. “Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 1995. pp. 179-192.

CHAUNCEY, George. *Gay New York: gender, urban culture, and the making of the gay male world, 1890-1940*. New York: Basic Books, 1994.

CHAVES DE MELLO, Maria Tereza. “A Modernidade Republicana”. In: *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, Niterói, 2009, vol.13, n.26, pp.15-31.

COELHO, Ana Luíza Ferreira. “O paradigma indiciário como metodologia para estudos historiográficos”. In: *Anais do 8º Fórum FEPEG*, Unimontes, Montes Claros, MG. 2014.

CONNEL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. “Masculinidade hegemônica: repensando o conceito”. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 21 (1), v. 424, janeiro-abril/2013. p. 241-282.

CORRÊA, Mariza. “Antropologia & medicina legal: variações em torno de um mito”. In: VÁRIOS. *Caminhos Cruzados*. São Paulo: Brasiliense, 1982. pp. 53-64.

COSTA, Jurandir Freire. *A face e o verso – estudos sobre o homoerotismo II*. São Paulo: Editora Escuta, 1995.

_____. *A inocência e o vício – estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

_____. *Ordem médica e norma familiar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983 (Biblioteca de Filosofia e História das Ciências, n. 5).

COSTA, Maria Clélia Lustosa. “O discurso higienista definindo a cidade”. In: Fortaleza, UFC: *Mercator*, v. 12, n. 29, setembro-dezembro de 2013. pp. 51-67.

CRESPO, Daniele dos Reis. “O cotidiano da repressão policial no Rio de Janeiro da Belle Époque (1902-1906)”. In: *Anais do Primeiro Colóquio do LAHES – Laboratório de História Econômica e Social*. Juiz de Fora, MG: 13-16 de junho de 2005.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecoss da folia: uma história social do Carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DARMON, Pierre. *Médicos e assassinos na Belle Époque: a medicalização do crime*. Tradução: Regina Grisse de Agostino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. 4. reimpressão. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2012.

DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Tradução: M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980 (Biblioteca de Filosofia e história das ciências; v. n. 9).

ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: o saber médico e a prostituição da cidade do Rio de Janeiro (1845-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. 9. ed. Tradução: Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984 (Coleção Perspectivas do Homem, vol. 99, Série Ciências Sociais).

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. 16. ed. 5. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano, v. 1: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. “A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta”. In: *Revista do CPDOC*, Rio de Janeiro, 2006.

FIGARI, Carlos. *@s outr@s cariocas: interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro: séculos XVII ao XX*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

FORD, Talisman. *Passion in the Eye of the Beholder: Sexuality as Seen by Brazilian Sexologists, 1900-1940*. Vanderbilt, 1995. Dissertação (PhD). Vanderbilt University, 1995.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 4. ed. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2017.

_____. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. 41. ed. Tradução: Raquel Ramallete. Rio de Janeiro, Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

_____. *O nascimento da clínica*. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. 8. ed. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

_____. *Nascimento da biopolítica – curso no Collège de France (1978-1979)*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *História da loucura na Idade Clássica*. Tradução: José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 2003.

_____. *Os anormais: Curso no Collège de France (1974-1975)*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. *A ordem do discurso*. 5. ed. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. 8. ed. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. *Microfísica do poder*. Org. e tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREUD, Sigmund. *Um caso de histeria, três ensaios sobre sexualidade e outros trabalhos (1901-1905)*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Edição Standard brasileira, v. 7)

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Editora Global, 2013.

_____. *Modos de homem & modas de mulher*. São Paulo: Global, 2009.

FRY, Peter. “Filhos de pombagira”. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional: Homossexualidades - da perseguição à luta por igualdade*, ano 10, n. 119, agosto/2015. pp. 26-29.

_____; MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. “Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil”. In: *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. pp. 87-115.

_____. “Léonie, Pombinha, Amaro e Aleixo: prostituição, homossexualismo e raça em dois romances naturalistas”. In: VÁRIOS. *Caminhos Cruzados*. São Paulo: Brasiliense, 1982. pp. 33-52.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 1. ed. 13. reimp. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Bem-Te-Vi, 2013.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. 1. ed. 12. reimp. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. (Cia. de Bolso)

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. “O redescobrimto do Brasil”. In: OLIVEIRA, Lucília Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela de Castro Gomes (orgs.). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982. pp. 109-150.

GOMES JUNIOR, João. “Gênero, produção de corpos e performatividade na Belle Époque carioca”. In: *Revista Poder & Cultura*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, vol. 5, n. 9, janeiro – junho de 2018a. pp.196-215.

_____. “Tratamentos para um ‘desvio’: cura e profilaxia do ‘homossexualismo’ no Rio de Janeiro durante a Primeira República”. In: *Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio*. Niterói, RJ: 2018b. Sem páginas.

_____. “‘A libertinagem no Rio de Janeiro’: um estudo sobre a homossexualidade na primeira década do século XX segundo o livro ‘Homossexualismo’, de José Ricardo Pires de Almeida (RJ, 1906)”. In: *Anais da 5ª Semana de História da Universidade Federal Fluminense*. Niterói, RJ: Anpuh-Rio, 2018c. pp. 757-765.

_____. “‘Frescos’ e ‘Bagaxas’: apontamentos acerca do discurso médico sobre a homossexualidade e a prostituição masculina no Rio de Janeiro entre 1900 e 1930”. In: *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História*. Anpuh-Nacional: Brasília, 2017. Sem páginas.

GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). *História do movimento LGBT no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018.

GREEN, James. “Homossexualidades e a história: recuperando e entendendo o passado”. In: *Niterói*, v. 12, n. 2, 2012. pp. 65-76.

_____; POLITO, Ronaldo. *Frescos trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

_____. “O Pasquim e Madame Satã, a ‘rainha’ negra da boemia brasileira”. In: *Revista TOPOI*, v. 4, n. 7, julho-dezembro de 2003. pp. 201-221.

_____. *Além do Carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. Tradução: Cristina Fino; Cássio Arantes Leite. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HIRATA, Helena. “Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais”. In: *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 26, n. 1, junho de 2014. pp. 61-73.

HIRSCH, Joachim. “Forma política, instituições políticas e Estado – I”. In: *Crítica Marxista*, n. 24, 2007.

HOBBSBORN, Eric. *Rebeldes primitivos: estudo das formas arcaicas de movimentos sociais dos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

KUSHNIR, Beatriz. *Baile de máscaras – mulheres judias e prostituição: as polacas e suas associações de ajuda mútua*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. v. 1.

LEMOES, Cleide de Oliveira. “Crianças e adolescentes: a constituição de novos sujeitos de direitos”. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/documentos/anexos/arquivos-antigos/criancas-e-adolescentes-a-constituicao-de-novos-sujeitos-de-direitos-por-cleide-de-oliveira-lemos/view>> [Acessado em 10/11/2018]

LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais / Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

LIMA, Rodrigo Ramos. “*Terra de ninguém ou a terra de todo mundo?*”: a opoterapia como recomendação para o tratamento de homossexuais detidos no Laboratório de Antropologia Criminal do Rio de Janeiro (1931-1951). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2016.

LOPES, Arthur Louback. “Por que as lésbicas são chamadas de sapatões e os gays, de veados?” Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2015/06/29/por-que-as-lesbicas-sao-chamadas-de-sapatos-e-os-gays-de-veado_a_21685112/> [Acessado em: 27/07/2018]

MACHADO, Leonardo Diogo Cardoso Nogueira. *Patologização do desejo: o homossexualismo masculino nos manuais de medicina legal do Brasil das décadas de 1940 e 1950*. Monografia (Graduação em História). Curitiba: UFPA, 2010.

MACHADO, Roberto; [et. al.]. *Danação da norma: a medicina legal e a constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978. (Biblioteca de Estudos Humanos: Série Saber e Sociedade; v. n. 3)

MADAME SATÃ. *Memórias de Madame Satã*. Rio de Janeiro: Lidador, 1972.

MARINS, Paulo César Garcez. “Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras”. In: NOVAIS, Fernando A. (coord. da coleção); SEVCENKO, Nicolau (org. do volume). *História da Vida Privada no Brasil 3 – República: da Belle Époque à Era do Rádio*. 7. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. pp. 131-214.

MARSIAJ, Juan P. Pereira. “Gays ricos e bichas pobres: desenvolvimento, desigualdade socioeconômica e homossexualidade no Brasil”. In: *Cadernos AEL*. Campinas, SP, v. 10, n. 18/19, 2003. pp. 131-147.

MENEZES, Lená Medeiros de. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MINTZ, Sidney W.; PRICE, Richard. *An anthropological approach to the Afro-American past: a Caribbean perspective*. Philadelphia, Institute for the Study of Human Issues, 1976.

MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. 3. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora / UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2017. (Série Cadernos da Diversidade, vol. 6)

MIRANDA, Nilmário. “A História da criança no Brasil ainda está para ser contada”. In: *Por que Direitos Humanos*. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.

MISSE, Michel. *O Estigma do passivo sexual: um símbolo de estigma no discurso cotidiano*. 3. ed. aumentada. Rio de Janeiro: Booklink/NECVU/IFICS/ UFRJ: LeMetro/IFICS/UFRJ, 2007.

MONICA, Eder Fernandes. “O Direito e o combate às discriminações sexuais”. In: BARROS, Nivia Valença; FREITAS, Rita de Cássia Santos; BITTENCOURT, Luciana (orgs.). *Gênero, diversidade sexual e direitos sociais: debates preliminares*. Niterói, RJ: EdUFF, 2018. pp. 28-36.

MONTEIRO, Alex Silva. *A Heresia dos anjos: a infância na Inquisição portuguesa nos séculos XVI, XVII e XVIII*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia: Niterói, Rio de Janeiro, 2005.

MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad X / Faperj, 2008.

NEDER, Gizlene. “Apresentação (‘Questão Religiosa’ no Brasil Republicano)”. In: _____.; SILVA, Ana Paula Ribeiro da; SOUZA, Jessie Jane Vieira de (orgs.). *Intolerância e cidadania: secularização, poder e cultura política*. Rio de Janeiro: Autografia, 2015.

_____. *Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil: criminalidade, justiça e constituição do mercado de trabalho (1890-1927)*. 2. ed. Rio de Janeiro, Niterói: EdUFF, 2012.

_____. “Cidade, Identidade e Exclusão Social”. In: *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, Vol. 2, n° 3, 1997, pp. 106-134.

NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Ideias Jurídicas e Autoridade na Família*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.

NEDER, Gizlene; NARO, Nancy Priscilla. “A instituição policial na cidade do Rio de Janeiro e a construção da ordem burguesa no Brasil”. In: NEDER, Gizlene; NARO, Nancy Priscilla; SILVA, José Luiz Werneck da (orgs.). *A polícia na Corte e no Distrito Federal: 1831-1930*. Rio de Janeiro: PUC/Divisão de Informação e Edição (DIE), 1982 (Série Estudos).

NEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Tradução: Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NOVAIS, Fernando A; SEVCENKO, Nicolau. *História da vida privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio*. 7. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (Coleção História da Vida Privada no Brasil, volume 3.)

NUNAN, Adriana; JABLONSKI, Bernardo. “Homossexualidade e Preconceito: aspectos da subcultura homossexual no Rio de Janeiro”. In: *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 54, n. 1, 2002, pp. 21-32.

OKITA, Hiro. *Homossexualidade: da opressão à libertação*. 2. ed. São Paulo: Sundermann, 2015.

OLIVEIRA, Glaucia da Silva Destro de. “Construção, negociação e desconstrução de identidades: do movimento homossexual ao LGBT”. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, SP. n. 34, janeiro-junho de 2010, pp. 373-381.

PARKER, Richard. *Abaixo do equador: culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil*. Tradução: Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PATRASSO, André Luís de Almeida. *A Escola de Polícia do Rio de Janeiro: ciência, identificação e educação profissional*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2015.

_____. “Cidade, espaço e conflitos sociais no Rio de Janeiro da República Velha: identificar, vigiar e controlar”. In: *Anais do XV Encontro Regional de História da Anpuh-Rio*. Rio de Janeiro: FFP/UERJ, 23-27 de julho de 2012.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *As barricadas da saúde: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PINHEIRO, Anna Marina Madureira de Pinho Barbará. *Igreja Católica, Medicina e Imprensa Feminina: representações sobre o corpo da mulher no Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Autografia/Francisca Júlia, 2017.

PISCITELLI, Adriana. “Gênero: a história de um conceito”. In: ALMEIDA, Heloísa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo (orgs.). *Diferenças, igualdades*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

POLLAK, Michael. “A homossexualidade masculina, ou: a felicidade do gueto?” In: ARIÈS, Philippe; BÉJIN, Andre. (orgs.) *Sexualidades Ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade*. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. pp. 54-76.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista (Brasil, 1890-1930)*. 4. ed. rev. e amp. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *O Rio de Janeiro dos fados, minhotos e alfacinhas – o antilusitanismo na Primeira República*. Niterói, Rio de Janeiro: EdUff, 2017.

RIBEIRO, Miguel Angelo Campos; MATTOS, Rogério Botelho de. “Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro”. In: *Revista Território*, v. 1, n. 1, 1996. pp. 59-76.

RIZZINI, Irene. *O Século Perdido – raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

_____.; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RODRIGUES, Geisa. *As múltiplas faces de Madame Satã: estéticas e políticas do corpo*. Niterói, RJ: EdUFF, 2013.

RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço. “Artes de acontecer: viados e travestis na cidade do Rio de Janeiro, do Século XIX a 1980”. In: *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 23, n. 35, setembro de 2016. pp. 90-116.

SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. 1. ed. 4. reimp. Tradução e notas: Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2017.

SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SANTOS, Daniel Kerry dos. “As produções discursivas sobre a homossexualidade e a construção da homofobia: problematizações necessárias à psicologia”. In: *Revista EPOS*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, janeiro-junho de 2013. Sem páginas.

SANTOS, Jocélio Telles dos. “Incorrigíveis, afeminados, desenfreados: indumentária e travestismo na Bahia do século XIX”. In: *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 40, n. 2. 1997. pp. 145-182.

SANTOS, Rosenilson da Silva. “Foucault, a história e a escrita dos infames”. In: *Revista Esboços*. Florianópolis, v. 23, n. 35, setembro de 2016. pp. 250-264.

SANTUCCI, Jane. *Cidade rebelde: as revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

SCHETTINI, Cristiana. “*Que tenhas teu corpo*”: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

SCHORSKE, Carl E. “A ideia de cidade no pensamento europeu”. In: _____. *Pensando com a História: indagações na passagem para o modernismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. pp. 53-72.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In: *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, Porto Alegre: UFRGS, 1995. Sem páginas.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 1. reimpressão. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Daniel Vital dos Santos. *A captura do prazer: homossexualidade masculina e saber médico na Bahia do século XIX (1850-1900)*. Dissertação (Mestrado em História). Salvador, Bahia: UFBA, 2015.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SLENES, Robert W. *Na Senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, Século XIX*. 2. ed. corrig. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

SOARES, Luiz Carlos. *Rameiras, ilhoas, polacas...* A prostituição no Rio de Janeiro do século XIX. São Paulo: Editora Ática, 1992.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. 1. ed. São Paulo: Forense Universitária, 1989.

SOUZA, Rafael Pereira de. “*Batuque na cozinha Sinhá num quer!*”: Repressão e resistência cultural dos cultos afro-brasileiros no Rio de Janeiro (1870-1890). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia: Niterói, Rio de Janeiro, 2010.

SPOLADORE, Luiz Galileu. *Newbeings: homossexualidade para médicos e psicólogos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Argônio Editora e Distribuidora de Livros, 2016.

THOMPSON, Edward P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 2. ed. 1. reimp. Org.: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4. ed. ver., atual. e amp. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2018.

VALENTIN, Leandro Henrique Aparecido. “Representações da homossexualidade nos romances *O Ateneu*, de Raul Pompéia, e *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo”. In: *Revista Rascunhos Culturais*. Coxim, Mato Grosso do Sul: v. 4, n. 8, julho-dezembro de 2013. Sem páginas.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. “Um novo roteiro para a mesma peça”. In: _____. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

WELZER-LANG, Daniel. “A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia”. In: *Revista de Estudos Feministas*, ano 9, 2. Semestre de 2001. pp. 460-482.

WOLLHEIM, Richard. *As ideias de Freud*. Tradução: Álvaro Cabral. São Paulo: Círculo do Livro, 1971.

YAZBEK, André Constantino. *10 lições sobre Foucault*. 6. ed. 3. reimp. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.